



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: PODER, TRABALHO E PRÁTICAS CULTURAIS

GIULIANA MONTEIRO DA SILVA

**A CORRUPÇÃO COMO ARMA POLÍTICA: SELETIVIDADE NA TOLERÂNCIA,
ELEIÇÃO E DERRUBADA DE GOVERNOS NO BRASIL (1955–1964)**

Seropédica

2022

GIULIANA MONTEIRO DA SILVA

**A CORRUPÇÃO COMO ARMA POLÍTICA: SELETIVIDADE NA TOLERÂNCIA,
ELEIÇÃO E DERRUBADA DE GOVERNOS NO BRASIL (1955–1964)**

Tese de doutoramento submetida como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, no curso de Pós-graduação em História, área de concentração em Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

ORIENTADOR: Pedro Henrique Pedreira Campos

Seropédica

2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c Silva, Giuliana Monteiro da Silva, 1983-
A CORRUPÇÃO COMO ARMA POLÍTICA: SELETIVIDADE NA
TOLERÂNCIA, ELEIÇÃO E DERRUBADA DE GOVERNOS NO BRASIL
(1955-1964) / Giuliana Monteiro da Silva Silva. -
Seropédica, 2022.
201 f.

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos Campos.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
2022.

1. Corrupção. 2. Estado. 3. Política. 4. Golpe de
1964. I. Campos, Pedro Henrique Pedreira Campos, 1983
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA III.
Título.

GIULIANA MONTEIRO DA SILVA

**A CORRUPÇÃO COMO ARMA POLÍTICA: SELETIVIDADE NA
TOLERÂNCIA, ELEIÇÃO E DERRUBADA DE GOVERNOS NO BRASIL
(1955–1964)**

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em História no
curso de Pós-graduação em História, área de
concentração em Poder, Trabalho e Práticas
Culturais.

TESE APROVADA EM: ____/____/____

Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos

Dr. Marcos Otávio Bezerra (UFF)

Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (UERJ)

Dra. Vania Maria Losada Moreira (UFRRJ)

Dr. Marcos José de Araújo Caldas (UFRRJ)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria da Penha, pelo exemplo de amor incondicional e força.

A Maria Eduarda e Davi, meus filhos, pelo privilégio da caminhada juntos.

Às mulheres que levantam outras mulheres. Sou fruto dessa rede. Que possamos continuar o urgente enfrentamento e superação da desigualdade de gênero, furando bolhas e ocupando espaços.

*“Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será”*

Gonzaguinha

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não seria possível se eu não pudesse contar com os diversos apoios que recebi em diferentes momentos, mas não menos importantes. Sem dúvidas, apesar da escrita solitária, foi um trabalho feito a muitas mãos.

À minha família, por incentivar meus projetos, mesmo sem ter, às vezes, a dimensão de suas complexidades; por entender minhas ausências e aguentar as minhas metamorfoses neste processo.

Ao meu orientador, Pedro Henrique Pedreira Campos, pela cumplicidade, atenção e compreensão nestes anos. Foram muitas idas a Botafogo para as reuniões, me recebendo às vezes com suas crianças. Suas contribuições, livros e paciência fizeram esta caminhada possível, apesar das adversidades encontradas em tempos de pandemia. Sua compreensão com a dinâmica insana que é ser professora, pesquisadora e mãe tornou este processo um pouco mais leve. Valeu, Pedro!

Ao Marcos Otavio Bezerra, meu orientador do mestrado, que me apresentou o universo da pesquisa sobre corrupção. Obrigada pelas contribuições no exame de qualificação desta pesquisa, pela paciência, pela parceria construída ao longo da minha caminhada nestes anos e pelas oportunidades que foram tão importantes na minha formação. Gratidão, Marcos!

Ao Marcos Caldas, um presente que a Rural me deu! Sua humanidade, constantes contribuições e apoio em diversos momentos dentro e fora da pesquisa foram luz nessa caminhada. A criação dos “Ruralinos no fim do mundo” tornou os tempos incertos de pandemia em acolhimento e combustível para todos nós que ali pudemos trocar e nos fortalecer. Muito obrigada!

À Vânia Lousada, pela composição de minha banca de qualificação e pela leitura atenciosa da proposta do encaminhamento da pesquisa, trazendo ponderações e sugestões de leitura que contribuíram para o seu aprofundamento.

Às minhas amigas de tantas horas, Helen Paiva, Maria Eva Souza e Daniele Lemos, por compartilharem dos meus momentos de angústias, inseguranças e conquistas.

À Maria de Fátima Laranjeira, minha terapeuta, por me incentivar a extrair de mim uma potência que sequer imaginei que tinha e que foi central para a conclusão desta pesquisa.

À Lohania Lacerda, pela revisão e formatação atenta desta tese.

Aos meus professores do PPHR, pelas contribuições intelectuais em minha formação.

À Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro por me dispensar das atividades em sala de aula por um ano para a conclusão desta pesquisa.

Por último, para que fique registrado neste documento que passa a se constituir como histórico: apesar de todo ataque à universidade pública, do ódio de classe, de tempos de perseguição à ciência e negacionismo, se forma aqui uma filha da classe trabalhadora. Primeira na família a frequentar a universidade pública e a alcançar um título tão distante da realidade da minha trajetória familiar. Esta é uma conquista coletiva!

Obrigada, Deus! Por me sustentar em todos os momentos. Minha inconstância sorri.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior — Brasil (CAPES) — Código de financiamento
001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil
(CAPES) — Finance Code 001*

RESUMO

A presente tese analisa como a corrupção, a partir de sua conversão em problema público, passou a ser acionada como arma política na disputa pelo Estado no Brasil entre 1955 e 1964. No âmbito das disputas políticas, busca-se demonstrar o uso seletivo da corrupção na tolerância de práticas que contribuíram para a manutenção do governo Juscelino Kubitschek; seu uso como moeda política na eleição do governo Jânio Quadros e também como um dos elementos justificadores do golpe civil-militar na deposição de João Goulart. Observa-se uma seletividade no uso político do fenômeno da corrupção acionado por diferentes grupos. Verifica-se que a direita civil-militar, com reposicionamento de agentes, porém com o mesmo projeto de Estado, acionava a bandeira anticorrupção. Este grupo, que não era homogêneo e sofreu alteração no curso do período da experiência democrática, será o mesmo grupo que chegará ao poder através do golpe de 1964. Contudo, o uso da corrupção como arma política não foi apenas acionado pela direita. Embora mais mobilizado pela direita, a esquerda também acionou a bandeira da corrupção no jogo político, como na CPI do IPES/IBAD. No bojo das disputas políticas reside uma reivindicação da bandeira anticorrupção na disputa pelo Estado. Em termos teóricos, foram utilizadas as contribuições de Pierre Bourdieu, para pensar a disputa do capital simbólico por diferentes agentes no campo político e as contribuições de Antonio Gramsci, para analisar a construção do consenso hegemônico do discurso anticorrupção através dos Aparelhos Privados de Hegemonia na disputa pelo Estado. Como fonte, foram utilizados em grande parte o material da imprensa disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (*Jornal Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa, Última Hora, Jornal do Brasil, Correio Brasiliense, Jornal do Commercio e Revista Manchete*), no acervo do jornal *O Globo* e no acervo do jornal *Estadão*. Foram também utilizados documentos oficiais como decretos, leis e atos institucionais, além da Comissão Parlamentar de Inquérito do Complexo IPES/IBAD.

Palavras-chave: Corrupção. Estado. Política. Golpe de 1964.

ABSTRACT

This thesis analyzes how corruption, from its conversion into a public problem, came to be used as a political weapon in the dispute for the State in Brazil between 1955 and 1964. In the context of political disputes, it seeks to demonstrate the selective use of corruption in the tolerance of practices that contributed to the maintenance of the Juscelino Kubitschek government; its use as a political currency in the election of the Jânio Quadros government and also as one of the justifying elements of the civil-military coup in the deposition of João Goulart. There is a selectivity in the political use of the phenomenon of corruption triggered by different groups. We verified that the civil-military right, with the repositioning of agents, but with the same State project, triggered the anti-corruption flag. This group, which was not homogeneous and underwent changes during the period of democratic experience, will be the same group that will come to power through the 1964 coup. However, the use of corruption as a political weapon was not only activated by the right. Although more mobilized by the right, the left also raised the flag of corruption in the political game, as in the CPI of IPES/IBAD. In the midst of political disputes lies a claim to the anti-corruption flag in the dispute for the State. In theoretical terms, the contributions of Pierre Bourdieu were used, to think about the dispute of symbolic capital by different agents in the political field and the contributions of Antonio Gramsci, to analyze the construction of the hegemonic consensus of the anti-corruption discourse through the Private Apparatus of Hegemony in the dispute by the state. As a source, press material available in the Digital Newspaper Library of the National Library (*Jornal Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense*, *Jornal do Commercio* and *Revista Manchete*) was used, in the collection of newspaper *O Globo* and in the collection of the newspaper *Estadão*. Official documents such as decrees, laws and institutional acts were also used, in addition to the Parliamentary Inquiry Commission of the IPES/IBAD Complex.

Keywords: Corruption. State. Politics. 1964 coup.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 — Maquete da Praça dos Três Poderes.....	72
Imagem 2 — Capa da Revista Manchete <i>Brasília ano 1 — A reportagem do século</i>	74
Imagem 3 — Inauguração de Brasília.....	75
Imagem 4 — Palácio do Governo.....	80
Imagem 5 — As Evoluções de um homem.....	102
Imagem 6 — Jânio devolverá vassoura.....	115
Imagem 7 — Vagão lotado.....	128
Imagem 8 — Passageiros pendurados nos vagões.....	129
Imagem 9 — Tumulto ao sair do vagão.....	129
Imagem 10 — Cassação de mandatos.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Composição dos governos eleitos por partido em 1962	130
Tabela 2 — Senadores: partidos em 1962.....	130
Tabela 3 — Câmara dos deputados: partidos em 1962.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Objeto e fontes	14
O campo político: o papel dos partidos políticos na Experiência Democrática (1945–1964)	15
Eixo teórico	18
Estruturação dos capítulos	22
1 CORRUPÇÃO: CONCEITUAÇÃO E HISTORIOGRAFIA	24
1.1 A corrupção e a variação polissêmica	25
1.2 A corrupção nesta pesquisa	28
1.3 Estado e corrupção.....	30
1.4 A corrupção na agenda internacional	32
1.4.1 <i>Impactos da agenda Internacional no Brasil</i>	35
1.5 O estudo da corrupção no curso do século XX	37
1.6 Notas sobre a corrupção no Brasil.....	40
1.7 A produção sobre corrupção na historiografia brasileira.....	47
1.8 A corrupção como problema público no Brasil	51
2 O GOVERNO JK: QUANDO INTERESSES POLÍTICOS CONVERGEM NA TOLERÂNCIA DA CORRUPÇÃO	54
2.1 O governo JK e a estabilidade política	55
2.1.1 <i>A aliança PSD/PTB</i>	56
2.1.2 <i>As forças armadas e a manutenção da ordem</i>	58
2.1.3 <i>A Imprensa</i>	60
2.2 A administração paralela e para além	64
2.3 A construção de Brasília e denúncias de irregularidades no edital para o Projeto do Plano Piloto.....	65

2.4 Denúncias de irregularidades na construção de Brasília e a CPI da NOVACAP	75
2.4.1 Custos com Brasília	79
2.4.2 Favorecimento	82
2.4.3 A criação da CPI.....	88
3 ELEIÇÃO E CORRUPÇÃO: O USO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO NO GOVERNO JÂNIO QUADROS.....	95
3.1 O símbolo da vassoura.....	97
3.2 Rumo ao governo de São Paulo	100
3.3 Aproximação com o grupo golpista de 1955	104
3.4 A campanha eleitoral de Jânio Quadros e a mobilização da corrupção	106
3.4.1 A questão corrupção na campanha presidencial em 1960	111
3.5 Saindo do palanque: a atuação de Jânio Quadros na presidência.....	118
4 A BANDEIRA ANTICORRUPÇÃO NO BOJO DO GOVERNO JOÃO GOULART E O GOLPE DE 1964	122
4.1 A mobilização da corrupção como prática na desestabilização do governo Jango	123
4.1.1 Notas sobre o IPES	123
4.1.2 A composição parlamentar de 1962	130
4.1.3 A corrupção eleitoral	137
4.2 A cassação de JK no bojo das denúncias de corrupção	144
4.3 A bandeira anticorrupção na justificativa do golpe de 1964.....	149
4.3.1 Algumas perspectivas sobre o golpe de 1964.....	150
4.3.2 A bandeira anticorrupção	152
4.4 Denúncias de corrupção no governo João Goulart.....	157
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
ANEXOS	188

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento é uma continuação da minha pesquisa iniciada no mestrado, intitulada *Corrupção, narrativas de imprensa e moralidade pública nos anos 50: a conversão da corrupção em problema público no Brasil* e apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense em 2017. Nela foi demonstrado como a corrupção foi construída como um problema público no Brasil nos anos 1950 através da imprensa, no bojo das disputas políticas, e foi mobilizada para esvaziar o poder político de Getúlio Vargas, bem como desestabilizar seu governo através da denúncia pública.

Nesta tese de doutoramento é ampliado o eixo temporal e analisado como a corrupção, a partir de sua conversão em problema público, passou a ser acionada como arma política na disputa pelo Estado no Brasil entre 1955 e 1964. No âmbito das disputas políticas, busca-se examinar o uso seletivo da corrupção na tolerância de práticas na manutenção do governo Juscelino Kubitschek, seu uso como moeda política na eleição do governo Jânio Quadros e também com um dos elementos justificadores do golpe civil-militar com a deposição de João Goulart. Verificamos que a direita civil-militar, com reposicionamento de agentes, porém com o mesmo projeto de Estado, acionava a bandeira anticorrupção. Este grupo, que não era homogêneo e sofreu alteração no curso do período da experiência democrática, será o mesmo grupo que chegará ao poder através do golpe de 1964. Contudo, o uso da corrupção como arma política não foi apenas acionado pela direita. Embora mais mobilizado por ela, a esquerda também acionou a bandeira da corrupção no jogo político, como na CPI IPES/IBAD, fato que evidencia uma reivindicação pela bandeira anticorrupção na disputa pelo Estado.

Para tal análise, privilegia-se o uso da corrupção em seus diferentes estatutos: como denúncia pública na construção da CPI da Novacap para investigar denúncias de corrupção na construção de Brasília no governo JK; como argumento político e criação de elementos simbólicos em torno da eleição de Jânio Quadros para combater a corrupção através da moralização da administração pública; e como prática na desestabilização do Governo João Goulart, bem como discurso para implementação do golpe civil-militar de 1964.

Objeto e fontes

Ao escolher como objeto de pesquisa o fenômeno da corrupção, foi necessário o levantamento do que já havia sido produzido sobre o assunto. Ainda no estudo que antecedeu esta pesquisa, identificou-se que o debate sobre corrupção estava quase em sua totalidade dentro das Ciências Sociais, principalmente na Ciência Política, com alguns trabalhos dentro da Sociologia e da Antropologia. Na História, embora o termo corrupção fosse tangenciado, não havia um estudo aprofundado sobre o fenômeno, o que me gerou, enquanto historiadora, inquietação por ser um tema tão presente na História do Brasil. Tal inquietação me fez trazer a discussão para o doutorado em História.

É importante salientar que no curso temporal entre o mestrado e a finalização da tese de doutoramento outros estudos surgiram dentro da História, como na Colônia com a obra de Adriana Romeiro (2017) e República com Pedro Campos (2014). Contudo, ainda diante da carência de produção acerca de estudos sobre a corrupção na historiografia, procuro de alguma forma contribuir para o debate sobre corrupção dentro da História do Brasil e fornecer elementos para elucidar a compreensão do fenômeno no tempo presente.

No tocante às fontes desta pesquisa, o contexto da pandemia da Covid-19 impactou diretamente o seu acesso. Uma parte importante da pesquisa era a Comissão Parlamentar de Inquérito da NOVACAP — Companhia Urbanizadora da Nova Capital (empresa responsável pela construção de Brasília), que pela literatura encontrava-se no Arquivo Nacional de Brasília, não digitalizado. A inviabilidade de descolamento e acesso a acervos implicou na redução e na readequação das fontes da pesquisa.

Como fontes foram utilizadas em grande parte o material da imprensa disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (*Jornal Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense*, *Jornal do Commercio* e *Revista Manchete*), no acervo do jornal *O Globo* e no acervo do *Estadão*. A escolha do jornal *Correio da Manhã* deveu-se à sua grande tiragem e circulação. O *Tribuna da Imprensa*, por sua vez, foi escolhido por demonstrar oposição aos governos JK e João Goulart, bem como por apoiar o golpe de 1964, assim como *O Globo* e o *Estadão*, que também apoiaram. O *Última Hora* foi escolhido por apresentar uma postura mais

governista nos mesmos governos citados e por não ter apoiado o golpe. Nesses jornais foram realizados levantamentos sobre corrupção e discursos parlamentares.

Os demais jornais e revistas citados foram utilizados a partir de suas referências em livros trabalhados na pesquisa. Foram também utilizados documentos oficiais como decretos, leis e atos institucionais, além da Comissão Parlamentar de Inquérito do Complexo IPES/IBAD. Apesar de trabalhar o contexto da CPI da NOVACAP e não ter tido acesso ao documento da CPI, me restringi à literatura e às transcrições de discursos do Congresso nos jornais.

Sobre o período estudado muito já se foi produzido dentro do que chamamos de “experiência democrática”, não optando-se discorrer sobre, portanto, por essa razão. O mesmo acontece com a discussão sobre o conceito de populismo, que, embora seja uma discussão que esteja presente no contexto histórico do período, acreditamos que na relação com a corrupção como arma política a discussão do conceito não se fez necessário para o âmbito da pesquisa¹. Contudo, se faz necessário a apresentação do campo político e os interesses em disputa, pois foi nesse contexto que a corrupção passa a ser usada como arma política, seja para alimentar a imprensa através da denúncia pública, usar a tribuna da câmara, no parlamento para obstruções de projetos ou mesmo pelo uso da força com derrubada de governo, cassação política e uso de instrumentos autoritários.

O campo político: o papel dos partidos políticos na Experiência Democrática (1945–1964)

A lei eleitoral de maio de 1945, também conhecida como “Lei Agamenon”², determinou a constituição de partidos de caráter nacional, o que rompia com a tradição regionalista da política partidária do país que fortalecia o poder das oligarquias regionais. Neste mesmo ano foi criado o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), que se consolidaram como os principais partidos políticos brasileiros atuantes na cena pública brasileira entre as décadas de 1940 e 1960.

¹ Sobre o contexto histórico do período e a discussão sobre o conceito de populismo, ver: Dreifuss (1981); Benevides (1981); Boito Jr. (1982); Skidmore (2007); Vinzentini (2008); Delgado (2008); Weffort (1980); Ferreira (2001, 2008).

² Recebeu este nome por ser supervisionada pelo então Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, um dos articuladores do PSD (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930, c2020a).

O PTB era porta voz do getulismo e dele fizeram parte Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Era composto por operários e trabalhadores sindicalizados, além de funcionários públicos ligados ao Ministério do Trabalho (GOMES, 1994; DELGADO, 2008). Era “considerado um grande partido de massas que teria como base o proletariado urbano beneficiado pela legislação trabalhista implantada no Estado Novo”³. PTB e PSD teceram de forma recorrente alianças para a disputa das eleições presidenciais em que candidaturas foram apoiadas em 1945, 1955 e 1960 (BENEVIDES, 1976). É importante salientar que o PTB gradativamente foi ganhando expressão nas eleições e ampliando continuamente sua bancada no parlamento, além de conquistar alguns governos estaduais (BENEVIDES, 1976).

Já o PSD reunia em seus quadros ex-interventores do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana, industriais de São Paulo e principalmente representantes das oligarquias estaduais, os conhecidos coronéis⁴ (DREIFUSS, 1981; DELGADO, 2008). O PSD obteve maioria na Câmara e no curso de sua história “elegeu dois presidentes da República (1945 e 1955), contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas em 1950, conquistou vários governos estaduais e integrou praticamente todos os ministérios do período” (HIPÓLITO, c2009, não paginado)⁵. O poder de articulação tornou-se característica do partido e “como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram mestres da negociação, ficaram conhecidos como ‘raposas’ da política brasileira” (DELGADO, 2008, p.138). Das origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB se deu origem a um ditado popular segundo o qual: “O PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca” (DELGADO, 2008, p. 90).

A UDN emergiu como resultado de um movimento que agregou variadas tendências políticas que se reuniram em torno do antigetulismo e da defesa da democracia liberal: classe média, empresários, políticos e inicialmente até membros da esquerda (BENEVIDES, 1981). Sua origem representou uma frente contra o Estado Novo e reuniu diversas correntes que se articularam para lançar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República na tentativa de minar o getulismo (BENEVIDES, 1981). Após esse movimento agregador, o partido rumou para a Direita,

³ Ver verbete Partido Trabalhista Brasileiro (1945–1965) (FERREIRA, c2009).

⁴ Ver verbete Partidos Políticos Nacionais (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, c2020b).

⁵ Ver verbete Partido Social Democrático (1945–1965) (HIPÓLITO, c2009).

gradativamente. Sua identidade pautava-se na construção da imagem pública, através do moralismo e do elitismo, e na especificação da luta política centrada no antigetulismo e no anticomunismo (BENEVIDES, 1981). Possuía como porta voz o jornal *Tribuna da Imprensa*, pertencente a Carlos Lacerda, um dos principais líderes da UDN. O ataque através da denúncia pública e caça a escândalos envolvendo irregularidades na administração pública se tornou, a partir do governo Vargas, um modo de fazer política aos seus adversários (SILVA, 2017).

Esses três partidos formaram uma tríade de estrutura de poder e dominaram a cena política até sua extinção no curso do golpe implementado em 1964. Suas disputas em sua primeira década polarizavam entre o getulismo e o antigetulismo. Todavia, no início da década de 1960, o sistema pluripartidário brasileiro já não trazia em seu bojo os mesmos objetivos fundadores. Pôde-se verificar o PTB assumindo a vértice dessa estrutura triangular e se projetando como força política (BENEVIDES, 1976; DELGADO, 2008).

Nas eleições de 1945, que inauguraram a nova fase democrática brasileira, apoiado pelo PSD, PTB e obtido apoio de Vargas, o Marechal Eurico Gaspar Dutra é eleito. Mesmo com o apoio de Vargas e do PTB, Dutra abandonou o projeto getulista de nacionalismo e da participação das classes trabalhadoras e compôs seus ministérios com membros da UDN (DREIFUSS, 1981; VINZENTINI, 2008). Seu governo foi marcado pela influência de empresários em postos chave da administração e favoreceu a lógica liberal na economia (DREIFUSS, 1981). Na década de 1950 a dinâmica dos interesses políticos novamente se alterou com Vargas assumindo a presidência da República pela segunda vez, porém agora de forma democrática.

Na experiência democrática o sistema político sofreu mudanças e o Congresso passou a adquirir protagonismo na viabilização do projeto de Estado getulista. Essa relação foi marcada por alianças e conciliação de distintos interesses no âmbito do poder do Estado.

O sistema político e o regime sofreram mudanças significativas. O congresso ficou mais forte e politicamente mais importante, tornando-se, lado a lado com o Executivo, um foco de articulação de interesses. O congresso representava o lugar onde as diferentes frações das classes dominantes tinham a possibilidade de compartilhar do governo junto com o bloco de poder dominante. O congresso tornou-se uma instituição basicamente regulada por conciliações e alianças, pois exercia certo grau de controle sobre as medidas políticas do executivo. As reivindicações do eleitorado do presidente como um todo ecoavam através da aliança PSD/PTB no

Congresso, e os interesses de seus eleitores imediatos através das diretrizes econômicas do Executivo. No regime populista de convergência de classes, o controle do Executivo tornava-se questão central (DREIFUSS, 1981, p. 31).

A importância que o Congresso ganhou no segundo governo Vargas nos fornece ingredientes para compreender seu papel na garantia da estabilidade política do governo JK na articulação PSD/PTB. Também nos permite compreender como os interesses desses distintos grupos em composição com o empresariado e o capital externo conseguiu ocupar em grande medida o Congresso através da manipulação da opinião pública na desestabilização do governo Goulart e posterior golpe de 1964. Entender essas disputas nos fornece ingredientes para entender o lugar destinado à corrupção na busca pela ocupação do Estado.

Eixo teórico

Os condicionantes culturais, morais e históricos são centrais para o estudo do fenômeno da corrupção. Contudo, por se tratar das disputas políticas no interior do Estado, os elementos e interesses de classe serão aqui privilegiados. Boito Jr. (2017) observa que o Estado capitalista com sua prática liberal possibilitou o ingresso das distintas classes sociais aos postos do Estado e que houve uma demarcação formal entre o público e o privado, ao passo que nos Estados pré-capitalistas não existia formalmente tais distinções; logo, os recursos materiais e financeiros desses Estados (antigo, medieval e absoluto) confundiam-se com os pertencentes às classes dominantes (BOITO JR., 2017).

No Estado capitalista houve uma variação no acesso ao Estado através do aparato racional-legal. Contudo, há uma distância entre teoria e prática nesse processo, pois os principais postos continuam sendo acessados pelas classes dominantes. No tocante à corrupção, Boito Jr. (2017) sugere que esta se inscreve justamente na distinção formal entre o público e o privado como característica do Estado capitalista, compondo também a ideologia própria a este tipo de Estado. Apesar da existência de um aparato racional-legal que estabelece a separação entre as esferas públicas e privadas, os recursos do Estado são disponibilizados a serviço da classe capitalista através deste mesmo aparato e aponta a corrupção como uma ideologia inerente ao Estado burguês.

É por isso que a prática da corrupção e a sua condenação, retórica ou real, motivada por valores variados de acordo com a classe social considerada, devem ser tratadas como ideologia: uma representação inconsciente, deformada e interessada da realidade, no caso, uma representação inconsciente, deformada e interessada sobre a natureza e o funcionamento do Estado capitalista (BOITO JR., 2017, p. 13).

O autor reitera que o viés de classe é definidor no acesso aos recursos públicos do Estado, sendo, portanto, uma falácia afirmar que os cidadãos são iguais diante do Estado e na utilização dos recursos provenientes do mesmo.

Afirmar que o operário e o capitalista são igualmente cidadãos, que os cargos burocráticos e eletivos estão abertos a todos e que, como supõe a ideologia da corrupção, os recursos públicos estão separados dos recursos privados, é dizer uma meia verdade que torna crível uma “inteira mentira”. [...] A ideia de corrupção é uma figura ideológica burguesa e serve, em primeiro lugar, para encobrir o fato de que as instituições, os equipamentos, os bens e os recursos humanos do Estado capitalista não são “públicos”, mas sim recursos a serviço dos interesses gerais da classe dominante (BOITO JR., 2017, p. 14).

É importante salientar que, além dos elementos legais do Estado capitalista, um discurso de moralidade pública — fundada pela lógica de Estado — também foi forjado para assegurar interesses particulares como interesses universais. Para Bourdieu (2008), a subordinação do indivíduo ao coletivo, isto é, o interesse no desinteresse, o sacrifício do interesse particular em favor do interesse coletivo, credita um lucro simbólico à noção de virtude. “O reconhecimento universalmente concebido à regra oficial faz com que o respeito, ainda que formal ou fictício, à regra, assegure lucros de regularidade, por ser mais confortável estar de acordo com a regra” (BOURDIEU, 2008, p. 219). Contudo, ao discutir a questão moral na política, o autor afirma não se poder ignorar que na disputa pelo universal, nesse interesse do desinteresse, muitas vezes o interesse particular acaba por se sobrepôr ao interesse universal, ou seja, o universal torna-se resultado do interesse particular.

Podemos evidenciar tal questão na atuação dos juristas na organização da burocracia estatal. Da mesma forma não podemos deixar de observar que há servidores do Estado que servem a seus interesses particulares sob a aparência do universal. Nesse aspecto, é importante salientar que pensar a agenda de combate à corrupção no Brasil não pode ser desvinculado de interesses políticos privados na disputa de mercado (de grandes corporações e bancos, por exemplo) forjada como interesse universal de

combater à corrupção, minando empresas estatais que seriam “reduto da corrupção”, configurando a corrupção de mercado, como apontou Jessé de Souza (2019).

É importante demarcar que este estudo se situa no âmbito do Estado capitalista e privilegamos a lógica bourdesiana das disputas por distintos agentes pela posição hegemônica na hierarquia dentro do Estado, sendo este entendido por Bourdieu como “campo de poder, que pode ser entendido como campo administrativo ou campo da função pública”, uma espécie de Estado como meta-campo por interferir nos distintos campos no mundo social (BOURDIEU, 2014, p. 30). A noção de campo está associada à disputa de posição por agentes dentro do mundo social. Bourdieu (1989) aponta que o mundo social é composto por diversos “campos” (econômico, político, científico, esportivo, entre outros). O campo se fundamenta na circulação de um capital simbólico (econômico, social, cultural, intelectual etc.) reconhecido pelos agentes que disputam posição dentro desse campo, ou seja, cada campo é caracterizado pelo capital inerente a ele e reconhecido pelos agentes presentes nesse campo. A acumulação desse capital pode levar determinado agente a obter hegemonia dentro desse campo, isto é, o campo é o local das manifestações de relação de poder.

Os projetos de poder que disputam o Estado representam os distintos interesses de agentes em diferentes posicionamentos dentro do campo. O capital “reputacional” forjado na honra, no prestígio, conjuntamente com o capital social pautado nas relações sociais são característicos ao campo político, pois eles interferem na representação que se constrói acerca dos agentes neles inseridos. A reputação do agente público, sua conduta na busca pelo interesse público, bem como suas relações com outros agentes que circulam neste campo, determinam sua ascensão e manutenção na vida pública. Por essa razão, ambos são capitais tão caros a este campo, por serem definidores da representação construída.

A pesquisa também é pensada na perceptiva de Gramsci observando a funcionalidade do Estado constituído por duas esferas principais: a sociedade política e a sociedade civil (GRAMSCI, 2007). A primeira caracteriza-se pelo “Estado em sentido estrito ou estado coerção, formada por um conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência (coerção)” (COUTINHO, 1992, p. 76). Já a sociedade civil é formada:

Pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias como sistema escolar, igreja, partidos políticos, sindicatos,

organizações profissionais, organização material da cultura — revistas, jornais, meios de comunicação em massa etc. (COUTINHO, 1992, p. 77).

A este conjunto de organizações Gramsci chama de aparelhos privados de hegemonia. Álvaro Bianchi, estudioso da obra de Gramsci, aponta que nesse aspecto o Estado é então entendido de maneira orgânica e amplo, compreendendo sociedade política e sociedade civil, constituindo o que Gramsci denominou de Estado Integral (ampliado) (BIANCHI, 2007). No pensamento gramsciano a sociedade civil é percebida como instrumento de dominação ideológica, intelectual e cultural pela classe dominante, em que, através dos aparelhos privados de hegemonia, os valores da classe dominante são disseminados (GRAMSCI, 2007). Dessa forma, a sociedade civil estaria associada à superestrutura na qual a classe dominante mantém e reproduz sua hegemonia pelo consentimento das classes subalternas, a partir de sua articulação no interior dos aparelhos privados de hegemonia e não somente pela coerção (COUTINHO, 1992).

A disputa de diferentes agentes pelo controle dos aparelhos privados de hegemonia implica diretamente na disputa pelo campo de poder do Estado. As representações sociais ali produzidas tornam-se hegemônicas ao forjarem um consenso no senso comum da população, isto é, a hegemonia é resultado das articulações que são formadas dentro dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, com vistas à criação de uma direção ideológica política da vontade da população. A classe dominante torna-se então dirigente por assegurar sua dominação onde o poder reside: na sociedade política, através dos meios de coerção; e na sociedade civil na elaboração de um consenso, consolidando a hegemonia (COUTINHO, 1992). Essa vontade coletiva é apontada por Gramsci como uma ideologia que cimenta o bloco histórico então forjado na convergência entre a estrutura e a superestrutura, dando unidade aos contrários e distintos, pois é necessária uma vontade coletiva para que haja transformação social (COUTINHO, 1992; LIGUORI; VOZA, 2017). Coutinho (1992) observa que um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica; por outro lado, um novo bloco se forma quando uma classe subalterna estabelece sua hegemonia sobre os outros grupos subordinados.

Esse processo requer um intensivo diálogo entre os líderes e os seguidores dentro de uma classe que aspiram a hegemonia, o que remete ao papel dos intelectuais que desempenham um papel fundamental na construção de um bloco histórico. Em *Os intelectuais e a organização da cultura* (1982), Gramsci aponta que, por ser na

sociedade civil que a classe dominante se sobrepõe em termos de dominação sobre outras classes, ela mobiliza lideranças intelectuais para consolidar sua visão de mundo, para torná-la abrangente com caráter coletivo. Por essa razão, no interior da sociedade civil ocorre a disputa pelo monopólio da opinião pública (jornais, partidos, parlamentos), de modo que somente uma força modele a opinião pública e, por conseguinte, a vontade pública nacional, deixando à margem os que discordam (GRAMSCI, 1982).

Por meio dessa aproximação entre Bourdieu e Gramsci busca-se iluminar a mobilização da corrupção para interesses políticos através da disputa do capital simbólico do campo político, seja pelo seu acúmulo ou esvaziamento, e a disputa do Estado por grupos distintos e antagônicos que buscam produzir e reproduzir através dos aparelhos privados de hegemonia um discurso de consenso reativo sobre a corrupção para justificar a ocupação, manutenção ou mesmo a derrubada de poder. Sendo assim, a corrupção é mobilizada como uma arma política. A partir da construção de um consenso de rejeição à corrupção, os agentes que emergem como defensores de uma moralidade pública, que se apresentam como combatentes das práticas corruptas, tendem a adquirir um prestígio político e social ao passo que aqueles que sofrem denúncias, mesmo sem comprovação, tendem ao esvaziamento do capital reputacional e consequente desprestígio na vida pública. Essa relação de ataque e defesa mobilizando a corrupção não está descolada de interesses políticos, de disputas de projetos hegemônicos de poder.

Estruturação dos capítulos

A estrutura dos capítulos da tese foi pensada de forma a examinar como o fenômeno da corrupção, que é tão presente na cena pública brasileira, pode ser mobilizado como chave explicativa na compreensão da manutenção, eleição e de desmontes de projetos de Estado no Brasil no bojo dos interesses políticos. A tese possui como centralidade interrogar no âmbito da administração pública como a corrupção é acionada no jogo político como instrumento para pressionar, amenizar ou mesmo justificar golpe de Estado no país. Não é novidade que a corrupção não é descolada de interesses políticos e que historicamente já foi mobilizada para eleição, manutenção e derrubada de governos; contudo, busca-se analisar como isso foi

operacionalizado no Brasil criando uma espécie de *modus operandi* do uso da corrupção como moeda política.

A tese é dividida em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo, intitulado *Corrupção: conceituação e historiografia*, tem por objetivo apresentar a complexidade do estudo do fenômeno da corrupção, situar o leitor sobre sua discussão no âmbito da pesquisa acadêmica, bem como definir como a corrupção será entendida neste estudo.

No segundo capítulo, *O Governo JK: quando interesses políticos convergem tolerância da corrupção*, é examinado o governo de Juscelino Kubitschek e como, apesar das tentativas de golpe e denúncias de corrupção no tocante à construção de Brasília que originou uma CPI, ele conseguiu concluir um mandato num país que tem sua história marcada por golpes de Estado.

O terceiro capítulo — *Eleição e governo: o uso político da corrupção no governo Jânio Quadros* — analisa o modo como a corrupção foi acionada na trajetória política de Jânio Quadros examinando o discurso de combate à corrupção durante sua campanha presidencial em 1960.

O quarto e último capítulo, *A bandeira anticorrupção no bojo do golpe de 1964*, busca examinar o uso político da bandeira anticorrupção como uma das justificativas para o golpe civil-militar no Brasil. Busca-se analisar como a corrupção foi acionada como prática, na desestabilização do governo João Goulart através do IBAD/ADEP e também como discurso para justificação do golpe de Estado de 1964.

1 CORRUPÇÃO: CONCEITUAÇÃO E HISTORIOGRAFIA

A corrupção tem sido um tema de recorrente debate no cenário político, presente nas discussões cotidianas do senso comum e amplamente explorado pela mídia. Para citar alguns casos:

Lava-jato: Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobrás é condenado por corrupção (VIANNA; HISING, 2010, *GI— Paraná*).

Polícia realiza operação em seis estados e expõe superfaturamento de compras na saúde (*GI*, 2020).

PF prende juiz ligado a esquema de sentenças e que tinha vida de luxo (LOPES, 2019, *Notícias UOL*).

Corrupção policial viabiliza tráfico de armas e é central na crise, diz procurador que investiga escalada da violência no Rio (SHALDERS, 2018, *BBC NEWS*).

Saiba como funcionava o esquema de corrupção no setor de transportes do RJ, segundo o MPF (*GI*, 2017).

PF investiga desvio de R\$ 1,6 bi na verba para educação (*Folha — PERNAMBUCO*, 2018).

Merenda vira prato cheio para corrupção (SCHIVARTCHE, 2004, *Folha UOL*).

Corrupção e os impactos na saúde pública (*Canal Saúde Fiocruz*, 2015).

O maior escândalo de corrupção da História do Brasil foi a privatização tucana (LASSANCE, 2014, *CARTA MAIOR*).

A corrupção também é um tema que tem recebido gradual atenção de estudos acadêmicos em diversos campos: Administração Pública, Antropologia, Ciência Política, Direito, História e Sociologia. As pesquisas nos distintos campos têm sido motivadas pela tentativa de compreensão de questões que envolvem o fenômeno da corrupção como: a percepção da população, seu custo social, casos e escândalos de corrupção, medidas de combate efetivo, seu uso político e sua mobilização na justificativa de golpes de Estado, dentre outros⁶.

Nesse sentido, a corrupção é um tema presente nas discussões da ordem do dia. Este capítulo tem por objetivo apresentar a complexidade do estudo do fenômeno da

⁶ Ver Bezerra (1995, 2018); Speck (2000, 2012); Barreira (2001); Soares (2004); BIASON (2008, 2009a); Miranda (2009, 2010); Filgueiras (2009); Pinto (2011); Lima (2013); Reis (2013); Campos (2014); Souza (2016, 2019); Silva (2017); Marani *et al.* (2018); Demier (2019).

corrupção bem como situar o leitor sobre sua discussão no âmbito da pesquisa acadêmica. Por essa razão, o capítulo será dividido em dois blocos: o primeiro propõe como ponto de partida analisar algumas abordagens de definição do que é entendido sobre corrupção, lançando olhar para os verbetes de alguns dicionários para situar a variação polissêmica. Acredita-se ser necessário examinar a variação do entendimento da corrupção e demonstrar que sua percepção e conceituação não são homogêneas e, a partir disso, adotar uma noção de corrupção que será utilizada nesta pesquisa.

O segundo bloco busca situar as discussões acadêmicas sobre o fenômeno dentro e fora do Brasil e identificar o contexto em que o fenômeno ganha contornos de problema público internacional, a consequente elaboração de uma agenda internacional de combate à corrupção e seu impacto no Brasil. Por fim, situamos o debate sobre a corrupção na História do Brasil, privilegiando as contribuições e limites no pensamento social brasileiro, bem como também abordamos a maneira como a corrupção tem sido tratada pela historiografia brasileira.

1.1 A corrupção e a variação polissêmica

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa são apresentadas seis definições para corrupção:

1. Deterioração; decomposição física de algo; putrefação. Ex.: corrupção dos alimentos.
2. Alteração das propriedades originais de alguma coisa. Ex.: corrupção de um texto.
3. Depravação de hábitos, costumes etc.; devassidão.
4. Ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheira, geralmente com oferecimento de dinheiro; suborno. Ex.: uso da corrupção para aprovar seu projeto.
5. Uso de meios ilegais para apropriar-se de informações privilegiadas em benefício próprio.⁷

Nesse mesmo verbete também são oferecidos sinônimos à corrupção: “prevaricação, devassidão, depravação, adulteração, alteração, corrompimento, desvirtuamento, deturpação, modificação”.

Tais definições abarcam variados sentidos e contextos para corrupção, e, caso nos debruçássemos em seus desdobramentos, estes renderiam uma infinidade de

⁷ Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1. Acesso em: 12 abr. 2020.

possibilidades em torno do termo, o que não é objetivo deste estudo. Para tal, um corte é necessário e nesse sentido é privilegiada a corrupção na sua relação com a administração pública, ou seja, a corrupção envolvendo agentes que representam o Estado. Desse modo, as duas últimas definições se situam melhor no campo da relação estudada, uma vez que se privilegia irregularidades na administração pública com a apropriação do interesse público pelo privado.

No *Dicionário de Política* organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007), o verbete sobre *corrupção* assim a define: “Fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa” (PASQUINO, 2007, p. 291). Também são apresentados três tipos de práticas de corrupção:

[...] a recompensa para influenciar a ação de um funcionário público; o nepotismo, em que empregos ou contratos públicos são baseados pelas relações de parentesco e não pela capacidade técnica e o peculato através do desvio ou apropriação do uso do fundo público para uso particular (PASQUINO, 2007, p. 291–292).

Quando pensada a corrupção na relação com a administração pública, foi verificado que um conjunto de práticas como suborno, nepotismo, favoritismo enriquecimento ilícito e peculato também aparecem em composição com a mesma. Práticas estas que também estão prescritas juntamente com a corrupção no Código Penal brasileiro quando se versa sobre crimes contra a administração pública no Decreto-lei 2.848/1940. Não estamos com isso desconsiderando a existência da corrupção e destas práticas na esfera privada em sua relação com o mercado. Apenas restringimos a análise à esfera pública.

O *Dicionário Brasileiro da Corrupção* (LINZ, 2012), ao definir o termo, situa seu sentido epistemológico:

A palavra corrupção vem do latim *corruptus* (quebrar). Literalmente significa “objeto quebrado”. Conceitualmente, corrupção é uma forma de comportamento que renuncia à ética, à moralidade, à tradição, à lei e à virtude civil. Normalmente há uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor. (LINZ, 2012, p. 60).

Nesse verbete novamente reside a promessa de recompensa para influenciar uma ação considerada irregular por determinado agente. A variedade polissêmica que

abrange o termo e seus desdobramentos fomenta certa dificuldade entre a noção de corrupção no discurso cotidiano e sua análise efetiva. Macamo (2014), em verbete sobre *corrupção* no *Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa*, atenta que os conceitos possuem uma dimensão discursiva e outra analítica. Enquanto a primeira se situa num contexto mais geral e informal do uso cotidiano sem considerar as condições e possibilidades que o estruturam, a dimensão analítica delimita, examina, não apenas faz referência como também descreve o que nomeia. Para Macamo (2014), esta distinção é central no uso da noção de corrupção em relação à análise, descrição e interpretação dos fenômenos sociais. Em consonância com os verbetes dos dicionários citados, ele assim define a corrupção:

No sentido mais literal do termo a corrupção descreve o abuso duma posição pública para fins privados. Como é fácil de depreender a partir desta breve definição, a noção de corrupção, quando usada no contexto político, abarca vários fenômenos, nomeadamente o suborno, o nepotismo, o desvio de fundos e a cobrança ilícita de valores monetários por serviços públicos devidos gratuitamente ou a custo baixo. Ela ganha o seu sentido negativo, sobretudo quando se traduz no enriquecimento ilícito de políticos ou funcionários públicos (MACAMO, 2014, p. 60).

Outros dicionários e/ou enciclopédias específicos das Ciências Humanas e Sociais também foram acessados — *Sociologia: conceitos-chave* (SCOTT, 2010), *Dicionário de Sociologia*⁸, *Dicionário de Conceitos Históricos* (SILVA; SILVA, 2009), *Encyclopedia of social and cultural of Anthropology* (BARNARD; SPENCER, 2002), *Companion Encyclopedia of Anthropology* (INGOLD, 2003) —, constatando-se que neles não há verbete dedicado à corrupção.

A pouca existência de verbetes destinados a um fenômeno tão presente no cotidiano nos permitiria questionar a razão: se o fato se deve a um interesse reduzido sobre o tema ou pela dificuldade de definição. Como é evidenciada uma preocupação de interesse internacional de combate à corrupção, e no cenário brasileiro há relativa produção sobre o fenômeno, a existência de poucos verbetes nos dicionários está muito mais associado à complexidade e teias que envolvem a corrupção do que necessariamente a um desinteresse no estudo.

A perspectiva de um dicionário propõe uma definição mais ampla do fenômeno, o que é importante para um ponto de partida, apesar de diferentes formas de pensar a

⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/praxis/482/5023019-dicionario-de-sociologia.pdf?sequence=1&isallowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2019.

definição de corrupção. No tocante à administração pública, é possível identificar um eixo central que envolve a corrupção: a apropriação do público pelo privado, isto é, quando o interesse particular se sobrepõe ao interesse público. Essa lógica permeia a noção de corrupção, mas não é suficiente para o estudo do fenômeno, sendo necessário analisar as condições e possibilidades que forjam o agente corrupto e o corruptor e que, dependendo do tempo, espaço e relações em que estes agentes estão inseridos o olhar sobre o que se entende como público/privado, interesse privado/público, individual/coletivo, particular/universal pode sofrer variação. Por essa razão o estudo da corrupção é carregado de complexidade e o diálogo entre as diversas ciências é de grande importância, pois potencializa e amplia as lentes de análise.

Nesse sentido é importante salientar que outros fatores contribuem para se pensar a corrupção, não apenas a lógica legal/ilegal. A representação do que se compreende como corrupção sofre variação de tempo e espaço, “possui uma dimensão legal, histórica e cultural que não pode ser negligenciada quando se busca analisá-la” (BEZERRA, 1995, p. 12). Essa é uma das razões (senão a principal) de não haver uma uniformidade na conceituação do termo, pois, dependendo do contexto e interesses envolvidos, ele sofre alteração, além de abarcar um grande número de práticas (BEZERRA, 2018; SCHILLING, 1997).

1.2 A corrupção nesta pesquisa

Conceituação e estudo do fenômeno da corrupção em si abarcam contextos sociais e históricos que vão impactar as esferas políticas, econômicas e sociais e, dependendo do contexto espaço-temporal, podem ser combatidas, toleradas ou mesmo mobilizadas. No bojo de tantas esferas, a corrupção, mesmo na contemporaneidade, em que há relativo aumento de estudos sobre o fenômeno, tem se apresentado como desafio à pesquisa científica no tocante à sua compreensão em decorrência das questões que a envolvem. Há uma variação de práticas entendidas de distintas maneiras em diferentes contextos. Outro elemento é a dificuldade de uma conceituação do termo por aqueles que pesquisam a corrupção. A variação de práticas, contextos e polissemia não permite uma homogeneidade do que é entendido por corrupção, o que torna o seu estudo muitas das vezes complexo. Lançar luz para os elementos acima elucidados nos fornece ingredientes para melhor compreensão do fenômeno.

Entendemos que a corrupção se apresenta como um fenômeno variável que sofre alteração de sua percepção no tempo e no espaço. Está condicionada a elementos históricos e culturais que compõem em determinado lugar e período um conjunto de representações sociais. Tais representações criam interpretações e discursos que não são homogêneos, são relacionais: ao outro, ao tempo, ao espaço. Dessa forma, a corrupção poder ser entendida de uma maneira em um lugar e não necessariamente entendida da mesma forma em outro. É preciso estar atento a isso para não se criar uma conceituação generalizante que inviabiliza a sua aplicabilidade em distintos contextos, conseqüentemente comprometendo sua análise.

Nas noções de corrupção um eixo se apresenta de forma recorrente: a apropriação do interesse público pelo privado. Contudo, o que se entende como público e como privado também é relacional ao contexto espaço-temporal, o que reforça a questão da representação social e conseqüente interferência na percepção da noção de corrupção. Feitas tais considerações, uma vez que neste estudo reside num recorte espaço-temporal, bem como a análise do aparato jurídico, optou-se por adotar a noção de *corrupção* aqui para indicar irregularidades na administração pública prescritas no Código Penal brasileiro dos anos 1940 no tocante aos crimes contra a administração pública entendidos como corrupção passiva e ativa, respectivamente: “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” (BRASIL, 1940, artigo 137, p. 58); e “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” (BRASIL, 1940, artigo 333, p. 58). No uso das fontes do período, os sujeitos históricos utilizam o termo de forma plasticizante e generalizante, portanto, ao me referir ao seu uso neste contexto, serão utilizadas apenas no termo corrupção. No eixo temporal em que esta pesquisa se inscreve, o olhar será lançado para o seu uso político em distintos contextos no Brasil.

Também é necessário salientar que, pensando a corrupção no âmbito da administração pública, os diversos olhares de distintos autores sobre o fenômeno nos permite observar diferentes formas de analisar a relação com o Estado: a relação dos agentes com a coisa pública, da população na sua percepção sobre o que se espera do Estado, e de como o mercado se relaciona com o Estado. Estar atento em como a

corrupção se inscreve nessas relações também nos fornece ingredientes para o estudo do Estado (GUPTA, 2012).

1.3 Estado e corrupção

Saindo das definições sobre corrupção em verbetes, quando já se tem uma noção substantivada do fenômeno, em que o termo em si nomeia um conjunto de práticas, considerando também que já foi definido como o fenômeno será tratado nesta pesquisa, convém realizar um recuo histórico para lançar olhar para associação e entendimento do fenômeno da corrupção em distintos contextos históricos. Uma vez que esta pesquisa privilegia a administração pública se faz necessário observar a relação entre corrupção e Estado.

No período moderno, o Ocidente viveu a experiência do surgimento do Estado Moderno, caracterizado por uma racionalidade burocrática e legal na composição de sua administração com o objetivo de organizar através de suas instituições o comportamento dos indivíduos no âmbito de determinado Estado. Isto é, seus regulamentos abrangiam a sua esfera territorial (WEBER, 2004). Tratando-se de um Estado inicialmente absolutista, apesar de na teoria o Rei possuir plenos poderes, na prática ele precisava delegar responsabilidades, uma vez que não poderia estar em todos os lugares e também precisava atender aos interesses de sua base de apoio político. Nessa delegação de autoridade se constituía o agente que representava o Estado e nessa representação conviviam interesses públicos e particulares, pois este agente estava sujeito a lealdades e relações que não necessariamente poderia ser o interesse público (BOURDIEU, 2014). É nessa fronteira entre interesse particular e público que se inscreve nosso olhar sobre o fenômeno da corrupção neste período.

Romeiro (2015), em estudo sobre a corrupção na época moderna, utilizando fontes primárias e literatura sobre o período, observa que o emprego do termo corrupção em um sentido metafórico foi aplicado ao campo da moral, da justiça e dos costumes, disseminado nos tratados políticos e morais da época. A autora observa que “até o final do século XVIII, o emprego da palavra em sua acepção física ou biológica conviveu lado a lado com a sua acepção política”, o que nos permite identificar que a noção de corrupção no período moderno incorporou elementos presentes na antiguidade (ROMEIRO, 2015, p. 217). Convém ressaltar que no bojo da consolidação do Estado

Moderno a própria noção do que era público e o que era privado também eram categorias difíceis de organizar visto que o interesse particular do governante se confundia muitas vezes com os interesses de Estado. A autora chama a atenção para o risco de anacronismo ao aplicar noções da burocracia do atual Estado liberal num contexto em que havia indistinção entre as esferas públicas e privadas e que práticas atualmente condenadas eram legitimadas e socialmente reconhecidas. A corrupção não nomeava práticas, mas era um elemento definidor na “putrefação” do corpo político (ROMEIRO, 2015, p. 218).

Pode-se concluir que poucas foram as flutuações semânticas da palavra ao longo dos séculos XVII e XVIII, prestando-se ela a designar os comportamentos morais ilícitos. Se a noção de corrupção, no sentido de desvio moral ou político, não era estranha ao imaginário político da Época Moderna, é de se notar, porém, uma diferença significativa entre os usos contemporâneos da palavra e os do passado. Ao contrário do que ocorre em nossos dias, a corrupção não designa as práticas, mas é, antes, o resultado de práticas que geram a putrefação do corpo da República, ou seja, as práticas não são em si corruptas: elas desencadeiam o processo de corrupção. Ou ainda, o indivíduo que pratica atos ilícitos não é propriamente corrupto, mas sim corruptor. É a partir do final do século XVIII que a palavra sofre um crescente deslizamento semântico, tornando-se, aos poucos, sinônimo de práticas corruptoras. (ROMEIRO, 2015, p. 218).

No Estado Moderno, o entendimento de práticas hoje consideradas como corruptas e corruptoras era diferente. Naquele período, tais práticas tinham uma aceitação social, embora pudessem contribuir para comprometer o que deveria ser o interesse imparcial do Estado. Somente na consolidação do Estado liberal é que a noção de corrupção sofre alterações significativas. Bratsis (2017) afirma que este deslocamento do pensamento político tradicional vinculado a Aristóteles e Maquiavel foi substituído por uma nova perspectiva de corrupção na emergência do Estado liberal e sua tentativa de organizar a separação entre público e privado, visto que alguns interesses privados na esfera pública passaram a ser tratados como um problema tanto para o capital quanto para a ideia de imparcialidade esperada das instituições estatais. A corrupção que atua no corpo do Estado seria entendida a partir de uma noção burguesa de corrupção presente na dinâmica interna do Estado capitalista (BRATSI, 2017).

Esse novo entendimento de corrupção se transformou no fundamento de como as sociedades capitalistas puderam estabelecer o que é normal e o que é patológico com relação à presença de autointeresses na esfera política. Quando toda a política consiste em conflitos de interesses, o único caminho para sustentar a ficção de algum “interesse público” universal é distinguindo

entre as presenças de interesses privados normais e patológicos na vida política (BRATSIS, 2017, p. 22).

Com a consolidação do Estado liberal, houve uma virada no olhar para um fenômeno da corrupção já conhecido desde a antiguidade, mas que passou a ganhar maior atenção. O elemento patológico atribuído à corrupção permanecia, mas criou-se um consenso de que no âmbito dos interesses do Estado capitalista esta patologia merecia atenção por representar um problema ao comprometer os interesses do capital. Contudo, a questão da corrupção estaria restrita ao âmbito doméstico dos Estados e, portanto, medidas para combater práticas consideradas corruptas eram de responsabilidade das políticas nacionais. Dito de outro modo, cada país na esfera de seus regimes políticos e sua população estabelecia suas políticas públicas de combate à corrupção e definia por vias institucionais o que seria considerado como prática corrupta a ser combatida. Esta pauta não estava inserida na agenda internacional.

Verificamos que o entendimento sobre o fenômeno da corrupção sofreu alterações no contexto espaço temporal, assim como a forma de lidar com o fenômeno também. Se até o período moderno elementos metafóricos físicos e concepções morais eram mobilizados para identificar uma “patologia” no corpo político-burocrático, com a emergência do Estado capitalista e o interesse em distinguir as esferas públicas e privadas se identificou a corrupção como um problema, porém em nível local. A projeção do fenômeno como problema público internacional ganhou contornos nos anos 1990, no bojo de uma teia de interesses analisados a seguir.

1.4 A corrupção na agenda internacional

Combater a corrupção tornou-se prioridade política para a comunidade internacional em desenvolvimento ao longo das últimas duas décadas e extensos esforços de reforma nesse sentido foram empreendidos. Tais reformas apoiam-se na ideia de que a corrupção é uma disfunção da administração pública que surge na presença do monopólio e do sigilo, o que, por sua vez, pode ser controlado promovendo-se prestação de contas e transparência. A corrupção debilita políticas e programas que visam reduzir a pobreza, de modo que o combate à corrupção é fundamental para o cumprimento da missão global do Banco de reduzir a pobreza. (BANCO MUNDIAL apud BRATSIS, 2017, p. 1).

Após a Guerra Fria, com o colapso do comunismo e a crescente mundialização do capital, emerge no cenário mundial uma preocupação com o combate efetivo da

corrupção. Em consonância com o avanço das medidas liberais, a corrupção, cada vez mais compreendida como um fenômeno presente nos Estados e identificada também como um problema aos interesses econômicos pautados na agenda liberal, passa a receber atenção internacional. Em estudo sobre a corrupção na era do capitalismo transnacional, Bratsis (2017) observa que a corrupção passa a ser associada à falta de transparência e argumenta que isso se deve a dois fatores diretamente relacionados. O primeiro, como uma estratégia do capital transnacional para reduzir custos de transação, calcular custos e benefícios de investimentos como resultado de uma estratégia macro de fomentar a autonomia das burocracias de Estado frente às elites e interesses locais, o que resultaria em maior transparência e receptividade para o capital transnacional (BRATSI, 2017). O segundo estaria associado a uma reprodução do colonialismo.

O foco na corrupção serviria para explicar as diferenças globais de riqueza e de desenvolvimento como sendo, acima de tudo, produto da inferioridade das culturas, padrões éticos e/ou estruturas políticas e legais das regiões e nações do mundo economicamente desfavorecidas. Assim, ela também funciona como parte da justificação normativa para a dominação política e econômica exercida pelas nações “avançadas” do centro do capitalismo global (BRATSI, 2017, p. 23).

Dessa forma, a combinação desses fatores construiu uma agenda mundial de combate à corrupção para atender aos interesses de capitais transnacionais, incomodados em como as práticas relacionadas à corrupção se apresentavam como entrave em determinados mercados locais. Surge então a implementação de mecanismos de combate à corrupção como a Transparência Internacional (1993) que busca quantificar a corrupção em diversos países, juntamente com uma forte campanha promovida pelas agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse movimento anticorrupção teve tamanha repercussão que o “Financial Times declarou o ano de 1995 como o ano do combate à corrupção” (BRATSI, 2017, p. 24). A corrupção então passava de um problema da esfera local dos países para ser um problema público internacional; a bandeira anticorrupção foi capitaneada pelos agentes do capital para promover essa transformação.

A noção de transparência é ditada pelos interesses do capital na figura dos “homens de negócios” que o representa, ou seja, não vem acompanhado de propostas de

políticas educacionais que incentivem a população local a identificar e combater as práticas consideradas corruptas (BRATSIIS, 2017). Com isso, tais regulamentações ultrapassam a lógica da corrupção e privilegiam a transparência no âmbito das relações burocráticas dentro do Estado, visando minimizar os custos da corrupção para investimento, sendo deixadas de lado as práticas que envolvem o legislativo (BRATSIIS, 2017). Como o capital transnacional ganhou centralidade na era global, ao implementar uma agenda macro impacta relações políticas e comerciais entre os países, pois “pressiona a estruturas institucionais que estão ligadas à governança tecnocrata e são capazes de agir em oposição às demandas populares e contra as preferências de muitas elites locais” (BRATSIIS, 2017, p. 30).

Outra questão está associada à atuação norte-americana na agenda anticorrupção, não sendo uma prática somente das organizações internacionais. Campos (2019) observa que a agenda internacional de combate à corrupção teria suas origens em 1977 nos EUA, com a criação da lei federal *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA)⁹, aperfeiçoada na década de 1990.

A criação da lei foi uma resposta a práticas de pagamento de subornos e comissões a funcionários públicos e agentes oficiais no exterior realizado por diversas empresas norte-americanas, e passou a defender e difundir uma agenda anticorrupção que ganhou corpo décadas seguintes, possibilitando uma entrada de capitais norte-americanos mais enérgica e de outros países em mercados controlados por certos grupos empresariais (BEZERRA, 2018; CAMPOS, 2019). A disputa de mercado com as economias locais encontrou no discurso anticorrupção campo fértil para pressionar instituições, desestabilizar governos e enfraquecer o empresariado nacional. Dito de outro modo, é evidenciada uma mobilização de combate à corrupção em nível internacional para mascarar e mesmo justificar a atuação do capital transnacional. Convém exemplificar de maneira breve o impacto desta agenda no Brasil

⁹ A lei proíbe os cidadãos e as entidades norte-americanas de subornarem funcionários de governos estrangeiros em benefício de seus interesses comerciais. A FCPA é aplicável em todo o mundo e se estende especificamente a empresas de capital aberto e seu pessoal, incluindo executivos, diretores, funcionários, acionistas e agentes. Após as alterações feitas em 1998, a Lei também se aplica a empresas e pessoas estrangeiras que, diretamente ou através de intermediários, ajudam a facilitar ou realizar pagamentos corruptos no território dos EUA. Ver: <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/15/78dd-1>. Acesso em: 13 fev. 2020.

1.4.1 Impactos da agenda Internacional no Brasil

No bojo de uma agenda internacional de combate à corrupção, alguns acordos internacionais foram assinados entre países, dentre os quais o Brasil é signatário: *Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais* — Decreto 3.678 (BRASIL, 2000), da OCDE, como resultado das discussões realizadas na convenção em Paris em 1997; *Convenção Interamericana contra a Corrupção* — Decreto 4.410 (BRASIL, 2002), da OEA, a partir da convenção realizada em Caracas em 1996; e a *Convenção das Nações Unidas contra a corrupção* — Decreto 5.687 (BRASIL, 2006), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2003, mesmo ano em que o Brasil assinou.

Como observa Bezerra (2018), no bojo destes acordos internacionais assinados pelo Brasil, tais efeitos se fizeram sentir internamente com a criação da Lei da Transparência — Lei 131 (BRASIL, 2009)¹⁰, Lei de acesso à informação — Lei 12.527 (BRASIL, 2011)¹¹ e a Lei Anticorrupção — Lei 12.846 (BRASIL, 2013). Esta última não se intitula desta forma, mas convencionou-se assim referi-la por essa lei dispor “sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira” (BRASIL, 2013, art.1). Essas medidas, adotadas tanto externa quanto internamente, são mobilizadas para promover noções de governança, eficiência, prestação de contas e transparência que são vistos como pré-requisitos para a promoção do livre comércio internacional.

Como analisado, a criação de normas de combate à corrupção é consequência da articulação de interesses do capital para além de contextos locais. A atuação do capital transnacional, ao capitanear através de grandes corporações a bandeira de combate à corrupção, não deve ser descolado também da atuação norte-americana. Como observa Warde (2018), os Estados Unidos é o país marcado pela presença de *lobbies*, onde a corrupção é institucionalizada e legal, e atua para conter os *lobbies* que atuam em outros países.

Em análise de telegramas entre a embaixada dos EUA no Brasil e o departamento de Estado americano a partir do vazamento de informações pelo *Wikileaks*, Kanaan (2018) demarca o protagonismo dos EUA no financiamento de

¹⁰ Trata-se de uma lei complementar que altera a lei de Responsabilidade Fiscal. Esta determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

¹¹ Regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

treinamento para o combate a crimes financeiros e à corrupção através do *Projeto Pontes* — que teve como aluno o juiz Sérgio Moro, que assumiu o julgamento em primeira instância da Operação Lava-Jato tendo como alvo a Petrobrás. Através desses documentos foi evidenciada uma preocupação e mesmo indignação dos EUA de a Petrobrás ser a principal operadora nos campos de petróleo e do pré-sal. O autor também aborda a atuação norte-americana nos desfechos dos regimes da Venezuela (2009) e do Paraguai (2012) (KANAAAN, 2018).

No Brasil, a forma como o combate à corrupção tem sido adotado pelo judiciário levanta duas questões: a primeira em relação aos interesses do capital transnacional na pressão de uma agenda anticorrupção internacional que teve interferência direta na assinatura de tratados internacionais e elaboração de leis pelo Brasil; a segunda em relação à atuação norte-americana no bojo dessa agenda, obtendo legitimidade para ofertar treinamento para parcela do judiciário brasileiro, tendo o juiz que executa a Operação Lava-Jato no seu corpo discente. A combinação desses questionamentos fomenta questões de interesses econômicos e políticos sob a bandeira anticorrupção. A crítica que alguns autores têm feito à atuação do judiciário é a da seletividade de alguns casos e o silenciamento de outros, e por não priorizar apenas agentes corruptos e corruptores, mas também desmontar segmentos de sustentação da economia nacional (SOUZA, 2016; PINTO *et al.*, 2017; WARDE, 2018). Sob pretexto de combater a corrupção, instituições como o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal têm desmontado segmentos inteiros da economia, desarticulando a cadeia produtiva, desmantelando as empresas, acabado com empregos e gerando um estrago mesmo nos índices do PIB (WARDE, 2018). Essa prática contribuiu para maior entrada do capital transnacional, uma vez que as empresas nacionais foram desmanteladas.

Não é objetivo deste trabalho se debruçar sobre esta temática por exceder o corte temporal proposto nesta pesquisa. Contudo, acreditamos ser importante sua indicação por identificar de maneira efetiva o impacto de uma agenda global forjada no discurso anticorrupção para interferir em economias locais como resultado da pressão do capital transnacional.

1.5 O estudo da corrupção no curso do século XX

Nesta parte do capítulo, passaremos ao estudo do fenômeno da corrupção no âmbito da pesquisa acadêmica. Em estudos sobre conceitos de corrupção, Miranda (2009) sugere que uma das primeiras formas de enxergar a corrupção como estudo acadêmico data da década de 1930, na Universidade de Chicago, pelo cientista político Valdemir Key. Ao pensar o contexto dos Estados Unidos, Key (1936) lançou olhar para a atuação do funcionário público ao utilizar o poder e recursos do Estado para proveito pessoal ou político a partir do cargo que ocupava (MIRANDA, 2009; KEY, 1936).

No curso do século XX, podemos situar os estudos da corrupção sob duas matrizes explicativas: a teoria pautada no processo de modernização e a ênfase na lógica liberal econômica, ambas permeadas por uma agenda hegemônica do capitalismo ocidental. Filgueiras (2006), estudioso do tema da corrupção na área da Ciência Política no Brasil, observa que a teoria modernizante (estrutural-funcionalista) tem suas raízes na década de 1950, privilegiando os estágios de desenvolvimento econômico e político dos países, associado ao grau de modernização em modelo comparativo entre os países ditos desenvolvidos. Os antropólogos Haller e Shore (2005) apontam que, nesta perspectiva modernizante, a corrupção é uma característica negativa que é aplicada aos “outros” que estão localizados fora do moderno, do civilizado, das democracias ocidentais. Tal teoria parte da premissa de que a corrupção é uma disfunção no interior dos sistemas sociais. Ao relacionar o problema do desenvolvimento político e econômico ao tema da corrupção, a abordagem funcionalista procura compreender o modo como ela pode contribuir ou emperrar o desenvolvimento de sociedades tradicionais e subdesenvolvidas. Assim, a corrupção desapareceria à medida que houvesse maior penetração do Estado (HALLER; SHORE, 2005).

Para Huntington (1975), a corrupção está relacionada à questão política e inserida também no debate sobre a modernização, uma vez que representa um indicativo de ausência de uma institucionalização política. Para o autor, a “corrupção é o comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares” (HUNTINGTON, 1975, p. 72). Assim, a corrupção se apresentaria como uma medida, um termômetro ou mesmo função capaz de impulsionar ou impedir a modernização. Filgueiras (2006) reitera que a teoria modernizante também defende que a corrupção “representa em muitos casos, eventuais benefícios para a

constituição de uma ordem moderna, balizada, principalmente, nas iniciativas do espírito capitalista” (FILGUEIRAS, 2006, p. 3).

Na década de 1970, o estudo da corrupção enveredou para o tema da cultura e o tema do desenvolvimento, e passou a ser considerado na dimensão da cultura política, partindo da ideia de que a cultura se sobrepõe ao político e ao econômico, ao definir os valores dentro da estrutura social (FILGUEIRAS, 2009). Ao lado do sistema institucional e legal, o sistema de valores é fundamental para motivar ou coibir as práticas de corrupção no interior de uma sociedade. A corrupção, nessa lógica, representa, antes de tudo, a permanência de elementos tradicionais que utilizam especialmente as relações pessoais (o nepotismo, a patronagem, o clientelismo) junto à autoridade política para se obter vantagens e privilégios (FILGUEIRAS, 2009).

Nesse período já existe uma literatura mais consolidada sobre o assunto, o que possibilitou uma tipificação dos conceitos de corrupção. Heidenheimer (1970) realizou um estudo que se tornou referencial para estudiosos do tema. Ele define em três esferas os conceitos de corrupção: centrada no ofício público, em que há desvio dos deveres legais do cargo público em busca de benefício próprio ou de outros; centrada na ideia de bem comum, cujo interesse é violado para obter ganhos privados; e, por último, pautada no mercado, no qual o cargo público é utilizado para maximização de lucros. Em coletânea organizada por Heidenheimer, Johnston e Levine, Gibbons (1990), propõe uma quarta tipificação associada à opinião pública: nela, a corrupção possui dimensões reconhecidas pelo público que precisam ser consideradas, ou seja, há uma representação social da ideia de corrupção que também é preciso ser analisada.

Inseridos no eixo das teorias modernizantes, os estudos das décadas de 60 e 70 trouxeram contribuição para o tema e concentraram sua preocupação nas seguintes questões:

O problema da definição do conceito, a relação entre modernização e corrupção, a presença da corrupção nas sociedades desenvolvidas, as causas da corrupção, as consequências da corrupção, as formas e a contenção da corrupção, a corrupção em países em desenvolvimento, a corrupção nos países comunistas, corrupção e administração pública, a reação e os efeitos sociais produzidos pela corrupção, a percepção social da corrupção e a relação entre corrupção e escândalo (BEZERRA, 1995, p. 14).

A teoria da modernização não pode ser descolada de um projeto hegemônico de poder, uma vez que define um referencial comparativo privilegiando os padrões

capitalistas ocidentais, tanto econômicos quanto culturais, em oposição a um suposto subdesenvolvimento dos países periféricos ou não ocidentais. Esse discurso foi implementado como política de Estado pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial, quando este se consolida como potência mundial no Ocidente. Na crítica a esse modelo, Souza (2019) observa como este projeto foi construído.

A teoria da modernização recebeu dinheiro pesado do Departamento de Estado americano, sob o comando de Harry Truman no pós-guerra, para se tornar paradigma universal. A partir daí virou uma espécie de coqueluche mundial. Milhares de trabalhos foram realizados nas duas décadas seguintes com o intuito de mostrar como os Estados Unidos eram um modelo universal para o planeta. Todos os outros países eram uma espécie de realização incompleta desse modelo. Depois, todos os países colonizados receberam também dinheiro de fundações americanas para veicularem essa teoria e seus pressupostos racistas¹² no mundo inteiro, inclusive no Brasil (SOUZA, 2019, p. 27).

Pensar a teoria da modernização na sua relação com os estudos sobre corrupção implica em considerar os interesses políticos em nível macro para compreensão de como a ideia de corrupção foi sendo construída como sinônimo de atraso e subdesenvolvimento em posição aos países “desenvolvidos” do ocidente. Práticas de corrupção nos Estados Unidos apontadas como legalizadas¹³ (através das *political actions Committee, lobbies*, “planejamento” tributário); o caso Watergate; a operação “mãos limpas” na Itália; estudos sobre a Comissão Europeia realizada por Shore (2005), entre outros, demarcam o equívoco de associar a corrupção ao subdesenvolvimento.

A partir dos anos 1980, as pesquisas sobre a corrupção incorporaram uma abordagem econômica centrada principalmente na análise dos custos da corrupção para a economia de mercado em ascensão, isto é, inserem-se na lógica global liberal. Nesse aspecto, a literatura sobre o tema da corrupção busca compreender as condições e possibilidades que permitem forjar a atuação de agentes interessados na maximização de seus ganhos burlando as regras do sistema político (FILGUEIRAS, 2009). A corrupção é então entendida como um comportamento que prejudica o interesse público (HALLER; SHORE, 2005).

Como já abordado neste capítulo, a partir dos anos 1990 a corrupção se converte em problema público internacional, e os estudos sobre o fenômeno vão acompanhar a

¹² A noção de racismo entendida pelo autor nesse contexto remete à construção de uma autoimagem de superioridade americana financiada pelo Estado, que se contrapõe àqueles que não se inserem neste molde, considerados inferiores.

¹³ Ver Araújo (2018), Warde (2018) e Araújo (2016).

dinâmica dessa agenda, assim como também vão estabelecer críticas à mesma¹⁴. Assim como a teoria modernizante construiu um discurso de que a corrupção era uma característica de países em desenvolvimento, que foi desconstruído pelo fato de a corrupção também ocorrer com regularidade em países ditos desenvolvidos, um novo discurso foi criado com o movimento anticorrupção. Nesse novo discurso a palavra de ordem é “transparência”, exigida nas relações da burocracia estatal visando o bom desenvolvimento das relações comerciais transnacionais.

As pesquisas científicas sobre corrupção têm recebido atenção de distintas áreas, seja na releitura de como ela era pensada no curso da teoria modernizante, seja na sua mobilização para interesses políticos e econômicos. Em estudo sobre os sentidos da pesquisa sobre corrupção, Marani *et al.* (2018) aponta o crescente interesse sobre o fenômeno, bem como realiza um levantamento sobre como tem sido encaminhado os mesmos.

O interesse da comunidade científica pelo tema da corrupção tem crescido ao longo das últimas décadas. Uma busca na base Science Direct revela que no início do milênio publicavam-se cerca de 500 artigos por ano sobre o tema, quantidade que, 10 anos mais tarde, mais que duplicaria para, em seguida, saltar, no início da década, ao número de 1.570 artigos, chegando aos 2.845 registrados ao final do ano de 2015 (MARANI *et al.*, 2018, p. 713).

De maneira geral, os estudos estão inseridos mais em forma de artigo do que em publicação de obras e têm se dividido em alguns eixos temáticos como: problematização dos estudos sobre o fenômeno oferecendo uma introdução na apresentação do tema; conceituação, privilegiando definições e práticas; paradigmática através de análises e interpretações de diferentes áreas do conhecimento; percepção, causas e efeitos; controle da corrupção e tratamento oferecido pela mídia à corrupção (MARANI *et al.*, 2018).

1.6 Notas sobre a corrupção no Brasil

Quando utilizamos o termo “corrupção” no Brasil, este não causa estranhamento, trata-se de uma palavra com a qual as pessoas estão familiarizadas de alguma forma. No imaginário cotidiano evidencia-se uma postura reativa da população, isto é, construiu-se no senso comum uma rejeição ao fenômeno. Em pesquisa realizada

¹⁴ Ver Bezerra (1995, 2018), Haller e Shore (2005), Filgueiras (2006, 2009) e Biazon (2009).

em 2017 pela *Confederação Nacional da Indústria* (2018), a corrupção é apontada como um dos principais problemas do Brasil, perdendo apenas para o desemprego. A pesquisa revela um aumento da preocupação do brasileiro com a corrupção.

Em 2016, a corrupção ocupava o terceiro lugar da lista de principais problemas, com 40% das citações. Em 2017, recebeu 55% das menções e passou para o segundo lugar, passando à frente da saúde e se aproximando do primeiro lugar em citações (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018, p. 6).

Construiu-se no Brasil um consenso hegemônico de que a corrupção é um problema social ao ponto de se aproximar do problema do desemprego e ultrapassar o da saúde, problemas históricos no Brasil. A corrupção no Brasil também projeta a imagem do país para uma percepção internacional do mesmo. A ONG Transparência Internacional, órgão de combate à corrupção com atuação em mais de 100 países, divulga desde 1995 o *Índice de Percepção da Corrupção (IPC)*¹⁵ principal indicador de corrupção no setor público do mundo. Num *rank* de 180 países, em 2018¹⁶ o Brasil caiu da 96ª posição para a 105ª, considerada sua pior nota desde 2012. Em 2019¹⁷ passou a ocupar a 106ª posição. Os dados indicados nas duas pesquisas apontam que tanto na esfera nacional quanto na internacional o Brasil é considerado um país com alto índice de corrupção.

Os estudos sobre a corrupção no Brasil têm avançado e chamado atenção de distintas áreas de pesquisa: Antropologia, Sociologia, Administração Pública, Direito, Economia, sendo a Ciência Política a área com mais produções sobre o tema. Na História as pesquisas ainda são pontuais, o que nos leva a dialogar de forma mais enérgica com outras áreas para ter uma compreensão do fenômeno.

O estudo da corrupção no Brasil não chegou a consolidar uma matriz explicativa e restringiu-se de maneira geral às análises comparativas e institucionais (FILGUEIRAS, 2009). Dessa forma, no pensamento social brasileiro, foram acionadas interpretações na compreensão do fenômeno a partir dos conceitos de *patrimonialismo* — extraído da lógica weberiana de Estado burocrático¹⁸ — e de *cordialidade* —

¹⁵ “Produzido desde 1995 pela Transparência Internacional, o IPC avalia 180 países e territórios e os avalia em uma escala na qual 0 o país é percebido como altamente corrupto e 100 significa que o país é altamente percebido como íntegro”. Disponível em: <https://ipc.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://ipc.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

¹⁸ Ver Weber (2004).

introduzido na década de 1930 por Sérgio Buarque de Holanda, que seria responsável pela definição do caráter do brasileiro. Para Holanda [1936]/(1995), é inerente à sociedade brasileira a dificuldade em distinguir público e privado, forjando o patrimonialismo como aquilo que cimenta a formação do Estado no Brasil.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre domínios do privado e do público. Assim eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial” a própria gestão pública apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não aos interesses objetivos, como sugere o verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (HOLANDA, 1995, p. 145–146).

O patrimonialismo seria uma herança do mundo ibérico que, nas relações sociais no Brasil, teria fomentado uma cultura de cordialidade muito impulsionada pela descrença nas instituições estatais marcadas pela pessoalidade e relações pessoais. A cordialidade caracterizada pelas virtudes da “lhaneza no trato, hospitalidade, generosidade” (HOLANDA, 1995, p. 146) teria então gerado entraves ao brasileiro em construir uma ordem pública e conseqüentemente uma democracia sólida, tornando a corrupção algo legitimado cotidianamente.

Faoro [1957]/(1991) bebe na fonte de Sérgio Buarque e na década de 1950, ao pensar a organização administrativa, social e econômica do Brasil Colônia, aponta para a herança da colonização na construção do poder público em que as relações pessoalizadas dos “amigos do rei” eram refletidas na ocupação e distribuição de cargos públicos.

O patrimônio do soberano se converte, gradativamente no Estado, gerido por um estamento, cada vez mais burocrático. [...] O funcionário é o outro eu do rei, outro eu muitas vezes extraviado da fonte de seu poder. [...] A luz do absolutismo infundia ao mando caráter despótico, seja na área dos funcionários de carreira, oriundos da corte, não raros filhos de suas intrigas, ou nos delegados locais, investidos de funções públicas, num momento em que o súdito deveria, como obrigação primeira, obedecer às ordens e incumbências do rei. A objetividade, a impessoalidade das relações entre súdito e autoridade com os vínculos racionais de competências limitadas e controle hierárquico, será obra do futuro, do distante e incerto futuro. Agora, o sistema é o de manda quem pode e obedece quem tem juízo, aberto o acesso ao apelo retificador do rei somente aos poderosos. (FAORO, 1991, p. 172).

Ao examinar o caráter patrimonialista do Estado apontado como substancialmente não democrático, de caráter particularista e tecido por privilégios, Faoro (1991) entende que estas características marcaram o exercício do poder público no Brasil como herança do mundo ibérico, bem como se estendeu à toda sociedade brasileira.

Neste entroncamento entre patrimonialismo e cordialidade teriam emergido as clássicas práticas do “jeitinho brasileiro” e da “malandragem”, tão enraizadas no discurso cotidiano quando se pensa corrupção. Tais práticas seriam mobilizadas para obtenção de vantagens que conseqüentemente moldariam o caráter do brasileiro. Da Matta (1997), em consonância com a análise de Sérgio Buarque, observa que o “jeitinho” e a “malandragem” estão inseridos numa lógica moral inscrita no plano de uma cultura da personalidade, ou seja, o dilema seria explicado por dicotomias entre o certo e o errado, entre o grande e o pequeno, entre a elite e a massa.

Pensar a corrupção a partir dessas interpretações valida a lógica de que o jeitinho e da malandragem emergem como forma de sobreviver a uma sociedade marcada pela distinção (HOLANDA, 1995; DA MATTA, 1997). Tais interpretações também sugerem uma superação destas práticas, que, lidas à luz das teorias modernizantes, a ruptura estaria no desenvolvimento do país, na consolidação de instituições políticas e democráticas sólidas.

Inseridas num contexto espaço-temporal e reproduzindo reflexões à luz do seu tempo, as interpretações elaboradas pelos pensadores citados nos possibilita considerar duas questões. A primeira é a de que pensar o fenômeno da corrupção no Brasil não é algo recente, nem marginal. Pensadores reconhecidos no universo acadêmico já apontavam possíveis caminhos para sua compreensão. A outra é a de que, pelo fato de história e sociedade não serem estáticas, as teorias e interpretações estão sujeitas a questionamentos na variação do curso do tempo. Apesar das contribuições dessas interpretações, no curso do século XXI, com os avanços na consolidação das institucionais democráticas juntamente com medidas de combate à corrupção, esta continua a fazer parte do cotidiano brasileiro. Nesse sentido, privilegiar o olhar apenas para o viés patrimonialista e da cordialidade é insuficiente para dar conta da questão. Explicar toda uma sociedade com séculos de história a partir desses dois conceitos desconsidera todas as transformações, rupturas e permanências experimentadas pela sociedade.

A junção dessas duas justificativas culminaria na explicação de que a corrupção no Brasil é uma questão institucional e cultural oriunda na descrença do brasileiro nas instituições públicas. Esse tipo de discurso traz limites para a compreensão da corrupção no cenário brasileiro, pois gradativamente foi sendo incorporado ao senso comum tanto da sociedade quanto do meio acadêmico. Tais interpretações reproduzem de forma generalista o olhar para a corrupção no Brasil, sem considerar que ela se constitui de processos mais amplos que configuram a realidade social, práticas institucionais e interesses econômicos transnacionais.

Fazendo uma releitura desses clássicos que fundamentam o pensamento social brasileiro, Jessé de Souza (2019), ao examinar a corrupção no Brasil, lança outro olhar sobre a questão. Para o autor, a sociedade brasileira foi colonizada pela interpretação patrimonialista e da cordialidade, sendo necessário desconstruí-la. Segundo Souza, pensar a corrupção no Brasil e seus desdobramentos implica em desnudar o viés de classe social e interesses do mercado, elementos não explorados por Holanda e Faoro (SOUZA, 2019).

Cria-se um discurso antiEstado, em que as grandes mazelas da corrupção que acometem a sociedade brasileira estariam nele enraizadas, mascarando os interesses de mercado que para o autor é o mais nocivo, pois ao passo em que a atenção se volta para o Estado, a maior corrupção seria a do mercado ditando regras dentro do Estado, expropriando riquezas do país, retirando direitos para ampliação de lucros e financiando golpes de Estado (SOUZA, 2019).

O patrimonialismo, ao centralizar a discussão na existência de um grupo que se apropria de forma pessoalizada do Estado, mascara o elemento do liberalismo presente nessas ideias, bem como as lutas de classe que disputam o Estado. Polariza-se intrinsecamente um Estado “demoníaco” em contraposição à ação “virtuosa” do mercado, minando o papel do Estado como espaço de disputas e obtenção das demandas populares (SOUZA, 2019).

O conceito de patrimonialismo passa a ocupar o lugar que a noção de escravidão e das lutas de classe que se formam a partir dela deveria ocupar. A corrupção patrimonial substitui a análise das classes sociais e suas lutas por todos os recursos materiais e imateriais escassos. (SOUZA, 2019, p. 204).

É a partir dessa interpretação que Souza (2019) estabelece uma relação entre a seletividade com que a classe média no Brasil encara a questão da corrupção e apoia

golpes de Estado, pois busca a manutenção dos privilégios conquistados que se veem ameaçados com atuações do Estado quando este contempla a ascensão das classes populares. O viés de classe torna-se latente na indignação com a corrupção. Nesse sentido, a corrupção de alguns partidos comprometidos com seus interesses de classe é tolerada, mas odiosamente combatida quando o partido defende interesses populares: “O ódio encoberto aos pobres se torna maior que o amor superficial pela forma democrática” (SOUZA, 2019, p. 198).

Elementos que atravessam as questões de classe e mercado têm se revelado como fatores importantes para pensar a corrupção no Brasil. Tais questões foram invisibilizadas pelas discussões patrimoniais e cordiais. Da mesma forma, lançar olhar para as relações sociais cotidianas que compõem o modo de funcionamento do Estado também fornece ingredientes para não pensar a corrupção de forma generalista como as teorias essencialistas e morais propõem (BEZERRA, 2018). Reproduzir tais matrizes explicativas sem questionar o lugar das relações sociais, os interesses políticos, econômicos e a disputa de distintos grupos pelo Estado mascaram como o aparato burocrático e legislativo são mobilizados para este fim, forjando o agente corrupto e corruptor e cujos efeitos dos mecanismos de combate à corrupção tornam-se pouco efetivos ou mesmo ineficazes.

Na outra ponta e como parte inserida no jogo político, destaca-se o papel da imprensa e da mídia no trato da corrupção. A imprensa e a mídia possuem centralidade na difusão e na produção de escândalos contribuindo para “demonizar” alguns casos e personagens e enaltecer outros; por essa razão, não pode ser pensada de forma desvinculada das disputas políticas no âmbito do Estado. O escândalo político destrói ou prejudica as reputações e a credibilidade, atingindo as fontes concretas do poder com prejuízos materiais e morais para as pessoas e para as organizações (THOMPSON, 2002). Pelo poder de alcance que a imprensa e a mídia possuem, no jogo de disputas políticas elas se convertem num elemento muitas vezes definidor por produzir o abalo da honra de pessoas, partidos ou mesmo instituições dentro do campo político, cujo capital reputacional é central para a sua manutenção (BOURDIEU, 1989). Assim, a denúncia pública da corrupção, por envolver representação e impactar o acúmulo ou esvaziamento do capital simbólico, interfere substancialmente nas disputas de projetos políticos em voga neste campo (THOMPSON, 2002).

No Brasil, a maneira como o tema da corrupção é tratado junto à população reflete uma generalização e seletividade na sua abordagem, isto é, são privilegiados casos específicos ao passo que outros são omitidos (CAMPOS, 2019). Isso pode ser evidenciado quando os holofotes são direcionados para denúncias de propinas milionárias envolvendo empresas estatais, enquanto práticas irregulares de sonegação de impostos e evasão fiscal não recebem tanta atenção (SOUZA, 2016). Convencionou-se relacionar a corrupção apenas no âmbito dos agentes, instituições e empresas estatais. Questões que envolvem recursos bilionários da dívida pública para credores como grandes bancos e fundos financeiros se inscrevem como uma prática legalizada ou mesmo inviabilizada pela narrativa midiática, apesar de envolver o uso de recursos públicos para fins privados (FATORELLI, 2015).

Ainda no tocante ao poder de interferência dos meios de comunicação, Souza (2016) demarca o uso da agenda anticorrupção na justificativa de golpes de Estado no país e aponta a influência da narrativa midiática ao abordar a corrupção sem apontar seus elementos estruturais e institucionais da política brasileira que condicionam as práticas corruptas. O discurso anticorrupção e a forma generalizante e seletiva abordada pelos meios de comunicação contribui por construir um discurso também antiEstado, visto como reduto da corrupção (SOUZA, 2019). No bojo de práticas liberais e de luta de classes, o caldo antiEstado tem encontrado terreno fértil e aderência na classe média defensora da lógica meritocrática (SOUZA, 2016).

Felipe Demier (2019) chama a atenção para o excesso de exposição de casos de corrupção na mídia como um mecanismo de distração, ou seja, na lógica já apontada de indignação seletiva em alguns casos e de silenciamento em outros. Questões sociais importantes são deixadas de lado pela mídia, como perda de direitos trabalhistas, previdenciários, a questão da dívida pública, entre outros. Dessa forma, as empresas de comunicação conseguiriam desviar o foco do debate público de questões fundamentais da vida social e política para casos particulares de corrupção (DEMIER, 2019). Por outro lado, o poder de impacto midiático também promove uma despolitização da sociedade por abordar de forma generalista o fenômeno, criando uma espécie de clima de corrupção generalizada em toda a esfera estatal, criminalizando agentes públicos e contribuindo para o afastamento da população das atividades políticas (BENJAMIN, 2018).

1.7 A produção sobre corrupção na historiografia brasileira

Saindo das interpretações para pensar o Brasil e consequentemente os usos do fenômeno da corrupção, convém situar a produção historiográfica sobre corrupção no cenário brasileiro. Contudo, convém antes situar os distintos olhares para o fenômeno em distintas áreas. Na produção acadêmica brasileira a corrupção tem sido analisada de variadas maneiras: através das relações pessoais como parte constitutiva do cotidiano do Estado (BEZERRA, 1995; 2018); a corrupção na sua relação com o sistema eleitoral (BARREIRA, 2001); estudo sobre a atuação da ONG *Transparency Brasil* no combate à corrupção (SOARES, 2004); desigualdade na política e transnacionalização da corrupção (BIASON, 2009b); definição e medição da corrupção (MIRANDA, 2009); percepção do fenômeno pela sociedade (SPECK, 2000; BIASON, 2008; FILGUEIRAS, 2009; MIRANDA, 2010); financiamento político (SPECK; MANCUSO, 2012); relação entre mídia e corrupção (FONSECA-SILVA; BARBOSA, 2012; LIMA, 2013); corrupção como forma de governar (PINTO, 2011); corrupção e reforma política (REIS, 2013); a relação entre o Estado e as empreiteiras na Ditadura civil-militar no Brasil (CAMPOS, 2014); o uso do combate à corrupção para justificar o golpe de 2016 no Brasil com o apoio da mídia e do judiciário (SOUZA, 2016); corrupção como problema público e disputas políticas no Brasil (SILVA, 2017); a corrupção de mercado e o ódio de classe no Brasil (SOUZA, 2019); os sentidos da corrupção para pesquisa (MARANI *et al.*, 2018); exposição da corrupção na mídia para mascarar questões centrais à vida social (DEMIER, 2019), entre outros. Enfim, existem atualmente no Brasil diversos pesquisadores lançando olhar para a questão da corrupção, o que reforça a atenção que o fenômeno tem recebido gradualmente.

Situado o estado da arte de estudos sobre a corrupção, convém indicar como o tema tem aparecido na historiografia brasileira. Como já mencionado, as produções sobre corrupção nesse campo são mais pontuais — uma das razões que fomentou a elaboração desta pesquisa. Contudo, tais produções nos trazem ingredientes para compreender que determinadas práticas são anteriores à nomeação do termo “corrupção”, e que é necessário um cuidado com as fontes e sua interpretação para não categorizar práticas consideradas corruptas em períodos nos quais o termo não existia e/ou não era empregado como tal para não incorrer em anacronismo.

Em artigo sobre a corrupção no Brasil Colônia para dossiê sobre o tema, Figueiredo (2012) chama atenção para o fato de que a dificuldade de distinção entre público e privado e as práticas relacionadas à desordem administrativa e contradições na própria esfera legal estão associadas ao processo de organização do Estado Moderno em sua fase de centralização. Ao lançar-se um olhar sobre práticas no período colonial, tal ação não pode vir descolada dos condicionantes históricos, legais e culturais do período, ou seja, a “interpretação do fenômeno precisa ser considerada sob as diretrizes que marcavam a cultura política, as práticas administrativas e a dinâmica da colonização mercantilista da América portuguesa” (FIGUEIREDO, 2012, p. 174).

Em obra de maior fôlego — *Corrupção e poder: uma história, séculos XVI a XVIII* (2017) —, em análise de fontes documentais sobre o Brasil Colônia, Adriana Romeiro, ao privilegiar o enriquecimento ilícito dos governantes de capitanias, observou que o termo abarcava práticas muito amplas, inclusive de natureza moral e religiosa, mas havia um entendimento de que determinadas práticas comprometiam o bom ordenamento da sociedade incluindo práticas de natureza moral e religiosa. A autora aponta existir descontentamento da população com o enriquecimento rápido das autoridades, já indicando a existência da noção de bem comum, separado do bem privado. A partir das representações sociais do período verifica-se que um conjunto de práticas na colônia antecede o que viria no século XX categorizar de maneira mais localizada o termo corrupção. A forma como os indivíduos percebem e se relacionam com o Estado e a forma como nomeiam ou entendem algumas práticas é central para identificarmos como o termo foi sendo moldado ao longo da história do Brasil.

A produção sobre a corrupção no Brasil Império possui uma lacuna que merece a atenção de historiadores, visto haver considerável quantidade de periódicos em que o termo aparece. Cito alguns¹⁹: “A Aurora Fluminense: Jornal Político e Literário (RJ)”; “Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ)”; “Jornal do Commercio (RJ)”; “Diário de Pernambuco (PE)”; “O Brasil”; “Diário do RJ”; “Correio Mercantil e Instructivo, Político e Universal (RJ)”; “O Liberal Pernambucano”; “Pedro II (CE)”; “A Pátria (RJ)”; “Diário Novo (PE)”; “O Diário de São Paulo”; “O Grito Nacional”; “Bem Público”; “Correio Paulistano”; “O Estandarte (ES)”; “O Regenerador (AL)”; “Gazeta de Notícias (RJ)”; “A Província (PE)”; “O Paiz (RJ)”; “O Liberal do Pará”; “A Reforma: Órgão Democrático (RJ)”; “O apóstolo: Periódico Religioso, Moral e Doutrinário (RJ)”; “O

¹⁹ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 2 jan. 2010.

Globo (RJ)”, entre outros. Mapear as práticas às quais o termo se refere, a que tipo de casos está associado, os atores sociais envolvidos, bem como suas relações sociais, nos forneceria importantes ingredientes para a compreensão da corrupção durante o período imperial brasileiro.

Lilia Schwarcz, em artigo para o dossiê *Corrupção: Ensaios e críticas* (2012), observa que no Império o termo aparece como indicativo de descontentamento com o governo, já na fase de declínio do regime. A autora pontua que enquanto o regime monárquico encontrava-se fortalecido existia uma espécie de blindagem sobre o questionamento de práticas irregulares. Nos jornais mencionados acima, é evidenciado que à medida que se caminhava para o fim do Império houve gradativo aumento da incidência do termo nos periódicos. Essa é uma questão importante para novamente se pensar a seletividade e a tolerância da corrupção. Quando a monarquia perdeu apoio dos grupos que ajudavam em sua sustentação e suas fragilidades foram expostas, uma série de casos começava a aparecer. A autora afirma que, se o termo “corrupção está vinculado ao ato de corromper e à ação de subornar, pela primeira vez o regime seria caracterizado por esse tipo de prática” (SCHWARCZ, 2012, p. 192).

A noção de corrupção no período imperial ganha uma especificidade. Atacar o imperador era sinônimo de atacar o Estado nele personificado. Nesse sentido, “corrupção é, portanto, uma noção que surge nesse contexto, mesmo sob outros nomes, como forma de acusação ao sistema” (SCHWARCZ, 2012, p. 199). É importante salientar que, embora não mobilizada como arma política no período citado, já é possível evidenciar o elemento embrionário da noção de corrupção que será mobilizado durante a República.

A noção de corrupção sofreu alteração no curso da história brasileira. Na Colônia, ao se pensar corrupção o elemento moral e religioso se fazia presente, embora já existisse uma compreensão de que ocupar cargo público estivesse relacionado ao bem público, apesar de tais nomenclaturas ainda não terem se fixado ao imaginário cotidiano. Não podemos descolar o período colonial do contexto macro do Estado moderno na dificuldade de distinção entre público e privado, bem como a presença do elemento moral-religioso no entendimento do fenômeno da corrupção, que também se refletiu na Colônia.

José Murilo de Carvalho (2012) sugere que no final do Império e na Primeira República as acusações de corrupção não faziam referência a pessoas, mas ao regime

instituído, isto é, corruptas seriam a Monarquia e a República por não promoverem o bem público. O autor indica que partir da década de 1940 o termo sofre alteração semântica e gradativamente passa a referir-se à prática individual, ou seja, os indivíduos eram corruptos porque roubavam dinheiro público para seu enriquecimento ou de outros a eles relacionados. Nessa década a definição jurídica de corrupção passa a compor o Código Penal brasileiro.

O Decreto-lei 2.848 do Código Penal de 1940²⁰, sancionado por Getúlio Vargas em sua primeira gestão²¹, possui em seu título XI a relação dos crimes contra a administração pública e é composto pelos capítulos: “Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração pública em geral; Dos crimes contra a administração da justiça e dos crimes contra as finanças públicas”. Nesse título a corrupção, que até então era associada a diversas práticas, ganha *status* jurídico e se consolida como crime. A noção de corrupção contra a administração pública é definida como passiva e ativa, respectivamente:

Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. Pena reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa (BRASIL, 1940, Artigo 137, p. 58).

E

Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício (BRASIL, 1940, Artigo 333, p. 58).

Embora prescrita no Código Penal, a percepção da corrupção na lógica informal cotidiana ainda era ampla, ou seja, ela era um termo num vasto campo semântico de práticas irregulares (SILVA, 2017). Na década de 1950 a historiografia aponta nova virada na noção de corrupção. Motta (2012) observa que a corrupção associada à lógica de má utilização de recursos foi tema de constantes debates políticos entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente na imprensa e nas disputas parlamentares, tornando-se

²⁰ Na década de 1990, com o governo Collor (Lei 8.429/92), e posteriormente nos anos 2000, com o governo Lula (Lei 10.763/2003), esses artigos sofreram alteração em relação a pena, mas o teor permaneceu.

²¹ Este mesmo decreto foi utilizado para enquadrar algumas ações do próprio governo Vargas em sua segunda gestão.

mais evidente no contexto da crise do segundo governo Vargas. Nesse período, no bojo das disputas políticas, a corrupção ganha *status* de problema público no Brasil.

1.8 A corrupção como problema público no Brasil

A partir das indicações na leitura de José Murilo de Carvalho e Rodrigo Motta sobre a corrupção no campo historiográfico republicano, e de Bruno Speck na Ciência Política em artigo sobre a corrupção no pensamento político-social nos anos 1950, evidenciou-se que nesse período houve diversos escândalos de corrupção associados ao governo de Getúlio Vargas (CARVALHO, 2012; MOTTA, 2012; SPECK, 1996). Entender o que era entendido como corrupção no período e o porquê de o governo Vargas ser caracterizado como um “mar de lama” devido aos escândalos de corrupção, deu origem à minha pesquisa de mestrado (2017) a partir da análise de três grandes escândalos na imprensa: “O inquérito do Banco do Brasil”, “O escândalo da Cexim” e o “Caso última hora”, a partir dos jornais *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*.

No retorno de Getúlio Vargas ao poder, a questão da corrupção, da falta de moralidade na administração pública, levantada e duramente combatida pela oposição, adquire dimensão de questão pública a partir de denúncias de corrupção na imprensa. A denúncia de práticas políticas e administrativas corruptas cometidas pelo governo e seus agentes tornou-se a principal bandeira da oposição representada pela União Democrática Nacional (UDN), que cunhou as expressões “mar de escândalos”²² e a mais famosa delas, “mar de lama”²³, que se fixou no senso comum na referência ao governo Vargas.

A conversão de denúncias em escândalos teve como principal aliada a imprensa, que mobilizada pela oposição e pelos interesses políticos envolvidos denunciava irregularidades (algumas não comprovadas) e reforçava denúncias já noticiadas, criando uma espécie de clima de corrupção generalizada na administração pública na segunda gestão de Vargas. Expressões como “irregularidades”, “escândalo”, “negociatas”, “fraude”, “desvio”, “corrupto”, “corruptível”, “suborno”, “favoritismo”, entre outros, eram comumente acionados para denunciar a corrupção.

²² *Tribuna da Imprensa*, 2 set. 1952, p. 2.

²³ *Tribuna da Imprensa*, 7 dez. 1953, p. 1.

A conversão da corrupção em problema público esteve diretamente relacionada às disputas políticas. De um lado, o getulismo com uma proposta nacional-estadista e tentativas de conciliação entre as demandas da burguesia nacional e das classes populares; de outro, o antigetulismo — inscrito na lógica liberal de abertura ao capital externo, com medidas que visavam afastar os interesses das camadas populares — alinhado aos interesses norte-americanos. A UDN, porta voz do antigetulismo, tinha na figura de Carlos Lacerda (opositor radical de Getúlio), dono do jornal *Tribuna da Imprensa*, um importante veículo para repercutir os interesses políticos e econômicos desses grupos. Lacerda, através da imprensa, do rádio e do parlamento, se tornou grande pivô das agitações do período. Mesmo após o suicídio de Vargas, nos governos posteriores de JK e João Goulart que traziam em seu bojo elementos herdados do getulismo, Lacerda e a UDN continuavam com o *modus operandi* de ataque, o que reforça que esta prática inaugurada no governo Vargas se consolidou em instrumento para atingir governos posteriores; o que nos leva a afirmar que a preocupação não tinha uma relação com o combate efetivo da corrupção, mas sim a sua instrumentalização para fins políticos.

Considerações parciais

Neste capítulo foi evidenciado como é complexo analisar o fenômeno da corrupção. Isso se dá pelas múltiplas possibilidades de encaminhar seu estudo. Cada área do conhecimento abarca questões de cunho teórico-metodológico inerentes ao seu campo de estudo que, por sua vez, são refletidos no estudo do fenômeno da corrupção. Contudo, a necessidade de diálogo entres os distintos campos do conhecimento têm fornecido quantitativos de ingredientes que ampliam e enriquecem as possibilidades de compreensão do fenômeno.

Das distintas possibilidades de encarar o estudo do fenômeno da corrupção — passando pela substantivação do termo, conceituação, o estado da arte no campo bibliográfico e historiográfico, a relação entre Estado e corrupção, sua construção como problema público, bem como a criação da agenda internacional de combate à corrupção —, se fez necessário delimitar seu uso no âmbito da administração pública, a fim de se identificar as práticas consideradas irregulares nessa relação.

Buscou-se apresentar como as distintas questões abordadas atravessam o estudo da corrupção, que, ao mesmo tempo que amplia possibilidades, também abre um campo infinito de pesquisa, sendo, portanto, necessária a sua delimitação. Uma vez aqui privilegiada a administração pública e adotando uma perspectiva jurídica na noção de corrupção privilegiada na pesquisa, propõe-se direcionar o olhar para seu uso político, que será examinado nos capítulos seguintes desta pesquisa.

2 O GOVERNO JK: QUANDO INTERESSES POLÍTICOS CONVERGEM NA TOLERÂNCIA DA CORRUPÇÃO

Poucos presidentes brasileiros tomaram posse sob condições políticas tão auspiciosas como Juscelino Kubitschek. Embora tivesse sido legalmente eleito, sua posse teve que ser garantida por um golpe preventivo. As divisões políticas deixadas pela queda de Vargas levaram à crise subsequente que se estendia entre os militares, onde uma minoria aparentemente de antigetulistas era tida como amargurada pelo golpe do general Lott. Contudo, Kubitschek tornou-se o segundo presidente, desde 1945, que conseguiu ocupar o cargo por um período inteiro. Como o conseguiu, se o fracasso parecia certo? (SKIDMORE, 2007, p. 203).

Neste capítulo é analisado o fenômeno da corrupção enquanto argumento político no governo Juscelino Kubitschek. Busca-se examinar como interesses políticos atribuíram seletividade no trato ao fenômeno. JK, apesar de ter assumido a presidência do país num contexto conturbado, conseguiu, dentro das relações políticas, ser favorecido na sustentação de seu governo. Essa sustentação se deu pela composição do Congresso, o controle da “ordem” com articulação dos militares sob a liderança do general Lott, a abertura e o incentivo à entrada de capital externo — que contribuiu para o desenvolvimento econômico —, além de relativa entrada com a imprensa. Esse conjunto de fatores possibilitou a execução de seu Plano de Metas e a construção de Brasília. Os opositores de sua posse continuaram nesta posição durante todo seu governo, e as denúncias de irregularidades na construção de Brasília foram seu grande baluarte de ataque, liderada pela UDN, cujos posicionamentos eram expressos através do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Nesse aspecto, de um lado JK possuía a maioria no parlamento através das alianças com o PTB/PSD; e, de outro, uma oposição que não se restringiu apenas às divergências políticas dentro do Congresso, mas com atuação também na imprensa, tendo, portanto, alcance na construção da opinião pública. É diante desse contexto que se lança olhar para o fenômeno da corrupção e como ele foi acionado. Se por um lado houve denúncias na imprensa a ponto de se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades na construção de Brasília através da Novacap, por outro elas não foram capazes de desestabilizar um governo que já começou num contexto turbulento e num período em que já existia o consenso de que a corrupção era um problema público que deveria ser combatido.

Questões como os mecanismos que permitiram essa sustentação e a morosidade no trato das denúncias nos permitem questionar se a questão da corrupção estava mais relacionada a uma moeda para ataque político do que necessariamente ao combate da natureza dessas práticas promovendo uma seletividade no trato da corrupção. Feitas essas observações, o capítulo é dividido em duas partes. A primeira situa os pilares que sustentaram o governo, como a aliança PSD/PTB, o apoio de parcela das forças armadas e o papel da imprensa. A segunda parte privilegia como a corrupção foi tratada em seu governo. Nesse sentido, são examinadas as denúncias de corrupção que levaram à criação da CPI da Novacap, empresa pública responsável pela construção de Brasília. Acredita-se que esses dois fatores nos fornecem ingredientes para compreender que a forma como a corrupção foi acionada no ataque ao governo JK teve força para gerar uma CPI, mas que se enfraqueceu diante do eixo de sustentação política do governo, o que nos permite identificar certa tolerância no trato do fenômeno da corrupção.

2.1 O governo JK e a estabilidade política

Pensar a estabilidade no governo de Kubitschek implica em examinar os eixos de sua sustentação. Para tal, concordamos com a perceptiva de Benevides (1976) em associar a estabilidade política com o desenvolvimento econômico do período na manutenção do governo JK, apesar das crises que o envolveram.

O próprio cenário das eleições de 1955 foi conturbado diante de uma campanha eleitoral após a crise que sucedeu o suicídio de Vargas. Residia aí a construção de uma candidatura em torno da aliança entre PSD/PTB, que sofre rejeição de parcela do próprio PSD, cujos integrantes optaram por apoiar o candidato udenista Juarez Távora. Essa aliança implicava em agradar paralelamente a ala dos chefes políticos rurais do PSD e os trabalhadores sindicalizados urbanos identificados com o PTB (BENEVIDES, 1976). Soma-se a isso a tentativa de veto militar à candidatura dos eleitos, a oposição civil da UDN, conjuntamente com importantes setores da imprensa, além também da defesa da tese de “união nacional” endossada pelo então presidente Café Filho (BENEVIDES, 1976; SKIDMORE, 2002; CARLONI, 2010).

Outra consequência desse cenário de efervescência eleitoral foi o processo da própria ocupação do cargo presidencial proveniente de grande turbulência política com o novembro de 1955, que continuou a ser fermentada. Esta se desdobrou na revolta de

Jacareacanga (1956), no Pará, liderada por militares da Aeronáutica oriundos do Rio de Janeiro vinculados à UDN, insatisfeitos com a posse do novo presidente bem como com uma possível represália do mesmo (COSTA, c2020a).

Uma vez assumindo o mais importante cargo do Executivo, cabe compreender os mecanismos acionados por JK para convergir distintos interesses para execução do programa de metas, a transferência da capital federal bem como sua construção e a conclusão de seu mandato por vias constitucionais. Nesse sentido, cabe analisar a estabilidade política em torno dos seguintes pilares: o papel dos partidos políticos (aliança PSD/PTB) e a posição udenista; o papel das forças armadas e a atuação do general Lott; e o papel do Executivo, através de sua política econômico-administrativa, que nos fornecem importantes ingredientes para tal compreensão (BENEVIDES, 1976).

2. 1. 1 A aliança PSD/PTB

Com o fortalecimento do Congresso no segundo governo Vargas e sua possibilidade de pressão sobre o Executivo, governar em um período inaugurado após uma instabilidade política e democrática implicava em conciliar os interesses de classe dos partidos políticos com forte poder de atuação na conjuntura política nacional.

Nesse aspecto, é necessário demarcar a aliança PSD/PTB no governo JK, considerando tais partidos como veículos tanto de absorção quanto de encaminhamento de demandas, isto é, dentro de sua capacidade de representar interesses ou não, mobilizando as forças políticas (BENEVIDES, 1976; FAUSTO, 2006). A aliança se constituiu como um bloco de apoio aos atos do Executivo frente à atuação agressiva da oposição udenista. Nesse sentido, a eficiência desta aliança para estabilidade política se deu na conversão do legislativo em “esfera de legitimação do sistema” (BENEVIDES, 1976, p. 61).

Abranches (1973) observa que as relações entre o Executivo e o Legislativo tendem a se tornar conflitivas por algumas razões: a divergência entre a demanda dos interesses do eleitorado dos membros do Congresso e do presidente, e a não obtenção da maioria dos partidos presidencial ou de coalizão no Congresso, pois a oposição parlamentar poderia barrar os projetos do governo (ABRANCHES, 1973). Benevides (1976) aponta que as questões citadas acima foram contornadas no governo JK.

No que diz respeito à primeira questão, foi possível solucioná-la pois houve certa convergência entre o interesse do eleitorado — representado pela aliança PSD/PTB —, não havendo descontentamento significativo. Uma vez obtida a maioria no Congresso, resolvia-se a segunda questão: em que era possível impedir que a oposição pudesse barrar de maneira eficaz as iniciativas do Executivo, mesmo com as diversas tentativas de obstrução parlamentar pela UDN, principalmente no início do governo (BENEVIDES, 1976). Por fim, apesar da oposição udenista com o apoio de segmentos militares e da imprensa questionar a legitimidade do sistema na ocasião da posse da chapa JK/Jango, argumentando “ilegitimidade eleitoral” no tocante aos votos (visto JK não ter obtido 50% dos votos) e “ilegalidade” na atuação do general Lott na posse dos eleitos, não houve sucesso (BENEVIDES, 1976, p. 68). Isso se deu, por um lado, devido à falta de articulação entre os militares que eram contra a prática de Lott e, por outro, pela cooptação pelo Executivo desses setores militares resistentes, seja transferindo membros do grupo para distintos lugares do Brasil ou concedendo cargos para os líderes desse movimento — fomentando seu esvaziamento político (BENEVIDES, 1976).

Sendo assim, o governo JK conseguiu conciliar interesses dentro do poder, caracterizando um governo de cunho populista em que aos grupos distintos era possibilitado conciliar e acomodar dentro do compartilhamento do poder (BENEVIDES, 1976): numa ponta um Executivo com grande possibilidade de barganha na conversão de implementação de seus projetos e na outra ponta um Congresso “vigilante” quanto às práticas do Executivo (LAFER, 2002). O PSD obtinha hegemonia no Congresso e, apesar da dissidência inicial de parte de seus integrantes, passou a apoiar Juscelino Kubitschek. Já o PTB controlava o Ministério do Trabalho, os órgãos da Previdência Social e a política sindical. Para Benevides (1976, p. 72), “O ponto ótimo dessa aliança parece ter-se dado no período que abrange o início do governo Kubitschek até, grosso modo, fins de 1959, quando as cisões e contradições entre os partidos passam a superar os benefícios da união”.

É preciso salientar que há uma variação nas características do PTB do governo Vargas para o Kubitschek. Como mencionado, o PTB construiu sua identidade em torno do getulismo após o agosto de 1954 e ao apoiar a chapa JK/Goulart, contribuindo para a vitória da mesma. No curso do governo Kubitschek, o PTB agregou características que o fez crescer na cena pública ao ponto de, no governo presidencialista de Goulart, o

PSD — até então hegemônico desde o governo Vargas — ter sua posição modificada, isto é, o partido teve sua hegemonia enfraquecida diante do crescimento do PTB (BENEVIDES, 1976; DELGADO, 2008). A aliança PSD/PTB ressurgiu, mas sob a hegemonia do elo que era mais fraco, o PTB; isto é, o PSD “de partido do poder com o apoio do PTB, passou a ser partido do poder porque apoiou o PTB” (BENEVIDES, 1976, p. 73).

Até 1955, a natureza do pacto PSD/PTB foi marcada por capitanear o getulismo. No período Kubitschek essa natureza sofreu alteração. “O nacionalismo getulista” que até então havia colocado os dois partidos sob sua égide foi substituído pela ideologia desenvolvimentista (BENEVIDES, 1976, p. 75). A parte getulista da aliança passou a se resumir em uma oposição comum à UDN, e em termos dos objetivos “não havia identidade getulista — a tradição varguista autêntica ficara com o PTB e com Goulart e não com a aliança PSD/PTB” (BENEVIDES, 1976, p. 75). Considerando a importância política desses dois partidos na estruturação das disputas dentro do Estado, e que seus interesses de maneira mais geral eram antagônicos, o governo Kubitschek, ao conciliar esses interesses, pôde implementar o projeto desenvolvimentista. Data deste período do ponto ótimo (1956–1959) as maiores concretizações do governo, como o plano de Metas e a construção de Brasília (BENEVIDES, 1976).

2.1.2 As forças armadas e a manutenção da ordem

A questão militar também é um importante elemento para se compreender a sustentação e a chegada do fim do governo de JK. Para JK assumir o mandato houve um “golpe” que violava a Constituição, a fim de assegurar o seu cumprimento. Passado o chamado “golpe preventivo” de Lott, seguiu-se uma “fermentação militar”, uma divisão entre os grupos apoiadores do 24 de agosto de 1954 (deposição e suicídio de Vargas) e do 11 de novembro de 1955, polarizando não legalistas e legalistas respectivamente com suas divergências e rivalidades (BENEVIDES, 1976, p. 161). Isso pode ser demonstrado com as duas revoltas militares que assolaram o governo. Em fevereiro de 1956, no mês seguinte à sua posse, JK enfrentou a Revolta de Jacareacanga no Pará, articulada por oficiais da Aeronáutica que se opunham ao movimento do 11 de novembro e, portanto, à posse de JK (LAMARÃO, c2020). O movimento foi controlado, mas desde a eleição ao início do governo já era indicado que o presidente,

no curso de sua gestão, sofria rejeição da parcela das forças armadas não legalistas. JK buscou contornar o episódio de forma articulada. “Todos os rebelados foram beneficiados pela ‘anistia ampla e irrestrita’, concedida logo depois pelo Congresso, por solicitação do próprio presidente JK” (COSTA, c2020a, não paginado).

Mesmo assim o clima de insatisfação com o governo continuou, articulado desde 1957 pelo mesmo grupo da Revolta de Jacareacanga e também sob a liderança do major da Aeronáutica, Haroldo Veloso (que se identificava com a UDN). Em 1959, eclodiu a Revolta de Aragarças em Goiás, cujo objetivo era afastar do poder o grupo nele instaurado, que seriam, segundo os líderes da conspiração de Aragarças, agentes “corruptos e comprometidos com o comunismo internacional” (COSTA, c2020b, não paginado). O estopim da revolta se deu pela renúncia (temporária) de Jânio Quadros como candidato presidencial em 1960 e a suspeição de uma conspiração de esquerda (COSTA, c2020b, não paginado).

No aspecto das crises militares, Lott desempenhou centralidade para a manutenção da ordem no período, não apenas pelo prestígio militar, mas por também por ser o ministro mais estável do governo ao ocupar o Ministério da Guerra (CARLONI, 2010). Sempre que necessária a intervenção militar, Lott representava uma espécie de equilíbrio das forças, além de se coadunar com a política desenvolvimentista do governo e a aliança PSD/PTB, que na década de 1960 o projetaria como candidato às eleições presidenciais (BENEVIDES, 1976; CARLONI, 2010). “Embora num processo gradativo de cooptação, as Forças Armadas, divididas, mas contidas pelo Ministro da Guerra, mantiveram-se em seu conjunto fiéis aos princípios da legalidade” (BENEVIDES, 1976, p. 192).

JK entendia a importância do papel dos militares para acionar os meios coercitivos legais e garantir a execução do seu Plano de Metas e a construção de Brasília, visto que tais projetos exigiam apoio militar. JK, ao adotar uma política conciliatória de anistia e nomeação de cargos, buscou esvaziar o poder político da oposição militar de maneira que não obtivesse visibilidade e força a ponto de desestabilizar a manutenção de seu governo. Pelo contrário, era necessário o apoio dos militares para dar sustentação à conclusão do seu mandato. Para Skidmore (2007), o segredo conciliatório residia:

Na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. Este estilo

político não envolvia mudanças fundamentais. Pelo contrário, Kubitschek se utilizava do próprio sistema para ganhar apoio (SKIDMORE, 2007, p. 207).

Sendo assim, ao conseguir apoio de uma parcela de militares e desmobilizar a parcela insatisfeita, tendo o general Lott como protagonista no âmbito da manutenção da ordem, Kubitschek conseguiu mais um pilar para a sustentação de seu governo. Dessa forma, JK obteve um mandato que, mesmo cercado de crises militares antes de sua posse, se sustentou. Não sucumbiu nem com a divisão das forças armadas, nem com as revoltas que tentaram desestabilizar seu governo.

2.1.3 A Imprensa

O conteúdo informacional dos meios de comunicação interfere de maneira geral na leitura que o público faz sobre determinado acontecimento. Por mais que um acontecimento tenha distintos pontos de vista, ao adotar um posicionamento, a mídia e, aqui em específico, a imprensa, contribuem por condicionar o olhar de quem consome sua cobertura, convertendo-se em um importante instrumento político (THOMPSON, 2002). Portanto, ao pensar questões e decisões políticas que envolvem o país, a imprensa não pode ser descolada dos interesses políticos. É através da abordagem privilegiada de determinados assuntos que a opinião pública constitui a relevância acerca dos mesmos. Em outras palavras, a relevância de um determinado assunto na cena pública e no cenário político fica restrita à intensidade noticiosa com que a mídia o divulga e condiciona, muitas vezes como o público vê o mundo (McCOMBS, 2009).

Gramsci (1982) considera que o jornal pode possuir força política e converter-se num aparelho privado de hegemonia, ou seja, a partir das disputas e divergências entre interesses políticos, o jornal pode ser acionado como um instrumento político definidor na construção de representações e consensos na viabilização de um projeto de poder; isto é, mobiliza em seus discursos um teor particular mascarado como interesse universal, reproduzindo posicionamentos, ideias e bandeiras que legitimem determinado projeto de poder ou um grupo específico. Bourdieu (2008), por sua vez, aciona os elementos simbólicos para compreender a disputa de poder entre agentes em seus respectivos campos de atuação por uma posição hegemônica. No campo político, por exemplo, tal posição também possibilita a construção de um discurso particular como sendo universal. Por isso há a disputa de distintos grupos em torno do aparelho de

Estado, pois este se constitui, para Bourdieu, numa espécie de “meta-campo” — por interferir em diversos outros campos sociais (BOURDIEU, 2008; 2014). Logo, a imprensa se constitui como um importante instrumento mobilizador de um consenso, interferindo na opinião pública.

É importante observar que o termo “opinião pública” apenas tem sido empregado aqui para caracterizar um consenso coletivo, a reprodução do senso comum acerca de variados assuntos. Faz-se necessário salientar a concordância com a observação de Bourdieu (1983) de que a opinião pública não existe. Não existe na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência, pois ela é subordinada a interesses políticos, com sua função consistindo talvez em impor a ilusão de que exista uma opinião pública (BOURDIEU, 1983). Nesse sentido, a opinião pública é a opinião daqueles que são “dignos” de ter uma opinião (BOURDIEU, 1983).

Samuel Wainer (1988) aponta que no Brasil dos anos 1940 e 1950 a imprensa era restrita e franqueada a poucas famílias, formando uma espécie de clube da imprensa.

No Rio Grande do Sul reinava o *Correio do Povo*, comandado pelo jovem Breno Caldas. No Paraná e em Santa Catarina, como em quase todos os outros Estados, não havia jornais importantes. Em São Paulo, *O Estadão*, da família Mesquita, já era hegemônico, embora também tivesse influência *A Gazeta*, de Cásper Líbero, e o tradicional *Correio Paulistano*, que fora porta-voz do Partido Democrático, controlado pelo grupo de Francisco Morato. No Nordeste e no Norte, só tinham algum peso *A Tarde*, da Bahia, pertencente à família Simões, o *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, controlado pelos Pessoa de Queiroz, e *O Liberal*, do Pará. Mas os grandes jornais brasileiros, os que realmente contavam, eram editados no Rio de Janeiro (WAINER, 1988, p. 135).

O autor também demarca que no Brasil, ao contrário do que ocorre em países como os Estados Unidos, o jornal era porta-voz do seu dono (WAINER, 1983). “Sempre foi assim, é assim ainda. *O Estadão*, por exemplo, reflete os humores, idiossincrasias, valores e preconceitos dos Mesquitas. *A Folha de São Paulo* é a família Frias, *O Globo* é Roberto Marinho, *o Jornal do Brasil*, é a família Nascimento Brito” (WAINER, 1988, p. 137). Por trás da aparente independência que ostentam, já que não são ligados formalmente a partidos, os jornais são o que seus donos desejam que seja (WAINER, 1988). Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados* (que chegou a

reunir um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil), tinha uma célebre frase: “Quer ter uma opinião? Então compre um jornal!”²⁴

Carlos Fico (2008), em estudo sobre a relação entre Estados Unidos e Brasil no curso do golpe de 1964, aponta como a imprensa brasileira era vista com desprezo pelos norte-americanos, sendo considerada “irresponsável, indigna de confiança, oportunista e frequentemente venal” (FICO, 2008, p. 45).

Centenas de artigos que se pretendiam notícias honestas são, na verdade, comprados e pagos pelos interesses de companhias, organizações ou políticos. Obter espaço para notícias favoráveis era fácil para qualquer um, inclusive para governos estrangeiros, desde que dispostos a pagar pelos ‘suplementos especiais’. Fofocas e boatos seriam publicados como notícias. [...] Os jornais brasileiros eram incapazes de se manter sem chantagem (FICO, 2008, p. 45).²⁵

Em verbete para o CPDOC/FGV, sobre a imprensa no Brasil de JK, Alzira Abreu sugere que até a segunda metade dos anos 1950 a imprensa brasileira caracterizava-se por um jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e opinião, e gradativamente passou a privilegiar um jornalismo mais objetivo, desvinculado da personalidade de quem a produzia (ABREU, c2020). Sodré (1999) também aponta que data de 1957 a primeira tentativa de se levar ao Congresso o problema do controle estrangeiro exercido sobre a imprensa brasileira, em que foi inclusive criada uma CPI para apurar a pressão exercida pelas agências estrangeiras sobre a imprensa (SODRÉ, 1999). Contudo, tais mudanças não desvinculavam os interesses políticos que envolviam o posicionamento de alguns jornais e nem desconstrói as observações feitas pelo jornalista Samuel Wainer (1988) citadas anteriormente. Na década de 1960, a imprensa passou por modernizações técnicas e seu crescimento passou a depender mais da publicidade do que dos anúncios classificados (ABREU, c2020). Nesse contexto, por exemplo, empresários associados à construção pesada que se beneficiaram do projeto desenvolvimentista de JK se tornaram “importantes anunciantes e usaram jornais e mídias como meio para atingir certos objetivos, em geral relacionados ao Estado e às políticas públicas” (CAMPOS, 2018, p. 4).

Em relação ao governo Juscelino Kubitschek, a imprensa também era dividida:

²⁴ Frase reproduzida pelo personagem de Assis Chateaubriand interpretado pelo ator Marco Ricca no filme *Chatô, o rei do Brasil* (2015), de Guilherme Fontes, baseado na obra homônima de Fernando Moraes (1994).

²⁵ Relatório de Kubich a Vaughn para a reunião que o Secretário de Estado teria com o Senador Russel; 12 de agosto de 1965 (apud FICO, 2008, p. 273, nota n° 100).

Quando se observa a imprensa escrita de maior circulação no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, verifica-se que a contestação da eleição e da posse de Juscelino Kubitschek partiu dos jornais *O Globo* e *Diário de Notícias*, do Rio, e *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Todos eles estavam identificados com a UDN, encamparam a tese da maioria absoluta e se posicionaram contra a posse de JK. O *Diário Carioca* e a *Última Hora*, do Rio de Janeiro, e o *Estado de Minas* defenderam a política de Juscelino durante todo o seu período de governo. Outros jornais, como o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Jornal do Brasil*, apresentaram críticas à política econômica então adotada, mas não fizeram oposição sistemática a JK (ABREU, c2020, não paginado, 3º parágrafo).

Contudo, como nas outras esferas, o presidente buscava uma política não conflitante em relação à imprensa, como já observado em seu *modus operandi* de governar. Defendia a liberdade de opinião e imprensa enfatizando a importância do jornalismo profissional, com a condução do debate sobre uma lei de imprensa ao Congresso. O projeto de lei foi apresentado ao Congresso pelo Executivo em outubro de 1956, juntamente com a Portaria 899 (decretada pelo governo JK), que buscava regular politicamente o conteúdo veiculado por rádio e televisão, acompanhada do debate a seu respeito (BIROLI, 2004). O projeto não chegou a ser votado, mas provocou calorosos debates na imprensa e no Congresso (BIROLI, 2004).

Fato é que a relação da imprensa com JK não era tão agressiva como ocorreu no governo Vargas. O momento de maior ataque se deu no curso da construção de Brasília, com denúncias de corrupção; mas, de maneira geral, seu projeto desenvolvimentista acabou por adquirir apoio de grande parte dos veículos e na inauguração de Brasília várias capas foram dedicadas ao evento (ABREU, c2020). Destaca-se também o apoio de algumas revistas de grande circulação, como a *Cruzeiro* no Rio de Janeiro, que deu grande visibilidade às propostas do governo, bem como a relação de amizade entre JK e Adolf Bloch, dono da *Revista Manchete* (ABREU, c2020).

A revista *Manchete* (também do Rio) foi grande divulgadora das propostas desenvolvimentistas de JK e valorizou o slogan "50 anos em 5". A *Manchete* foi a primeira empresa jornalística a instalar uma sucursal em Brasília. Estabeleceu-se uma forte relação de amizade entre o dono da empresa, Adolfo Bloch, e Juscelino Kubitschek, o que levou inclusive a família do ex-presidente a decidir, quando da sua morte em 1976, a velar seu corpo na sede da *Manchete* (ABREU, c2020, não paginado, 6º parágrafo).

JK apoiou a modernização da imprensa, a liberdade de imprensa e o incentivo ao jornalismo profissional e não de ataque, boatos e especulações. Também se utilizava

deste setor as construtoras, que adquiriram relevante crescimento em seu governo e também utilizavam a imprensa pra legitimar seus ideais que coadunavam com o desenvolvimentismo de JK. Soma-se a isso a relação de JK com o dono da *Revista Manchete*, que difundia com grande visibilidade o Plano de Metas e que também foi beneficiada com sua projeção. Nesse sentido a imprensa ofereceu um dos braços de sustentação do governo.

Flavia Biroli (2004) aponta que, após o encerramento do mandato de JK, o ex-presidente foi homenageado com um banquete na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na qual fora recebido pelos jornalistas para agradecer o apoio por eles concedido a seu governo. Na ocasião o presidente da ABI, Herbert Moses, pronunciou o seguinte discurso:

O governo Kubitschek não foi apenas um período de trabalho intenso, de dinamismo administrativo, de desenvolvimento apaixonado: foi também o governo em que a imprensa pôde usar mais livremente os seus direitos [...]. A imprensa opinou livremente, informou livremente, criticou livremente. Muitas críticas teriam sido exageradas, muitas excessivas, muitas injustas, com certeza. Mas exageradas ou excessivas ou injustas, puderam ser formuladas, tiveram livre curso, não tiveram sanções (apud BIROLI, 2004, p. 2).

2.2 A administração paralela e para além

A estrutura burocrática do Estado brasileiro representava alguns entraves ao projeto desenvolvimentista de Kubitschek. O Congresso possuía peso político para controlar o Executivo, logo, conciliar os interesses dos grupos que compunham o parlamento significava avanço ou recuo dos projetos de governo. O Plano de Metas de JK tinha como eixo temporal de execução os cinco anos de seu governo e dentro dos interesses políticos poderia não encontrar sustentação para a sua concretização. Mesmo possuindo maioria no Congresso e adotando como prática a lógica conciliatória, o presidente buscou alternativas para além da administração direta do Estado. Nesse contexto, é adotada a chamada “administração paralela”, isto é, expandir as estruturas de atuação do Estado sem afastar ou eliminar membros de distintos setores, o que amenizaria as tensões organizacionais que o processo de execução do Plano de Metas exigiria.

Segundo Lafer (2002), o principal problema enfrentado pela administração paralela se pautava na criação e/ou escolha de instituições para a implementação do

Programa de Metas, uma vez que tais metas eram de estrutura ou de substituição de importações, ou seja, dependiam de elementos internos e externos tanto de tecnologia quanto de recursos financeiros. A alternativa adotada por JK foi a mobilização de fundos especiais. Nesse sentido, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) funcionou como patrocinador das demandas financeiras internas e garantidor de créditos externos (LAFER, 2002).

Cabe ressaltar que na criação da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) reside uma questão para além da administração paralela. De um lado podemos inseri-la na busca de JK por não encontrar obstruções para a construção de Brasília, criando uma poderosa empresa com autonomia para a execução das obras, isto é, sem depender das amarras burocráticas do Estado, das pressões políticas parlamentares e estar sujeita apenas ao presidente da República. Moreira (1998) observou que a criação da Novacap superava a “administração paralela”, uma vez que estava desvinculada tanto da administração direta e indireta e reduziu a participação dos políticos no projeto na construção de Brasília.

Uma vez inserida numa esfera para além das instâncias administrativas diretas e indiretas do Estado, a Novacap se constituía como uma poderosa e autônoma empresa subordinada aos interesses do presidente da República, que se cercou de agentes de sua confiança e assegurou na legislação da empresa autonomia para a execução das obras da nova capital. O arranjo da administração paralela e a criação da Novacap fomentaram as condições e possibilidade para assegurar a implementação do projeto de governo de JK e tirar Brasília do papel ainda dentro de sua gestão como presidente.

2.3 A construção de Brasília e denúncias de irregularidades no edital para o

Projeto do Plano Piloto

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira — moderna, urbanisticamente revolucionária — que é Brasília (KUBITSCHKE, 1975, p. 7).

O interesse em transferir a capital do Brasil para o interior não foi inaugurado por JK nem tampouco usufruiu de unanimidade. Foi um processo lento com discussão gestada ainda no período colonial.

É atribuída ao Marquês de Pombal a ideia mais antiga que se conhece de transferir a capital do Brasil para o interior. Em 1751, ele contratou um cartógrafo italiano que elaborou a carta geográfica de Goiás e ressaltou o valor estratégico do Planalto Central. Anos depois, em 1789, os inconfindentes mineiros queriam transferir a capital para São João Del Rey, em Minas Gerais, com a alegação de vantagem estratégica (segurança) e demográfica (povoamento do interior). Com a proclamação da Independência e a Assembleia Constituinte, José Bonifácio foi mais uma voz a defender a mudança. Ele chegou a sugerir o nome Petrópolis (cidade de Pedro) ou Brasília para a nova capital, que seria erguida na comarca de Paracatu do Príncipe, Minas Gerais. A Constituição de 1824, porém, não incorporou a tese da interiorização da capital (RODRIGUES, 2019, não paginado, 3^a 4^a parágrafos).

O primeiro estatuto legal para mudança da capital somente é viabilizado com a primeira Constituição republicana, em 1891. Seu artigo terceiro assim define: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal” (BRASIL, 1891).

A transferência foi marcada por divergências. Floriano Peixoto criou, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central²⁶, que, a partir de estudos, indicou o melhor lugar para a construção (que é hoje onde está Brasília). Seu sucessor, Prudente de Moraes, era contra a transferência e a Comissão foi extinta (RODRIGUES, 2019). No Decreto 4.494 de 1922, assinado pelo presidente Eptácio Pessoa, é assentada no centenário da independência a pedra fundamental da nova capital próxima a Planaltina (NORONHA, 2010). O Decreto determina que a pedra fundamental da Capital Federal seria lançada no planalto de “Goyaz”, no dia 7 de setembro de 1922, e dá outras providências.

Art. 1º A Capital Federal será oportunamente estabelecida no planalto central da Republica, na zona de 14.400 quilômetros quadrados que, por força do art. 3º da Constituição Federal, pertencem à União, para esse fim especial já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2º O Poder Executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada no ponto mais apropriado da zona a que se refere o artigo anterior, a pedra fundamental da futura cidade, que será a Capital da União.

Art. 3º O Poder Executivo mandará proceder a estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura Capital Federal a

²⁶ Também conhecida por Missão/Comissão Cruls por ter sido presidida por Luiz Cruls. Louis Ferdinand Cruls foi um astrônomo e geógrafo de origem belga que demarcou o quadrilátero da construção de Brasília. Foi nomeado em 1892 pelo presidente Floriano Peixoto como responsável pela comissão de cientistas para exploração do Planalto Central para demarcação da área que seria destinada ao Distrito Federal (PONTUAL, [2021?], não paginado). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not02.asp>

lugar em comunicação ferroviária para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases ou do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste decreto, os resultados que obtiver.

Art. 4º Para a execução deste decreto fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 1922).

Já a Constituição de 1934 indica a necessidade de uma nova Comissão para analisar a transferência da capital. Em sua curta duração, a mesma não foi efetivada. Já a Constituição de 1937, em seu artigo sétimo, apenas indica que “a administração do atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será organizada pela União” (BRASIL, 1937). Somente na Constituição de 1946, na gestão de Eurico Gaspar Dutra, é estabelecida uma ação prática para a mudança da capital, prescrita na seção *Atos das disposições constitucionais transitórias* da mesma.

Artigo 4: A Capital da União será transferida para o Planalto Central do país.

§ 1º Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

§ 2º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

§ 4º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o estado da Guanabara (BRASIL, 1946).

Na redação do texto do artigo é possível observar uma disputa política regional. Foi sugerida a região de Goiânia e o Triângulo Mineiro, este último apoiado por Juscelino Kubitschek — então deputado federal por Minas Gerais — e Israel Pinheiro, que viria a ser o futuro presidente da Novacap (NORONHA, 2010). Venceu a opção por Goiânia e a Comissão (Djalma Polli)²⁷ criada, confirmando o mesmo local indicado pela Comissão Cruls. O relatório é enviado ao Congresso em 1948, mas somente é aprovado

²⁷ O general do exército Djalma Polli Coelho foi presidente do IBGE (1951–1952). Teve efetiva participação na escolha de Brasília para a nova capital do país. Foi nomeado em 1946 pelo presidente Dutra como responsável pela *Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil* com o objetivo “de ratificar os levantamentos efetuados no final do século XIX pela Missão Cruls” (MEMÓRIA IBGE, s. d., não paginado).

em 1953 no Governo de Getúlio Vargas. No ano seguinte, foi definido o sítio Castanho como local exato para a construção da nova capital (RODRIGUES, 2019).

Foi nesse contexto que a história da nova capital se cruzou com a história de JK, então candidato à presidência em 1955. Em sua obra sobre a construção de Brasília (1975), Kubitschek observou que foi em um comício realizado na cidade de Jataí, em Goiás, que, ao afirmar que cumpriria rigorosamente a Constituição, a ideia da transferência da capital se tornou corporificada.

“— O senhor disse que se eleito irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber, então, se pretende pôr em prática [...] a mudança da capital federal para o Planalto Central”.

A pergunta era embaraçosa. Já possuía meu Programa de Metas e em nenhuma parte dele, existia qualquer referência àquele problema. Respondi, contudo, como me cabia fazer na ocasião: “— Acabo de prometer que cumprirei na íntegra a Constituição e não vejo razão por que esse dispositivo seja ignorado. Se for eleito, construirei a nova capital e farei a mudança da sede do governo.” Essa afirmação provocou um delírio de aplausos. Desde muito, os goianos acalentavam aquele sonho e, pela primeira vez, ouviram um candidato à presidência da República assumir em público, tão solene compromisso (KUBITSCHEK, 1975, p. 9).

Assim, após assumir a presidência, em 19 de setembro de 1956 foi sancionada a Lei 2.874, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), e foi nomeado para presidi-la o político mineiro Israel Pinheiro, amigo de JK, engenheiro e filho do ex-presidente de Minas, João Pinheiro (KORNIS, c2009). Segundo o escritor mineiro Otto Lara Resende (apud OLIVEIRA, c2020, não paginado, 1º parágrafo), “Brasília foi produto de uma conjugação de quatro loucuras: a de Juscelino, a de Israel Pinheiro, a de Oscar Niemeyer e a de Lúcio Costa”.

JK se cercou de pessoas de sua confiança para a execução do projeto. Em Minas Gerais, escolheu Israel Pinheiro para a presidência da Novacap e, no Rio de Janeiro, o arquiteto Oscar Niemeyer, que já tinha trabalhado com Juscelino na construção do complexo de monumentos arquitetônicos em Belo Horizonte, quando era prefeito da cidade.

Terminada Pampulha e este período que eu continuei em contato com o Juscelino, caminhamos sempre juntos, ele sempre me convocando quando eu precisava e eu tive que... ele foi me procurar em minha casa para fazer Brasília: “Ah, Oscar! Tô louco pra começar Brasília”. Logo uma semana depois eu fui com ele, o Lott, os ministros para visitar o local [2 de outubro de 1956]. Confesso que eu fiquei assim... muito... surpreso, que era longe demais, não é? A gente ia de DC-23, não é? Tanto que levava três horas para chegar lá e era um descampado, uma terra hostil, vazia, não tinha nada. De

modo que ele me disse: “Olha, conto com você. Vamos tocar isso para frente de qualquer maneira”. E eu um mês depois já tinha organizado a minha equipe e me enfiei lá naquele fim de mundo, não é? Então foram três anos assim de trabalho em Brasília, sem arredar o pé de lá (NIEMEYER, 1989 apud LOPES, 1996, p. 31).

O edital do concurso para a escolha do projeto urbanístico de Brasília, condição colocada por Niemeyer, foi assinado por Ernesto Silva²⁸ em 19 de setembro de 1956 (mesmo dia da criação da Novacap) e publicado no Diário Oficial em 30 de setembro de 1956²⁹. Esta data nos permite observar que o edital foi autorizado antes tanto da visita mencionada acima quanto à procura de JK pelo arquiteto para propor a construção de Brasília — fato que indica favorecimento ao arquiteto, que já havia trabalhado anteriormente com o presidente.

Houve questionamento dos critérios para aprovação e eliminação. “O arquiteto e urbanista Affonso Eduardo Reidy, por exemplo, discordou dos termos do edital e não participou do concurso” (OLIVEIRA, c2020, não paginado, 2º parágrafo.). Segundo matéria no jornal *Tribuna da Imprensa*, em 19 de março de 1957, o arquiteto Paulo Antunes Ribeiro teria se retirado da Comissão julgadora e votou em separado para não compactuar com a “imoralidade”. Este teria denunciado as irregularidades do processo com relatório reportado a Israel Pinheiro, então presidente da Novacap. “Entre as muitas irregularidades descobertas pelo denunciante, destaca-se a que proporcionará — pelo plano piloto escolhido — numerosas concorrências públicas e excelentes oportunidades de negociatas na construção da capital” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19/03/1957, p. 7).

O artigo 15 do edital gerou dúvidas para alguns concorrentes, pois estabelecia a necessidade de total acordo entre a Novacap e o ganhador do prêmio (LOPES, 1996). “Desde que haja perfeito acordo entre os autores classificados em primeiro lugar e a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, terão aqueles a preferência para o desenvolvimento do projeto” (EDITAL CONCURSO NACIONAL DO PLANO PILOTO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, 1956, art. 15). Esse artigo gerou uma retificação em 16 de outubro de 1956, já pelo então presidente da Novacap, Israel Pinheiro: “Os autores classificados em primeiro lugar ficarão encarregados do desenvolvimento do projeto, desde que haja perfeito acordo com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital sobre as condições para a execução desse trabalho”

²⁸ Presidente da Comissão de planejamento para a transferência da capital e diretor da Novacap (1956–1961) (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, c2020a).

²⁹ Edital disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/edital-Concurso-Plano-Piloto.shtml>. Acesso em: 7 set. 2021.

(RETIFICAÇÃO DO EDITAL CONCURSO NACIONAL DO PLANO PILOTO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, 1956, art. 15). Ao fim,

Concorreram 26 projetos, dos quais 16 foram eliminados na seleção prévia. Entre os que ficaram estavam o de Lúcio Costa, o de Nei Rocha e Silva, e de Henrique Mindlin, o de Paulo Camargo, o de MMM Roberto e o da firma Construtec (OLIVEIRA, c2020, não paginado, 2º parágrafo).

O projeto vencedor foi o de Lúcio Costa, que na ocasião dividiu opiniões dos arquitetos pela superficialidade da escrita do projeto, sendo considerado pelos pares como um “rascunho” (OLIVEIRA, c2020, não paginado, 3º parágrafo.). Na ocasião, Lúcio Costa já era no Brasil um nome consolidado ao lado de Oscar Niemeyer. Juntos possuíam projetos consolidados no Brasil e no exterior. Para uns, o projeto do arquiteto não passava de um esboço e sua inscrição não deveria ter sido sequer aceita, além de afirmarem que havia ficado evidente a intenção do júri em dar o primeiro lugar ao seu projeto (LOPES, 1996; OLIVEIRA, c2020, não paginado). O representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) deixou o júri por não concordar com o do resultado, além de concorrentes derrotados também manifestarem insatisfação pela forma como o processo foi conduzido, possuindo repercussão na imprensa (LOPES, 1996; OLIVEIRA, c2020).

O processo da escolha do projeto de Lúcio Costa nos permite levantar a seguinte questão: a forma de se conduzir a elaboração, execução e escolha do vencedor de uma licitação pública antes do edital ser publicado. JK recorreu ao arquiteto Oscar Niemeyer para tirar Brasília do papel. Este já havia trabalhado anteriormente para JK e era uma pessoa de sua confiança. Lúcio Costa, por sua vez, possuía trabalhos de renome em trabalho conjunto com Niemeyer, dividindo a identificação pelo estilo contemporâneo na produção de seus projetos arquitetônicos. O processo de escolha levantou diversas críticas e até mesmo levou à desistência de alguns participantes.

É importante demarcar que esse tipo de prática para a escolha de quem executaria um projeto público não era novidade. Em outra gestão de JK ocorreu episódio semelhante e que foi explorado pela oposição udenista. Trata-se de um caso envolvendo uma firma construtora que teria sido beneficiada em concorrência para obras em Minas Gerais, através de um possível edital dirigido.

Negociata escandalosa no Estado de Minas: A concorrência à construção de 2000 mil quilômetros de estrada de rodagem já estava ganha antes de realizada.

No dia primeiro de maio o sr. Juscelino Kubitschek fez uma comunicação sensacional: ia ser anunciada a construção de 2.000 quilômetros de estrada de rodagem [...]. Logo no dia seguinte, o “Minas Gerais”, órgão oficial do governo do Estado publicava o edital para a concorrência pública.

[...] Por fim sobreveio uma relação autêntica: As condições estabelecidas para a concorrência visavam entregar à firma — a uma só firma — com ligações notórias no governo, aquela construção de meio bilhão de cruzeiros (TRIBUNA DA IMPRENSA, 30/06/1951, p. 1–6).

De acordo com o jornal *Tribuna da Imprensa* a concorrência já estava ganha, pois o edital previa circunstâncias que dificilmente permitiriam mais de uma firma interessada concorrer à disputa para a realização das obras. A exigência de que a firma concorrente deveria ter executado pelo menos 5 bilhões de metros cúbicos de serviços de terraplanagem tinha por objetivo beneficiar uma grande firma, ou seja, uma firma específica para assumir toda a construção da obra. “O consórcio poderoso seria constituído pelos senhores Caio Dias Batista, ex-secretário de viação de Ademar de Barros, Cincinato Braga, Lucas Lopes e o engenheiro Ajax Correia Rabelo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 30/06/1951, p. 6).

Na ocasião Kubitschek era governador do estado de Minas Gerais. Esse *modus operandi* não foi uma prática exclusiva de JK, mas de outros gestores públicos. Em março de 1951, por exemplo, o mesmo jornal denunciava o favorecimento de uma firma construtora (Maia-Melo) em edital devido à relação pessoal de seu dono (Arlindo Maia-Melo) com Ricardo Jafet, então presidente do Banco do Brasil na ocasião.

A firma Maia-Melo deverá vencer a concorrência aberta para a conclusão das obras do prédio do Banco do Brasil em São Paulo. [...] Em princípio de novembro do ano passado, a diretoria do Banco do Brasil, por intermédio de sua seção de engenharia, resolveu abrir concorrência para as conclusões das obras. Foram convidadas várias firmas do Rio de Janeiro e outras tantas de São Paulo, contando-se entre elas a Pederneiras, a Severino Vilares, A sociedade Comercial e Construtora S.A., a Camargo Mesquita, a Sociedade Construtora Brasileira e a Christiani e Nielsen.

[...]

Para esse feito o orçamento foi distribuído aos concorrentes, pelo Banco do Brasil, um livreto de especificações de materiais a serem fornecidos e um jogo de plantas. [...] Uma semana antes da abertura da concorrência, surge uma carta do Rio dando ordens ao serviço de engenharia do Banco do Brasil em São Paulo para que fosse entregue um jogo de plantas à firma construtora Maia-Melo, que dentro do prazo estabelecido não se havia inscrito para a concorrência.

[...]

Essa autorização estourou como uma bomba, desanimando os demais concorrentes. [...] Percebeu-se claramente que uma firma começara a gozar de mais simpatia e que, naturalmente, iria poder receber dados precisos para

o seu orçamento, dados esses que estavam ocultos para os demais concorrentes (TRIBUNA DA IMPRENSA, 12/03/1951, p. 1 e 6).

Nos trechos citados é possível identificar alguns elementos que trazem certa fragilidade a um processo de seleção pública que deveria ser imparcial. Apenas algumas firmas foram convidadas a participar do edital. A mobilização das relações pessoais se sobrepôs ao regulamento do edital, que já estava com as inscrições encerradas. A partir de uma carta foi autorizada a inscrição de uma nova firma, que foi claramente beneficiada em relação a outras, pois já não poderia sequer se inscrever. Por outro lado, a imprensa denunciava essas práticas, que, como mencionadas nos dois casos descritos acima, e na escolha da construtora, não eram uma exceção. Dois dos três casos envolveram obras na gestão de JK.

Fato é que Lúcio Costa e Oscar Niemeyer ficaram responsáveis pela idealização e execução do projeto Brasília.

Imagem 1 — Maquete da Praça dos Três Poderes³⁰



Fonte: CPDOC/FGV³¹

A imagem 1, pertencente ao Acervo Fundação Oscar Niemeyer, disponível no DHBB/FGV, apresenta a análise da maquete da Praça dos Três Poderes. Nela constam aqueles que desempenharam relações de prestígio e poder na construção de Brasília,

³⁰ Israel Pinheiro (primeiro à esquerda), Lúcio Costa (segundo), Oscar Niemeyer (terceiro) e Juscelino Kubitschek (quarto) examinam maquete da Praça dos Três Poderes (Acervo Fundação Oscar Niemeyer).

³¹ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>.

articuladas pelas relações pessoais. Da esquerda para a direita, Israel Pinheiro, político do PSD de Minas e amigo pessoal de JK que viria a ocupar a presidência da Novacap e após a inauguração de Brasília se tornar prefeito do Distrito Federal; o segundo, Lúcio Costa, amigo de projetos de Oscar Niemeyer que teve o projeto da Construção de Brasília aprovado, apesar de questionamentos; o terceiro, Niemeyer, que já havia trabalhado para JK nas obras da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte e, a pedido do mesmo, coloca em prática a construção de Brasília; por fim, JK, que se cercou de pessoas de sua confiança para tirar Brasília do papel.

A oposição, mais capitaneada pela a UDN carioca, desde o início posicionou-se contra o projeto da transferência da capital. Contudo, não conseguiu mobilizar o país contra o projeto de JK, apesar de fazer bastante barulho e tentar medidas para impedir ou adiar a construção e a transferência da nova capital (LOPES, 1996). Em pesquisa sobre a construção de Brasília, Lopes (1996) observou que o principal problema da UDN não era necessariamente Brasília, mas questões e interesses locais: esta via o distanciamento da capital para o Centro-oeste como perda de seus privilégios políticos, além de poder de pressão e articulação.

Esse posicionamento da UDN também pode ser evidenciado na cobertura da inauguração de Brasília através do jornal *Tribuna da Imprensa*, porta-voz dos ideais udenistas. Veículos da imprensa noticiavam a inauguração da capital federal: “Brasília desde hoje capital da União” (Correio da Manhã, 21/04/1960, p. 1); “Brasília é feita Capital, Guanabara nasce com festa” (JORNAL DO BRASIL, 21/04/1960, p. 1); “Participação Mundial na festa de Brasília” (JORNAL DO COMMERCIO, 22/04/1960, p. 1); “Brasília consagrada capital do Brasil a zero hora de hoje” (ÚLTIMA HORA, 21/04/1960, p. 1). O *Tribuna da Imprensa*, às vésperas da inauguração, em matéria de capa, noticiava: “Senadores pedirão a volta do Congresso: Brasília é o caos”, “Horas antes da mudança Brasília ainda é uma poeira” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 20/04/1960, p. 1 e 2). No dia da inauguração de Brasília não foi encontrado o exemplar do jornal.

A capital foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Brasília já foi chamada de "cidade sem gente", "cidade sem esquina", "cidade de burocratas", "ilha da fantasia" (OLIVEIRA, c2020, não paginado, 7^o parágrafo.). A *Revista Manchete* teve um posicionamento mais enérgico. Ao logo do mês da inauguração dedicou algumas capas sobre Brasília: “Brasília — O despertar de uma nação” (REVISTA MANCHETE,

09/04/1960); “Todos os caminhos levam a Brasília” (REVISTA MANCHETE, 16/04/1960); “Brasil, capital Brasília” (REVISTA MANCHETE, 30/04/1960). No mês seguinte à inauguração, a revista dedicou todo um exemplar sobre a cobertura da inauguração, tendo JK na capa: “Brasília, ano 1 — A reportagem do século” (REVISTA MANCHETE, 07/05/1960).

Ao longo deste exemplar, fotos e mensagens positivas sobre a inauguração, inclusive do papa João XXIII: “Brasília há de constituir um marco miliário na História já gloriosa da terra de Santa Cruz” (REVISTA MANCHETE, 07/05/1960, p. 9). Uma das matérias indica o quantitativo de pessoas presentes: “Inauguração: 150 mil testemunhas” (REVISTA MANCHETE, 07/05/1960, p. 10). Nessa mesma página são citadas as palavras de JK no ato da inauguração: “Sob a proteção de Deus, dou por inaugurada, Brasília, capital do Brasil” (REVISTA MANCHETE, 07/05/1960, p. 10).

Imagem 2 — Capa da Revista Manchete *Brasília ano 1 — A reportagem do século*



Fonte: Revista Manchete, 07/05/1960, n. 420, capa.

Imagem 3 — Inauguração de Brasília



Legenda: “A multidão que se concentrava no planalto, o Brasil era descoberto outra vez por JK”.

Fonte: Revista Manchete, 07/05/1960, p. 11.

Um ano após a inauguração a revista dedicou mais um exemplar sobre Brasília: “Brasília, primeiro aniversário” (REVISTA MANCHETE, 22/04/1961, p. 1). O exemplar dedicava 20 páginas elogiosas a Brasília, com foto de JK e uma carta intitulada “Creio em Brasília” (REVISTA MANCHETE, 22/04/1961, p. 10), na qual JK destacava inúmeras razões de dever cumprido com a transferência da capital para o Distrito Federal.

2.4 Denúncias de irregularidades na construção de Brasília e a CPI da NOVACAP

Durante a Primeira República, boa parte dos serviços públicos estratégicos eram explorados pelo capital estrangeiro, que trouxe para o Brasil experiência na área de “produção e distribuição de gás e energia elétrica; transporte ferroviário e bondes urbanos, limpeza urbana, navegação marítima e fluvial, grandes obras de construção civil etc.” (LOPES, 1996, p. 133). O capital privado do Brasil era predominantemente do setor agrário-exportador. O aparelho do Estado, com forte interferência deste setor, gerenciava a economia sem ter um papel empresarial dominante. A partir de Vargas essa situação é alterada, pois a composição com novos interesses internos e externos fez

com que o Estado assumisse um papel empresarial, ou seja, o Estado promoveu as bases de investimentos e garantias. Assim, capital nacional e estrangeiro se vinculavam ao Estado para a execução de projetos (DREIFUSS, 1981; MENDONÇA, 1986; LOPES, 1996).

A construção de Brasília se inscreve no bojo deste Estado que vinha se consolidando desde o governo Vargas. Essa e as outras obras públicas a ela relacionadas envolveu a mobilização de diversos órgãos estatais. Alguns foram acionados e/ou criados para a execução do Plano de Metas, ou seja, o governo adaptou a máquina governamental para execução de seus projetos. Nesse contexto, foi criada pela Lei 2.874, em 19 de setembro de 1956, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), uma empresa pública com o objetivo de executar os serviços de urbanização e de construção da nova capital da República.

Art. 3º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil terá por objeto:

1. Planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, diretamente ou através de órgão da administração federal, estadual e municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratar;
2. Aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito Federal ou em qualquer parte do território nacional, pertinentes aos fins previstos nesta lei;
3. Execução, mediante concessão de obras e serviços da competência federal, estadual e municipal, relacionados com a nova Capital;
4. Prática de todos os mais atos concernentes aos objetivos sociais, previstos nos estatutos ou autorizados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A companhia poderá aceitar doação pura e simples, de direitos e bens imóveis e móveis ou doação condicional, mediante autorização por decreto do Presidente da República.

Art. 4º O Presidente da República designará, por decreto, o representante da União nos atos constitutivos da sociedade e nos de que trata o art. 24, parágrafo 2º, desta lei.

Art. 5º Nos atos constitutivos da companhia inclui-se a aprovação:

- a) das avaliações de bens e direitos arrolados para integrarem o capital da União;
- b) dos estatutos sociais; e
- c) do plano de transferência de quaisquer serviços públicos que venham a passar para a mesma sociedade.

Art. 6º A constituição da sociedade e quaisquer modificações em seus estatutos serão aprovadas por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. Dependerá, todavia, de autorização legislativa expressa qualquer alteração que vise a modificar o sistema de administração da Companhia, estabelecido nesta lei.

Art. 7º Na organização da companhia serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas da legislação de sociedades anônimas, dispensado, porém, qualquer depósito de capital em estabelecimento bancário.

Art. 8º A Companhia terá a sua sede na região definida no art. 1º, sendo indeterminado o prazo de sua duração (BRASIL, 1956).

A partir dos trechos acima, da Lei 2.874/1956, podemos constatar que foi criada uma empresa estatal poderosa, que controlaria grande quantidade de recursos no curso da construção da nova capital, e com ampla autonomia para atuar em todo território nacional. Nesta parte dos objetivos da empresa é ofertada toda autonomia para a execução das obras que, se não estivessem nos estatutos, poderiam ser autorizadas pelo Conselho Administrativo da Novacap. Também é sinalizada a possibilidade de recebimento de doação de direitos, bens móveis, imóveis e/ou doação condicional, além de ser dispensado qualquer depósito de capital em estabelecimento bancário. Tais artigos flexibilizam aprovações diretas de demandas que o Conselho considerasse necessárias, além da entrada e saída de recursos na execução das obras.

A lei que criou a Novacap flexibilizou os critérios para contratação de materiais e equipamentos, ou seja, a empresa poderia comprar de quem quisesse, além de contratar livremente; por exemplo, podia fechar contratos de mais de 10 milhões de cruzeiros sem licitação.

Art. 21. Nos contratos de obras e serviços, ou na aquisição de materiais a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, a companhia deverá:

- a) determinar concorrência administrativa para os contratos de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), até Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), sendo facultado, todavia, ao conselho de administração, por proposta da diretoria, dispensar a exigência, em decisão fundamentada que constará da ata;
- b) determinar concorrência pública para os contratos de mais de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), ficando permitido ao conselho de administração a dispensa da formalidade, com as cautelas da alínea anterior, dando-se dessa decisão ciência, dentro em 5 (cinco) dias, ao Presidente da República, que poderá mandar realizar a concorrência (BRASIL, 1956).

Nos processos que envolvem necessidade de licitação, o Conselho Administrativo poderia “dispensar a exigência” em decisão fundamentada pela diretoria. Na determinação de licitação para concorrência, o mesmo Conselho teria permissão de “dispensa de formalidade”, devendo ter cautela em relação à alínea anterior, que permite a “dispensa de exigência”. A lei que concebeu a Novacap lhe forneceu grande poder de

atuação com trânsito livre para coordenar a execução das obras, a convertendo em uma mega empresa pública que atuava como na lógica da administração paralela do Estado.

A administração da Novacap ficou assim distribuída: Israel Pinheiro (presidente)³², Ernesto Silva (diretor administrativo)³³, Bernardo Sayão (diretor técnico)³⁴ e Íris Meinberg (diretor financeiro)³⁵. Este último foi indicado pela UDN. Na criação da Novacap, a oposição obteve participação na diretoria e nos conselhos: “a UDN indicaria um terço de seus membros” (LOPES, 1996, p. 137). Essa prática reflete uma característica conciliatória de Kubitschek em neutralizar a crítica da oposição e minar possíveis obstáculos. A Novacap possuía escritórios regionais em oito capitais e um na cidade de Goiânia, com a finalidade de intermediar as decisões de serviços e contratos da empresa (LOPES, 1996). O do Rio de Janeiro era o centro das decisões da empresa e onde trabalhava Lucio Costa, Oscar Niemeyer e equipe.

Apesar da UDN participar da diretoria e conselhos, a empresa foi um de seus alvos preferidos para atacar o governo JK e foi diversas vezes acusada de irregularidades. É importante salientar que a UDN não era um partido homogêneo obtendo diferença de posicionamentos em diferentes regiões (BENEVIDES, 1981). No próprio governo Vargas a UDN do Nordeste se dispunha a negociar com o governo ao passo que a do Rio de Janeiro e a de São Paulo, não (BENEVIDES, 1981). No governo

³² Nasceu em Caeté, Minas Gerais, onde foi vereador e prefeito. Foi secretário de Viação e Obras (1933), secretário de Agricultura, Indústria e Comércio (1934–1942), fundador e primeiro presidente da Companhia Vale do Rio Doce (1942–1945), deputado federal (1945–1946 e 1950–1954), presidente da Novacap (1956–1960), prefeito de Brasília (1960–1961) e governador de Minas Gerais (1966–1971). Foi eleito pela Arena, partido ligado aos militares. Homem de estrita confiança de JK (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930, c2020b).

³³ Nasceu no Rio de Janeiro, foi engenheiro, professor de Letras e médico pediatra. Oriundo de família pobre, estudou na Escola de Veterinária do Exército (1933) e posteriormente ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1946). Foi professor de português no Colégio Pedro II. Era amigo de Café Filho e membro do PSP. Participou na gestão de Café Filho da Comissão de Localização da Nova Capital. Não apoiou a candidatura de JK e votou em Adhemar de Barros. Foi escolhido por JK para ocupar a diretoria da Novacap (LOPES, 1996; DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, c2020a).

³⁴ Nasceu no Rio de Janeiro, foi engenheiro formado pela Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte. No primeiro governo Vargas trabalhou na implantação do núcleo colonial agrícola em Goiás. Em 1956 se tornou diretor da Novacap, escolhido por intermediação de seu genro (embaixador Hugo Gouthier), muito ligado a JK, e por sua ligação com Goiás, onde era vice-governador. Era bastante atuante no acompanhamento presencial das obras. Trabalhou nas obras de ligação Brasília–Goiânia, Brasília–Anápolis, Brasília–Cristalina–Paracatu e em 1958 assumiu a construção da rodovia Belém–Brasília, durante a qual foi vítima fatal, em 1959, de uma árvore cortada que caiu sobre sua cabana (LOPES, 1996; MUSEU VIRTUAL BRASÍLIA, [2020?]).

³⁵ Nasceu em Três Pontas, Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo (1930). Integrou a Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos (1948). Foi deputado federal pela UDN (1950). Foi membro da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Nacional de Agricultura, da Associação dos Pecuaristas do Vale do Rio Grande, em Barretos, e das associações agropecuárias de Araraquara, de Ribeirão Preto e de Presidente Prudente, em São Paulo (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, c2009).

JK isso não foi diferente. A oposição ostensiva ao governo vinha da UDN carioca, tendo Carlos Lacerda um de seus principais expoentes.

As denúncias envolvendo a construção de Brasília, para além do favorecimento da própria escolha do projeto, se pautou nos custos das obras e malversação de recursos públicos e favorecimento, seja político ou na ausência de concorrência na escolha das construtoras para realização das obras.

2.4.1 Custos com Brasília

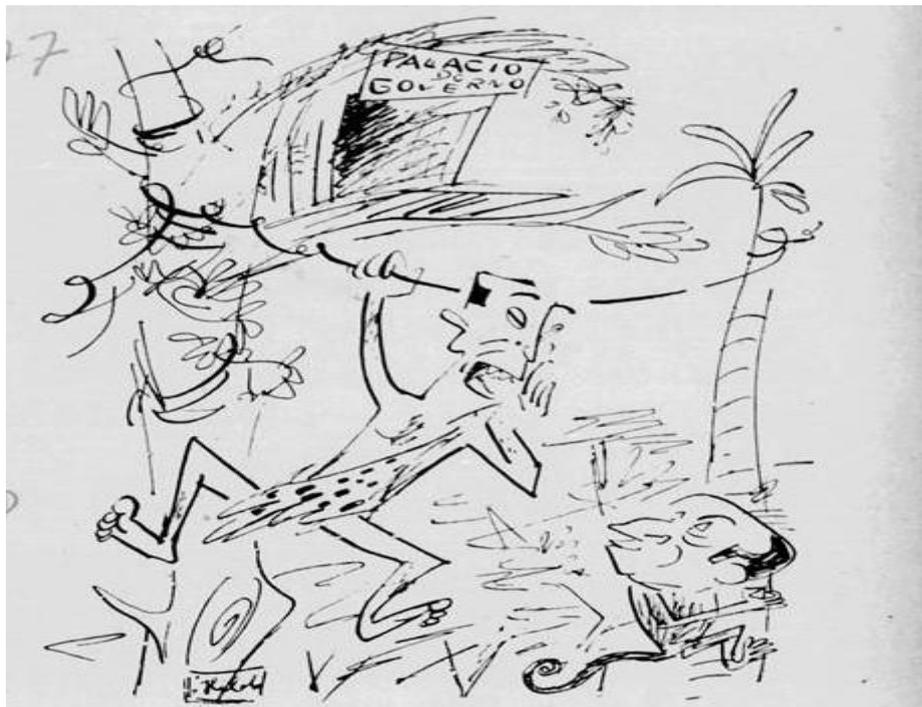
Em janeiro de 1957 o jornal *Tribuna da Imprensa* denunciava os custos elevados da construção de Brasília associada ao que seria uma “Super-Pampulha de JK” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/01/1957, p. 2). Os custos com aquisição de terras, urbanização, edifícios públicos, energia elétrica, rede de esgotos, obras de interesse militar, abastecimento de água, aeroporto, transportes coletivos urbanos, ligações ferroviárias e rodoviárias, entre outros, somariam 30 bilhões. Questionava-se onde JK conseguiria esse dinheiro, uma vez que cada vez mais excluía-se a tese de que Brasília era autofinanciável (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/01/1957, p. 2).

Em maio o jornal denunciava que máquinas estavam paradas por falta de dinheiro:

Tratores, caminhões, jipes, máquinas de terraplanagem e outros pesados instrumentos de tração estão expostos ao longo da estrada Goiânia–Brasília [...] Depois de construir uma pista de 2.500 metros em Brasília, com material levado de avião (desde petit-pois para alimentação dos trabalhadores e até cimento), Juscelino descobriu que não poderá construir a nova capital sem antes criar condições materiais para isso. Resolveu abrir estradas e liberar a verba de 220 milhões, votada no orçamento para esse fim. Em seguida mandou as máquinas para a obra, mas o dinheiro ficou encalhado no escritório da Novacap (TRIBUNA DA IMPRENSA, 31/05/1957, p. 1).

Em matéria intitulada “Brasília — a mirabolante nova capital brasileira” e em destaque a seguinte afirmação “Um novo conceito de capital é proposto à nação — inicialmente CR\$ 100 bilhões e acarretaria transtornos dificilmente calculáveis à organização do país. Mas seus patronos se cobririam de glória e outros se cobririam de dinheiro”, na sequência é exibida uma extensa fala do jornalista David Nasser sobre os interesses de JK em isolar a Capital em Brasília para “fugir do povo e se enveredar por trilhas ditatoriais”. Nessa matéria também se encontra a charge da imagem 4.

Imagem 4 — Palácio do Governo



Fonte: Tribuna da Imprensa, 01/07/1957, p. 15.

Nela JK é retratado como alguém numa selva e o presidente da Novacap, Israel Pinheiro, é retratado como um macaco. A noção de selva pode ser associada não somente à distância da localização da capital, mas também a uma confusão e/ou desorganização, pela forma como a charge é caracterizada. Assim, a capital federal teria sido levada para uma selva, longe de tudo e da urbanizada cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava a atual capital do país. Essa selva seria comandada por JK e Israel Pinheiro.

Em matéria intitulada “Escândalos em Brasília”, são denunciadas algumas práticas. A primeira relacionada a irregularidades nas transportadoras que operavam nas obras da nova capital. Vejamos: “As empresas de transporte estão subempreitando os fretes com os motoristas autônomos. Esses motoristas informaram ao deputado Carlos Lacerda, que assinavam recibos, além das quantias por eles recebidas” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 18/06/1957, p. 3). A segunda denúncia era de que a Novacap passou a assumir diretamente a venda dos terrenos devido às “chantagens” das firmas de corretagem nesse setor. Com isso, a empresa passa também a controlar os trâmites nesse setor. Por fim, a matéria também aborda que teria sido liberado CR\$ 180 milhões dos

institutos de previdência para a operação Brasília (TRIBUNA DA IMPRENSA, 18/06/1957).

A supersaturação de valores através de recibos compõe a noção de corrupção na perspectiva de interesses particulares se sobreporem ao interesse público, trazendo prejuízos à administração pública. A segunda denúncia aponta para a possibilidade de se forjar o agente corrupto e corruptor através do controle da venda de terrenos pela empresa, embora também permita identificar a existência de irregularidades pelos agentes privados nas transações dos terrenos. Por fim, o redirecionamento de valores da previdência nos chama a atenção, visto estes serem usados para fins que não previdenciários.

Os custos de Brasília exigiram novos recursos para além do que se pensou inicialmente. O seu autofinanciamento cedeu lugar a necessidades de empréstimos não apenas estrangeiros, mas ao Banco do Brasil, o que estaria onerando os cofres públicos do país.

A prova da ruína do crédito público nos dois últimos anos do atual governo, nós podemos buscar nos títulos da Novacap (empresa que constrói Brasília) lançados a juros de 8% e com outras vantagens. Agora se verifica que a auto-financiável capital está nas portas do Banco do Brasil para um empréstimo de 1 bilhão (TRIBUNA DA IMPRENSA, 14 e 15/12/1957, p. 1).

Sob o título com grande destaque na primeira página do jornal: “Brasília hipotecada ao Banco do Brasil — levantou 1 bilhão”, novamente o questionamento de ela ser autofinanciável e de onerar os cofres públicos é explorado pela matéria (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/03/1958, p. 1).

O Banco do Brasil acaba de abrir seus cofres para dar a Brasília um financiamento de 1 bilhão de cruzeiros. Esse dinheiro para nova Capital que o sr. Juscelino Kubitschek assegurava ser autofinanciável, será utilizado em parcelas mensais de CR\$ 100 milhões. Anteriormente Brasília já levantara dinheiro no Eximbank e nos Institutos de Previdência. A operação que foi feita em troca de terrenos comerciais e residenciais urbanos na nova Capital, no valor de CR\$ 1 bilhão e 500 milhões, está registrada no Cartório do Primeiro Ofício de Notas da Justiça do Distrito Federal, com as indicações: especialização de bens em hipoteca da Novacap e o Banco do Brasil S/A datada de 3-3-58, do livro 1.290, 72 verso (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/03/1958, p. 1).

A mesma matéria também aponta os empréstimos realizados anteriormente a esse. Este seria o quarto empréstimo de conhecimento do país, feito pelo governo

Kubitschek para Brasília. Os outros foram: CR\$ 30 bilhões de títulos do tesouro nacional, CR\$ 3 bilhões dos Institutos de Previdência e US\$ 10 milhões do Eximbank para pagar as estruturas metálicas encomendadas à *Raymond Concrete Peli* (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/03/1958, p. 1).

Também são citadas algumas despesas:

O banheiro presidencial, feito de louças e azulejos importados, vai custar cerca de CR\$ 15 milhões. A construção da rodovia Brasília–Anápolis importará em CR\$ 322 milhões. A terraplanagem e urbanização elevar-se-ão a CR\$ 63 milhões (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/03/1958, p. 1).

Em outra matéria é observado o uso dos aviões residenciais:

O ministro da fazenda, aceitando o exemplo, acaba de comprar aviões riquíssimos, confortabilíssimos, caríssimos para o seu gabinete. São dois os aparelhos. Um, talvez para ele próprio, outros possivelmente para o loteamento do ministério. Vai-se nessas coisas, o dinheiro magro do tesouro. A frota de aviões pessoais já feita pelo governo é enorme, talvez maior que da própria aeronáutica, diminuída, destratada, abandonada pelos receios que dela tem o senhor Juscelino. Os aviões “chapa-branca” avultam. O sr. Kubitschek tem seus “Viscount”, o sr. Alkimin tem agora dois mais modernos ainda. Até o senhor Israel Pinheiro, da Novacap [...] tem seus aviões particulares (TRIBUNA DA IMPRENSA, 22/04/1958 p. 1).

Essas denúncias nos permitem ter dimensão das discussões do período em relação aos custos de Brasília, que estariam muito além do que foi inicialmente orçado e cuja necessidade de novos recursos passou a acionar outras instituições públicas na concessão de empréstimos, como os fundos previdenciários e o Banco do Brasil. O alto custo da construção da capital era identificado, por um lado, com a malversação de recursos públicos e, por outro, no curso das obras, durante as quais também se tecia terreno para a existência de agente corrupto e corruptor.

2.4.2 Favorecimento

Além da questão dos custos, o jornal também denunciava a inclusão de trechos nas obras a partir de solicitação de políticos do PSD.

A maior parte das inclusões orçamentárias referem-se a inclusão. [...] As emendas são de deputados ligados a maioria:

1. Sr. Carvalho Neto: inclusão de dotação de CR\$120 milhões para a construção da BR-18 (Brasília, Formosa, Floriano, Terezina).

2. Sr. Cid Carvalho (PSD/Maranhão) inclusão de uma dotação de CR\$ 135 milhões para a construção de vários trechos de estradas ligado o Maranhão à futura capital.
3. Sr. Benedito Vaz (PSD/Goiás) inclusão de 40 milhões, para o entroncamento da rodovia Brasília–Uberaba (Estrada de ferro Goiás).
4. Sr. Anísio Rocha (PSD/Goiás), inclusão de dotação de CR\$ 2 milhões para Céres (antiga Colônia Agrícola Nacional) a Brasília, na rodovia Anápolis–Brasília.
5. Sr. Taciano de Melo (PSD/Goiás), inclusão de CR\$ 10 milhões para ligação da BR–4 a Brasília, servindo Morrinhos–Caldas, Novas–Pires, da Rio Brasília.
6. Srs. Taciano de Melo, Benedito Vaz, Nicanor Silva e Anísio Rocha; sugerindo a inclusão da verba de CR\$ 10 milhões para conservação e melhoramentos da estrada GO–12, que vai de Vianópolis a Brasília mediante convênio a ser firmado com a Novacap. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 18/06/1957, p. 3).

A inclusão desses trechos nos permite identificar duas questões. A primeira é a demanda de mais investimento do dinheiro público para além das bases orçamentárias definidas inicialmente e a segunda é que esses trechos beneficiavam majoritariamente políticos do PSD, que compunham a maior base de apoio ao governo JK. Não é possível, a partir dessa matéria, compreender se havia algum critério para a contemplação de demandas de diversos partidos, mas a quantidade de políticos do PSD nos chamou atenção, além de todas as emendas referirem-se à construção de rodovias.

A falta de concorrência pública para a construção de Brasília compunha as denúncias de forma mais recorrente. Em julho de 1957 eram noticiadas certas inquietações de membros do setor de construção nacional que desconheciam edital de concorrência para as obras em Brasília, que beneficiava as empresas americanas (TRIBUNA DA IMPRENSA, 28/06/1957, p. 2).

“Concedido em Brasília privilégio imoral a uma firma estrangeira: protesto do clube de engenharia contra as proteções da Novacap” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/07/1957, p. 1). O título da matéria em primeira página identifica como “privilégio” e “proteções” a prática da Novacap em conceder favorecimento a uma firma estrangeira ligada ao ramo da construção. Segundo a matéria nenhuma firma sem CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) poderia executar obras no território nacional e a empresa *Raymond Concrete Pile Co.*, contratada para construir edifícios ministeriais em Brasília, não possuía esse registro, além de as firmas nacionais terem desconhecimento sobre o processo de concorrência. Essa prática gerou protestos do Clube de Engenharia, que encaminhou uma moção a JK e a Israel Pinheiro.

Considerando a extrema conveniência em que as obras na nova capital do Brasil sejam, tanto quanto possível executadas com material e mão-de-obra nacionais;

Considerando a evidência de que existem firmas nacionais de engenharia perfeitamente capacitadas a executar as obras de construção civil que se tornarão necessárias em Brasília;

Considerando o fato público de que a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — Novacap — contratou com a firma norte-americana Raymond Concrete Pile Co., em concorrência de que não tiveram conhecimento as firmas brasileiras, ou o Sindicato da Indústria de Construção Civil, ou ainda, o Sindicato de Engenheiros e a Associação de Empreiteiros de Obras Públicas, segundo declarações de seus presidentes;

Considerando que mesma aceita a premissa da conveniência de serem metálicas as estruturas dos edifícios dos Ministérios e ainda a impossibilidade de serem elas fornecidas pela Companhia Siderúrgica Nacional, isto não excluiria a participação de firmas nacionais quanto à montagem das mesmas;

Considerando a obrigação que tem o Clube de Engenharia de zelar pelo bom nome da engenharia nacional;

Considerando, por fim, que a legislação brasileira vigente proíbe a execução de obras no território nacional a qualquer firma não registrada em Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;

Resolve o Conselho Diretor do Clube de Engenharia:

a) Manifestar sua estranheza pela política injusta e inconvenientemente adotada pela Novacap no caso em foco;

b) Encaminhar ao Exmo. Presidente da República a opinião do Clube de Engenharia discordante da solução dada ao assunto em causa;

c) Dar conhecimento das resoluções acima ao Presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, manifestando a expectativa de que venha a ser reconsiderada a solução adotada pela administração da mesma, salvaguardando, destarte, os legítimos interesses da engenharia nacional, sempre coincidentes com o do país; (TRIBUNA DA IMPRENSA, 10/07/1957, p. 2).

O documento transcrito pela imprensa aponta algumas irregularidades sobre a transparência do processo de escolha da empresa, o descumprimento dos regulamentos burocráticos nacionais dentro do ramo da engenharia para beneficiar uma empresa estrangeira. Alguns dias após esta matéria entidades representativas da engenharia e da indústria de construção realizaram um protesto em São Paulo denunciando que as empresas nacionais foram prejudicadas em favor da empresa norte-americana. O título da matéria estava em letras garrafais: “Protestos em São Paulo contra o privilégio da construção de Brasília” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 15/07/1957, p. 3).

No mês seguinte o jornal apresenta uma matéria com críticas à atuação da empresa que privilegia a mão de obra norte-americana em detrimento da brasileira com o dinheiro da construção de Brasília, além da empresa se isentar de algumas responsabilidades:

Brasília patrocina a vinda de engenheiros norte-americanos

A Raymond, firma americana a que coube a construção de estruturas metálicas na nova capital, publicou na “Civil Engineering” de julho, um anúncio em que diz precisar de engenheiros projetistas norte-americanos para trabalhar no Brasil, por 6 ou 9 meses, com bonificação e todas as despesas pagas. Trata-se de trabalho para qual há diversas firmas brasileiras mais que habilitadas, com duas vantagens: a de reduzir o custo do serviço e a de valer-se de pessoal brasileiro, já provadamente competente. Outra informação de Brasília é que o material para as estruturas será transportado dos Estados Unidos para o Brasil à custa da Raymond, mas até o porto de Santos. Daí até Brasília o custo do transporte corre por conta da Novacap, não se responsabilizando a Raymond por atrasos, extravios ou perecimentos. Quer dizer: a Raymond tem o prazo de seis meses para projetar e armar as estruturas de dezesseis edifícios em Brasília (apenas o esqueleto) e qualquer embarço surgido com relação a transporte (que não há) do material encarecerá e adiará o fim das obras (TRIBUNA DA IMPRENSA, 23/08/1957, p. 1).

A *Raymond Concrete Pile Company* foi fundada em 1897 por Alfred A. Raymond em Omaha, Nebraska. A empresa teve sede em Nebraska (1897–1902); New York (1902–1973) e Houston, Texas (1973–1990). Houve mudanças no nome da empresa: *Raymond Concrete Pile Company* (1897–1958), *Raymond International Inc.* (1958–1978), *Raymond International Builders, Inc.* (1978–1990). A empresa pediu concordata em 1989 e suas operações americanas foram fechadas. Suas operações no Oriente Médio, *Raymond International WLL de Bahrain*, são suas sucessoras³⁶. Numa pesquisa pelo nome inicial da empresa, aparece a página da Raymond Internacional³⁷.

Segundo Lopes (1996), o contrato com a Raymond foi assinado em 12 de junho de 1957, praticamente um mês antes da matéria citada. A empresa obteve vantagens para se instalar no Brasil sem riscos e sem custos e estava autorizada a importar equipamentos e materiais para as obras. Ainda segundo o autor (1996), em outubro de 1957 a empresa teve seu contrato aditado e incumbiu uma empresa brasileira (Construtora Planalto) de executar as obras no país. O empréstimo norte-americano estaria vinculado a este contrato e a outros semelhantes. As atividades do Grupo Raymond foi objeto de suspeitas de corrupção e fraude no período, o que levou a uma auditoria feita pela Novacap sobre a atuação de sua ramificação brasileira, que concluiu em 1959:

Dificuldade da Novacap em ter fiscais honestos na Planalto; excesso de horas apontadas pela empresa (isto servia para aumentar as comissões); desperdício de materiais; excesso de consumo de combustível; irregularidades no funcionamento do departamento de compras da Planalto (aquisições feitas

³⁶ Portal *My Companies*. Disponível em:

https://mycompanies.fandom.com/wiki/Raymond_Concrete_Pile_Company. Acesso em: 19 set. 2021.

³⁷ Portal Raymond Internacional. Disponível em: <http://www.raymondintl.com/>. Acesso em: 19 set. 2021.

sem levantamento prévio de preços); corrupção na compra da areia da barragem do Paranoá, com a ausência de fiscais na Novacap; irregularidades na contratação de pessoal (salários muito elevados para norte-americanos e alguns protegidos) e na organização funcional e legal da empresa; etc. (Arquivo da auditoria da Novacap apud LOPES, 1996, p. 143).

O jornal seguiu com denúncias de ausência de concorrência, mas não especificava as empresas: “Sem concorrência — O Sr. Israel Pinheiro, presidente da Novacap, autorizou a compra de CR\$ 1.173 mil em equipamento radiotécnico de fabricação nacional a ser instalado em Brasília” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 9/05/1958, p. 1). Dias depois surgiram denúncias de ausência de concorrência envolvendo a construção de pontes e viaduto.

Cinco firmas escolhidas pelo Sr. Israel Pinheiro, presidente da Novacap, foram autorizadas a construir, sem concorrência pública, todas as pontes sobre os rios Descoberto e o Ribeirão das Lajes, na Ligação Anápolis–Brasília. Essas obras estão orçadas em mais de 30 milhões. Também sem concorrência pública, as mesmas firmas estão construindo um viaduto sobre o Riacho Fundo, na ligação do Eixo Residencial com o Aeroporto de Brasília. Preço da obra: CR\$ 13 milhões. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 12/05/1958, p. 1).

Denúncias de dispensa de concorrência referente ao ano anterior da publicação da matéria:

Em julho do ano passado a Novacap, após reunir a diretoria e conselho de administração, decidiu dispensar quatro concorrências públicas:

1. Uma compra de 1.800 mil litros de alcatrão, tipo RT 2.
2. Aquisição de linha de transmissão por CR\$ 2.888.061, 10.
3. Estudos e projetos para o trecho ferroviário da linha Brasília–Colômbia, entre a foz do Rio Saia Velha, no São Bartolomeu e o ponto de entroncamento com a Estrada de ferro Goiás, numa extensão aproximada de 150 quilômetros.
4. Execução de serviços de terraplanagem e obras de arte no trecho ferroviário Brasília–Pirapora e Brasília–Colômbia. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/05/1958, p. 1).

Ao informar os custos de CR\$ 1 bilhão para a construção de um novo “palácio” para o presidente Juscelino Kubitschek em Brasília, cuja matéria denomina de “Palácio dos despachos”, novamente a questão da dispensa de concorrência pública é denunciada (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/06/1958, p. 6). Dessa vez a matéria cita a firma beneficiada.

Acompanhado do pedido de dispensa de concorrência, o Conselho administrativo recebeu uma relação de firmas que o Sr. Israel Pinheiro informou serem idôneas, mas que, por um motivo qualquer, deixou de ser

transcrita na ata da sessão em que a solicitação foi autorizada [...] Na mesma sessão, o Conselho administrativo da Novacap autorizou que fosse adjudicada a firma Camargo Corrêa sem concorrência pública, obras orçadas em CR\$ 9 milhões: construção da barragem de captação de água do córrego Torto, aterro travessia do Riacho Fundo, estrada de acesso ao Eixo Residencial–Aeroporto e outros serviços de terraplanagem mecânica da área do perímetro urbano de Brasília (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/06/1958, p. 6).

A matéria também observa que Israel Pinheiro solicitou pessoalmente o pedido de dispensa pública e que controlava todas as obras autorizadas pela Novacap. O presidente da empresa se utilizaria da lei da criação da Novacap, baseado no artigo 21, alínea “b”, para justificar tal prática. Nesse sentido, versa também a matéria que “esse dispositivo de lei, aliás, é que vem permitindo a consumação de todos os escândalos da Novacap” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/06/1958, p. 6).

Sob o título: “Novacap autorizou obras públicas sem concorrência: nove firmas escolhidas pelo Sr. Israel Pinheiro vão construir o Palácio de despachos e o Edifício do Supremo Tribunal em Brasília”, é apresentada a relação dessas firmas: Severo Vilares, Christiani Nielsen Engenheiros e Construtores, Companhia Construtores Penedeiras, Construtora Rabêlo, Pacheco Fernandes Dantas Ltda., Décio de Moraes, Cavalcanti Junqueira S.A., Sociedade Comercial e Construtora Ltda. e Valdemar Polizzi (TRIBUNA DA IMPRENSA, 12/06/1958, p. 2). A matéria observa que a Construtora Rabêlo é ligada ao sr. Israel Pinheiro e a Juscelino Kubistchek (TRIBUNA DA IMPRENSA, 12/06/1958, p. 2).

A relação da empresa Rabello com JK data ainda de quando este era governador de Minas Gerais e passou a viabilizar as obras de construção pesada, privilegiando as construtoras mineiras através da formação de consórcios. Estas, através do consórcio liderado pela empresa de Ajax Rabello, amigo pessoal de JK, recebiam trechos de construção rodoviária sem disputar concorrência (CAMPOS, 2014). Nesse contexto, Paulo Rabello, sobrinho de Ajax Rabello, e que trabalhava com ele, forma a sua própria construtora em 1944, a Rabello. A partir das obras da “Pampulha”, estreita relações com Oscar Niemeyer, iniciando assim uma parceria com JK e Niemeyer, sendo privilegiado nas obras rodoviárias de Minas e posteriormente na construção de Brasília (CAMPOS, 2014).

Verifica-se como as relações pessoais entre esses agentes se ampliaram para as relações políticas e como o momento político experimentado por JK projetou a empresa Rabello em âmbito nacional. Na outra ponta também se verificou como tais relações são

voláteis, oscilando de acordo com o momento político. Isso pode ser evidenciado no depoimento de um empreiteiro anônimo ao economista Tinoco Ferraz, sobre a trajetória da empresa Rabello.

Você quer ver uma empresa que foi para o brejo porque não teve boas relações políticas? Foi a Rabello. A Rabello era ligadíssima ao Juscelino; construiu Brasília, construiu São Paulo–Curitiba; construiu Belo Horizonte–São Paulo, etc. Era amiga de Juscelino. Sua queda começa com Jânio Quadros, se completando com a revolução de 64. [...] Nessa nossa área, o esquema político funciona. Então Marco Paulo Rabello (presidente da Rabello) tinha um bom relacionamento com Juscelino. Nesta época, houve um “boom” de obras em todos os setores e o Marco fez uma senhora empresa. Ele era um senhor empresário. Posteriormente, em decorrência desse fato, com a revolução de 1964, o Marco ficou de certa maneira marginalizado em termos políticos. Isso devido às suas vinculações pessoais com o Juscelino. Então ele foi muito podado ou muito cortado. (FILHO apud CAMPOS, 2012, p. 103).

A legislação que criou a Novacap abria brechas para a ausência de concorrência pública, pois determinava esse procedimento para valores acima de CR\$ 10 milhões; abaixo disso, a concorrência era administrativa e os critérios para tal não tivemos acesso, mas pelas denúncias, a escolha das empresas era feita pelo Conselho administrativo da Novacap, com alto poder de decisões. Foi criada pelo Estado uma empresa cuja legislação criava condições para forjar o agente corrupto e corruptor, uma vez que a autonomia na escolha de empresas permitia favorecimento de algumas empresas em detrimento de outras. Não se verificava, por exemplo, uma concorrência já ganha como ocorreu com a Construtora Rabêlo quando JK era governador de Minas Gerais. Nas denúncias apontadas essa concorrência sequer acontecia, as decisões se davam dentro da esfera administrativa.

2.4.3 A criação da CPI

A criação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ganha status jurídico na Constituição de 1934 e é um dos instrumentos previstos para fiscalizar a administração pública, exercendo assim o poder de investigação inerente as autoridades judiciais. Na Constituição de 1988 ela está prevista no artigo 58.

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de

um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores (BRASIL, 1988, art. 58, inciso 3).

Assim, a criação das CPIs se configurou num importante instrumento de investigação dos crimes contra a administração pública, esfera em que o fenômeno da corrupção se inscreve.

No ano de 1958, a UDN já propunha a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar as relações na Novacap. O *Jornal do Commercio* noticiava que Carlos Lacerda (UDN) iria protocolar um requerimento para a criação da CPI.

O Sr. Carlos Lacerda anunciou que no próximo ano vai apresentar requerimento para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as irregularidades na Novacap. Tenciona esperar o começo da próxima legislatura, inclusive para dar tempo a que os representantes oposicionistas se retirem da direção da empresa. (JORNAL DO COMMERCIO, 31/10/1958, p. 3).

O trecho citado da matéria apresenta também uma espécie de aviso. O primeiro é que as irregularidades na Novacap careciam de investigação por apresentar irregularidades no processo de construção de Brasília. O segundo é que o requerimento da CPI seria protocolado na legislatura seguinte para que “os representantes oposicionistas se retirem da direção da empresa” (JORNAL DO COMMERCIO, 31/10/1958, p. 3), isto é, como uma espécie de recado a esses agentes. Em maio de 1959, o *Correio Paulistano* apresentou uma matéria intitulada “Discutem os udenistas a propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito para Brasília”:

No grande expediente (Câmara Federal) com o Sr. Ranieri Mazzili na presidência, o único orador foi o Sr. Carlos Lacerda, que defendeu a iniciativa que tomou no sentido de ser feito inquérito através da Comissão, sobre o custo de Brasília e as consequências da mudança imediata. Declarou, todavia, que deseja fazer investigação sem qualquer despeito à opinião dos mudancistas, inclusive de seus correligionários. Concluindo sua oração, observou que Governo de força sempre procura esconder-se do povo, sendo Brasília um esconderijo para o Governo (CORREIO PAULISTANO, 23/05/1959, p. 3).

Na mesma sessão da Câmara o deputado Carlos Lacerda retoma a tribuna para reforçar a defesa de uma CPI sobre os gastos da construção de Brasília.

O deputado Carlos Lacerda tornou a defender a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os gastos realizados em

Brasília. Disse que a presença de membros da oposição na Novacap, com reduzido poder fiscalizador, não pode satisfazer a curiosidade de quantos desejam saber o que Brasília vem custando ao país (CORREIO PAULISTANO, 23/05/1959, p. 3).

O posicionamento de Lacerda incitou um debate na sessão da Câmara:

Aparteando o Sr. Carlos Lacerda, frisou o deputado o Eloi Dutra (PTB) que a UDN tem representantes no conselho diretor da Novacap, inclusive o tesoureiro, estranhando por outro lado a sugestão de um inquérito partindo de um correligionário daqueles membros.

[...]

Em seguida o sr. Armando Falcão (PSD) disse que existe forte oposição, mas que o motivo da objeção tem apenas uma razão. Procura-se evitar o cumprimento da lei que marca a mudança para 1960 (CORREIO PAULISTANO, 23/05/1959, p. 3).

Em 23 de setembro de 1959 alguns jornais noticiavam que a UDN havia conseguido as assinaturas para a realização do Inquérito sobre a construção de Brasília: “Já tem quórum a CPI para apurar Brasília” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/09/1959, p. 1); “Oposição conseguiu número para instaurar inquérito em Brasília” (JORNAL DO BRASIL, 23/09/1959 p. 4); “Inquérito de Brasília: manobra da oposição” (ÚLTIMA HORA, 23/09/1959 p. 1). No dia posterior foi apontado pelo jornal *Tribuna da Imprensa* a tentativa de impedimento para que o inquérito fosse adiante.

Alarmado com a revelação de que o requerimento pedindo uma Comissão Parlamentar para investigar irregularidades na Novacap já contava com 114 assinaturas, o ministro da justiça, sr. Armando Falcão, correu ontem à Câmara para impedir o inquérito. O sr. Armando ficou a tarde toda conversando com os deputados da maioria e, posteriormente, trancou-se no gabinete do líder da maioria para articular com o deputado Abelardo Jurema um esquema capaz de anular o inquérito (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/09/1959, p. 3).

O ministro Armando Falcão e o deputado federal Abelardo Jurema pertenciam ao PSD. A matéria ainda reitera que essa tentativa de impedimento se deu com pressão aos deputados da maioria e possível esquema de negociação de cargos-chaves.

O esquema de Falcão divide-se em dois tempos: o primeiro consiste na tarefa de obrigar os deputados da maioria a retirarem suas assinaturas do requerimento a fim de evitar o quórum [...]. O segundo tempo que só será posto em prática, caso o primeiro não tenha surtido efeito, programa a criação de uma Comissão integrada por deputados dóceis ao Governo e onde a oposição não confiará com nenhum posto de relevo [...]. De posse dos cargos-chaves da comissão e com a maioria de seus membros, o Governo ficará

capacitado a paralisar o inquérito ou mesmo convertê-lo numa promoção em Brasília (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/09/1959, p. 3).

O jornal *Última Hora*, a partir das declarações de Abelardo Jurema, líder da maioria, noticiava que o inquérito foi uma tentativa da oposição em parar as obras de Brasília. Nas palavras do deputado:

O objetivo desta Comissão de Inquérito é colocar o problema no plano do escândalo público para atrasar a obra e construção da nossa futura Capital, cujas implicações no desenvolvimento do país são do pleno conhecimento do povo brasileiro (ÚLTIMA HORA, 23/09/1959, p. 1).

A matéria ainda reitera que havia certo consenso entre alguns deputados de que se tratava de uma manobra da oposição para a instauração do inquérito com o objetivo de impedir a transferência da Capital para Brasília, bem como fortalecer Jânio Quadros, candidato da UDN para as próximas eleições presidenciais.

Ao que se dizia, pelo menos uma dezena de deputados que haviam subscrito o requerimento se mostravam dispostos a tender o interesse do governo, reconhecendo que se trata de uma tipicamente oposicionista, cujo objetivo imediato é impedir a transferência da Capital e fornecer ao sr. Jânio Quadros subsídios para sua campanha eleitoral (ÚLTIMA HORA, 23/09/1959, p. 4).

Apesar do empenho em torno da Instauração do Inquérito, Carlos Lacerda obteve dificuldade para mobilizar o Congresso e mesmo o próprio partido contra o principal projeto de JK, uma vez que a UDN apoiou o projeto de interiorização da Capital e compunha parte da diretoria da Novacap. Nesse sentido, não havia homogeneidade dentro da UDN em relação à criação da CPI. Contudo, a pressão política em torno da investigação das possíveis irregularidades na construção da nova capital obteve ressonância, uma vez que através de seu jornal a questão adquiriu visibilidade.

JK, em suas memórias, indica como recebeu a notícia de que o PTB havia apoiado a instauração da CPI, como via as questões políticas em jogo e como se posicionou diante do ocorrido.

Certo dia estava eu em meu gabinete e, para relaxar o espírito, liguei um rádio que possuía sobre a mesa. A estação transmitia a realização de uma sessão na câmara. Ouvi, estupefato, o final de um discurso do deputado Osvaldo de Lima Filho, líder do PTB, no qual era anunciada a adesão de seu partido à constituição daquela CPI. O líder petebista esclarecera que tomava aquela atitude porque o governo não temia sindicância e que, dada a

insistência do deputado udenista Carlos Lacerda, julgava melhor que se examinassem de uma vez as contas da Novacap, de forma a ficar provada, em definitivo, a lisura com que vinha agindo aquele órgão (KUBITSCHKEK, 1975, p. 201–202).

Segundo JK, ele advertiu o líder petebista de forma imediata, que, segundo ele, se desculpou; todavia, as questões políticas em vigor ficaram evidentes, pois a maioria do PTB sempre fora contrária à transferência da capital, pois esvaziaria a articulação da “volumosa massa de trabalhadores no Rio de Janeiro (KUBITSCHKEK, 1975, p. 202). Sendo assim, entrou em contato diretamente com seu vice João Goulart.

Fiz uma ligação imediata para o apartamento do Vice-presidente João Goulart, que morava no posto 6, em Copacabana. Disse-lhe que havia ouvido o discurso e que não poderia concordar de forma alguma com aquela atitude do PTB. Ninguém melhor do que ele, acrescentei, sabia do meu interesse em fazer a mudança da capital no dia 21 de abril de 1960 e nisso estava empenhado todo o governo. O que Carlos Lacerda tinha em vista, na realidade, não era a apuração de qualquer irregularidade, mas impedir através da CPI que a transferência se fizesse na data marcada. Esclareci ainda que, quanto à CPI propriamente dita, não tinha qualquer objeção a fazer. Sempre aceitara e até estimulara a fiscalização da oposição, mas não iria me deixar envolver por uma manobra da UDN. E tanto não fazia objeção a uma sindicância que assumia o compromisso de fazer com que o PSD assinasse um requerimento para a constituição de uma CPI, com o mesmo objetivo, mas no dia 22 de abril de 1960 — vinte e quatro horas após a transferência da capital (KUBITSCHKEK, 1975, p. 202).

Kubitschek relatou que Goulart o afirmou que a questão se tratava mais de uma pressão de Lacerda “ditada por seu afã de estar na crista dos acontecimentos” e não de uma negativa do PTB sobre a transferência da capital (KUBITSCHKEK, 1975, p. 203). JK também reiterou que posteriormente tomou conhecimento de que a postura do PTB diante da CPI se deu por uma represália política por ter dado a pasta da agricultura a Santiago Dantas, também do PTB, porém “não afinado ideologicamente com seus correligionários” (KUBITSCHKEK, 1975, p. 203).

Segundo Lopes (1996), a CPI de fato só foi instaurada após a inauguração de Brasília em setembro de 1960, e foi encerrada em 1962 sem a conclusão dos trabalhos. O autor afirma que “não se conseguiu, como de habitual, provar nada concreto”, mas sua criação forneceu munição para a eleição de Jânio Quadros (candidato apoiado pela UDN), que mobilizava a corrupção na construção de Brasília e a bandeira da mobilização do Estado para obter prestígio e votos (LOPES, 1996, p. 164). Na presente pesquisa não tivemos acesso ao documento da CPI da Novacap.

Considerações parciais

Pensar a seletividade política do uso da corrupção no governo Juscelino Kubitschek nos permite lançar olhar para como as relações políticas ditaram o tom da investigação das irregularidades na construção de Brasília. Malversação de dinheiro público, favorecimento, falta de transparência nos processos licitatórios, ou mesmo ausência do mesmo na concessão de obras às construtoras implicariam comprometimento do que se espera na relação com a coisa pública. No tocante à imparcialidade e interesse público, a comprovação de tais práticas no governo JK não sustentou a interrupção e/ou enfraquecimento de seu mandato, que já havia sido indiciado sob crises.

As denúncias de irregularidades envolvendo a construção de Brasília datavam da escolha do projeto do plano piloto, em que várias irregularidades foram identificadas e a concorrência estaria ganha pela equipe de Niemeyer que, por sua vez, tinha estreita relação com JK. As outras denúncias envolvendo malversação de recursos públicos, custos com a construção de Brasília, favorecimento de políticos da base aliada e amigos pessoais surgiram poucos meses depois da criação da Novacap e a execução das obras.

Através da imprensa passou-se a denunciar essas práticas, que gradativamente ganharam visibilidade na cena pública. O curso das denúncias culminou com a pressão para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito envolvendo a Novacap. Mesmo diante de constantes denúncias via imprensa, houve morosidade para sua implementação. A divergência entre parlamentares a favor e contra a CPI arrastou a questão e culminou na consequente dificuldade na obtenção de quórum para a sua criação.

A legislação da Novacap flexibilizou a contratação de materiais e serviços sem transparência para a sociedade, além de favorecer poucas empresas nacionais ao não promover concorrência pública que permitisse acompanhar o processo de escolhas das construtoras para execução das obras. Apesar das denúncias apontadas, estas não foram capazes de conduzir a uma imediata investigação das possíveis irregularidades.

Verificou-se que o momento favorável de seu governo permitiu certa proteção a Kubitschek em relação às denúncias de corrupção. Os interesses políticos de distintos fomentou as condições e a possibilidade de um uso seletivo da *corrupção*. E a CPI,

além de acontecer de forma morosa, terminou sem apontar culpados, sendo posteriormente arquivada.

3 ELEIÇÃO E CORRUPÇÃO: O USO POLÍTICO DA CORRUPÇÃO NO GOVERNO JÂNIO QUADROS

Este capítulo lança olhar para o modo como a corrupção foi acionada na trajetória política de Jânio Quadros examinando o discurso de combate à corrupção durante sua campanha presidencial em 1960 e a instauração de Comissões de Sindicância para averiguar a gestão em órgãos da administração pública durante seu governo. Tal análise busca examinar os grupos que apoiaram Jânio Quadros, como eles se acomodaram durante seu governo, bem como o papel da corrupção deste contexto.

A trajetória política de Jânio Quadros nos fornece ingredientes para compreender como ele se tornou o candidato viável nas eleições presidenciais de 1960. Quadros inicia sua vida pública em 1947, quando se elege vereador de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC), de forma direta. Inicialmente, em 1945, por ocasião do surgimento dos partidos nacionais, após o fim do Estado Novo, Jânio Quadros filiou-se à UDN, mas não obteve apoio para concorrer à Câmara Municipal de São Paulo, o que o conduziu ao PDC (MAGALHÃES, 2007). Grande parte de sua trajetória política viria acompanhada do apoio desse partido.

A atuação de destaque como vereador impulsionou sua imagem pública. Jânio já indicava ainda na Câmara Municipal de São Paulo buscar construir uma imagem pública associada à seriedade, honestidade e ao trabalho, desvinculada do “político profissional” que atuaria de maneira orgânica no interior do Estado. Nesse aspecto o periódico *O Governador* desempenhou importante contribuição, ao noticiar sua atuação de maneira positiva, como observado na matéria de fevereiro de 1950:

O vereador Jânio Quadros está trabalhando, segundo se diz, para que várias ruas que ainda não têm iluminação sejam iluminadas o mais breve possível. Os moradores das referidas ruas vão mandar um abaixo assinado ao esforçado edil, pedindo-lhe que deixem as coisas como estão para ver como é que ficam. (O GOVERNADOR, 09/02/1950, p. 2).

Nesse mesmo mês o periódico chama atenção para uma relação esperada no trato com a coisa pública, no sentido de evitar privilégios no serviço de fornecimento de alimentos da Câmara Municipal.

O vereador Jânio Quadros sustentou um projeto de resolução pelo qual os serviços de copa e refeições da câmara municipal serão postos em concorrência pública. Regularizando, assim, o serviço de copa e refeições,

pretende aquele edil certamente acabar com certas — “comidas” (O GOVERNADOR, 23/02/1950, p. 2).

Informes sobre a atuação do vereador com a cobrança de questões que envolviam as condições de trabalho do funcionalismo também eram abordados pelo periódico: “Falou na Câmara Municipal, o sr. Jânio Quadros, reclamando contra a demora da distribuição de uniformes aos guardas de jardim que há dois anos não recebem as roupas a que tem direito” (O GOVERNADOR, 20/04/1950, p. 2). Ironias e metáforas sobre a atuação de Jânio Quadros na prefeitura também eram acionadas.

Entraram de férias os senhores vereadores. Cansados das lutas pelo bem dos munícipes [...] eles vão descansar nos campos e nas praias. Mas podemos afirmar que nem todos, agora, vão em busca de descanso. Alguns, o senhor Jânio Quadros, por exemplo, vai aproveitar a folga para frequentar a academia de luta livre. Querem voltar, depois, para o Palacete Prates, em perfeita forma, para enfrentarem seus adversários... (O GOVERNADOR, 6/7/1950, p. 2).

Esse capital reputacional oriundo de sua atuação como vereador foi central para a obtenção de uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com expressiva votação em 1951.

O jornal *Correio da Manhã* trazia matérias muito pontuais sobre a gestão de Jânio Quadros tanto como vereador quanto deputado estadual, como a situação dos presos, a campanha contra o jogo do bicho e a transparência no inquérito sobre o câmbio negro da carne envolvendo agentes públicos³⁸. Nessas matérias residem dois elementos: o primeiro relaciona-se ao indicativo de atender demandas de diferentes segmentos sociais; e o segundo, à noção esperada na atuação do agente público no trato com a coisa pública.

Como deputado estadual também procurou marcar sua oposição ao adhemarismo, muito forte em São Paulo. Líder do PDC na Câmara, Jânio Quadros solicitou a expulsão de deputados pedecistas sob a alegação de apoio ao adhemarismo, restringindo à banca do PDC a ele próprio (MAGALHÃES, 2007). A junção de seu trabalho como vereador e deputado, reunindo atenção às demandas de distintos grupos, bem como sua atuação na defesa de moralização da administração pública, lhe forneceram as bases eleitorais e políticas para alcançar a Prefeitura de São Paulo.

³⁸ Ver *Correio da Manhã*, respectivamente: 28/02/1950, p. 4; 11/02/1951, p. 12; e 21/11/1951, p. 10.

3.1 O símbolo da vassoura

De deputado estadual, na sequência, Jânio Quadros disputou a Prefeitura de São Paulo pela coligação PDC/PSB (Partido Socialista Brasileiro), em oposição à extensa coligação PSP–PSD–UDN–PTB–PRP–PR–PL³⁹, com destaque para a presença de grandes partidos como a UDN, o PSD e o PTB, além do partido do governador de São Paulo, o PSP. Essa coligação apoiou a candidatura do também professor Francisco Antônio Cardoso, ex-secretário de Saúde, lançado pelo governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, e dispôs de considerável apoio financeiro (FERREIRA; FLAKSMAN, c2009). É nesse contexto que emergiu o lema da campanha janista: *O tostão contra o milhão* e o surgimento do símbolo da *vassoura* para supostamente varrer as irregularidades da administração pública e reforçar a noção de uma moralização esperada por aqueles que ocupam o cargo público.

Neste pleito ficou evidenciado o crescimento do PDC no estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que marcou uma nova fase do partido, que “procurou adotar uma orientação moralizante de combate interno à prática dos políticos profissionais” (FERREIRA; FLAKSMAN, c2009, não paginado). Novamente a imprensa contribuiu para a construção dessa imagem pública, não adotando uma postura de ataque como presenciado com Vargas. Na disputa das eleições Jânio Quadros tentou obter uma aproximação com o PTB e o apoio do então presidente Getúlio Vargas, como observado na matéria intitulada “O sr. Jânio vem solicitar apoio do sr. Getúlio Vargas”.

Falando à reportagem, o deputado Jânio Quadros informou que está na partida para o Rio de Janeiro em companhia de políticos do PTB, para nova conferência com o Presidente da República.

O encontro com o senhor Getúlio Vargas prende-se à eleição para o cargo de prefeito do parlamentar democrata-cristão com o apoio do PTB (CORREIO DA MANHÃ, 25/10/1952, p. 2).

Na matéria a afirmação de “nova conferência” denota que houve um encontro anterior com Vargas e uma busca de Jânio Quadros de aproximação com o eleitorado capitaneado pelo PTB, dos trabalhadores em sua maioria urbanos e a busca do peso político do apoio do presidente para sua chegada à prefeitura.

³⁹ PSP — Partido Social Progressista; PRP — Partido de Representação Democrática; PR — Partido Republicano; PL — Partido Libertador.

Um fato relevante na ocasião dessas eleições municipais é a posição do jornal *Tribuna da Imprensa*, porta-voz da UDN que, como abordado anteriormente, fez abertamente oposição a Getúlio Vargas, a Kubistchek e a João Goulart. Mesmo a UDN tendo apoiado o candidato adversário a Jânio Quadros nas eleições para prefeitura, o jornal adotou uma postura de defesa de Quadros ainda durante as eleições:

A candidatura de Jânio Quadros é a única popular. Não resulta de conchavos e acomodações. Tem por fiadores dois partidos contrários aos interesses das classes dominantes, o PDC e o PSB. A campanha não é bafejada por favores oficiais e não é custeada pela “caixinha”. São milhões de tostões e não alguns milhões os que custeiam a campanha de Jânio Quadros. O passado do candidato é uma garantia para o futuro. Jânio Quadros não muda diariamente de partido ao sabor de suas conveniências pessoais. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 16/03/1953, p. 5).

O jornal que tinha como *modus operandi* o ataque aos adversários como forma de fazer política, como forma de esvaziar o capital político de quem elegia como opositor, acionando o discurso da moralização da administração pública, fez um movimento diferente com a candidatura de Quadros à prefeitura. Na matéria de março de 1953, expressões como “conchavos” e “acomodações” foram utilizadas para desvencilhar a atuação de Jânio Quadros a esse tipo de prática. A matéria também fazia alusão a práticas consideradas corruptas pela legislação do período, como “favores”, “custeios de campanha” e “caixinha” como sendo práticas mobilizadas com o objetivo de eleger um candidato ou mesmo obter benefícios a partir de determinada candidatura.

Fato é que tanto a UDN quanto o PTB apoiaram o candidato de oposição, mas o capital reputacional de Jânio Quadros o projetou à prefeitura. Como observado por Bourdieu (1989), o Capital Simbólico é inerente a determinado Campo, por ser reconhecido e valorizado pelos agentes presentes nesse Campo. Nesse aspecto, no Campo Político em questão, honra e reputação são capitais valorizados e que, portanto, contribuem para definir a posição de determinado agente na disputa da hegemonia desse Campo. Assim, Quadros, ao longo de sua carreira, vinha forjando um capital reputacional associado à moralização da administração pública. Esse Capital, por sua vez, obteve ressonância no eleitorado paulista, conduzindo Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo em 1953.

No curso de sua gestão o periódico *O Governador* manteve seu posicionamento de apoio a Jânio Quadros na prefeitura. O periódico utilizava-se de uma linguagem metafórica e mesmo descontraída, mas que sinalizava a relação esperada do agente

público ao administrar a coisa pública e que Quadros representava esse papel. Trechos como “Jânio Quadros, segundo nos afirmou um repórter, despejou dois gatos que viviam nos fundos da prefeitura, alegando economia de leite” (O GOVERNADOR, 28/05/1953, p. 2) e “Jânio Quadros encomendou novo estoque de vassouras, o primeiro já está quase esgotado. Também, varrendo desse jeito...” (O GOVERNADOR, 04/06/1953, p. 2) dão conta dessa característica do periódico, bem como seu contínuo apoio ao agora então prefeito. Na primeira matéria é indicado que o prefeito não tolerava sequer custos com gatos acomodados nos fundos da prefeitura, o que indicava que não toleraria custos desnecessários com o dinheiro público. Na segunda matéria a *vassoura* é acionada para indicar a limpeza na administração pública. O símbolo da *vassoura* já estava associado à figura de Quadros e compoando a noção de moralização no trato com a coisa pública.

No primeiro ano do mandato de Jânio Quadros como prefeito, o jornal *Tribuna da Imprensa* também teceu elogios à sua atuação.

Causou grande repercussão pública a divulgação de dados e documentos, organizados pela secretaria de finanças, mostrando a situação financeira em que deixou a prefeitura o último candidato adhemarista. Havia compromissos da ordem de CR\$ 3 bilhões e 600 milhões — sem a necessária cobertura financeira. Os gastos eram feitos sem qualquer critério. A situação geral (financeira) da prefeitura, a 8 de abril, quando assumiu o Sr. Jânio Quadros, era esta (e está já quase normalizada) (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/12/1953, p. 2).

A matéria denunciava a dívida assumida pelo prefeito como herança de uma prática adhemarista, mas que em poucos meses foi contornada por Quadros e se encontrava praticamente normalizada após oito meses de gestão. A matéria evidencia eficácia na gestão janista em contraponto à gestão do candidato Adhemar de Barros.

Nas matérias tanto do periódico *O governador* e nos jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, a imagem pública de Jânio Quadros era construída na lógica da eficácia e do trabalho em torno do interesse público. Mesmo não tendo tanto destaque como no *Correio da Manhã*, a postura não era de ataque ou de silêncio, mas de um indicativo de positividade nas suas gestões. São veículos de imprensa que atingem distintos eleitorados e a imagem que os alcançava era essa.

3.2 Rumo ao governo de São Paulo

Nas eleições para governador de São Paulo, Jânio Quadros candidatou-se pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), visto que na ocasião já tinha rompido com o PDC. Contudo, mesmo não pertencendo mais ao quadro pedecista, Quadros contou com o apoio desse partido ao longo de sua trajetória política, causando até mesmo divisão dentro do partido. Tal situação pode ser evidenciada no apoio à sua eleição para governador, pois seu nome não era unanimidade dentro do PDC. Havia divergência entre a seção paulista e o PDC nacional. A primeira propunha apoiar Adhemar de Barros, candidato pelo PSP; já o PDC nacional, Jânio Quadros (FERREIRA; FLAKSMAN, c2009). Quadros marcava sua oposição ao adhemarismo ao combater a imagem de um político tradicional. Ao mesmo tempo Jânio Quadros consolidava sua força política junto ao eleitorado paulista, no qual o adhemarismo era forte. Nessa divisão de apoio às candidaturas prevaleceu, após a dissolução do grupo regional paulista, a decisão nacional do partido de apoiar a candidatura de Quadros.

O jornal *Tribuna da Imprensa*, na ocasião das eleições estaduais, adotou uma postura diferente da candidatura de Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo. É importante salientar que no curso das eleições estaduais, no âmbito federal, discutia-se a renúncia de Getúlio Vargas, e no estadual, o apoio do então presidente ao governo de São Paulo, o que levou o jornal a emitir uma nota de ataque tanto a Vargas quanto a Quadros.

Manobra

Enquanto São Paulo se levanta, através de suas entidades, pela entrega do poder ao sr. Café Filho, Vargas continua sua manobra política de divisão dos paulistas.

Mandou dizer a Garcez (por Jango) que o PTB paulista deverá apoiar Prestes Maia. Garcez, dominado pelo PSD, ante a reação dos paulistas mais conscientes.

Alguns partidos que formam a coligação, nos bastidores se insurgem: se vier o apoio de Vargas a Maia, o PDC, o PL e (possivelmente) o PR e a UDN abandonarão a candidatura coligada.

A manobra de Vargas é evidente: humilhar a UDN, derrotar a candidatura Maia, dividir os paulistas... e eleger um farsante, como o sr. Jânio Quadros. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 16/08/1954, p. 8).

A coligação em questão era encabeçada pela UDN com o apoio dos partidos PSD, PR, PDC, PST e PRT à candidatura de Prestes Maia. Três dias após esse posicionamento, o jornal aponta que Ricardo Jafet, candidato a deputado federal pelo

PSD e ex-presidente do Banco do Brasil no governo Vargas, era um “dos financiadores da candidatura de Jânio Quadros a governador do Estado” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19/08/1954, p. 2). O PTB acabou por apoiar o candidato Wladimir Piza. Os candidatos ao governo em questão ficaram respectivamente em terceira e quarta posição no pleito que elegeu Jânio Quadros com 660.224 votos, ficando Adhemar de Barros em segundo lugar com 641.960, numa disputa acirrada (FERREIRA; FLAKSMAN, c2009).

A lógica da moralização do serviço público, de cortar despesas públicas, já estava associada à *vassoura*, que desde a campanha para a prefeitura e se tornou um símbolo janista. O periódico *O governador* demonstrava, através de uma marchinha de carnaval, como supostamente seria o governo de Jânio Quadros. Novamente a *vassoura* era acionada, desta vez sob o ritmo do “cordão dos puxa-sacos” (O GOVERNADOR, 11/11/1954, p. 3). Na ocasião Jânio Quadros já estava eleito governador, embora ainda não tivesse tomado posse.

Cordão das vassouradas

Me dá licença sou governador novo
Sou Jânio Quadros
Fui eleito pelo povo

Lá vem o cordão das vassouradas
Dando vivas aos seus camaradas
Quem está atrás
Vai passando para frente
E o cordão das vassouradas vai marchando alegremente

Eu e Porfirio
De agora em diante
Governaremos
O Estado bandeirante
Porque agora que vencemos na eleição
Melhoraremos este
Estado nação
E o cordão das vassouradas
Marcha com satisfação
(Letra de Aníbal Rodrigues de Araujo — Jacareí, Est. São Paulo) (O GOVERNADOR, 11/11/1954, p. 3).

Sob o “cordão das vassouradas” com o respaldo popular, Quadros atuaria na melhoria do “Estado-nação”. Seriam as vassouras alcançando agora o governo e aquele candidato que estava lá atrás como vereador gradativamente cresceu, escolhido pelo

povo para então governar o “estado bandeirante”, atribuindo a força que o estado de São Paulo tinha nesse papel.

Na imagem 5, o periódico projeta a carreira política de Jânio Quadros até sua chegada ao governo de São Paulo.

Imagem 5 — As Evoluções de um homem



Fonte: O Governador, 16/12/1954, p. 3.

A primeira figura é a de um indivíduo cabisbaixo, com cabelo grande e que, à medida que avança na trajetória política, ergue a cabeça e adota uma postura mais confiante, remetendo a uma referência da evolução das espécies, numa lógica evolutiva, o que teceria espaço para uma interpretação de adaptação de Jânio Quadros ao meio político também. Já o perfil descuidado com cabelo e vestimenta compõe o que seria um símbolo janista de identificação com as camadas populares. Na mesma página dessa matéria, o periódico agradece o cartão de boas festas enviado por Jânio Quadros, demonstrando uma relação de reconhecimento pelo apoio recebido: “Do Cairo nos chegou às mãos, delicado postal de boas festas, enviado por nosso governador (ou quase), prof. Jânio Quadros. Gratos pela gentileza” (GOVERNADOR, 16/12/1954, p. 3).

Na campanha ao governo evidenciou-se uma prática que seria reproduzida na campanha à presidência, a de um político que se colocava sem partido e que prometia trabalhar muito e varrer a corrupção dos órgãos públicos. O vereador, o deputado estadual, o prefeito e agora o governador de São Paulo forjava a construção do personagem que procurava representar diferentes grupos sociais, agregando militares, classe trabalhadora e classe média, que passaram a depositar nele suas aspirações políticas. Felipe Magalhães observa que:

Jânio não compôs um personagem direcionado para um único tipo de público, a própria multiplicidade de faces deste permitia sua multiplicação e penetração em várias áreas da cidade, assim como cruzar todos os segmentos sociais, a partir da satisfação dos mais variados desejos e interesses do eleitorado (MAGALHÃES, 2007, p. 287).

Aqui cabe uma colocação sobre como se privilegiou, tanto no senso comum e na própria historiografia, o temperamento emocional instável e os elementos que atribuíam a Jânio Quadros um caráter cômico como os sanduíches de mortadela, a barba por fazer, a suposta “caspa” sobre o terno e o conhecido “pijânio”, utilizado pela oposição para referir-se à vestimenta usada por ele. Ao dar ênfase ao lado “tragicômico”, era invisibilizada a tentativa de Jânio Quadros em obter a confiança de diferentes grupos e tornar-se porta-voz de seus interesses, acionando comportamentos e símbolos que o distanciasse das relações clientelistas que marcavam as relações no interior do Estado e que não satisfazia a crescente classe média, por exemplo (MAGALHÃES, 2007).

Entender essa lógica possibilita compreender que num período em que a representação partidária se encontrava em crise, em que candidatos eleitos não necessariamente seguiam a pauta dos partidos (agora atuantes na esfera nacional), mas muitas vezes a de seus vínculos locais, contribuiu para a adesão ao discurso “bonapartista janista”, pensado aqui na lógica de não associação a partidos políticos, isto é, acima dos partidos, buscando o apoio da população (BENEVIDES, 1981, p. 30). A ascensão de classes urbanas como a média e a de trabalhadores que engrossavam as fileiras das indústrias e buscavam representação para além das relações locais encontraram ressonância no discurso janista. Jânio Quadros conseguia penetração tanto nas classes médias, quanto nas de trabalhadores pobres.

3.3 Aproximação com o grupo golpista de 1955

No curso de seu governo em São Paulo (1955–1959), um episódio se fez relevante para compreender suas relações políticas e como estas nos fornecem ingredientes para esta pesquisa. No âmbito nacional o Brasil vivenciava o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954. Sua morte deixou uma espécie de vazio político que passou a ser disputado de forma objetiva entre seus opositores e seus apoiadores. O vice-presidente Café Filho assumiu o governo do país, contudo sem dar sequência ao projeto getulista. Pelo contrário, adotou uma postura mais aliada aos interesses *multinacionais e associados*, na perspectiva de René Dreifuss (1981).

Com a proximidade de novas eleições presidenciais, buscou-se sua não viabilidade, sem sucesso. Tentou-se criar uma candidatura nacional em torno de um único candidato, articulado pela UDN, o PSD e parte das forças armadas, também sem sucesso. Jânio Quadros se proclamou candidato à presidência no pleito de 1955, mas recuou a partir do chamado acordo “Jânio–Café”, em que Quadros apoiaria o candidato do PDC e da UDN, Juarez Távora, e em troca indicaria os nomes para os Ministérios da Fazenda, Viação e Obras e para a presidência do Banco do Brasil (BENEVIDES 1981; MAYER; XAVIER, c2009).

Realizadas as eleições, venceu a chapa JK–Jango. O grupo que fazia oposição a Vargas e buscava inviabilizar as eleições presidenciais foi o mesmo grupo que buscou impedir a posse dos eleitos. Tal tentativa foi frustrada, como já observado, por uma parcela legalista das forças armadas com o “movimento de 11 de novembro”. Segundo Ferreira (2011), o grupo golpista (o termo golpista já era utilizado pela imprensa do período), diante do enfraquecimento de suas ações, rumou para São Paulo na tentativa de obter o apoio do governador Jânio Quadros para decidir os rumos do país:

Sentindo perder o controle do poder, Carlos Luz, acompanhado por mais 11 pessoas, seguiu para o Arsenal da Marinha. Ali, o grupo golpista embarcou no cruzador *Tamandaré*, sob o comando do almirante Sílvio Heck, junto com o coronel Mamede, o ministro da justiça Prado Kelly e Carlos Lacerda. O objetivo era seguir para Santos e em território paulista estabelecer o governo. Eduardo Gomes, líder militar da insurreição, partiu de avião para São Paulo. Outros 22 caças da Força Aérea levantaram voo, acompanhando-o [...] Os planos dos golpistas eram instalar o governo de Carlos Luz em Santos, ganhar o apoio do governador Jânio Quadros, dispondo, assim, das polícias civil e militar do Estado e contar com a insubordinação de chefias de regimento da capital (FERREIRA, 2011, p. 162).

Em verbete sobre Jânio Quadros, ao Dicionário Histórico Biográfico CPDOC/FGV, Jorge Mayer e Libânia Xavier (c2009) observam que, apesar de não se posicionar publicamente em relação ao seu apoio ao grupo golpista, Jânio Quadros não fez objeção a atuação do grupo em território paulista, liderado pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Contudo, a parcela militar fiel ao general Lott invalidou o encontro que teria ocorrido entre o brigadeiro e o governador, como noticia o jornal *Correio da Manhã*.

Conferenciou com o governador

Exatamente às 15 horas, o brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica, fardado e acompanhado por elementos a paisana, entrou no Palácio dos Campos Elíseos para conferenciar com o governador Jânio Quadros e com o general Honorato Pradel, secretário da segurança pública. Durante todo o trajeto da porta da entrada do Palácio até o gabinete do governador, o brigadeiro Eduardo Gomes conservou seu semblante carregado, não pronunciando uma única palavra em resposta às numerosas perguntas dos repórteres credenciados (CORREIO DA MANHÃ, 12/11/1955, p. 2).

Ferreira também observa que, diante de uma carta de Lott ao cardeal-arcebispo de São Paulo para que comunicasse a Jânio Quadros de que a resistência seria “inútil e sangrenta”, o governador recuou (FERREIRA, 2011, p. 163). O pronunciamento público de apoio à legalidade se deu por pressões do grupo legalista que levou Jânio Quadros a emitir uma posição favorável ao movimento legalista chefiado por Lott (MAYER; XAVIER, c2009). O governador recuou do apoio aos golpistas quando o Congresso confirmou Nereu Ramos na Presidência da República, que responderia interinamente até a posse dos eleitos (FERREIRA, 2011, p. 163).

É importante salientar que Jânio Quadros possuía identificação com os setores militares e sua trajetória política é forjada num período em que os militares vinham gradativamente desempenhando maior papel na sociedade, participando das discussões que envolviam o país e intervindo na cena pública brasileira⁴⁰. Essa atuação é resultado de um movimento que se iniciara no final do Império, na lógica do “soldado-cidadão”, e que ganhou corpo e consequente centralidade no período estudado. No “movimento de 11 de novembro de 1955” ficou evidente uma divisão dentro das forças armadas, entre o grupo legalista e o golpista. Contudo, essa divisão já existia dentro das forças armadas entre os que se identificavam com os distintos projetos de estado: liberal conservador (não legalista/antidemocráticos) e nacional/estadista (legalistas) (FERREIRA, 2001).

⁴⁰ Ver Costa (2007).

A novidade do 11 de novembro se dá no caráter politizado das forças armadas, trazendo publicamente o posicionamento político de cada grupo. A identificação de Jânio Quadros ocorreu com a parcela de militares contrária ao grupo legalista. Sua identificação com as forças armadas também pode ser evidenciada quando do alcance à presidência, como observa Maria Vitória Benevides (1981, p. 11): “através do desprezo pelas instituições, sobretudo pelo Congresso em favor de um significativo respeito pelo papel dos militares”.

Essa trajetória política de Jânio Quadros se faz necessária para a compreensão de sua chegada à Presidência da República. Os grupos que o apoiaram, a construção de uma imagem pública diferente do político tradicional que já vinha sendo construída para capitanear os interesses de distintos grupos e a questão da moralização da administração pública tão presente em sua campanha o tornaram candidato viável à Presidência e também constituíram pressões para sua renúncia.

3.4 A campanha eleitoral de Jânio Quadros e a mobilização da corrupção

A candidatura de Quadros, que não se oficializou em 1955, tomou corpo em 1959. No início deste mesmo ano, Jânio Quadros foi apontado na sessão da Câmara pelo deputado do PTN, Castilho Cabral⁴¹, como aquele que iria utilizar a “vassoura mágica” também na esfera federal, como noticiado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*.

Com um conselho aos partidários dos srs. João Goulart e Adhemar de Barros para que se intransquilizem de uma só vez, o deputado Castilho Cabral afirmou ontem, que “Jânio vem mesmo aí e nada, nem bufos nem injúrias, impedirá a grande varredura da vassoura mágica” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 13/01/1959, p. 2).

Dois elementos podem ser observados nessa matéria: o primeiro é o posicionamento do jornal, que faz novamente outro movimento em relação à candidatura de Quadros, agora de maneira positiva. O apoio de Jânio Quadros ao grupo golpista de 1955, no qual estava incluído o udenista Carlos Lacerda, dono do jornal citado, mudou a configuração do jogo político e, assim, o jornal e seu respectivo dono,

⁴¹ Licenciou-se de seu mandato em fevereiro de 1955 para ocupar o cargo de Secretário de Trabalho, Indústria e Comércio no governo de Jânio Quadros. Em julho de 1955 reassumiu a cadeira de deputado até a conclusão de seu mandato em 1959. Ajudou a fundar o Movimento Popular Jânio Quadros para lançar a candidatura do mesmo à presidência (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930, c2020c).

que possuíam um *modus operandi* de ataque como forma de fazer política, realizam o movimento inverso nesse contexto. Dentro desse mesmo *modus operandi*, a matéria utiliza o termo “intranquilizem” para referir-se aos seus opositores e que essa intranquilidade seria trazida pela candidatura de Jânio Quadros que varreria, com o símbolo já cristalizado da sua *vassoura*, os possíveis candidatos e o que representavam. O que eram e o que representavam, segundo a matéria, podem ser observados mais adiante, ainda referindo-se ao discurso na Câmara:

Disse que há pânico nas ‘hostes da República’ e que esse surto estaria atingindo principalmente os velhos políticos, que não podendo mandar cassar o mandato do governador paulista, estaria querendo ‘tamponar-lhe’ o palácio da Alvorada para onde Kubitschek levará o governo (TRIBUNA DA IMPRENSA, 13/01/1959, p. 2).

Na mesma data o jornal *Correio da Manhã* também aborda a fala do deputado ao referir-se à candidatura de Jânio e ao que teria provocado “pânico em alguns partidos”. Na mesma página o jornal apresenta extensa fala do deputado do PSD, Carlos Pinto, em entrevista ao jornal. Nela é possível extrair o contexto que o Brasil vivenciava e como o nome de Jânio Quadros era apontado como favorito. Examinemos alguns trechos:

A candidatura de Jânio representa hoje no país, uma força invencível. É o que se sente espontaneamente em todas as camadas sociais. Os homens do interior e os da cidade olham sua eleição como uma medida de salvação nacional. Estão todos convencidos de que ele é o único homem capaz de fazer um governo de austeridade e de deter os desmandos, que dia a dia vem decepcionando o povo.
Seja ele candidato por qualquer partido, pode, desde já, considerar-se eleito (CORREIO DA MANHÃ, 13/01/1959, p. 2).

No primeiro momento há reiteração sobre a aceitação da candidatura de Jânio Quadros em distintos grupos, incluindo segmentos do campo e da cidade. Depois ele foi apontado como uma espécie de “salvador” para revolver os problemas nacionais e resolver a questão dos “desmandos” como algo presente no modo de funcionamento da administração publicado do país. A noção de desmandos envolve a lógica da autoridade que constitui as relações clientelistas tecidas nas relações sociais e que penetram nas relações no interior do Estado. Jânio Quadros seria eleito a partir do capital reputacional construído e mesmo ora buscando apoio do getulismo, ora se aproximando do grupo

golpista de 1955, isto é, buscando apoio de grupos opostos, seria o salvador nacional das mazelas que atingiam o país. No trecho seguinte o deputado elenca tais mazelas:

Sua mais eficiente propaganda consiste nos desmandos praticados pelos poderes públicos — são senadores vitalícios; é o abono ao funcionalismo que, através das emendas apresentadas pelo senado transformou-se num verdadeiro “trem da alegria”; é a previdência social, que representa hoje o maior escândalo dessa República; é o país vivendo exclusivamente em função dos funcionários civis e militares; é o empreguismo empobrecendo o povo; é a política comercial, são os partidos políticos, que praticamente não existem mais, por que não merecem a confiança do povo. Todos estão se desmandando em igualdade de condições (CORREIO DA MANHÃ, 13/01/1959, p. 2).

Novamente a questão dos “desmandos” era retomada e diretamente praticada por agentes públicos, ao passo que o fundo público era comprometido pelo custo com o funcionalismo civil e militar, as indicações pessoais através do empreguismo que tiram o caráter técnico da ocupação do cargo público e a crise de representação política na descrença dos partidos políticos. Esse conjunto de fatores situam o momento político e como a representação social daqueles que ocupavam o Estado era percebidos pelos indivíduos. A fala é do deputado, mas é carregada de elementos que tangenciam o momento social vivido. E, para revolver tais questões, o deputado aciona em sua fala o símbolo janista:

A vassoura do sr. Jânio Quadros causa pavor a muita gente boa e importante desse país, mas em compensação representa a maior esperança do povo, que está sofrendo na própria carne a falta de uma política administrativa de austeridade e punição do roubo (CORREIO DA MANHÃ, 13/01/1959, p. 2).

Gradativamente era atribuído a Quadros um apelo social para sua candidatura. Tal apelo residia em moralizar a administração pública e a *vassoura* varreria as práticas consideradas irregulares. A proposta janista de enfrentar o problema da corrupção adquiriu adesão popular e fortalecia o capital político de Jânio Quadros. O apoio da UDN, nesse aspecto, engrossou essa fileira que de certa forma se coadunava, por um lado, ao grupo udenista da “eterna vigilância e caça a escândalos” na administração pública, e, por outro, a Jânio Quadros como o defensor da moralização da administração pública, ambos inseridos na lógica liberal-conservadora do projeto de Estado. Esse apelo social e apoio udenista podia ser também evidenciado na sessão de “carta dos leitores do jornal *Tribuna da Imprensa*”.

Centenas de pessoas pertencentes ou não aos quadros da UDN, outras sem filiação partidária, assinaram um memorial entregue ao deputado Carlos Lacerda, na qual lhe é hipotecado inteiro apoio e solidariedade em relação à candidatura do sr. Jânio Quadros à Presidência da República (TRIBUNA DA IMPRENSA, 31/03/1959, p. 4).

Fato é que Jânio Quadros se candidatou à presidência pela legenda UDN–PDC–PTN–PL–PR. Em discursos durante a visita às sedes dos partidos no Rio de Janeiro, Quadros pedia as “ferramentas para levantar o país”, como observado no trecho de sua fala: “Dêem-me ferramentas. Dêem-me instrumentos de trabalho adequados e eu levarei minha obra até o fim.” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3).

Em visita ao diretório nacional da UDN, o jornal *Tribuna da Imprensa* referia-se a Jânio Quadros como o “candidato das forças populares” e o termo “candidato popular” foi constantemente acionado em outros momentos para referir-se ao presidenciável (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3). Nessa visita, teria sido recebido de forma saudosa, como indica a matéria: “O ex-governador paulista foi festivamente recebido, saudado e aplaudido, inclusive por populares que, espontaneamente, prestigiaram a recepção udenista ao candidato” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3). Ainda nessa visita, o deputado João Agripino proferiu o seguinte discurso:

O Brasil está hoje dividido em duas Repúblicas — a dos gozadores e a dos sofrendores — disse o líder udenista, sublinhando que o seu partido integra a segunda República porque “essa é a do povo desesperado que foi buscar Jânio Quadros para pôr ordem no Brasil que a inconsciência dos gozadores está destruindo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3).

Em resposta ao apoio recebido pelos partidários udenistas, Jânio Quadros teria proferido um discurso de identificação com a pauta udenista muito antes daquelas eleições, como noticia o jornal.

O candidato popular em seu discurso de agradecimento disse que já tivera a oportunidade de observar “a completa concordância” da sua vida pública com a UDN. Declarou que por duas vezes como soldado formou com os udenistas para levar o brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Lembrou ainda que em 55 esteve novamente reunido com a campanha do general Juarez Távora: “nunca, porém imaginara que a providência me reservasse o privilégio de disputar a Presidência da República com o apoio da UDN. Em nenhum momento abrirei mão da experiência, da sabedoria e dos conselhos dos homens de bem que me acompanham nesta luta e que se encontram, sem dúvidas, em todos os partidos que apoiam minha candidatura — disse, acrescentando que só vê possibilidade de um governo seguro com esta concordância, com este encorajamento. “Nossa pregação há de ocorrer à base

dos problemas nacionais. Vamos estudá-los e equacioná-los. Vamos imprimir à vida pública a dignidade, a altitude e o melhor do nosso empenho, ainda que isso nos custe o sacrifício da nossa popularidade. Não sou candidato do governo, sou candidato da oposição. As provocações e as injúrias que contra nós assacaram não ficarão sem revide pronto e enérgico. Minha candidatura é contra tudo isso que aí está... Contra esses métodos e processos de desgoverno” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3).

Como se verifica no discurso de Jânio Quadros, não apenas havia uma identificação com os ideais udenistas, mas também a ação prática de apoiar por duas vezes a candidatura de Eduardo Gomes à presidência e posteriormente a de Juarez Távora, ambos lançados pela UDN para disputa do cargo presidencial. Em sua fala, Quadros apontou se sentir lisonjeado pelo “privilegio de disputar a Presidência da República com o apoio da UDN” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3). No final do trecho citado, Quadros afirmou: “Minha candidatura é contra tudo isso que aí está... Contra esses métodos e processos de desgoverno” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3). O candidato não discriminou “tudo o que está aí” e “métodos e processos de desgoverno”, isto é, não há definição, o que evidencia, portanto, uma dificuldade em nomear e caracterizar práticas. O que seria considerado maléfico não era especificado e nesse aspecto instrumentalizar as práticas consideradas corruptas era facilitada por essa imprecisão. Todos os males referentes à administração pública poderiam estar associados à corrupção. Apesar da imprecisão em definir “tudo o que está aí”, faz-se necessário pontuar que Juscelino Kubitschek ainda estava na presidência, e no Congresso já se discutia a CPI da Novacap sobre práticas consideradas corruptas no curso da construção de Brasília.

No curso de sua visita, já na sede do PL, Jânio Quadros se colocou como aquele que resolveria em diversas pontas os problemas do país “Se for eleito porei em ordem a vida moral, política, social, econômica e financeira do Brasil” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3). No PDC Jânio Quadros também foi saudado e, segundo a matéria, todos afirmaram que o povo depositava no candidato as suas últimas esperanças. O candidato, por sua vez, reforçou que seria capaz de resolver os problemas brasileiros.

O deputado Jânio Quadros no discurso que pronunciou então, depois de evidenciar o papel da democracia cristã no mundo atual, garantiu que a curto prazo resolverá o problema dos brasileiros. O marechal Juarez Távora, presente, declarou que agradecia a Deus ter sido derrotado em 1955 para poder agora assistir a triunfal vitória do sr. Jânio Quadros (TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 e 20/12/1959, p. 3).

Como observado, havia certo consenso no apoio ao candidato envolvendo distintos partidos, e tanto Quadros era visto como se colocava como aquele que resolveria os problemas do país. No final de 1959, Jânio Quadros parabeniza o jornal *Tribuna na Imprensa* pelo seu 10º aniversário e sela a relação de apoio entre a UDN e Lacerda durante toda a sua campanha em 1960.

À Tribuna da Imprensa, àqueles que nesse jornal trabalham, ao grande Carlos Lacerda, por ocasião da passagem do 10º, felicidades! Muitos já devemos a esses poucos idealistas e patriotas. Deus há de permitir que no futuro próximo a Democracia e a República que a TRIBUNA DA IMPRENSA procura, convertam-se em esplêndida realidade. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 24/12/1959, p. 1).

É importante salientar que no contexto das eleições residia um cálculo político sobre as candidaturas presidenciais. JK com seu Plano de Metas projetou uma imagem positiva do Brasil com a construção de Brasília e o desenvolvimento do setor de transporte, energias e indústrias de base. Após seu governo, novamente os diferentes grupos se articulavam para lançar seus candidatos à presidência. Segundo Ferreira (2011), já atento à presidência em 1965, JK entra em contato com João Goulart, em viagem à Itália, para apoiar a candidatura de Lott, tentativa essa que teria sido frustrada com o lançamento da candidatura de Jânio Quadros com o apoio de Carlos Lacerda. O autor observa que o interesse de JK era apoiar o candidato da UDN, Juraci Magalhães, que levaria o partido ao cargo presidencial pela via eleitoral, apostando que ao passar todo o mandato equilibrando as finanças públicas teceria terreno para sua volta à presidência em 1965. A divisão interna da UDN, ao apoiar o Movimento Popular Jânio Quadros, cujo candidato “com estilo bastante peculiar tocava em questões delicadas para o governo: a corrupção e a inflação”, frustra os planos de JK, o que o leva a apoiar a candidatura de Lott (FERREIRA, 2011, p. 206).

3.4.1 A questão corrupção na campanha presidencial em 1960

Nos primeiros dias de janeiro de 1960 já se evidenciava na campanha de Jânio Quadros a *vassoura* já assimilada pela população.

Jânio inicia marcha para a presidência

[...] A caravana chegou a governador Valadares, tendo uma recepção estrondosa, com a recepção de milhares de bicicletas. Em Juiz de Fora, onde Jânio chegou às 15:30, a recepção excedeu a tudo quanto se conhecia ali. [...] Em todas as portas as dona-de-casa os aclamavam, empunhando a sua vassoura doméstica. A cidade inteira veio para rua. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 04/01/1960, p. 1).

Nesse episódio destacam-se as donas de casa utilizando suas vassouras, que no cotidiano são usadas para limpeza. Aqui se verifica essa identificação das mulheres que se deslocam do espaço doméstico para apoiar aquele que utilizaria a *vassoura* no espaço público. Em comício inesperado na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso, em que Jânio Quadros ao chegar precisou falar em praça pública, proferiu a seguinte afirmação: “Vou para o governo. Recebida a vassoura, farei a limpeza” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/01/1960, p. 1). Nessa fala Jânio Quadros reforça duas ideias relacionadas à *vassoura*. A primeira como recebendo a vassoura da população a partir de sua eleição para presidente; e a segunda como, uma vez assumindo o governo, a utilização da *vassoura* recebida para realizar a limpeza na administração pública. Ao ser eleito ele teria então o respaldo social para atuar limpando a esfera federal.

Dois dias depois, em Manaus, o candidato afirma o compromisso com o dinheiro público: “Se for eleito não permitirei que as verbas do governo sejam gastas desonestamente em serviços pré-existentes” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 13/01/1960, p. 1). A fala reforça a relação no trato com a coisa pública que coaduna com a noção de moralidade pública também simbolizada pelo uso da *vassoura*. Um exemplo prático dessa noção pode ser verificado quando o candidato recusou hospedagem oficial oferecida pelo governador do Pará, Moura Carvalho, em Belém: “Leandro e eu não podemos ser pesados aos cofres do Estado” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 14/01/1960, p. 1).

Em sua campanha, práticas consideradas corruptas foram exploradas para referir-se a JK numa combinação de duas frentes: de ataque e de denúncia, como evidenciada na matéria.

Afirmou o sr. Jânio Quadros que as realizações do sr. Kubitschek tem algum mérito, porém foram desenvolvidas desonestamente e com “centenas de privilegiados acumulando fortunas incalculáveis” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 09/02/1960, p. 3).

Centenas de privilegiados é uma afirmação ampla, porém denota favorecimento para alguns em detrimento de outros na administração da coisa pública em que se espera

a imparcialidade. Não há referência a quem são essas pessoas e sua totalidade específica, é uma afirmação generalizante sem uma comprovação. A fala de Jânio Quadros também aponta que a partir desses privilégios foram acumuladas fortunas com o dinheiro público. Quadros afirma de forma acusatória que as realizações do governo Kubitschek foram desenvolvidas de forma desonesta, numa perspectiva de que este chegou a fazer algo, mas o saldo maior estava associado a práticas desonestas que nessa citação não foram nomeadas.

Em extensa matéria veiculada pela *Tribuna da Imprensa* em fevereiro de 1960, o termo *corrupção* aparece na matéria intitulada “Jânio certo da vitória não teme a máquina da corrupção” em que o candidato teria dito no programa na TV-Rio que “não teme a corrupção eleitoral que já começou a ameaçar o eleitorado” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 09/02/1960, p. 1–3). De acordo com a matéria, a corrupção eleitoral que ocorria no Norte e Nordeste do país constituía um grande problema, mas que isso não causava perigo à sua candidatura que já estava identificada com o povo. Nesse primeiro momento da matéria, o candidato sinaliza a corrupção eleitoral que ocorre fora do Estado para alocar agentes dentro do Estado.

Ainda nessa matéria, é indicado que o candidato foi homenageado com a marchinha “A vassoura vem aí”, de Paquito e Romeu Gentil, sendo chamado de “O homem da vassoura”. Segundo a matéria, no programa, Jânio Quadros: “na sua operação vassoura afirmou que vai cumprir o dever que o povo espera de seus governantes e fará com que seus auxiliares façam o mesmo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 09/02/1960, p. 1–3). Nesse outro momento o candidato já se refere ao comportamento esperado pelos agentes que ocupam o Estado pelo povo e que sua “operação vassoura” iria cumprir este papel juntamente com seus agentes. Nessa matéria, embora o estatuto do termo corrupção fizesse relação à campanha eleitoral, na mesma matéria Jânio Quadros é indicado como o “homem da vassoura” que vai implementar a “operação vassoura” na moralização da administração pública.

Em comício em São Paulo é novamente evidenciado os gastos indevidos do dinheiro público, dessa vez associados a obras no governo federal: “O senhor Jânio Quadros disse ontem aos trabalhadores, em comício realizado embaixo de chuva na Vila Eide, que está pronto para enfrentar o poder econômico e o governo faraônico da União para fazer um Brasil mais tranquilo e mais humano” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 22/02/1960, p. 1). O termo “governo faraônico” pode ser associado à quantidade de

obras públicas realizadas no governo de Kubitschek, que reforma as críticas à construção, por exemplo, de Brasília, e os gastos ali efetivados. Na matéria também é indicado o enfrentamento ao poder econômico do governo federal, o que denotaria os interesses dos grupos que apoiariam o governo Kubitschek e que estariam trazendo intranquilidade ao país, bem como a não valorização do ser humano. É importante salientar que Jânio Quadros é forjado na lógica da democracia cristã, pauta do PDC a que pertenceu e que possuía apoio. Dessa forma, a referência ao cuidado com a figura humana integrava a pauta de seus discursos.

A sessão “Vozes da cidade” era um espaço do jornal *Tribuna da Imprensa* para relatar acontecimentos ocorridos pela cidade. São trechos não muito longos que abrangem desde críticas a acontecimentos inusitados, como o encontrado abaixo:

Ontem, um dos frequentadores do restaurante do clube militar reclamou da diminuta quantidade de comida que lhe foi servida. O garçom, muito sem jeito, acabou por confessar que assim o procedera cumprindo ordem de um major (administrador do restaurante) “porque o freguês usava na lapela um distintivo da vassoura”. “Mas não se incomode, meu senhor, pois eu votarei em Jânio Quadros”, disse ele à guisa do consolo. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 04/03/1960, p. 2).

Nesse episódio aparentemente hilário podemos realizar algumas leituras. Primeiro em relação ao espaço ocorrido, que, apesar de ser um restaurante, pertencia ao Clube Militar — palco de disputas de poder e decisões políticas —, e Jânio Quadros teve apoio do segmento militar identificado com a ala golpista. A segunda questão é que dentro do Clube Militar se transitava com o emblema da *vassoura*, associada ao candidato e automaticamente relacionada a cortes, à diminuição de excessos; e, por fim, o garçom, que não compunha aquela classe social, estava inserido nas camadas mais populares e, assim como o frequentador do clube, votaria em Jânio Quadros.

Em grande comício realizado em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, pôde ser observado o símbolo da campanha janista. Na imagem 6 o candidato segura a vassoura dada por um eleitor.

Imagem 6 — Jânio devolverá vassoura



Fonte: Tribuna da Imprensa, 21/03/1960, p. 1.

Nesse episódio a *vassoura* é diretamente relacionada à limpeza de corruptos, em que afirma seu compromisso com o povo iguaçuano de devolver a vassoura com a casa limpa: “Entregarei, então, a casa limpa dos corruptos e ladrões dos dinheiros públicos” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/03/1960, p. 1). Corruptos e ladrões do dinheiro público seriam alvo da sua então “operação limpeza”, ao assumir a presidência que iria higienizar a administração pública. Ainda na matéria o candidato afirmou:

Basta de falcatriuas, basta de indecências, basta de escândalos, basta de vergonhas. Caminhemos com a determinação de limpar a República, de higienizá-la, de saneá-la. Nova Iguaçu, saiba que meu único compromisso, eu que não tenho nenhum outro, nem com homens, nem com partidos, saiba que ele se resume a isso: se seus braços poderosos me entregarem a vassoura da limpeza, da varredura eu me encarrego. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/03/1960, p. 3).

Novamente os termos “vassoura e limpeza” são acionados a fim de resolver os problemas da administração pública. No curso da campanha eleitoral de Jânio Quadros também estava em vigor campanhas para o governo do Estado, em que Carlos Lacerda

concorria ao Estado da Guanabara. Juntos ambos se apoiaram em suas campanhas, como indicado em algumas de suas recorrentes falas de apoio. Afirmou Carlos Lacerda: “Estou disposto a todos os sacrifícios para eleger Jânio” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/03/1960, p. 3). Afirmou Jânio Quadros: “Eu e Lacerda estamos unidos no pensamento e na ação” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 21/03/1960, p. 3).

Em campanha de Lacerda ao governo do Estado, este em Vila Isabel, inaugurou um comitê Jânio Quadros. Muitos desses comitês foram inaugurados com a presença de Lacerda. Nesse episódio, Lacerda “partiu um bolo, representando um mapa do Brasil, com uma vassoura cravada à altura do Estado de São Paulo” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/06/1960, p. 1).

Nas matérias indica-se a existência de um Clube da Vassoura, que manifestou publicamente apoio à candidatura de Carlos Lacerda.

Clube da vassoura com Lacerda

O clube da vassoura — primeiro movimento janista do Brasil, que congrega estudantes e operários em torno dos sadios ideais de renovação democrática da pátria, longe de quaisquer subordinações a grupos políticos ou econômicos — torna público haver hipotecado solidariedade ao digníssimo deputado Carlos Lacerda, colocando a sua disposição todos os recursos publicitários que dispõe para a campanha à governança do Estado. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11 e 12/06/1960, p. 3).

No curso da campanha janista a associação de sua imagem à defesa do interesse público foi encontrada também na fala de um padre, que também era prefeito no Ceará.

O padre recomenda à cidade de Sobral, no Ceará, voto em Jânio

O padre José Palhano, prefeito desta cidade, apontou ontem aos sobralenses, durante o comício realizado pela manhã na praça central, os srs. Jânio Quadros e Milton Campos como exemplos de “honestidade e devotamento à causa pública” e os indicou como “os homens dignos e capazes de dirigir o Brasil” (TRIBUNA DA IMPRENSA, 23/06/1960, p. 3).

A campanha janista pelo país era identificada no jornal de Carlos Lacerda como *Caravanas da Vitória* (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/07/1960 p. 5). A caravana chegou a Minas Gerais e, em discurso na cidade de Leopoldina, apontada como um grande comício, o jornal noticia em uma parte da matéria que Jânio Quadros:

Finalizando agradeceu a saudação que lhe foi feita pelo presidente Carlos Luz, Saudou Milton e Magalhães Pinto. Expôs seu programa de governo e conclamou os leopoldinenses a ajudá-lo a vencer a batalha a que todos estão

empenhados: varrer do país a corrupção e implantar a moralidade. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 11/07/1960, p. 5).

Na recepção de Jânio Quadros no aeroporto, o ex-presidente Carlos Luz exibiu um retrato de Jânio Quadros com uma vassourinha, por isso o agradecimento. Nessa fala o presidenciável afirma que irá “varrer do país a corrupção”. O termo aparece diretamente ligado ao ato de varrer e, como já dito por Jânio Quadros, higienizar e sanar. Na mesma frase é afirmado que o mesmo irá “implantar a moralidade”, ou seja, acabar com a corrupção estava diretamente associado à noção de moralidade pública.

O jingle *Varre, varre vassourinha*, de Maugeri Neto e Fernando Azevedo de Almeida, reforçava a noção de fim da roubalheira, moralização e esperança do país.

Varre, varre, varre vassourinha!
 Varre, varre a bandalheira!
 Que o povo já 'tá cansado
 De sofrer dessa maneira
 Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!
 Jânio Quadros é a certeza de um Brasil, moralizado!
 Alerta, meu irmão!
 Vassoura, conterrâneo!
 Vamos vencer com Jânio!⁴²

E assim no curso da campanha expressões como “homem da vassoura”, “operação vassoura”, “a vassoura vem aí”, “espada do povo é a vassoura” e “Jânio devolverá a vassoura” foram cristalizadas na imagem janista para moralizar a administração pública e como importante passo para “salvar” o país.⁴³ No curso desse processo a administração de Juscelino Kubitschek foi alvo de críticas, de referências ao que deveria ser combatido no âmbito na administração pública, como o favoritismo, o enriquecimento ilícito e o desperdício de dinheiro público em realização de obras “faraônicas”, que dentro da legislação do período se inscrevem nas práticas consideradas corruptas. O ataque a JK criava uma relação entre o que deveria ser combatido e o que deveria ser esperado na relação com a coisa pública. Essa noção atribuía a Jânio Quadros credibilidade para a execução deste processo através do fortalecimento do seu capital político em oposição à busca por esvaziar este mesmo capital de Kubitschek.

Em 1961, com 48% dos votos, Quadros chega à presidência pelo PTN, apoiado pela conservadora UDN, capitaneando para si com a *vassoura* em punho moralizar a

⁴² Disponível em: <https://www.letras.mus.br/jingles/1540660/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁴³ *Tribuna da Imprensa*, respectivamente: 09/02/1960, p.1-3; 5 e 6/03/1960, p. 1; e 23/03/1960, p. 1

administração pública do Brasil. Como vice foi eleito João Goulart do grupo opositor, mas com grande entrada junto à classe trabalhadora que o elegeu. A dupla Jan-Jan então assumiu o governo do país.

3.5 Saindo do palanque: a atuação de Jânio Quadros na presidência

Apoiado por diferentes grupos, a composição de seu executivo foi predominantemente conservadora, com destaque para empresários e ministros militares. Dreifuss (1981) observa que o governo Jânio Quadros foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da Escola Superior de Guerra, grupos econômicos multinacionais e associados, bem como influentes associações de classes empresariais.

Na pasta civil:⁴⁴

- Clemente Mariani (Banco da Bahia, Light S.A. — Grupo Morgan). Ministro do Tesouro.
- Arthur Bernardes Filho (*The Royal Bank of Canadá* — Grupo Mellon e Banco do Comércio). Ministro da Indústria e Comércio.
- Oscar Pedrosa Horta (Grupo Mellon). Ministro da Justiça.
- Francisco Castro de Neves (Fiesp). Ministro do Trabalho.
- Walter Moreira Salles (Grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao Grupo Rockefeller). Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.
- Caio Mário da Silva Pereira (ex-advogado da Hanna Mining). Conselheiro Geral da República.
- João Baptista Leopoldo Figueiredo (*American of Chambers of Commerce* e líder da CONCLAP). Presidente do Banco do Brasil.
- Paulo Ayres Filho (Fiesp e *American of Chambers of Commerce*). Direção do Banco do Brasil.

Na pasta militar:⁴⁵

⁴⁴ Ver Dreifuss (1981, p. 127).

⁴⁵ Ver Ferreira (2011, p. 220).

- Odílio Denys, pasta da Guerra. No passado compunha a linha legalista de general Lott, com quem rompeu.
- Gabriel Grum Moss, na pasta da Aeronáutica. Lacerdista e posteriormente ligado ao IBAD.
- Sílvio Heck, na pasta da Marinha. Também ligado a Lacerda, fora o comandante do cruzador *Tamandaré* na tentativa de golpe em 1955.
- Cordeiro de Farias, na pasta do Estado-Maior das Forças Armadas.
- Golbery do Couto e Silva, na pasta da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Golbery do Couto e Silva, ligado à Escola Superior de Guerra, identificado com o grupo golpista de 1955, tornou-se em um curto período de tempo um agente de confiança de Jânio Quadros, “a quem remetia quase que diariamente informações de caráter sigiloso”⁴⁶. Couto e Silva viria a liderar, em novembro de 1961, o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), um dos agentes de desestabilização do governo João Goulart e fomentador do golpe de 1964. Logo após o golpe, tornou-se o primeiro chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações).

No início de seu governo, Jânio Quadros mandou instituir comissões de sindicância para averiguar possíveis irregularidades nos seguintes órgãos: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB); Comissão Federal de Abastecimento e Preços; NOVACAP; Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); Instituto Brasileiro do Café (IBC); Lloyd Brasileiro e mais 29 órgãos públicos (FERREIRA, 2011). Segundo Ferreira (2011, p. 221), “Jânio estava decidido a apurar e a punir atos de corrupção, favoritismo e desvio de dinheiro público”.

No curso dessas comissões, o vice-presidente João Goulart foi citado (SAPS e IAPB) sem evidências ou fatos, contudo, houve repercussão na imprensa. Ferreira (2011), em extensa biografia sobre João Goulart, observa que este tentou obter esclarecimentos por parte dos membros das comissões, sem obtenção de resposta, o que o motivou a escrever diretamente ao presidente denunciando a tentativa de atingi-lo de forma pessoal e irresponsável.

⁴⁶ Ver verbete Golbery do Couto e Silva (RAMOS, c2009).

Receba, pois, V. Exa., a manifestação de minha justificada revolta, tanto mais quanto continuo a crer tenham sido essas comissões de sindicâncias determinadas para os seus fins específicos e não para se constituírem em elementos de demolição moral e competição política. (FERREIRA, 2011, p. 222).

A expressão “demolição moral” remete ao esvaziamento do capital reputacional do agente público, elemento de grande importância para este campo inscrito na lógica da honra e do prestígio. João Goulart direciona uma cópia da carta à imprensa como forma de emitir uma satisfação pública à população. A resposta de Jânio para aquele que compunha a vice-presidência de seu governo reforçava o papel das comissões: “Restitua-se a carta ao ilustre signatário, por não se tratar vazada em termos próprios, além de não representar a verdade” (FERREIRA, 2011, p. 222). Somente meses depois as comissões deram uma devolutiva para o caso de João Goulart em que ele teria sido beneficiário do dinheiro público. Durante sua campanha pelo IAPB, ele teria usado uma caminhonete do Instituto para transportar mudas de plantas do centro da cidade do Rio de Janeiro para uma chácara de sua propriedade no bairro de Jacarepaguá (FERREIRA, 2011).

Ferreira (2011) aponta que as comissões também denunciaram políticos, jornalistas e intelectuais que possuíam alguma relação com Kubitschek por atos de corrupção de uso do dinheiro público e favoritismo. “Eu continuarei”, “Nada me deterá, não olharei nomes e posições” foram falas do presidente acerca das comissões que aumentaram (apud FERREIRA, 2011, p. 223). Em alguns órgãos foram comprovadas práticas corruptas, como no Banco do Brasil, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários (IAPF), na Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) (FERREIRA, 2011). De fato, as comissões foram atuantes no seu papel. Contudo, receberam diversas críticas do Congresso na forma como foram conduzidas com a oposição e na busca da desmoralização do legislativo e do funcionalismo: “todos repudiavam as comissões de inquérito” (FERREIRA, 2011, p. 223). Esse posicionamento de Quadros contribuiu para o seu isolamento político.

Considerações parciais

Neste capítulo foi examinado o fenômeno da corrupção enquanto argumento político para a eleição de Jânio Quadros para a presidência da República em 1960. Verificamos que a construção de um capital reputacional em torno do combate à corrupção, culminando com a construção do símbolo da *vassoura* como elemento metafórico para moralização da administração pública, projetaram à figura de Quadros um candidato “ideal” para a presidência.

A trajetória política de Quadros como aquele que iria promover “a limpeza” na administração pública obteve adesão num período em que o fenômeno da corrupção já estava fixado no senso comum como um problema responsável pelos males do país. Ao explorar a bandeira de combate à corrupção, Quadros a instrumentalizou politicamente para se eleger.

A representação social em torno do símbolo da *vassoura* responsável pela limpeza de práticas consideradas irregulares obteve o apoio de diferentes setores. A aproximação de Jânio Quadros com a UDN também contribuiu para se criar uma associação direta entre a *vassoura* janista e o combate à corrupção. O uso da corrupção como arma política, privilegiando o argumento político em torno do seu combate, foi um elemento central para a eleição de Quadros e a consequente acomodação de seu grupo apoiador no poder, bem como um instrumento para investigar opositores quando ocupou a presidência.

4 A BANDEIRA ANTICORRUPÇÃO NO BOJO DO GOVERNO JOÃO GOULART E O GOLPE DE 1964

Este capítulo busca examinar o uso político da bandeira anticorrupção como uma das justificativas para o golpe civil-militar no Brasil. Busca-se analisar como a corrupção foi acionada como prática, como instrumento de desestabilização do governo João Goulart pelo uso da corrupção eleitoral através do IBAD/ADEP e também acionada como discurso para justificação do golpe de Estado de 1964. Para tal, serão analisados material de imprensa, discursos no parlamento, bem como documentação oficial. O capítulo se divide em dois momentos. O primeiro pauta-se na análise da prática da corrupção através do processo eleitoral para compor um parlamento que se constituiria num entrave à execução dos projetos do presidente João Goulart no Congresso. O segundo examina como o discurso anticorrupção estava presente no universo do golpe, sendo o termo cunhado de forma plasticizante e também mobilizado para afastar JK da cena pública eleitoral de 1965, em que este possui favoritismo para ser eleito. Seu uso como prática e como discurso entre o governo João Goulart e o primeiro ano do golpe civil-militar de 1964 nos forneceram elementos para identificar a seletividade política do uso da corrupção e não necessariamente a busca do seu combate efetivo.

Isso posto, faz-se necessária a observação de que no capítulo sobre o governo Juscelino Kubitschek o elemento ideológico não foi acionado, apesar de o mundo já experimentar a Guerra Fria. No âmbito desse contexto externo, também eclodiu a Revolução Cubana em 1959, que ampliou a preocupação dos EUA acerca de um país em sua área de influência ter vivido a experiência socialista. O Brasil, um país de dimensões continentais na América, passou a receber atenção e investimentos norte-americanos a fim de evitar uma experiência como a cubana. Internamente, a postura conciliadora de Kubitschek, o momento favorável de aliança política e investimento do capital norte-americano no país, principalmente durante a construção de Brasília, contribuíram para uma estabilidade política e econômica. Esse conjunto de fatores criou as condições e possibilidades históricas para a manutenção do mandato de Kubitschek, como foi analisado.

Esse momento “favorável” não foi encontrado pelo presidente João Goulart, ao contrário, um candidato associado à herança política getulista, com grande alcance de

mobilização da classe trabalhadora, que havia sido ministro do Trabalho de Vargas, vice-presidente duas vezes, eleito com expressiva votação na chapa com JK e também eleito vice no governo de Jânio Quadros (BRAGA, c2020). Goulart era, portanto, um candidato com forte capital político junto à classe trabalhadora, tão temida como agente condutora do socialismo no período. O momento político experimentado por esses dois sujeitos históricos nos permite examinar como o contexto e os interesses políticos criam a seletividade política na utilização da corrupção.

4.1 A mobilização da corrupção como prática na desestabilização do governo

Jango

Em relação ao curto governo de João Goulart, no material analisado, não se verificou denúncias públicas de corrupção envolvendo Goulart diretamente, mas agentes de seu governo. O contexto que antecede o golpe encontrava-se imerso no receio de um possível golpe comunista que poderia estabelecer a permanência indeterminada de Goulart na presidência.

Seu antecessor, Jânio Quadros, elegeu-se com o apoio da direita civil e militar. Apesar da recomposição de agentes nesse grupo, foi esse segmento direitista-civil-militar que nos anos anteriores fazia dura oposição a Getúlio Vargas e apoiou o golpe que resultou em seu suicídio. Também tentou impedir que Juscelino Kubitschek assumisse a presidência da República. Agentes desse grupo também se acomodaram em cargos no governo Jânio Quadros. Em poucos meses de governo, a renúncia repentina de Quadros conduziu Jango ao poder de forma inesperada. Uma figura pública com histórico e capital político que possuía, causou temor a esse grupo. Soma-se a isso a atuação dos Estados Unidos da América nesse processo. A possibilidade de um país — de dimensões continentais como o Brasil, na América Latina — viver uma experiência similar à cubana ameaçava os interesses do país, líder do Ocidente capitalista.

4.1.1 Notas sobre o IPES

Pensar a campanha de desestabilização do governo João Goulart não pode ser uma ação descolada dos interesses políticos e projetos de Estado em voga no período que levou à criação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) enquanto um grupo intelectual que via com desconfiança a relação entre Goulart e o movimento

sindical, além da crescente intervenção do Estado na economia. As bases do IPES foram tecidas entre o final da administração de Juscelino Kubitschek e o início da gestão de João Goulart. A ideia de sua criação foi fruto de encontros entre empresários do eixo Rio–São Paulo, tendo sido ativado de forma efetiva em agosto de 1961. A composição do empresariado fundador do IPES não era homogênea, mas seus ideais convergiam em torno de suas “relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado” (DREIFUSS, 1981, p. 163). Assim, em fevereiro de 1962, o IPES foi oficialmente fundado e recebido favoravelmente por diversos órgãos de imprensa.

No dia após a inauguração do IPES, o *Jornal do Brasil* emitiu a seguinte matéria: “Industriais criam órgão para estudar e equacionar os problemas brasileiros” (JORNAL DO BRASIL, 02/02/1962, p. 4).

O sr. João Batista de Leopoldo Figueiredo, ex-presidente do Banco do Brasil e industrial paulista lançou, ontem à tarde, no Clube de Engenharia, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais inspirado na Encíclica Mater et Magistra e na Aliança para o Progresso, com a finalidade de estudar os problemas nacionais e seu equacionamento em bases democráticas (JORNAL DO BRASIL, 02/02/1962, p. 4).

Inaugurado no Clube de Engenharia, órgão que representa os interesses dos empresários do ramo da construção civil que despontou no governo JK, o IPES teria como referencial de atuação a *Encíclica Mater et Magistra* — carta emitida pela Igreja Católica no início da década de 1960 afirmando a preocupação da igreja também com os problemas sociais da população — e a *Aliança para o Progresso*, projeto político que visava reduzir as desigualdades sociais de países da América Latina com objetivo de conter o comunismo no contexto da Guerra Fria. O IPES capitaneou o discurso cristão e anticomunista e a preocupação com os problemas nacionais.

Na matéria também é reforçada os princípios democráticos através do pronunciamento do presidente do IPES.

— O IPES não pode concordar com os métodos terroristas empregados por movimentos tais como o Mac, pois em sua Declaração de Princípios repudia extremismos, tanto da direita quanto da esquerda. Nossa ação se manifestará através de palavras, e não de atos violentos, de acordo com o diálogo democrático. Para realizar as pesquisas a que se dispõe, o IPES recorrerá aos melhores técnicos nacionais, além de utilizar seus próprios recursos — disse o ex-presidente do Banco do Brasil (JORNAL DO BRASIL, 02/02/1962, p. 4).

Além de privilegiar em sua fala o “diálogo democrático”, João Batista Leopoldo Figueiredo enfatizou a mobilização de corpo técnico de ponta para realizar as pesquisas de interesse do IPES, bem como a utilização de recursos próprios. Apesar de ter surgido a partir da articulação do empresariado carioca e paulista, o IPES rapidamente se expandiu, atingindo as regiões de “Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros menores” (DREIFUSS, 1981, p. 163).

A face pública do IPES caracterizava-se por intelectuais, empresários e técnicos que buscavam participação política e social e que demonstravam preocupação com as propostas reformistas de Goulart e, portando, buscavam imprimir suas impressões a partir de um ponto de vista “técnico-empresarial-liberal”, sem vínculo partidário e comprometido com a democracia. Assim, passam a se reunir para propor soluções para os problemas sociais brasileiros. A face oculta do IPES tinha caráter político, ideológico e militar dedicados à manipulação da opinião pública e à guerra psicológica, com operações secretas executadas em força tarefa especializada e unidades de ação (DREIFUSS, 1981).

Como mencionado, a mobilização do IPES atuou também no campo subjetivo, no uso de propaganda e filmes que forjaram uma percepção na opinião pública. Os filmes produzidos pelo IPES como “O Brasil precisa de você”, “Depende de mim”, “Criando homens livres”, “O que é o IPES”, entre outros, traziam posicionamentos políticos-ideológicos que defendiam o anticomunismo, os valores cristãos e a iniciativa privada, devido à precariedade dos serviços públicos.

Esses filmes foram transmitidos pelo Brasil, inclusive em seu interior, o que demonstra uma articulação nacional com amplo investimento em torno da difusão dos ideais ipesianos. Considerando a desigualdade social existente no Brasil e a baixa escolaridade da população principalmente nas regiões interioranas do país, a projeção de filmes era uma forma de internalizar tais ideais de forma subjetiva — através de imagens e falas —, mas que visava o desfecho do retorno eleitoral. Ao acionar aparelhos privados de hegemonia, o IPES buscava construir um consenso atuando na produção de um senso comum de que os problemas sociais do Brasil tinham solução e que esta dependia do apoio da população em apoiar uma mudança na estrutura política e econômica, e que o IPES se apresentava como uma alternativa, uma vez que estava disposto a enfrentá-los, mas que precisaria ser algo com o apoio das massas.

Em carta de Jean Manzon — produtor dos filmes do IPES — em fevereiro de 1962 (vide Anexo E), ao presidente do Instituto, João Batista Leopoldo de Figueiredo, é possível identificar a dimensão proposta para a interferência na construção da opinião pública articulada pelo IPES.

Prezados senhores,

Em resposta à consulta de V.Sas, e como complemento de nossa carta última de 18 de dezembro último, vimos apresentar-lhe um plano de produção de filmes documentários a serem distribuídos em todo Brasil através dos cinemas e emissoras de televisão.

Deixamos claro que antes de realizarmos os filmes, iremos recorrer a competência do IPES, que através de seus estudos, orientará os rumos de nosso trabalho.

Tais filmes, destinados ao grande público, deverão transmitir o fazer compreender as ideais que geraram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais consubstanciadas nos princípios da Encíclica Papal “Mater et Magistra” e da ata da “Aliança para o Progresso” conhecida como declaração de “Punta Del Leste”.

Cumprindo a sua principal finalidade, é natural que o IPES, depois de realizar pesquisas e equacionar os problemas que o preocupam, promova ampla divulgação das soluções apontadas.

O IPES é a máquina. A serviço dessa máquina a técnica de nossos filmes documentários constitui o mais rápido veículo capaz de levantar com a máxima eficiência a opinião pública em favor das teses defendidas pelo IPES. (Trecho da Carta de Jean Manzon direcionada a João Batista Leopoldo de Figueiredo — Vide Anexo E).

Alguns pontos da carta acima coadunam com o que viria a ser a interferência no pleito de 1962. O primeiro, ao acionar a face pública do IPES através dos estudos dos problemas sociais desenvolvidos pela instituição e o comprometimento com os valores cristãos e anticomunistas. Tais estudos seriam fruto da preocupação dos agentes empresariais que se organizavam em torno do IPES e tal preocupação levaria a uma “ampla divulgação das soluções” para os problemas sociais, soluções essas a partir da perspectiva dos interesses particulares dos agentes desse grupo, que dentro da lógica do Estado capitalista busca converter-se em interesse coletivo. Outro ponto é como o IPES é entendido evidenciando elementos de sua face oculta. Na carta ele é compreendido como uma “máquina”, como um elemento potencializador. Essa máquina, através da elaboração dos filmes, estaria disposta a atuar de maneira eficiente para a interferência da opinião pública na adesão aos ideais ipesianos. O poder de atuação dessa máquina potencializadora seria a distribuição por todo o Brasil desses filmes documentários. Manzon apresenta com objetividade o entendimento dos interesses do IPES e se disponibiliza a executá-los na produção dos filmes.

Como já observado nesta pesquisa, o conteúdo consumido pelo grande público através dos meios de comunicação interfere de maneira geral na leitura que o público faz sobre determinado acontecimento e/ou assunto. Ao adotar um posicionamento, a mídia se converte em um importante instrumento político. Quando o IPES busca acionar a rede televisiva e os cinemas na veiculação dos seus filmes, além das propagandas políticas financiadas pelo IBAD através da imprensa é realizado esse movimento de condicionar a opinião pública. Maxwell McCombs, em seu livro *A Teoria da Agenda*, aborda os aspectos fundamentais acerca da causalidade entre mídia e opinião pública. Segundo o autor “A ideia teórica central é que os elementos proeminentes na imagem da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência”, ou seja, aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público (McCOMBS, 2009, p. 111).

Tal teoria ilustra a influência que a mídia tem na “opinião pública” e consequentemente na política. É através da “salientação” de determinados temas que a opinião pública constitui a relevância acerca dos mesmos. Em outras palavras, a relevância de um determinado assunto na cena pública e no cenário político fica restrita à intensidade com que os meios de comunicação o divulgam e condiciona muitas vezes como o público vê o mundo (McCOMBS, 2009).

Dos filmes produzidos por Jean Manzon para o IPES, destacamos aqui o curta *A História de um maquinista* (1962), por nele ser abordado uma noção do que se espera na relação com a coisa pública. O vídeo curto, de aproximadamente 8’53, disponibilizado pelo Arquivo Nacional, apresenta uma narração de cunho sensacionalista, mas com imagens e palavras de fácil compreensão. O curta-metragem conta a história de um maquinista que já tinha vivido muitas experiências na profissão e estava cansado, amargurado e habituado com “as catástrofes habituais das estradas de ferro”, mas que observava que a má qualidade dos serviços também se estendia a outros setores, como o de comunicação (1’13–1’20). O vídeo criticava a precariedade do sistema ferroviário, o maquinário obsoleto e os problemas de superlotação e segurança. O maquinista relata que este mesmo povo que sofre com a realidade do sistema ferroviário é o mesmo que através dos impostos o custeia, sendo, portanto, o passageiro vítima do caos ferroviário (A HISTÓRIA, 1962).

Esses problemas seriam resultado de uma política de Estado que negligenciava tal setor, uma vez que o problema não dizia respeito à falta de recursos, mas na

malversação dos recursos públicos em decorrência da burocracia, dos interesses políticos e do empreguismo. Com isso, o país pagava com a desordem ferroviária. A solução seria a modernização dos equipamentos e a mecanização das operações ferroviárias, e, anterior a isso, o mais urgente seria o “saneamento administrativo, o corte nos gastos inúteis” (6’23–6’30). Era necessária uma política patriótica capaz de resolver esse problema nacional e deixar o campo aberto à iniciativa privada. Esse filme aciona as afirmações “malversação de recursos públicos”, “interesses políticos”, “empreguismo”, “saneamento administrativo”, “corte de gastos inúteis”, “política patriótica” e “incentivo à iniciativa privada”. Esses elementos denotam uma ineficácia do Estado em resolver esse “problema nacional” e remetem a um caldo antiEstado, uma vez que seus agentes comprometem a administração pública e a consequente qualidade de vida da população, sendo a iniciativa privada aquela que poderia resolver esse problema. Esse e outros filmes contribuíram por tecer um clima de necessidade urgente de mudanças e de certa forma preparar a aceitação do golpe de 1964 para retirar do poder aquele que representavam o retrocesso.

Nas imagens 7, 8 e 9 seguem cenas do curta-metragem *A história de um maquinista*.

Imagem 7 — Vagão lotado



Fonte: A HISTÓRIA (1962 — Arquivo Nacional).

Imagem 8 — Passageiros pendurados nos vagões



Fonte: A HISTÓRIA (1962 — Arquivo Nacional).

Imagem 9 — Tumulto ao sair do vagão



Fonte: A HISTÓRIA (1962 — Arquivo Nacional).

4.1.2 A composição parlamentar de 1962

Nas eleições de 1962, observou-se uma campanha de desestabilização do governo João Goulart, financiada pelo capital norte-americano através da atuação do IPES/IBAD/ADEP, que ficou evidenciada nas eleições para governador, Senado Federal e Câmara dos Deputados (DREIFUSS, 1981; BANDEIRA, 1983; FERREIRA; GOMES, 2014). A composição tanto do Executivo quanto Legislativo teve expressiva representação de opositores ao governo Jango, com o favorecimento de candidaturas da UDN e PSD em que muitos se elegeram com financiamento deste capital.

Tabela 1 — Composição dos governos eleitos por partido em 1962

Partido	Total de eleitos
UDN	7
PSD	7
PTB	4
PST	3
PTN	1

Fonte: Elaborada pela autora a partir do resultado do pleito de 1962 disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 2 — Senadores: partidos em 1962

Partido	Total de eleitos
PSD	17
UDN	11
PTB	10
PTN	2
PST	2

Fonte: Elaborada pela autora a partir do resultado do pleito de 1962 disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 3 — Câmara dos deputados: partidos em 1962

Partido	Total de eleitos
PSD	123
PTB	104
UDN	94
PSP	23
PDC	18
PTN	11
PR	10
PST	6
PL e PSB	5
MTR e PRT	3

Fonte: Elaborada pela autora a partir do resultado do pleito de 1962 disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nas tabelas acima podemos observar que os partidos PSD, UDN e PTB, que exerciam a tríade de poder na experiência democrática, encabeçavam a quantidade de eleitos. A composição de governadores, senadores e deputados federais se dava pelos partidos UDN e PSD. Como já analisado, a UDN era o partido da oposição, assim como parcela do PSD. Somando a representação desses dois partidos, eles compunham a maioria das cadeiras mencionadas neste pleito. No âmbito do Congresso Nacional, senadores e deputados assim ficaram distribuídos: Senado — 28 eleitos pela UDN/PSD, diante de 10 eleitos pelo PTB; Deputados federais — 217 pela UDN/PSD, diante 104 eleitos pelo PTB. Mesmo o PTB tendo tido expressiva votação, seu poder de atuação se tornava limitado diante da oposição, que teria poder político para inviabilizar o avanço dos projetos do governo João Goulart. Uma vez que o Estado é um espaço de lutas de interesses políticos, as eleições de 1962 demonstraram que foi possível controlar o ingresso de agentes dentro do Estado e ditar interesses privados dentro da esfera pública.

A composição desse cenário se deu pelo financiamento empresarial privado, que encontrou na prática da corrupção eleitoral uma forma de assegurar seus interesses dentro do Estado, inserindo parlamentares. Práticas de suborno, favorecimento e peculato, por exemplo, não seriam facilmente identificadas, pois os interesses seriam

assegurados dentro do âmbito democrático e, por sua vez, burocrático. Essa é uma forma de penetração no meta-campo do Estado — na perspectiva de Bourdieu — e de impor o interesse privado travestido de interesse coletivo.

O IPES, em associação com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), se configurou como uma dessas unidades de ação tornando o complexo IPES/IBAD uma espécie de partido da burguesia empresarial para execução dos interesses ideológicos, políticos e militares (DREIFUSS, 1981).

As sementes do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram lançadas no final do governo de Juscelino Kubitschek. O instituto foi fundado em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, recebendo contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK, julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país. O papel desenhado para o IBAD era a ação política. Dessa forma, Hasslocher fundou mais ou menos no mesmo período a agência de propaganda Incrementadora de Vendas Promotion, subsidiária daquele instituto (PAULA, c2020, não paginado).

O IBAD e sua ramificação ADEP (Ação Democrática Popular), vinculados ao IPES, foram mecanismos atuantes na eleição de 1962 para a composição de um parlamento opositor a João Goulart. A ADEP foi uma organização criada no início de 1962 e visava capitanear recursos para os candidatos opositores ao presidente João Goulart, que disputariam as eleições legislativas e para o governo de 11 estados, marcadas para outubro daquele ano (LAMARÃO, c2009). Assim como o IPES, a ADEP possuía a sua face pública. Em sua *Carta de Princípios* (vide Anexo C), expressava seu compromisso:

A Ação Democrática Popular congrega patriotas que tem como lema: anticomunistas sempre, reacionários nunca; e que pertencem a todos os partidos políticos, professam religiões diversas e vêm de diversas camadas sociais, mas estão unidos pela profunda fé em Deus na justiça e no futuro do Brasil (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IPES/IBAD, v. 1, 18/06/1963, p. 50).

Assim como o IPES, sua face pública aciona o anticomunismo, os valores cristãos e denomina-se sem caráter partidário. Dentre seus dezesseis artigos arrolados na carta de compromisso, destacamos alguns:

Artigo 1. Lutar contra todas as formas de ditadura, seja da direita ou da esquerda, com a manutenção de democracia e seus TRÊS poderes harmônicos, estabelecida na nossa Constituição;

Artigo 3. Lutar contra a infiltração comunista em nossa pátria, que se esforça com palavras para seduzir o povo, pregando reformas sociais a cuja execução os próprios comunistas constituem o maior entrave por saberem que jamais conseguiram o poder onde existia a justiça social e econômica;

Artigo 4. Lutar pela liberdade devidamente ordenada dentro da lei, da iniciativa particular, atacada por uma demagogia estatizante da economia, que resulta na criação de entidades governamentais deficitárias pelas quais paga todo o povo e que servem para alimentar um empreguismo desenfreado;

Artigo 5. Lutar contra a corrupção administrativa em todos os níveis do governo — talvez o maior empecilho ao progresso da Nação;

Artigo 16. Apoiar no Congresso os deputados patriotas que compõem a AÇÃO DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR e que lutam conosco, pelos princípios aqui enunciados. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IPES/IBAD, v. 1, 18/06/1963, p. 50–52).

No artigo primeiro é reforçada a valorização da democracia evidenciada pela afirmação do “combate a todas as formas de ditadura”. Apesar de, através do financiamento da campanha de candidatos, se interferir no processo democrático através da manipulação da opinião pública, o elemento “democracia” é acionado logo no primeiro artigo da Carta de Princípios, o que nos permite questionar o que é entendido por democracia pela ADEP. Bobbio (2007), no *Dicionário de Política*, aponta a noção de *Democracia*, na perspectiva da teoria clássica dentro do pensamento político como “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, todos aqueles que gozam do direito de cidadania” (BOBBIO, 2007, p. 319). Ter acesso ao voto a partir da democracia representativa configura a prática democrática, contudo, essa prática deveria considerar a livre vontade do povo, que, no caso da atuação da ADEP, considerou como vontade do povo impor, através da manipulação da opinião pública, os seus interesses políticos.

O artigo terceiro retoma o discurso anticomunista presente nas discussões do período. Evidencia-se a sensação e a preocupação com o “espectro comunista” que rondava o mundo no contexto da Guerra Fria e que ameaçava a nação brasileira. Segundo o artigo, os comunistas seriam aqueles que “pregam reformas sociais” e que, onde existia “justiça social e econômica”, não conseguiram ocupar o poder. A noção de comunismo para a ADEP se mostra ambígua, uma vez que defende a superação de desigualdades sociais através da justiça social e econômica, justamente o eixo central da noção de comunismo na perspectiva marxista⁴⁷. Segundo Motta (2000), entre 1961 e 1964 o anticomunismo ganhou força no Brasil a ponto de se constituir como elemento decisivo para a eclosão do golpe de 1964. Isso se deu pela combinação de fatores

⁴⁷ Ver Engels e Marx (1947).

externos e internos. Externamente, no âmbito da Guerra Fria, o eclodir da Revolução Cubana com pautas nacionalistas e anti-imperialistas, que, como observado, chamou a atenção dos Estados Unidos para a região da América Latina na tentativa de conter o “perigo vermelho” (MOTTA, 2002). Internamente o crescimento das esquerdas, a política externa independente de Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart com as Reformas de base intensificaram o anticomunismo no Brasil, proliferando organizações anticomunistas, como o complexo IPES/IBAD (MOTTA, 2002).

Já no artigo quarto, a valorização da iniciativa privada em detrimento à intervenção do Estado na economia demonstra o modelo de Estado com o qual a ADEP se identifica. A estatização do Estado na esfera econômica contribuiria por gerar “entidades governamentais deficitárias”, isto é, o Estado não seria capaz de gerir com eficácia as instituições públicas, visto que estas, além de “deficitárias”, configuram uma rede de “empreguismo”, sendo, portanto, a iniciativa privada e o capital externo a alternativa para tal questão. Na sequência dos artigos selecionados, a “corrupção” é apresentada de forma categórica como “talvez o maior empecilho ao progresso da Nação”. No artigo quinto a “corrupção” é especificada. Seu âmbito de atuação se dava na esfera administrativa, que é composta pelos agentes que representam o Estado. A *Carta de princípios* da ADEP aponta seu compromisso de combater à corrupção em “todos os níveis do governo”, com o objetivo de se comprometer com o progresso da nação. Além do comunismo, a corrupção estava presente nesse universo como um dos principais problemas do país, como se tem demonstrado.

Por fim, no artigo 16 é apresentada a prática da ADEP através de uma Ação Democrática Parlamentar. É afirmado o compromisso na interferência do parlamento ao apoiar os deputados simpatizantes aos seus ideais. A forma como esse apoio se daria não é especificada, mas o desenrolar da Comissão Parlamentar de Inquérito apontou apoio financeiro a partir da articulação IBAD/ADEP. O ofício do Departamento Federal de Segurança Pública, datado de outubro de 1962 e encaminhado à CPI, apresentou alguns informes sobre a ADEP. Neste, a Ação Democrática Popular é apontada como uma subdivisão do IBAD e que, através da penetração na esfera popular, buscava beneficiar a Ação Democrática Parlamentar com poderosa organização econômica com atuação na vida política do país (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IPES/IBAD, 18/06/1963). O relatório aponta suas finalidades políticas.

Tem como finalidade a A.D.P., a tomada do poder, em curto prazo. Em escala crescente, apresenta um planejamento inicial de eleger uma poderosa bancada na Câmara dos Deputados, que de acordo com o Ato Adicional n. 4, controla realmente a direção do país. Simultaneamente pretende a eleição de governadores e vice-governadores nos próximos pleitos. O coroamento da campanha será apresentar como candidato às eleições presidenciais de 1965, uma figura perfeitamente afinada com a A.D.P.

Tem como Ação Social:

1. A pressão econômica sobre organismos de iniciativa privada que não comunguem de seu pensamento;
2. A orientação política contrária ao governo nacional, que não se identifica com suas ideias e a desmoralização de homens públicos;

[...] Tem como Ação Política:

1. Manutenção sob qualquer preço, inicialmente, do parlamentarismo, pois no momento esperam eleger uma grande bancada de deputados. A grande vitória obtida pela ADP, foi a rejeição pela Câmara, do nome do Deputado San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro.
2. Eliminação política de candidatos progressistas ou de centro que apoiem o governo.
3. Desmoralização total do governo nacional, sabotando na Câmara todas as mensagens do Executivo, foçando sua perda de substância junto a área popular, desgastando suas bases de tal forma que poderão lançar candidato próprio às eleições presidenciais em 1965 (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IPES/IBAD, v. 1, 18/06/1963, p. 48–49).

O Ato Adicional expresso no texto refere-se à Emenda Constitucional n. 4 de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo (BRASIL, 1961). Uma vez que a partir desse Ato Adicional o parlamento detinha o poder de interferir nas decisões do país, “eleger uma poderosa bancada de deputados” significava controlar as decisões do país. Paralelamente, a ADEP também buscava assegurar os pleitos nos Estados elegendo governadores e vice-governadores que fertilizariam o terreno para que fosse lançado um candidato presidencial coadunado com os interesses do órgão. Para efeito prático, a ADEP se valeria da pressão econômica sobre aqueles que na esfera privada não tinham alinhamento com seus ideais, além de declarar “guerra” ao governo de João Goulart e, para tal, a desmoralização de figuras públicas contrárias aos seus pensamentos, provocando o esvaziamento de seu capital político através de sua desmoralização na cena pública. Isso pôde ser verificado com Miguel Arraes — governador de Pernambuco — e San Tiago Dantas — Ministro de Relações Exteriores do governo Goulart —, ambos com identificação ideológica contrária à ADEP (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IPES/IBAD, v. 1, 18/06/1963).

Essa prática se estendeu ao âmbito político, visto que o *modus operandi* da ADEP consistia minar as bases do governo João Goulart, valendo-se da sabotagem das pautas do Executivo no Parlamento e da eliminação de desmoralização dos apoiadores do governo federal. Por essa razão, era central para a ADEP a manutenção do sistema

parlamentarista: ao financiar e controlar o congresso, minava o Executivo a tal ponto que se poderia construir a candidatura presidencial das eleições de 1965. Assim, garantir a composição do Congresso nas eleições de 1962 era central para os objetivos da ADEP a curto prazo. A campanha das eleições envolveu distintos grupos da sociedade civil, como observa Moniz Bandeira (1983, p. 70):

Com esse primoroso trabalho de corrupção, inédito na História do país, a CIA não somente aliciou empresários, vereadores deputados estaduais e federais, senadores, governadores de Estado, jornalistas, donas-de-casa, estudantes, dirigentes sindicais, padres e camponeses [...].

É importante salientar que o autor escreve na década de 1980 sobre o período que presenciou como sujeito histórico, sendo, portanto, possível analisá-lo como literatura e fonte. Nesse aspecto, o uso do termo corrupção em sua citação é associado à prática de financiamento de campanha pelo IBAD e executado pela ADEP. Essa campanha não se restringiu apenas ao financiamento de candidatos, mas também de uma intensa articulação através dos meios de comunicação que também foram acionados na construção de um clima de golpe eminente, cooptando o apoio de segmentos da sociedade civil. Contudo, é importante observar que, apesar dessa campanha, houve certo avanço do grupo reformista ligado a Goulart com a duplicação da bancada do PTB e a eleição de candidatos da Frente Parlamentar Nacionalista nesse pleito (BANDEIRA, 1983; FERREIRA, 2011).

Dito isso, podemos lançar outro olhar para a questão da corrupção envolvendo o governo Jango, não pensando ações desencadeadas por seu governo, mas para derrubá-lo. Nesse sentido, faz-se necessário analisar um outro estatuto da corrupção, como um mecanismo de ação através do financiamento de campanha. Dito de outro modo, a “corrupção” não foi utilizada diretamente para atacar a figura de João Goulart através de denúncias de práticas, mas se utilizando do aparato democrático eleitoral para compor um parlamento opositor a fim de impedir que Jango tivesse êxito nas pautas de seu governo e inviabilizar a possibilidade de governar.

Verifica-se o financiamento privado, com grande atuação do capital estrangeiro, atuando diretamente na esfera pública, definindo o resultado das eleições que, por sua vez, passa a definir as decisões da máquina pública. Em matéria do periódico *O Semanário*, intitulada “Fechado o IBAD: vitória do povo”, é apresentado um trecho referente ao depoimento à CPI IPES/IBAD de Miguel Arrais, que apresentou

documentação de empresas ligadas ao capital externo na relação com o complexo IPES/IBAD (O SEMANÁRIO, 5–9/1963, p. 7).

O depoimento do governador Miguel Arrais, mostrou com documentos que o dinheiro do IBAD procedia das seguintes firmas estrangeiras, em geral norte-americanas: Texaco, Shell, Ciba, Cross, Schering, Emila, Bayer, General Eletric, IBM, Coca-Cola Stand Brands, Souza Cruz, Remington Rand, Belgo-Mineira, AEG, Hermes Stoltz, Coty e outras. (O SEMANÁRIO, 5–9/1963, p. 7).

A presença de empresários nesse processo coaduna com as colocações de Jessé Souza (2019) quando afirma que a corrupção do mercado é invisibilizada; porém, nas suas articulações, essa corrupção de mercado dita os rumos da máquina pública que vai conduzir o interesse público sob a lógica privada do interesse empresarial, cujas decisões afetam os rumos de desenvolvimento do país e sua posição dentro das relações capitalistas com expropriação de riquezas do país e direitos da classe trabalhadora. Classe essa que, no período analisado, já havia adquirido força política, que, por sua vez, era refletida na ocupação do Estado através das eleições demarcando sua posição e interesses de classe (FERREIRA, 2011).

4.1.3 A corrupção eleitoral

O decreto lei 9.085/1946, que “Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas”, afirma em seu artigo segundo:

Art. 2º Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando seu objeto ou circunstância relevante indique destino ou atividade ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes (BRASIL, 1946).

O artigo versa sobre a associação de pessoa jurídica para fins ilícitos, sendo a ilicitude associada ao que é prejudicial ao bem comum, ou seja, ao interesse coletivo. Na década de 1940 essas noções de nocividade ao bem comum já estavam prescritas. As práticas do IBAD apuradas as inserem não somente no decreto lei de 1946 como também incorre em crime eleitoral, como observa o artigo 175, inciso 20 do Código Eleitoral (Lei 1.164) de 1950: “Oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou obter abstenção. Pena:

detenção de seis meses a dois anos de prisão” (BRASIL, 1950). Este, por sua vez, deita raiz no Código Penal de 1940, que define e prescreve o crime de corrupção ativa: “Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Pena: reclusão de 1 a 8 anos e multa” (BRASIL, 1940). Ao pensar o artigo 175 sobre a corrupção eleitoral, que aponta a ilicitude da compra de votos e, uma vez que dentro do sistema democrático a ocupação do cargo público do poder Executivo se dá pelo voto da população, a não imparcialidade do processo compromete o bem comum apontado pelo Código Penal.

O deputado Eloy Dutra (PTB), em seu livro *IBAD: a sigla da corrupção*, também lido como fonte e literatura nesta pesquisa, imprime relatos sobre sua busca pela instauração da CPI do IBAD.

Comecei a luta contra o IBAD ainda em plena campanha eleitoral de 1962. Então candidato a deputado federal e a vice-governador da Guanabara, não podia esconder meu espanto diante da máquina publicitária descomunal posta à disposição de certos políticos e candidatos. A repetição do fenômeno em outros Estados, principalmente nos chamados Estados-chave daquele pleito, como Pernambuco, me fez sentir a necessidade de apurar o significado daquele estranho movimento nacional, localizado na área do IBAD, que visava a influir, pelo peso do poder econômico, nos resultados eleitorais. O que mais me despertou a atenção foi, quase que como regra geral, o sentido do movimento ibadiano como tentativa de violentação das tendências e preferências do povo. Apesar de todo o derrame de dinheiro, eu venci longe. Arraes também ganhou. Mas em contrapartida, ilustres desconhecidos deram mostra às centenas, de fabuloso apoio econômico. Nasceu daí, ainda em 1962, o meu pedido para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurasse a verdade. Aconteceu, todavia, que a quarta legislatura estava chegando ao fim. Não haveria então tempo para coisa alguma. Como último recurso, denunciei as atividades do IBAD ao Conselho de Segurança Nacional (DUTRA, 1963, p. 41–42).

Dutra vivenciou a campanha eleitoral de 1962 e observa como era evidente a existência de uma máquina publicitária à disposição de algumas candidaturas. A percepção de que não se tratava de um fenômeno localizado, mas presente em Estados considerados importantes para a cena eleitoral do período, evidenciou que por trás desta máquina publicitária encontrava-se a articulação do IBAD com grande investimento econômico. Dutra não menciona a compra de votos, mas a tentativa de interferir nas “preferências do povo” através da manipulação da opinião. Além do estranhamento do grande investimento em campanhas, a eleição de candidatos até então desconhecidos, através do “fabuloso apoio econômico” do IBAD, motivou a denúncia ao Conselho de Segurança Nacional a fim de que se investigasse sua atuação.

A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito sofreu resistência dentro do Congresso, como observa Eloy Dutra:

Empossado o novo Congresso, em janeiro, a ideia da CPI sobre o IBAD tomou novo impulso. Tudo correu segundo os trâmites normais: as assinaturas dos deputados foram recolhidas e o requerimento, apresentado à Mesa da Câmara, deferido. Restava a composição da CPI, com a indicação de seus membros pelos partidos. Começou logo aí — nem verdadeiramente nascida estava a CPI — a guerra surda com que se pretendeu impedir a investigação parlamentar sobre as atividades do IBAD e as origens de seus recursos. Enquanto o meu partido, PTB, e o PDC indicaram imediatamente os seus representantes na Comissão, a UDN e o PSD retardaram ao máximo aquela providência. Somente quando a coisa começou a transpirar violentamente na imprensa não comprometida com o IBAD é que esses partidos fizeram suas indicações (DUTRA, 1963, p. 42).

Segundo o relato, os partidos que ofereceram resistência foram a UDN e o PSD, que em seus quadros possuíam opositores a João Goulart. A morosidade com que esses partidos conduziram seus representantes para compor a Comissão somente foi contornada diante da pressão da imprensa. É possível então observar a tentativa de dificultar a criação da CPI por parte de agentes que tinham interesses políticos na desestabilização do governo Goulart, ao mesmo tempo em que se aponta a existência de uma imprensa comprometida com o IBAD, uma vez que apenas a imprensa sem vinculação com o IBAD possuía autonomia para pressionar a implementação da CPI.

Em maio de 1963, o jornal *Última Hora* apresenta uma matéria denunciando que os partidos PSD e PSP elegeram agentes ligados ao IBAD para comandar o Inquérito Parlamentar.

Entregaram o posto de relator ao sr. Laerte Vieira, que seria um notório beneficiado dos milhões eleitorais deste órgão de pressão econômica. Associaram-se à trama os deputados Benedito Vaz e Anísio Rocha, ambos também vinculados à corrupção ibadiana (ÚLTIMA HORA, 31/05/1963, p. 4).

Fato é que em 30 de maio de 1963 foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados com o IBAD e o IPES, presidida pelo deputado Peracchi Barcellos (PSD/Rio Grande do Sul), tendo como vice-presidente o deputado Rubens Paiva (PTB/São Paulo), como relator o deputado Laerte Vieira (UDN/Santa Catarina) e composta pelos deputados Régis Pacheco (PSD/Bahia), Aluísio Rocha (PSD), Eloy Dutra (PTB/Guanabara), José Aparecido (UDN/Minas Gerais), Arnaldo

Cerdeira (PSP/São Paulo) e Armando Rollemberg (PDC/Sergipe) (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IBAD/IPES, 1963, v. 1, p. 1).

Na realidade a CPI nascera sem que ninguém, nem mesmo os ibadianos, acreditasse nela. Em primeiro lugar porque os deputados não ibadianos eram minoria na própria Comissão. E, depois, porque o poder do IBAD já tinha mais uma vez sido provado. Assim, quando eu e meus quatro companheiros, José Aparecido, João Dória, Rubens Paiva e Benedito Cerqueira, começamos a reunir provas e documentos irretorquíveis sobre os processos de corrupção que se valiam o IBAD e Hasslocher, certos membros da CPI entraram em pânico. Volta e meia, no seu desespero, um ou outro deputado (certamente nas mãos de Hasslocher, por ter assinado “compromisso ideológico”), fazia abertamente a defesa do IBAD. A coisa chegou a tal ponto que já provada a corrupção ibadiana e faltando apenas descobrir seus mentores financeiros e políticos, a CPI foi suspensa às vésperas do depoimento de Hasslocher (DUTRA, 1963, p. 43–44).

O financiamento da campanha de parlamentares pelo IBAD foi gradativamente se confirmando a partir do posicionamento de possíveis políticos envolvidos no processo. Inicialmente se acreditou que a CPI não sairia do papel e que consequentemente não comprometeria em nada a organização ibadiana. Uma vez que a CPI foi adquirindo corpo se buscou formas mais objetivas de obstruí-la, seja na defesa de políticos em favor do IBAD, seja na suspensão da CPI e na suspensão do depoimento do presidente do IBAD. Apesar desse movimento, a CPI retomou os trabalhos e renovou os quadros da Comissão.

No curso da CPI o ex-presidente Jânio Quadros foi convidado a depor. Uma vez que se verificava a forte atuação do IBAD em questões políticas, se cogitou também esta relação com Jânio Quadros. Em matéria intitulada “Jânio chamado a depor na Devassa da Corrupção Financiada pelo IBAD”, foi abordada a seguinte questão (ÚLTIMA HORA, 05/07/1963, p. 1):

Prosseguindo na devassa das origens do dinheiro e da ação subversiva do IBAD, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal aprovou ontem a convocação do Ex-presidente da República, sr. Jânio Quadros, para que este esclareça se entre as “forças ocultas” que se referiu na sua carta-renúncia, pode ser localizada aquela organização ou suas subsidiárias como ADEP, ADP ou Movimento Democrático Brasileiro (ÚLTIMA HORA, 05/07/1963, p. 4).

No depoimento da CPI, também evidenciou a possíveis ameaças aos depoentes contra o IBAD:

Foi aprovado um pedido de garantia de vida ao depoente Arthur Junqueira, ex-agente da ADEP que em depoimento estarrecedor, revelou a fabulosa movimentação de dinheiro (mais de 5 bilhões) do IBAD e que já anteriormente se vira ameaçado na sua integridade física quando tinha em seu poder os documentos contábeis da Ação Democrática Popular, destinados à incineração (ÚLTIMA HORA, 05/07/1963, p. 4).

O fato de ter sido ex-agente da ADEP permitiu que Arthur Junqueira tivesse acesso às informações importantes da esfera da atuação do IBAD. Uma vez de posse de tais informações, que poderiam comprometer os agentes envolvidos nas transações do IBAD, foi necessário ser solicitada e aprovada medida protetiva ao ex-agente. Além de informar o quantitativo de 5 bilhões operacionalizado pelo IBAD, afirmou que não foi a primeira vez que sua integridade física se viu ameaçada. Como agente da ADEP teve em seu poder documentos que seriam descartados. Na matéria não é especificada a documentação, mas tratar-se-ia de documentos contábeis. O fato de serem destinados à incineração levanta a questão da composição do seu teor, sobre quais seriam as razões para o descarte da documentação que evidencia um possível comprometimento de alguma instituição e/ou agente.

O Deputado Amaral Neto também foi intimado a depor na CPI do IBAD (UDN). A matéria aponta o deputado como um dos beneficiários da “terrível máquina de subversão da América Latina”, eleito com recursos da Ação Democrática Popular.

Começou por confessar, entre ingênuo e dramático, que recebeu “apenas uma caminhoneta (tipo rural), todos os cartazes, faixas, panfletos, publicações sobre a sua atuação como líder do sr. Carlos Lacerda, a Assembleia Legislativa da Guanabara e propaganda de rádio e TV”. O depoimento durou certa de 20 minutos (parte expositiva) e três horas de interrogatório. O indiciado não esclareceu a origem do dinheiro que recebeu (disse não saber) e afirmou desconhecer a “intimidade” do IBAD, apesar de ter um filho (Fidélis) que é funcionário do sr. Ivan Hasslocher e trabalha na entidade da corrupção udenista. (ÚLTIMA HORA, 05/07/1963, p. 4).

Na fala de Amaral Neto, o recebimento de caminhoneta, cartazes, faixas, panfleto, publicações e propaganda de rádio e TV é apontado como “apenas” um recebimento, como se a dimensão do suporte obtido para sua campanha fosse algo singelo, quando na verdade foi composta por um importante suporte político e financeiro para custear sua campanha. Tempo de TV e rádio são custosos e o acesso a eles acaba por ser restrito àqueles que o podem custear. Apesar de usufruir dessa estrutura para sua candidatura, o depoente afirma não saber a origem do dinheiro que custeou sua campanha. Ainda em seu depoimento, Amaral Neto aciona a memória de

parlamentares já falecidos para justificar a licitude de valores recebidos: “O sr. Amaral Neto concentrou sua defesa na citação dos nomes dos falecidos deputados Fernando Ferrari e Menezes Côrtes, que, para tornar alimpa a aceitação de dinheiro, foram apontados como beneficiários das verbas corruptoras do IBAD” (ÚLTIMA HORA, 05/07/1963, p. 4). Essa postura do deputado desencadeou grande tumulto na CPI.

Depois de ferir a honra de dois mortos — impossibilitados de defesa — o vice-corvo não teve palavras, a não ser agressão sobre agressão, para esclarecer o contraste de suas infâmias contra os srs. Menezes Côrtes e Fernando Ferrari, tendo em vista principalmente o primeiro, cujo nome foi cortado, juntamente com os srs. Aduino Cardoso e Juarez Távora, da lista de candidatos do IBAD pelo sr. Ivan Hasslocher. Visivelmente perturbado, procurou ainda envolver o nome do presidente da CPI, o sr. Perachi Barcelos, no que foi imediatamente repellido pelos integrantes da CPI. O sr. Amaral Neto, que já foi predisposto a tumultuar a devassa do IBAD distribuindo desaforos a tudo e a todos, por pouco não saiu esbofeteado da sala de reunião (ÚLTIMA HORA, 05/07/1963, p. 4).

No dia seguinte ao episódio envolvendo o sr. Amaral Neto, o jornal *Última Hora* reproduziu a fala do Deputado Max da Costa Santos, referindo-se às grosserias do Deputado Amaral Neto, líder do PSB na Câmara, na CPI.

Uma coisa a Comissão Parlamentar de Inquérito já apurou com segurança — acrescentou — é o caráter clandestino das gigantescas contribuições recebidas pelo IBAD e distribuídos à ADEP, ADP e Movimento Democrático Brasileiro; A contribuição do sr. Amaral Neto na CPI foi inteiramente destituída de interesse. Pedindo para depor com objetivos evidentemente publicitários, o que fez o sr. Amaral Neto foi afirmar aquilo que já era público e notório, ou seja, que ele recebeu e continua recebendo ajuda do IBAD para a sua atuação política (ÚLTIMA HORA, 06/07/1963, p. 4).

Também em sua fala, Max da Costa Santos não acredita que o depoimento do ex-presidente Jânio Quadros possa esclarecer algo sobre o IBAD, uma vez que “a virulência do IBAD é posterior à renúncia do ex-presidente e não é acreditável que possa incluir o IBAD entre as forças que a ele se opuseram e que tornaram impossível a continuação de seu governo” (ÚLTIMA HORA, 06/07/1963, p. 4). Especulações à parte, fato é que, em agosto de 1963, findo os trabalhos da CPI, é sancionado por João Goulart o Decreto 52.425, em que são suspensas as atividades do IBAD e da ADEP. Nele os seguintes argumentos são utilizados:

[...]

Considerando que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP) são associações civis que notoriamente exerceram e vêm exercendo atividade política-eleitoral, intervindo no processo de escolha dos representantes políticos do povo brasileiro e pretendendo a tomada do poder através da corrupção eleitoral;

[...]

Considerando que o IBAD e a ADEP utilizaram incalculável soma de recursos financeiros, cuja origem ainda desconhecida atenta contra a segurança das instituições e pode, inclusive, atentar contra a própria soberania nacional;

Considerando que a corrupção eleitoral e a distorção da opinião pública através de ampla rede publicitária, utilizado pelo IBAD e pela ADEP, sob o falso pretexto de defesa da ordem democrática, na verdade subvertem os princípios normativos das instituições livres do país;

Considerando que, mesmo aos partidos políticos nacionais não é permitida a utilização de recursos financeiros cuja origem não esteja identificada (Art. 145 do Código Eleitoral);

Considerando que o Governo Federal, interpretando a vontade do povo brasileiro, determinou, pela mesma ora adotada, em outras oportunidades, a suspensão das atividades de associações cuja atuação descaracterizava a pureza do regime democrático, decreta:

Art. 1º Ficam suspensas, pelo prazo de 3 meses, as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP) em todo o território nacional;

Art. 2º O Ministério Público Federal, nos termos do parágrafo único, art. 6º, do Decreto-Lei nº 9.085, de 25 de março de 1946, promoverá a dissolução judicial das sociedades referidas no artigo anterior, dentro do prazo ali estabelecido. (BRASIL, 1963).

No artigo, a *corrupção eleitoral* é entendida como prática e estratégia para ocupar o Estado. A utilização de recursos privados desconhecidos é apontada como forma de comprometer as instituições do Estado, cuja soberania também seria ameaçada. Também é observada a distorção da opinião pública a reboque da corrupção eleitoral. Nesse aspecto, evidencia-se que o IBAD/ADEP, no uso da corrupção eleitoral, conseguiu interferir na opinião pública. Reside aí uma forma mais elaborada no uso da corrupção: ela não está diretamente inserida na apropriação do interesse público pelo privado dentro da administração pública como prática concreta-objetiva que já estava prescrita no Código Penal.

Com a suspensão das atividades do IBAD, Ivan Hasslocher teria publicado matérias e artigos pagos na imprensa não somente questionando a decisão do governo, o próprio governo e a figura de João Goulart. Hasslocher buscava desassociar o IBAD, a ADEP e a *Promotion*. Em fala ao jornal *O Globo* em setembro de 1963, Ivan Hasslocher afirmou que o IBAD não interveio nas eleições de 1962 e em nenhuma outra, mas que a corrupção eleitoral fazia parte do governo Goulart.

O Ibad tem sido acusado de fomentar a corrupção eleitoral. Na realidade, o Ibad não interveio nas eleições de 1962 ou em qualquer outras. [...] A ligação principal que se pode estabelecer entre IBAD e ADEP reside no fato de que para ambos os recursos necessários ao seu funcionamento foram levantados por mim e por firmas e pessoas brasileiras. Nunca houve nada que se assemelhasse remotamente à “corrupção eleitoral” nas atividades da ADEP. [...]

No entanto houve corrupção por parte do governo no seu apoio a outros candidatos de um tipo diferente daqueles que foram auxiliados pela ADEP nas mesmas eleições. Foram empregados dinheiros públicos, pagos pelo povo brasileiro para outras finalidades, nessas campanhas. Foram enviadas ambulância do Ministério da Saúde para ajudar a eleição do sr. Miguel Arrais em Pernambuco. Foram concedidos empregos públicos a quem pudesse influenciar a votação. Foram expedidas ordens pelo Governo Federal para emissoras de televisão que concedessem tempo, gratuitamente, ao sr. Leonel Brizola. Essa é a verdadeira corrupção.

Foi para combatê-la, foi para diminuir o seu inevitável impacto nas eleições que se criou a ADEP, numa ação lícita e patriótica de defesa da democracia visivelmente ameaçada. (O GLOBO, 06/09/63, p. 5).

A fala de Ivan Hasslocher mobiliza a acusação de *corrupção eleitoral* como elemento de defesa e ataque. De defesa por buscar esclarecer que o IBAD/ADEP não interferiram nas eleições como estavam sendo acusados e que os recursos foram por ele levantados com o apoio de firmas e pessoas brasileiras e que não se podia associar a ADEP à corrupção eleitoral. A fala de defesa no jornal *O Globo* foi enxuta, não entrando nas questões da atuação específica dessas instituições. O espaço extenso da matéria se dedicou ao ataque à atuação do governo federal nas mesmas eleições na ocasião da gestão de João Goulart no Executivo. “Empregos”, “tempo na televisão”, “uso de ambulâncias custeados com dinheiro público para eleger candidatos apoiadores”, em sua fala, a noção de corrupção a partir do uso do dinheiro público para interesses particulares é acionada.

Ainda segundo Eloy Dutra, a CPI conseguiu comprovar que o IBAD, a ADEP e a *Promotion* eram a mesma coisa; que Hasslocher era dono da *Promotion*, presidente do IBAD e membro mais importante do colegiado nacional da ADEP; que a ADEP era a máquina eleitoral ibadiana que fabricava deputados e senadores, financiada pelo IBAD e divulgada pela *Promotion*, além das atividades de corrupção eleitoral documentadas (DUTRA, 1963). A junção desses elementos culminou com a dissolução do IBAD e da ADEP.

4.2 A cassação de JK no bojo das denúncias de corrupção

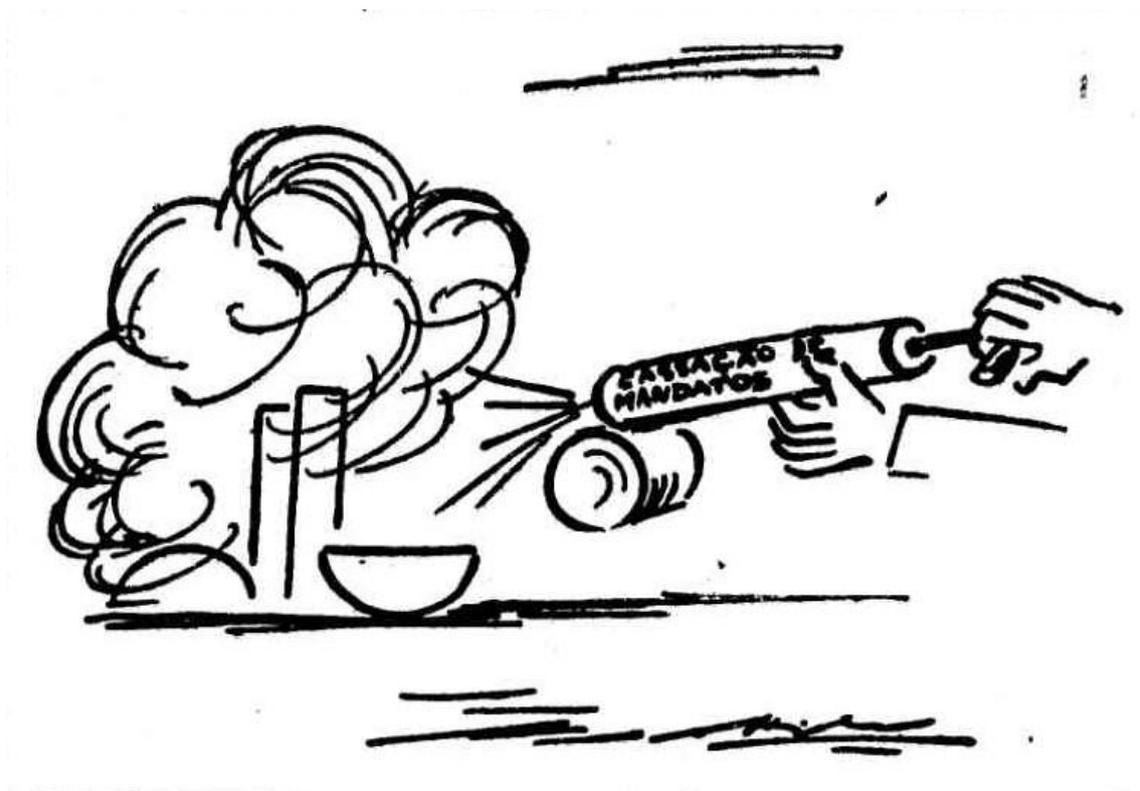
Em 9 de abril de 1964 foi decretado o primeiro Ato Institucional (AI-1) cuja disposição versa sobre “as modificações introduzidas pelo poder constituinte originário da revolução vitoriosa” (BRASIL, 1964). Seu artigo dez assim é definido:

No interesse da paz e honra nacional e sem as limitações previstas na Constituição, os comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão substituir os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (BRASIL, 1964).

Esse ato também sinalizava que a eleição para presidente e vice-presidente da República ocorreria no ano seguinte, em outubro de 1965 (artigo 9). Essa autonomia assegurada pelo AI-1 abriu brecha para que opositores ao grupo que instaurou o regime tivessem seus mandatos cassados. Uma vez afastados da vida política por dez anos, não poderiam concorrer às eleições em 1965 — eleições que democraticamente não chegaram a acontecer.

Alguns dias após o decreto do primeiro Ato Institucional, o jornal *Estado de São Paulo* publicou uma charge fazendo alusão ao que o ato representava. Seria uma espécie de remédio, um veneno do tipo inseticida para limpar o Congresso Nacional.

Imagem 10 — Cassação de mandatos



Fonte: O Estado de São Paulo (15/04/1964, p. 4).

Na charge, o Congresso Nacional é retratado como um espaço, uma espécie de reduto contaminado por algo nocivo. O uso do símbolo do inseticida demonstra a presença de uma espécie de praga no Congresso e a cassação de mandatos seria o antídoto para sanar esse problema. Os agentes cujos mandatos foram cassados seriam responsáveis pela “praga” que contaminava o Congresso e que agora seria exterminada. Juscelino Kubitschek, um dos cassados nesse contexto, tinha sido aliado de João Goulart, tinha mandato como Senador (PSD) e tinha pretensões de disputar as eleições presidenciais de 1965 sob o novo slogan *5 anos de agricultura para 50 de fatura* (CEDRO, 2008, p. 161). Por sua administração como presidente da República, era um nome cotado para eleger-se novamente em 1965 (CEDRO, 2008). Nos meses seguintes após o golpe de 1964, a imprensa noticiava possíveis práticas de corrupção na gestão de Kubitschek, que, inicialmente, apoiou o golpe que viria ser seu algoz.

No relato abaixo, o deputado Gonzaga da Gama aponta o tipo de acusação dirigida a Juscelino Kubitschek:

O deputado Gonzaga da Gama leu ontem na Assembleia Legislativa da Guanabara uma série de pronunciamentos do sr. Juscelino Kubitschek, além

de vários atos tomados em seu governo que — segundo alegou — comprovam a absoluta probidade da administração pública naquele período governamental.

[...] afirmou ainda o sr. Gonzaga que a campanha contra Juscelino tem agora, como sempre, a mesma origem. A origem — frisou — é o Sr. Carlos Lacerda e os seus seguidores que insistem nessa tecla e assoalham repetindo para que venha a ter forros de verdade, que o sr. Juscelino Kubitschek teria sido um grande patrocinador de negociatas (CORREIO DA MANHÃ, 27/05/1964, p. 2).

A fala nos fornece alguns elementos. O primeiro é que, ao afirmar “absoluta probidade da administração pública”, indica a existência de uma suspeição, acionada pela oposição, para enquadrar JK em crimes de responsabilidade envolvendo a administração pública. O deputado também afirma existir uma “campanha contra Juscelino”, o que reforça a existência de uma pressão em relação à suspeição da gestão do senador quando ocupava a presidência. Por fim, é citado o nome de Carlos Lacerda e seus seguidores como articuladores de denúncias contra JK. A expressão “grande patrocinador de negociatas” na referência à JK não define quais seriam estas, mas pelo teor da matéria estariam associadas às práticas consideradas corruptas na relação com a administração pública, mas estas não são definidas.

Em matéria do jornal *O Estado de São Paulo* é apontada uma intensificação do Conselho de Segurança Nacional na coleta de provas contra Juscelino Kubitschek com o objetivo de enquadrá-lo no artigo 10º do Ato Institucional.

O major Lopes Barbosa, membro da CGI, a qual relatou hoje o processo de sindicância realizada no governo Jânio Quadros na Caixa de Crédito da Pesca, informou que foram encontradas diversas irregularidades praticadas por injunção do ex-presidente Juscelino Kubitschek, principalmente com a cessão de financiamentos ilegais, atos que configuram crime de responsabilidade. Quanto aos administradores da Caixa e seus funcionários, não foi possível enquadrá-los no Ato Institucional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 28/05/1964, p. 1).

A matéria não aborda exemplos específicos da participação de JK ou como esses financiamentos inseriram-se na ilegalidade, mas o desfecho na denúncia afirma que tais práticas configurariam-se em crime de responsabilidade. A justificativa da retirada dos direitos políticos de JK residia em acusação de corrupção. Em matéria no jornal *Correio da Manhã*, intitulada “Limpeza geral”, é observada a retórica da corrupção.

A Revolução Democrática ameaça cassar o mandato e os direitos políticos do senador Juscelino Kubitschek, candidato do PSD à Presidência da República. A norma advogada e propalada aos ouvintes e telespectadores pela

eloquência e pureza vernacular do general Costa e Silva é a limpeza geral dos corruptos que atuam na vida pública (CORREIO DA MANHÃ, 29/05/1964 p. 6).

A expressão “limpeza geral dos corruptos” aponta para a existência de agentes corruptos e corruptores na administração pública, afirmada em pronúncia do general Costa e Silva, ministro da Guerra. O argumento de possível cassação também pode ser entendido como uma forma de pressão para que JK renunciasse sua candidatura às eleições de 1965. Anterior à publicação da cassação, a imprensa, meses antes, vinha cobrindo essa questão e apontava que a retirada de JK da cena pública seria resultado de uma solução política.

A notícia sobre a eventual retirada da candidatura do senador Juscelino Kubitschek à presidência da República, para abrir caminho a uma “solução política” que salvasse o candidato de ameaças foi ontem recebida por líderes pessedistas com desprezo mais absoluto. Na opinião de elementos como Amaral Peixoto e Martins Rodrigues, o noticiário em causa só tem um objetivo: o de agravar dificuldades dando-se curso a boataria desenfreada. [...] Juscelino Kubitschek informa que tudo quanto foi dito por uma emissora de televisão não tinha o menor fundamento (CORREIO DA MANHÃ, 31/05/1964, p. 6).

Valendo-se do primeiro Ato Institucional, o então presidente da República, Castelo Branco, decretou em 8 de junho de 1964 a cassação de Juscelino Kubitschek.

O presidente da República, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista a indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve:

Cassar o mandato legislativo e suspender os direitos políticos por 10 anos do Senador Juscelino Kubitschek de Oliveira (BRASÍLIA, DOU, 1964, p. 4.828).

Ao afastar Kubitschek por dez anos da cena política, Castelo Branco automaticamente o excluía de concorrer às eleições presidenciais de 1965. O jornal *O Globo*, na edição no dia seguinte à cassação, dedicou algumas páginas sobre o fato. Na matéria de capa intitulada “Cassado o Mandato de Juscelino Kubitschek”, é apontado o nome dos demais políticos que também tiveram seus mandatos cassados:

O ex-presidente teve ainda suspensos por dez anos os seus direitos políticos. Foram atingidos pelas mesmas medidas os deputados estaduais Cid Franco, Anselmo Parabulini Júnior, de São Paulo, Floriano Bezerra de Araújo, do Rio Grande do Norte, Almir Moreira Passos, Leão Naves Barcelos e Luis Alberto Dalcanale, do Paraná; e os suplentes Luís Inácio Maranhão Filho e Cesário

Clementino dos Santos, do Rio Grande do Norte [...] (O GLOBO, 09/06/1964, p. 1).

A matéria também apresenta a relação de diversos cidadãos que perderam seus direitos políticos. Diante da cassação, JK se manifesta publicamente:

No instante que a iniquidade se consuma e me obriga ao silêncio, cassando-me o mandato de senador conferido pelo bravo povo goiano e retirando-me os direitos políticos, quero pedir aos brasileiros que não se deixem em um só momento impressionar com as calúnias e as mentiras que os inimigos jurados da democracia certamente hão de continuar atirando em mim.

Saibam os brasileiros que daqui por diante só não lhes falarei e só não me defenderei se fizerem silenciar a minha voz.

[...]

Sei que meus inimigos me temem porque temem a manifestação do povo, e assim, com esse ato brutal, me afastam do caminho das urnas, única manifestação válida num regime verdadeiramente democrático.

Nada me constrangerá tanto como a impossibilidade, pela violência, de defender a minha honra e a conduta de meu governo. Isto poderá talvez verificar-se por alguns momentos, mas não para sempre. É a lição da História. De uma ou de outra maneira, encontrarei uma forma de enfrentar os meus algozes. Silenciado pela tirania, restarão documentos irrefragáveis, restará a reparação que a História oferece, dignificando os que foram sacrificados pela má fé, pela incompreensão, pelo ódio. [...] (O GLOBO, 09/06/1964, p. 14).

A cassação de JK também foi marcada por manifestações populares de apoio ao ex-presidente (O GLOBO, 09/06/1964, p. 6). Na ocasião da gestão de Kubitschek na presidência da República, a existência de denúncias de corrupção que levaram à condução de uma CPI não desestabilizou ou enfraqueceu o governo. O momento político considerado “ótimo” pela conjugação dos interesses políticos não possibilitou que tais denúncias conduzissem ao afastamento de JK. A corrupção estava presente no discurso da oposição, na pressão para a investigação das várias denúncias já discutidas no capítulo 3 desta pesquisa. No contexto do golpe de 1964, se retomou o governo JK sob o argumento de improbidade administrativa para afastá-lo das eleições presidenciais. O discurso de comprometimento da administração pública em que a corrupção se insere adquiriu seletividade no trato com JK diferente do período em que era presidente.

4.3 A bandeira anticorrupção na justificativa do golpe de 1964

Pensar o lugar do discurso anticorrupção no bojo do golpe de 1964 implica compreender as condições e as possibilidades para sua mobilização. A noção da

corrupção como um problema público já vinha sendo forjada desde a década de 1950 e passou a compor as relações políticas como moeda de pressão e ataque (SILVA, 2017). Na década de 1960, a nocividade de práticas consideradas corruptas e corruptoras na relação com a coisa pública já estava consolidada no senso comum, o que contribuiu para a adesão da sociedade civil ao discurso anticorrupção presente nas circunstâncias do golpe de 1964. Algumas interpretações sobre o golpe nos fornecem ingredientes para entender esse universo que teceu terreno para o acionamento da bandeira anticorrupção como um dos elementos justificadores do golpe.

4.3.1 Algumas perspectivas sobre o golpe de 1964

Segundo Carlos Fico (2004), as pesquisas mais sólidas sobre o golpe de 1964 podem ser inseridas em três correntes: a tentativa de teorização da Ciência Política, as análises marxistas e a valorização do papel dos militares. Para Alfred Stepan (1975), em estudo sobre os militares na política, as razões do golpe se inscrevem de maneira geral na falta de habilidade de João Goulart em reequilibrar o sistema político que vinha experimentando crises dentro do período da experiência democrática. Nesse contexto de crises, os militares participavam da deposição de governos e sua consequente transferência para outros grupos políticos, mas não assumiam o poder de forma efetiva; isto é, sua participação na cena política era moderada e pontual. Com a crise de 1964, o papel dos militares teria sofrido alteração, diante da crença da falha das instituições civis e na crença de uma possível ameaça comunista que poderia conduzir Goulart permanentemente ao poder. Assim, os militares passaram de uma participação “moderada” na cena política para um padrão efetivamente atuante com a crença de que estavam preparados para ocupação do poder (STEPAN, 1975).

Ainda na perspectiva da criação de modelos explicativos pela Ciência Política, Wanderley Guilherme dos Santos privilegiou o desempenho do Legislativo entre 1955 e 1966 (SANTOS, 1973b) e a instabilidade governamental entre 1961 e 1964 (SANTOS, 1973a). Nessa perspectiva, a polarização de interesses existentes no Congresso desencadeou uma crise de “paralisia decisória”, isto é, a radicalização de posição entre os agentes fragmentou os recursos do poder, contribuindo para um colapso do sistema político, uma vez que no interior dos partidos não se sustentavam os acordos políticos (SANTOS, 1973b). Nesse sentido, o golpe teria sido resultado do “emperramento” do

sistema político, associado à imobilidade do governo João Goulart de gerir essa polarização. Já Argelina Figueiredo (1993) recusa as teses de cunho determinista, ou seja, que defendem a inevitabilidade do golpe, seja pelas questões políticas, institucionais ou econômicas, assim como recusa a perspectiva de Dreifuss (1981) sobre a centralidade do golpe a partir do papel da “burguesia”. A autora, assim como Stepan (1975), defende a questão da radicalização da posição de João Goulart que esvaziou a possibilidade de apoio (FIGUEIREDO, 1993).

Na perspectiva marxista, Jacob Gorender (1987) privilegiou o estudo da esquerda e, de forma mais específica, a luta armada. Considerando os elementos arrolados no golpe, o autor aponta que privilegiar o esgotamento da substituição de importações na explicação do golpe toca de forma superficial na questão, visto que o processo econômico se reduziria a modelos de política econômica. Contudo, a crise econômica de 1962/1965 — considerando os grupos vinculados ao capital externo, bem como a proeminente burguesia industrial no Brasil — exigia uma postura de não concessão de direitos à classe trabalhadora e as reformas de base iriam na contramão desse processo, o que favoreceu a conspiração golpista entre esses agentes (GORENDER, 1987). Dito de outro modo, a combinação entre o estágio do capitalismo brasileiro e o avanço das esquerdas culminou no golpe. Toledo (1997) também coaduna com o ponto de vista de Gorender no tocante ao avanço da classe trabalhadora mobilizada pela atuação das esquerdas que vinha crescendo e consolidando poder na cena política. Para o autor, o golpe de 1964 se deu contra o governo João Goulart e as reformas que ele propunha.

Dreifuss (1981) também adota a análise marxista, porém privilegiando a perspectiva gramsciana. Para o autor, o domínio do capital multinacional associado na política brasileira não possuía representação política correspondente, o que levou este grupo a organizar “grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocráticos empresariais, com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão em nível do governo” (DREIFUSS, 1981, p. 104). Nesse sentido, o complexo IPES/IBAD teria funcionado como um partido desse grupo, organizando de maneira calculada a sua chegada ao poder.

Daniel Aarão Reis Filho (2001) também concorda com esta perspectiva de que o golpe veio para reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco de poder que foi favorecido pelo forte movimento de articulação para derrubada de Goulart por grupos

heterogêneos. Soma-se a isso o compartilhamento da preocupação desses agentes ao protagonismo que a classe trabalhadora vinha adquirindo no período da experiência democrática (REIS FILHO, 2001). No tocante à sua observação sobre a análise de Dreifuss, Reis Filho observa uma superestimação do bloco de poder em conduzir o processo histórico e que a classe média não era passiva ao projeto difundindo pelo complexo IPES/IBAD. Para o autor, a possível perda de seus privilégios a partir das pressões das classes trabalhadoras fez a classe média apoiar o golpe; reitera, ainda, que de fato o golpe foi civil-militar, mas com predominância do papel dos militares com ocupação de cargos-chave (REIS FILHO, 2001).

Sejam as mudanças experimentadas no Brasil por conta da estrutura do capitalismo, a crise das instituições, a articulação do empresariado em torno do IPES, as incertezas que representavam o governo João Goulart, o avanço da classe trabalhadora, bem como o papel dos militares, tais elementos fornecem ingredientes para análise e reflexões da complexidade que envolve as questões do período (FICO, 2004). Pensar o golpe implica lançar olhar tanto para o contexto micro quanto macro, e observar que todos contribuíram de certa forma para esse processo histórico. A corrupção se apresenta como um elemento dentro dessa estrutura maior, mas que também contribuiu para legitimar esse período tão caro à história do país.

4.3.2 A bandeira anticorrupção

Na análise do material empírico, encontramos casos de corrupção pontuais envolvendo determinados agentes públicos ou governo. Contudo, foi recorrente a indicação por agentes do governo militar da existência da corrupção como um dos principais males do país. A necessidade de moralização das instituições públicas orbitava os discursos contra a corrupção. No cenário pós-golpe, chamado por seus defensores de “Revolução”, a corrupção foi acionada como argumento para fortalecê-lo. Podemos observar isso na matéria intitulada: “Costa e Silva: A Revolução visa a moralização das instituições” (O GLOBO, 11/08/1964, p. 6).

O Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva, concedeu entrevista coletiva à imprensa, ontem, respondendo a um questionário que lhe foi apresentado. A primeira pergunta foi se o Comando Supremo da Revolução visará também à moralização das instituições e se haverá confisco de bens ilícitos. Respondeu o Ministro: “Sim, o comando supremo da Revolução visa à moralização das instituições, porquanto o movimento iniciado em 31 de

março de 1964 é uma revolução autêntica. Quanto ao confisco de bens ilícitos, respondo que só se pode considerar a existência de bens ilícitos depois de provas inconcussas de fato. (O GLOBO, 11/08/1964, p. 6).

Na fala do ministro da Guerra, General Costa e Silva, que viria a assumir a presidência após Castelo Branco, é afirmado que “moralização das instituições” é objetivo da Revolução e que esta, apesar de se constituir a partir de um golpe antidemocrático, era uma Revolução autêntica. A questão de confisco de bens ilícitos também demonstra que haverá investigação por parte do comando da Revolução para a sua averiguação.

Também é identificado no discurso do golpe uma associação entre corrupção e comunismo, inicialmente com algumas ponderações; todavia, gradativamente passou-se a observar uma construção quase sinônima dos termos, ou seja, onde havia comunismo havia corrupção e vice-versa. Logo, combater o comunismo também era combater a corrupção.

Na matéria abaixo na CPI que investigava irregularidades no Departamento de Correios e Telégrafos podemos evidenciar essa relação.

Funcionário denuncia na CPI subversão e corrupção de ex-dirigentes do DCT.

Com todas as acusações documentadas, o sr. Aquiles Dill Gomes, funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, reafirmou ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a infiltração comunista e os escândalos naquele órgão, que muitos dos servidores e chefes que se valeram de suas funções para enriquecer e implantar ali a sua ideologia, durante a administração do Coronel Dagoberto Rodrigues, estão servindo a atual administração em postos importantes.

[...]

Lembrou que suas acusações são anteriores à vitória da Revolução Democrática: começou-as em outubro de 1962 quando foi afastado da chefia da agência da Avenida Rio Branco por ter se recusado a atestar que ali tinham sido realizadas obras orçadas em vários milhões de cruzeiros, pois na verdade elas não passaram de simples pinturas e pequenos reparos. Foi afastado pelo sr. Dalmo Gaspar, diretor regional do DCT, contra a qual entre outras irregularidades aponta as de ter nomeado como tesoureiras sua esposa e a irmã do coronel Dagoberto.

[...] Sustentou ainda o sr. Dill Gomes que a direção do DCT era uma autêntica quadrilha organizada para roubar e comunizar o órgão. (O GLOBO, 12/05/1964, p. 6).

As práticas irregulares apontadas datam ainda do governo João Goulart e são caracterizadas como: enriquecimento a partir do cargo público, superfaturamento de obras, favoritismo e nepotismo. Esse conjunto de práticas se inserem no comprometimento da administração pública e nessa perspectiva consideradas corrupção,

caso houvesse comprovação. Na matéria não é citada a evidência das acusações. Essas práticas aconteceram no DCT e seria promovida por uma quadrilha de comunistas, segundo o depoimento. “Roubar e comunizar o órgão” era o objetivo do grupo que ocupava o DCT, segundo o depoente, durante a gestão de Coronel Dagoberto Rodrigues no governo João Goulart. Este atuou na resistência ao golpe e ficou exilado do país devido à perseguição do regime.

Dias depois, em matéria de página inteira, o jornal *O Globo* afirma que o Brasil despertou a tempo:

O Brasil despertou a tempo

Há muito tempo a imprensa democrática vinha denunciando a infiltração comunista nos sindicatos, nos campos, nas organizações estudantis, nas forças armadas e no próprio governo. As provas sucediam-se nas greves frequentes em todos os setores de atividades, na indisciplina cada vez maior nos escalões inferiores das forças armadas, nas posições assumidas pelo Brasil diante das questões internacionais.

O governo, entretanto, negava peremptoriamente que houvesse tal infiltração, quando era evidente que o próprio sr. João Goulart facilitava aos comunistas a tomada, cada vez maior, de posições nos ministérios, nas autarquias, nos sindicatos, nas forças armadas e nas organizações estudantis.

A verdade é que existia mais do que simples infiltração, minuciosa preparação comunista para o golpe final e tomada do poder. E havia também devastadora corrupção minando as energias do país e tornando insuportável a vida das classes menos favorecidas, roubando o bem-estar dos trabalhadores e destruindo o futuro dos estudantes brasileiros.

Hoje, com a vitória da revolução democrática, o que se vê é que o Brasil se livrou a tempo de uma negra tragédia, de um verdadeiro banho de sangue. (O GLOBO, 16/05/1964, p. 1).

Como visto acima, é possível verificar a constante preocupação com uma possível “infiltração comunista”. Nos discursos contra o comunismo o mesmo não é especificado, ele aparece associado a organizações de sindicatos, movimentos estudantis e camponeses. O teor dos ideais comunistas não é evidenciado. Também é apontado o apoio de Goulart aos comunistas com sua alocação em cargos importantes do governo. Goulart e os comunistas então seriam cúmplices na articulação para a tomada de poder. Soma-se a isso a presença da corrupção como o elemento responsável por comprometer a vida dos trabalhadores e estudante brasileiros. Foi contra essas questões que a “revolução democrática” emergiu acordando a tempo o Brasil.

Na matéria seguinte há uma associação direta entre o governo Goulart, o comunismo e a corrupção.

O verdadeiro grande crime do governo João Goulart contra os trabalhadores e camponeses brasileiros não tinha nenhum fundamento ideológico. Sua absoluta complacência diante da corrupção e da infiltração comunista nos altos postos do governo não visava a qualquer transformação no país que pudesse melhorar a situação das classes menos protegidas. Seus motivos e de todos os seus comparsas na trágica farsa das “reformas de base” eram puramente egoísticos e impiedosamente nocivos aos interesses reais do trabalhador e do camponês.

[...]

O dinheiro dos institutos de previdência era usado pelo governo para enriquecimento fácil de seus protegidos, como o próprio presidente e seu famoso cunhado Leonel Brizola, para eleger novos amigos que garantissem o continuísmo da corrupção para facilitar aos parentes, aos amigos e correligionários graduados do próprio presidente, uma vida nababesca e polpudos depósitos bancários no exterior. O Fundo Sindical, por sua vez, pagava viagens políticas [...], pagava banquetes e churrascos, homenagens e comícios [...].

E os líderes comunistas situados nas direções dos órgãos e nos sindicatos, diferiam dos outros, dos que eram só corruptos? Não. Os líderes comunistas também mergulhavam fundo suas mãos no dinheiro dos trabalhadores — nos Institutos e no Fundo Sindical. E com ele gozavam a vida, moravam bem, vestiam bem, divertiam-se bem. Como comunistas realizavam as promessas do comunismo, mas só para si mesmos, com os recursos que roubavam aos outros, que ficavam apenas com as promessas.

Nunca trabalhadores e camponeses foram tão miseravelmente enganados. A esses mesmos trabalhadores e camponeses pode-se agora contar uma história nova e justas esperanças. A Revolução de 1º de abril foi feita para devolver-lhes o que lhes estava sendo roubado pelos dois mais terríveis abutres que podem atacar a justiça social e o bem-estar do povo — a corrupção e o comunismo. (O GLOBO, 16/05/1964, p. 4).

A citação aponta para a complacência de Goulart com a corrupção e o comunismo, sendo as reformas de base consideradas uma farsa para prejudicar o trabalhador brasileiro. Também é exemplificado como funcionava a prática da corrupção no governo através do enriquecimento ilícito oriundo dos Institutos de Previdência para os protegidos do presidente, bem como para elegê-los. O dinheiro do Fundo Sindical pagava viagens políticas, banquetes, churrascos, homenagens e comícios. E nesse contexto os líderes comunistas que ocupavam as direções desses órgãos também se beneficiavam da corrupção. Assim, corrupção e comunismo são colocados como os grandes males do país.

Em discurso em junho de 1964, Castelo Branco afirma que o governo anterior se constituía por mentiras e corrupção.

Se muito fizestes pela causa da Revolução, ainda muito mais tendes a fazer para que o Brasil, livre de todos os males que o abalaram, encontre meios para impedir que retornemos ao regime de mentira e corrupção e para a prática em toda a sua plenitude da verdade democrática [...] Sei que a Revolução tem aqui um de seus mais aguerridos bastiões para levar a cabo a

imensa tarefa que lhe cabe, tarefa que, sem dúvida, há de se afirmar pela destruição de privilégios de toda sorte que embaraçam o verdadeiro progresso social do país. Agora, toca-nos reerguer uma nação arruinada pela corrupção e enganada pela demagogia. Há, porém, que repor pedra sobre pedra. E hoje, revestidos da normalidade de seus deveres e prerrogativas, aqui está o chefe do poder nacional para vos expressar o apreço do governo federal. (O GLOBO, 16/06/1964, p. 6).

Novamente a corrupção é apontada como um dos grandes males do Brasil e que o governo de João Goulart era um regime de corrupção. Regime este que arruinou a nação através da corrupção, e que a “revolução” veio para repor “pedra sobre pedra”, para “reerguer” a nação”. Havia, portanto, muito a ser feito pelo Brasil. Em 30 de junho de 1964, o jornalista Mozart Monteiro escreve artigo para o jornal *O Globo*, intitulado “Comunismo e corrupção”.

No desventurado governo de Goulart, quando Carlos Lacerda, aparentemente só, como se estivesse num deserto de homens e de ideias, apontava os males da República e os perigos que ameaçavam a própria pátria, seus adversários e céticos diziam: “— Para ele todo mundo no Brasil é comunista”, e diziam também “— Para ele todo mundo é ladrão”. A campanha governamental contra o governador da Guanabara, cada dia mais forte e menos escrupulosa, estava a caminho de tirar-lhe tudo: o mandato, a liberdade e a vida. Afinal, quando Lacerda parecia um morto e a pátria já perdida, ocorreu o milagre da Revolução. Caiu sem sangue o regime de Goulart. E agora, depois de 3 meses — por meio de inquéritos, sindicâncias, devassas de todo gênero — a revolução está provando com milhares e milhares de documentos e centenas e centenas de testemunhas que havia mais corruptos e mais comunistas no Brasil do que Lacerda poderia imaginar.

O comunismo e a corrupção estavam em toda parte. Onde não havia comunistas havia ladrões e onde não havia ladrões havia comunistas. Indivíduos que fossem comunistas e ao mesmo tempo ladrões — eram relativamente poucos; porque o verdadeiro comunista quase nunca é ladrão. [...] (O GLOBO, 30/06/1964, p. 13).

O golpe é entendido como uma “revolução”, como um “milagre” que salvou o Brasil dos males da corrupção e do comunismo. Lacerda teria um grande papel em denunciar, todavia teria sido desacreditado. Mas a “revolução” havia mostrado que ele estava certo. Corrupção e comunistas estavam em toda a parte e somente a “revolução” poderia contê-los. A matéria continua:

Os dois maiores motivos da revolução de 31 de março são o aniquilamento do comunismo e da corrupção. O que é comunismo? Não é preciso responder; porque toda parte a gente sabe, ou pensa que sabe. Que é corrupção? Nem os chefes, nem os teóricos do movimento revolucionário ainda o disseram, mas o termo corrupção (usado pelos revolucionários sem adjetivo) tem sentido amplo, incerto e vago. Numa revolução realmente dura (te) a nossa por enquanto está longe disso, o vocábulo corrupção poderia levar os culpados desde uma prisão suave até ao fuzilamento e à forca.

Corrupção pode ser uma porção de coisas ruins: suborno, prevaricação, desmoralização, desonestidade no trato com os dinheiros públicos, negociismo e malversação desses dinheiros, enriquecimento ilícito, tráfico de influência etc. Ora, tudo isso pululava no governo deposto (O GLOBO, 30/06/1964, p. 13).

Nesse trecho fica evidente que o combate à corrupção foi uma das bandeiras do golpe, e o próprio texto adota os termos “amplo, incerto e vago” para referir-se ao fenômeno, mas que pode ser considerado uma porção de coisas ruins como “suborno, prevaricação, negociismo, malversação de dinheiro, enriquecimento ilícito, tráfico de influência”. Esse conjunto de práticas comporia o universo da corrupção e elas estariam presente no governo João Goulart. O jornalista também cita um dos pronunciamentos do presidente Castelo Branco para referenciar a associação entre comunismo e corrupção.

Discursando perante a Assembleia Legislativa de Pernambuco, disse o chefe supremo da revolução, Marechal Castelo Branco: “Agora toca-nos reerguer uma nação arruinada pela corrupção e enganada pela demagogia. Há, porém, que repor pedra sobre pedra”. O Marechal diz aí o máximo acerca da corrupção, chegando ao ponto de afirmar que ela arruinou o país. Entretanto, mais adiante, no mesmo discurso, faz um asserto que talvez ninguém tenha feito antes: “Desde 1946, o comunismo brasileiro passou a ser um fator da corrupção nacional”, o presidente da República (chefe da revolução) assevera, portanto, que há 18 anos o comunismo e a corrupção combinados, conjugados e unidos — vinham arruinando o Brasil. E acentuando, ainda mais, o entrosamento do comunismo com a corrupção, neste país, o Marechal, um pouco adiante, neste mesmo discurso, emprega a expressão “corrupção comunista” (O GLOBO, 30/06/1964, p. 13).

Nesse trecho comunismo e corrupção passaram a compor-se um com o outro, configurando a “corrupção comunista” e, como resultado, sendo o Brasil por eles arruinado. Na fala do presidente e na perspectiva do jornalista nesse extenso artigo para o jornal, somente a “revolução” seria capaz de resolver o problema, coadunando também com o posicionamento do jornal como apoiador do golpe de 1964.

4.4 Denúncias de corrupção no governo João Goulart

As denúncias de corrupção no governo João Goulart estavam relacionadas a ele e aos agentes que ocupavam a administração pública no período de seu governo. Houve investigação para levantamento dos bens do presidente deposto, que foram arrolados na matéria a seguir:

Informações divulgadas por autoridades militares confirmaram investigações tornadas públicas, nos primeiros dias de maio, a respeito das propriedades do sr. João Goulart. Segundo estas notícias, o presidente depositeu tem 106.832 hectares de propriedades rurais e um total de 56.593 metros quadrados de lotes de terreno também em vários Estados.

Tem também 34.400 cabeças de gado, 14.700 ovelhas e mais de 900 cavalos. Sua frota de veículos é a seguinte: dez caminhões Chevrolet, quatro Scania Vabis, três Mercedes, um FNM, uma “pick-up” Willys, seis Jipes, dois automóveis Chevrolet, uma Kombi, um Volkswagen e um Aero-Wylls.

[...]

Entre outros bens declarados [...] um apartamento no Edifício Chopin, na Avenida Atlântica, um apartamento na Avenida Rainha Elizabeth e um conjunto de salas na Av. Presidente Vargas. Possui ainda um avião, lancha com motores, cinco milhões de cruzeiros em joias e um saldo de 46 milhões depositado em bancos (O GLOBO, 25/06/1964, p. 6).

De acordo com a própria matéria, os bens arrolados foram declarados pelo ex-presidente, o que não poderia inicialmente configurar enriquecimento ilícito, uma vez que João Goulart provinha de família de produtores de gado no Rio Grande do Sul e como empresário também fez fortuna nesse ramo. De maneira geral, as denúncias que compreenderam o governo João Goulart envolviam estatais, empreguismos, favorecimento e fundos sindicais que estariam envolvidos em práticas corruptas e de subversão. Em matéria sobre a rede ferroviária no Nordeste, intitulada “Inquérito confirma: corrupção e subversão dominavam a RFN”, é afirmado que aquelas ferrovias foram transformadas em antro de corrupção e subversão. Vejamos:

Informaram os coordenadores que o ex-diretor da Rede Ferroviária do Nordeste, sr. Almir Braga, elemento corrupto sob todos os aspectos, estava mancomunado com o presidente do Sindicato dos Ferroviários da RFN, sr. Cláudio Braga, que era um agente altamente subversivo, insuflador de greves, da corrente de Francisco Julião e que se exilou no México. O sr. Almir Braga desviou, por mera solicitação do sr. Cláudio Braga, as quantias oriundas do recolhimento do imposto sindical entregando-as ao Sindicato, logo depois, como ficou provado, o beneficiário solicitou “perdão” da dívida, sob alegações diversas, o que foi autorizado pelo sr. Almir Braga. Em seguida o Sindicato, por intermédio do sr. Cláudio Braga e seu tesoureiro, emitiu um cheque para pagamento contra sua conta-corrente no Banco do Brasil à RFN. O cheque ao portador foi recebido pelos próprios emitentes, conclusão a que se chegou pela praxe adotada pelo banco de exigir a assinatura no verso do cheque dos recebedores. A importância da transação foi de 2 milhões e 500 mil cruzeiros. Conclusão: a ferrovia emprestava dinheiro, depois perdoava a dívida enquanto o beneficiado providenciava sua “quitação”, emitindo e recebendo o cheque. O sr. Almir Braga, foragido e responsável por irregularidades de toda a sorte, que ainda se estão apurando (O GLOBO, 13/06/1964, p. 10).

Segundo o relato, a partir do inquérito para investigar irregularidades na rede ferroviária, a relação entre a RFN e o Sindicato dos Ferroviários do Nordeste funcionou

da seguinte forma: A RFN, na figura de seu diretor, sr. Almir Braga, desviou a quantia de 2 milhões e 500 mil do imposto sindical e repassou ao sindicato por solicitação de seu presidente, sr. Cláudio Braga. Essa prática configurou um empréstimo e/ou adiantamento da RFN ao Sindicato a partir do imposto sindical. O sindicato, por sua vez, solicitou o perdão da dívida que foi autorizada pelo presidente da RFN. Na outra ponta, o mesmo sindicato emitiu a quantia para pagamento à RFN, que foi recebido pelo próprio presidente do sindicato, mas a dívida já estava perdoada, sendo o cheque descontado em conta pessoal do presidente do sindicado, sr. Cláudio Braga.

No curso das investigações envolvendo o governo deposto, é apontada a existência de “empreguismo e corrupção”. De acordo com a matéria, tais práticas “dominavam o governo deposto”.

O volumoso material recolhido nos palácios presidenciais e que está sendo analisado pelas autoridades revela que a preocupação da equipe governamental, no período Goulart, desde o próprio presidente deposto à auxiliares de menores categorias, era usar o empreguismo, a corrupção e o tráfico de influências em proveito próprio e para atingir seus objetivos políticos. Encontraram as autoridades numerosas minutas de decreto criando cargos nas autarquias da previdência social, no Departamento de Imprensa Nacional e nos órgãos da administração indireta. O sr. Darci Ribeiro, então chefe da Casa Civil, só de uma feita indicou oitocentas pessoas para o SAPS, em papel oficial e com sua rubrica em todas as folhas (O GLOBO, 30/06/1964, matutino, p. 12).

A denúncia observa a criação de grande quantitativo de cargos públicos que seriam destinados a pessoas com alguma proximidade com os agentes do governo. Chama a atenção o total de 800 indicações por Darci Ribeiro para o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado no governo Vargas com o objetivo de oferecer alimentação aos trabalhadores a um preço acessível através de restaurantes populares. A matéria também aponta para a existência de acumulação de cargos públicos.

A regra geral era: muitos empregos e pouco e nenhum trabalho. Ficou constatado que na Casa Civil da Presidência, várias pessoas requisitadas tinham dois e até três empregos públicos. O sr. Osvaldo Hebert Gusmão, ex-subchefe, além da função, tinha empregos no Ministério da Educação, no do Trabalho e na Companhia Siderúrgica Nacional. Também a Senhora Iara Vargas era funcionária do Estado e do Ministério da Educação. Fora requisitada de setembro de 1963 e teve frequência integral abonada em seu boletim de junho a dezembro daquele ano. Também Avelar José Roberto, motorista do IAPETC e do SAMDU, não abriu mão desses empregos ao ser nomeado para a Caixa Econômica em Brasília. Foi encontrado um documento em papel oficial da Presidência no qual um auxiliar do sr. Goulart

determinava ao sr. Pinheiro Neto, da SUPRA, para que desse um emprego a José Bonfim dos Santos, trabalhador do sítio “Capim Melado”, do ex-presidente. Há uma carta na qual uma senhora pedia ao menino João Vicente, filho do sr. João Goulart, que intercedesse para recondução ao posto de ministro do Superior Tribunal do Trabalho, o sr. Afonso Teixeira Filho (O GLOBO, 30/06/1964, matutino, p. 12).

De acordo com a matéria, os agentes acumulavam cargos mas não compareciam para trabalhar. A manutenção de cargos em ministérios e localidade diferentes, ter o ponto de trabalho integral sem ainda ser nomeado para tal, bem como solicitação para empregar trabalhador do sítio do presidente, constam na denúncia que configura o uso do cargo público para maximizar ganhos e favorecer os indivíduos a partir de relações pessoais. A finalidade política também é denunciada na matéria.

O presidente da Confederação dos Servidores Públicos, sr. Carlos Taylor, pediu e obteve do sr. João Goulart um milhão de cruzeiros “para desenvolver no seio da classe ampla campanha de esclarecimento sobre as Reformas de Base. O dinheiro saiu da “caixinha” controlada pelo sr. Darci Ribeiro e formada pelas diferenças dos preços da gasolina e óleos combustíveis. Mas no recibo que passou o sr. Taylor assinala que a importância “é para auxiliar a entidade no cumprimento das suas finalidades sociais” (O GLOBO, 30/06/1964, matutino, p. 12).

A criação de uma “caixinha” se daria a partir de valores oriundos dos preços da gasolina e óleos combustíveis. O valor arrecadado contribuía para organização de campanha junto aos trabalhadores para esclarecimento das Reformas de base, mas utilizando como justificativa o cumprimento de responsabilidades sócias.

Ainda no curso do governo João Goulart se faz necessário observar o papel dos empreiteiros em práticas arroladas como corrupção no período. Samuel Wainer, em suas memórias sobre o Jornal *Última Hora*, indica a forte relação entre imprensa e empreiteiros e, de forma particular, sua relação com João Goulart.

Como já disse nessas memórias, não é possível escrever a história da imprensa brasileira sem dedicar um vasto capítulo aos empreiteiros. Não se trata, insisto, de uma exclusividade nacional — desde os tempos do império romano os responsáveis pela execução de obras públicas mantêm relações especiais com os donos do poder.

No governo João Goulart me aproximei desses homens mais que em qualquer outra época. Isso me permitiu conhecê-los melhor, e também, assegurar à minha empresa dois anos de prosperidade.

Alguns meses depois de assumir o cargo, Jango convocou-me para dizer que não tinha confiança no homem que encarregara de fazer a ligação entre o PTB, principal partido no esquema de sustentação ao governo, e os empreiteiros que financiavam o partido. Chamava-se Caio Dias Batista o encarregado de fazer o esquema funcionar. O esquema só devia envolver

gente absolutamente confiável, porque nenhuma quantia era contabilizada, nada era oficial. Como Jango deixara de confiar em Caio Dias Batista, resolvera substituí-lo. Nessa conversa, o presidente se declarou preocupado com o caixa do partido. Creio que ele já pensava também no caixa do governo e no dinheiro que financiaria um possível contragolpe destinado a antecipar-se a alguma tentativa de golpe de Estado. Jango me convidou para a missão. Aceitei. O esquema era simples. Quando se anunciava alguma obra pública, o que valia não era a concorrência. Todas as concorrências já vinham com cartas marcadas, funcionavam como mera fachada. Valiam, isto sim, os entendimentos prévios entre o governo e os empreiteiros, dos quais saía o nome da empresa que deveria ser contemplada na concorrência. Feito o acerto, os próprios empreiteiros forjavam a proposta que deveria ser apresentada pelo escolhido. Era sempre uma boa proposta. Os demais apresentavam propostas cujas cifras estavam muito acima do desejável, e tudo chegava a um bom termo. Naturalmente, as empresas beneficiadas retribuía com generosas doações, sempre clandestinas, à boa vontade do governo.

Nunca participei desses entendimentos preliminares. Minha tarefa consistia em, tão logo se encerrasse a concorrência, recolher junto ao empreiteiro premiado a contribuição de praxe. Não se aceitavam cheques, o pagamento vinha em dinheiro vivo. Uma vez por mês, ou a cada dois meses, eu recolhia as doações dos empreiteiros em visitas ao advogado que os representava.

Eu poderia ter ficado multimilionário entre 1962 e 1964. Recolhia montes de cédulas que acomodava em malas. Os pagamentos sempre vinham em dinheiro vivo. E eram malas no sentido estrito, algumas do tamanho de um baú. Intocadas, aquelas fortunas seguiam para o sítio de João Goulart. Se eu não tivesse escrúpulo nenhum, bastaria ter subtraído parte de cada coleta.

Nunca agi assim. Hoje, sinceramente, me arrependo de tais pudores. Em determinados negócios, é verdade, recebi quantias consideráveis, que correspondiam à minha participação nas etapas anteriores ao acerto final. Mas sempre apliquei essas verbas na Última Hora, jamais as utilizei em proveito próprio. Eu poderia ter ficado multimilionário, repito. Não fiquei. (WAINER, 1988, p. 237–238).

No relato de Wainer é narrada a prática de corrupção que não veio a público, sendo, portanto, uma “corrupção que deu certo”. No trecho é apontado o esquema de concessão de obra pública através de um teatro de critérios de imparcialidade, quando na verdade antes da concorrência pública já estava definida a empresa ganhadora que participava de uma disputa com outras empresas que já sabiam que não ganhariam, que estavam ali para compor o “esquema”. As empresas vitoriosas então repassavam “generosas doações” e clandestinas ao governo. Wainer recolhia o dinheiro em espécie para que não fosse deixado rastro e encaminhava ao sítio de João Goulart. Se evidencia assim todo um esquema com conhecimento e articulação do presidente.

O jornalista também afirma que os comícios da Reformas de Base também foram financiados por empreiteiros.

Nesse período, os empreiteiros procuraram, com sucesso, consolidar e ampliar seus vínculos com o governo. Passaram, por exemplo, a patrocinar comícios — o famoso Comício das Reformas de Base realizado em 13 de

março de 1964, por exemplo, teve despesas pagas por um grupo de empreiteiros. Os gastos com o evento atingiram proporções extraordinárias. Às vésperas da votação de alguma lei cuja rejeição ou aprovação interessava aos empreiteiros, pequenas fortunas influenciavam o comportamento de deputados e senadores ligados ao governo. Como o ministro da Viação, Hélio de Almeida, um homem irretocavelmente honesto, jamais admitiu participar de falcaturas. O mapa da mina deslocou-se para os escalões intermediários, e então cresceram a importância e o peso de instrumentos como o Última Hora, um jornal cujo franco acesso ao poder poderia favorecer a promoção, ou precipitar a demissão, de certos burocratas. Era compreensível que os empreiteiros me tratassem com muita consideração (WAINER, 1988, p. 238).

Nas memórias de Wainer é possível identificar a interferência de interesses privados atuando dentro da esfera pública e com a conivência de agentes da administração pública. João Goulart não foi acusado diretamente de práticas de corrupção, mas nos bastidores tal prática ocorria com sua articulação. Seria no caso a corrupção que deu certo, isto é, que não veio ao conhecimento público. A busca por não deixar vestígios como cheques ou transferências bancárias, o uso de dinheiro vivo estocado em malas, eram mecanismos que contribuíam para inviabilizar o processo. Também é possível observar o poder que tanto a imprensa quanto os empreiteiros tinham e como esses últimos conseguiam interferir nas decisões do Estado. A escalada dos empreiteiros que vinha se forjando desde o governo JK se potencializou no governo Jango e, como observa Campos (2018), os empreiteiros através de suas construtoras vão ocupar o Estado no período da ditadura civil-empresarial-militar.

No contexto pós-golpe, o discurso de combate à corrupção ganhou força e, como já observado, era direcionado ao grupo que foi deposto do poder. Do discurso passou-se para a busca pela instrumentalização prática do combate à corrupção na associação de que o golpe travestido de “revolução” era o caminho legítimo para este processo.

Em junho de 1964, o presidente da Comissão Geral de Investigações, Marechal Estevão Taurino de Resende, afirmou que estava em encaminhamento ao Congresso o projeto de lei que deixaria sob responsabilidade da justiça militar “processar e julgar os subversivos e corruptos”.

O projeto declara que compete à Justiça Militar processar e julgar os crimes contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social, e os atos de guerra revolucionária, a que se refere o artigo 8º do Ato Institucional, bem como os de corrupção ativa e passiva, apurados durante a vigência do mesmo Ato (O GLOBO, 29/06/1964, vespertino, p. 22).

Em fala de Adauto Lúcio Cardoso (UDN) na Câmara dos Deputados, é afirmado que os críticos do governo que estava atualmente no poder eram homens que viviam do dinheiro do povo. Por essa razão, o grupo que foi deposto do poder criticava a “revolução” em curso.

“São exatamente os grandes responsáveis pelo que de mau e lamentável tem ocorrido pelo país” e que seus pronunciamentos carecem de isenção e serenidade [...].

“— O que se ouve — disse — são as vozes dos usufrutuários do poder que da exploração dele tem tirado sua sobrevivência e sua carreira política, ou dos que, na longa e parasitária obra de absorção do dinheiro do povo, na demagógica exploração das necessidades e das esperanças dos humildes, cresceram e prosperaram à sombra do poder, como sócios da anarquia e cúmplices do saque, justificando-se, por isso, a sua decepção e o seu desespero” (O GLOBO, 27/11/1964, vespertino, p. 12).

A prática da corrupção foi de fato evidenciada no governo Jango, e os militares a mobilizaram como um instrumento político não somente para sua legitimação no poder, mas também como um instrumento de perseguição aos seus opositores.

Considerações parciais

Neste capítulo foi possível demonstrar que, ao se pensar nas circunstâncias do golpe de 1964, comunismo e corrupção foram elementos acionados para a sua justificativa. A corrupção foi acionada tanto no campo da direita quanto da esquerda nas disputas políticas, não sendo sua mobilização restrita a um único grupo. A plasticidade do uso do termo permitiu que o mesmo fosse acionado de forma generalizante.

No curso do governo Goulart as denúncias de corrupção não eram uma constante, o que nos levou a questionar se no universo do golpe o fenômeno de fato estava presente — assim como não estava presente de forma recorrente nos discursos militares no período que antecedeu o golpe. O que foi possível afirmar é que a corrupção entre a deposição de Goulart e o golpe foi acionada sob dois estatutos diferentes. O primeiro enquanto prática forjada durante o governo de João Goulart com a corrupção eleitoral através do financiamento de campanha realizada pelo complexo IPES/IBAB/ADEP, em que se buscou a composição parlamentar para desestabilizar o governo Jango.

O segundo estatuto evidenciado foi o do discurso presente no pós-golpe, que passou a atacar e a investigar Goulart e agentes de seu governo sob a bandeira

anticorrupção a fim de legitimar as ações daqueles que passaram a ocupar o poder. Tal bandeira também foi usada como justificativa para perseguir opositores políticos, como no caso JK.

Outro elemento importante para a compreensão do período foi a associação entre corrupção e comunismo como os responsáveis pelos problemas do Brasil, sendo necessário, portanto, o seu combate enérgico. Assim, gradativamente passou-se a fixar ao senso comum que combater um era também combater o outro, potencializando o discurso anticorrupção em composição com o discurso anticomunista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o fenômeno da corrupção exige certo fôlego, pois abarca uma infinidade de caminhos. Cada área do conhecimento, dentro de sua perspectiva teórica e metodológica, busca lançar um olhar para o fenômeno. Sendo uma discussão ampla e complexa, o diálogo entre distintas áreas nos fornece lentes para melhor compreensão do fenômeno.

Tomando os verbetes como um ponto de partida para demonstrar a dimensão da variação polissêmica, verificamos a quantidade de caminhos para os quais poderíamos direcionar a análise do fenômeno da corrupção. Mesmo compreendendo a complexidade de conceituação do termo, para o objetivo proposto nesta pesquisa, se fez necessário delimitar seu uso no âmbito da administração pública, a fim de se identificar as práticas consideradas irregulares nessa relação.

Situar o debate acadêmico e examinar o contexto macro que o fenômeno atingiu em nível internacional dentro da pauta liberal — ditando ações nas esferas nacionais e privilegiando os interesses do capital —, demonstram a seletividade no combate ao fenômeno. Tal seletividade já vinha sendo desenhada no âmbito brasileiro desde os anos 1950, antes da atenção internacional dada ao fenômeno, lembrando que nesse período o mundo vivia a experiência da Guerra Fria e o Brasil compunha o apoio ao lado do capitalismo ocidental norte-americano, quando o fenômeno da corrupção ainda estava em seu combate na esfera nacional e como moeda de pressão dentro do jogo político.

Observar a importância que o fenômeno veio adquirindo no curso do século XX, as teorias que buscavam explicá-lo, sua condução na história do Brasil, bem como pela historiografia, reforçam que o fenômeno veio se fortalecendo como instrumento nas relações políticas e também econômicas, mais do que necessariamente a preocupação com o seu combate efetivo.

Na análise de seus usos, que nesta pesquisa privilegiou seus diferentes estatutos - denúncia pública, argumento, discurso e prática - entendidos como arma política, ou seja, como instrumentos políticos na disputa pelo Estado, politicamente se pode evidenciar sua seletividade, tanto na manutenção quanto na eleição e derrubada de governos no Brasil no período analisado. No tocante à manutenção, o governo JK nos forneceu ingredientes para sua análise. Verificamos que as denúncias de irregularidades envolvendo a construção de Brasília datavam ainda do processo de licitação para o

projeto do plano piloto, em que a concorrência estaria ganha pela equipe de Niemeyer. Na verdade, o concurso demonstrou ser apenas uma formalidade burocrática.

As outras denúncias envolvendo malversação de recursos públicos referentes às obras e seu custo, bem como ao favorecimento de empresas e políticos da base aliada, surgiram alguns meses após a criação da Novacap e o início das obras. Essas notícias habitaram diversas matérias de jornal, principalmente entre 1957 e 1958, quando se iniciou as discussões sobre a criação da CPI da Novacap. Nesse sentido, as matérias revelaram certa dificuldade para a sua implementação, desde a obtenção de quórum até divergências entre apoiadores e oposição, que via na criação da CPI uma forma de parar as obras de Brasília por conta de disputas políticas. Nesse sentido, a UDN atuaria como a fomentadora de um fato político que visava enfraquecer o projeto de JK.

Por outro lado, evidenciou-se na construção de Brasília o favorecimento de empresas e mão de obra estrangeiras, cuja atuação estaria relacionada aos empréstimos do capital externo para a viabilização de Brasília e também às poucas empresas nacionais de empresários próximos a JK. A legislação da Novacap teceu terreno para a contratação de materiais e serviços sem transparência para a sociedade, além de permitir o favorecimento das poucas empresas nacionais que participaram das obras, em detrimento de outras — novamente por não haver concorrência pública que permitisse acompanhar o processo de escolhas.

Apesar das denúncias apontadas, estas não foram capazes, na ocasião, de culminar em imediata investigação das obras, contratos e serviços envolvendo Brasília e a Novacap. O momento favorável de seu governo permitiu certa “blindagem” a JK no tocante às denúncias de irregularidades. Os interesses políticos de distintos setores com força política dentro do Estado (partidos, forças armadas, imprensa) convergiram no apoio ao governo, tecendo uma “seletividade” no uso da *corrupção*. A CPI só avançou após a inauguração de Brasília, antes, sua constituição tramitou com morosidade dentro do Congresso em meio às disputas políticas. A CPI foi concluída sem “culpados” de malversação de recursos públicos. O governo JK, fortalecido por distintos segmentos, foi mantido, apesar das denúncias de corrupção.

Já em relação ao estatuto da corrupção, pensando-a como argumento político para eleição de governo, analisamos a trajetória e campanha de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960. Na construção de representações como a imagem e a música da vassourinha para varrer a corrupção, essa prática teve grande apelo popular.

Nesse período a corrupção já havia sido “consagrada” como um problema público na representação social, já habitava o senso comum como algo que prejudicava o interesse coletivo; assim, combatê-la estava na agenda do dia. Essa lógica foi muito bem explorada por Quadros, que se elege sob essa bandeira.

No período estudado, Jânio Quadros foi o candidato que acionou o combate à corrupção para se eleger. Sua trajetória e campanha não se reduziram a apenas essa questão, mas para esta pesquisa este elemento fornece ingredientes para analisar a corrupção no período. Nas matérias o termo corrupção apareceu pontualmente, mas as falas e discursos remetiam a práticas que o Código Penal do período entendia e criminalizava como corrupção. Analisar sua campanha permitiu compreender como a noção de uma moralidade pública estava fixada na representação social daquele período e como a bandeira anticorrupção teve uma adesão social que projetou Jânio Quadros ao poder.

O símbolo da *vassoura* capitaneava a limpeza esperada na administração pública, que, com o apoio de diferentes grupos, principalmente da UDN, foi bastante explorada a ponto de se criar uma associação direta entre a *vassoura* janista e o combate à corrupção. Ao examinarmos a trajetória de Jânio Quadros e suas alianças políticas, verificou-se como o discurso anticorrupção contribuiu para a sua eleição com o apoio do grupo golpista que também levantava tal bandeira. A forma como os grupos que apoiaram Jânio Quadros se acomodaram no poder nos permite compreender como a corrupção foi mobilizada para a ascensão desses grupos ao Estado.

Por fim, quando se pensa a mobilização da corrupção para a derrubada de governos, examinamos a derrubada de João Goulart. Ao se pensar o golpe de 1964, no período os conceitos de comunismo e corrupção eram elementos mobilizados como nocivos, sendo necessário combatê-los. Na literatura se indicava a corrupção como um elemento justificador do golpe. No primeiro momento da pesquisa se privilegiou entender o lugar da corrupção na deposição de João Goulart. Acreditava-se encontrar a “corrupção” nas denúncias que antecederam o golpe, mas não foi isso que aconteceu. Na outra ponta, procurei então entender o lugar da corrupção no discurso dos militares, uma vez que foram agentes que tiveram protagonismo no golpe e se viam como capazes de conduzir os rumos do país. Foi minha segunda frustração, pois, anterior à deposição de Goulart, as falas na imprensa, vindas dos militares, eram pontuais e generalistas. Não

encontrar a recorrência do discurso anticorrupção na deposição de Jango me trouxe grande inquietação, pois confrontava com o que a literatura apontava.

Sendo assim, pôde-se então evidenciar o uso da corrupção no período sob dois estatutos diferentes: enquanto prática e enquanto discurso. O primeiro, portanto, enquanto prática construída durante a gestão de João Goulart com a corrupção eleitoral, através da interferência no resultado das eleições de 1962 para a composição do Congresso. Financiados pelo complexo IPES/IBAB/ADEP, se buscou a composição parlamentar para desestabilizar o governo Jango. A evidência do quantitativo de recursos para financiar opositores de Jango resultou numa Comissão Parlamentar de Inquérito que constatou tal prática, levando a extinção do IBAD e da ADEP.

O segundo estatuto analisado, como mencionado, foi o do discurso. Como no curso do governo Jango ele não estava especificado, ampliei o eixo de análise para o pós-golpe, privilegiando a forma como aqueles que ocupavam o poder se relacionavam com a questão da corrupção. Verificou-se então que o discurso e práticas pós-golpe passaram a atacar o governo anterior com investigações, denúncias, discursos e criação de documentos oficiais pautados na bandeira anticorrupção. Foi então que ficou claro que a bandeira anticorrupção estava presente no discurso do golpe, não como argumento para derrubar Goulart, mas para legitimar as ações daqueles que passaram a ocupar o poder.

Também se verificou o uso da máquina do Estado para perseguir opositores políticos acionando o discurso da corrupção. Isso se verificou principalmente com a cassação de mandatos, em específico o de Juscelino Kubitschek. Retirá-lo da cena pública, sob um argumento generalista de punir corruptos, inviabilizou sua candidatura às eleições presidenciais de 1965, em que era o candidato favorito ao ganho do pleito. Não se apresentavam investigações aprofundadas, antes, usava-se o discurso anticorrupção de forma plasticizante, o que reforça seu uso para fins políticos.

Outra questão que se verificou na pesquisa foi como, gradativamente, se buscou associar comunismo e corrupção. No contexto da Guerra Fria o comunismo era acionado como constante ameaça, e a corrupção, ao ser acionada como um dos males do país, passou a compor lugar junto a ele, figurando ambos como os responsáveis pelos problemas do país. Esse discurso não se deu de forma imediata: antes do golpe o comunismo já estava presente; no pós-golpe a corrupção, que era um elemento mais pontual, passou a ganhar força no discurso e na prática dos militares de tal forma que

comunismo e corrupção muitas vezes eram acionados juntamente nos discursos. Dessa forma, passou-se gradativamente a se fixar no senso comum que combater um era também combater o outro, permitindo uma adesão desse duplo entendimento junto à sociedade civil que apoiava a legitimidade do golpe.

Nesta pesquisa pôde-se verificar que o fenômeno na corrupção foi construído como um problema público e direcionado para uso político. Mesmo reconhecidamente constituída como problema público, a preocupação não residia no seu combate efetivo, mas na ilusão do seu combate diante da sociedade, mascarada pelos interesses políticos. Dito de outra forma, a corrupção era acionada quando era interessante, oportuna, de forma generalizante, buscando esvaziar ou fortalecer o capital político de agentes situados em campos opostos de atuação.

No contexto da história do Brasil recente, observou-se que nos anos 1950 e 1960 foi inaugurada uma espécie de *modus operandi* no uso seletivo da corrupção como arma política. Essa prática tem sido evidenciada na contemporaneidade, como se verificou com a Operação Lava Jato e no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em que se instrumentalizou a corrupção para afastar o grupo político eleito democraticamente através do golpe de 2016. Também se verificou a politização do judiciário e do sistema de justiça como um todo, em analisar seletivamente casos de corrupção.

Cabe enfatizar, portanto, que não se pode descolar os acontecimentos no Brasil recente da esfera internacional. A agenda de combate à corrupção implementada em nível macro é uma resposta aos interesses do capital que forjou uma agenda não para o combate efetivo da corrupção, mas para acioná-la a partir dos seus interesses políticos e econômicos. Como pôde-se observar, a corrupção foi construída como uma “moeda” para legitimação de práticas e intervenções no jogo político. Por estar fixada no senso comum como um problema público, aqueles que usam o discurso para combatê-la adquirem apoio social. Assim, os interesses dos que se dizem porta-vozes da bandeira anticorrupção a acionam politicamente sob o discurso de seu combate efetivo. A corrupção então adquire seletividade na sua mobilização, se convertendo em importante arma política na disputa pelo Estado.

Neste sentido, esta pesquisa busca contribuir para os estudos do fenômeno da corrupção no âmbito da historiografia, ao demonstrar seus diferentes usos como arma política e também indicar que o discurso de combate à corrupção na justificativa do golpe de 1964 residia muito mais no pós-golpe, para legitimá-lo, do que no contexto

que o antecedeu. A literatura indica sua mobilização no contexto que o antecede, mas na demonstração da análise nesta pesquisa se verificou seu uso de forma recorrente no discurso pós-golpe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 FONTES

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 07 de mai. 2022.

BRASIL. **Ato Adicional n. 4, de 2 de setembro de 1961**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. **Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto 3.678, de 30 de novembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3678.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto 4.410, de 7 de outubro de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4494-18-janeiro-1922-545132-republicacao-91197-pl.html>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto 5.687, de 31 de janeiro de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto 9.085, de 25 de março de 1946.** Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19085.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 1.164, de 24 de julho de 1950.** Institui o Código Eleitoral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de dezembro de 2011.** Regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 131, de 27 de maio de 2009.** Altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal. Disponível em: <http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/cartilha.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRASIL. **Lei 2.874, de 19 de setembro de 1956.** Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1956. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2874.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Lei 5.861, de 12 de dezembro de 1972.** Autoriza o desmembramento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, mediante alteração de seu objeto e constituição da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, e dá outras providências. Brasília, 12 de dezembro de 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5861.htm#art8. Acesso em: 28 abr. 2020.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IPES/IBAD. Arquivo da Câmara dos Deputados, v.1, 30 de maio de 1963.

EDITAL CONCURSO NACIONAL DO PLANO PILOTO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. DOU, 30 de setembro de 1956. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/edital-Concurso-Plano-Piloto.shtml>. Acesso em: 7 set. 21.

MEMÓRIA IBGE. Verbete: Djalma Polli Coelho. Sínteses históricas, galeria dos presidentes. [S. d.], não paginado. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/galeria-da-presidentes/djalma-polli-coelho>. Acesso em: 11 out. 2020.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL CONCURSO NACIONAL DO PLANO PILOTO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – ESCLARECIMENTO DOS ARTIGOS 9 E 15. DOU, 16 de outubro de 1956. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/artigos-9-e-15-concurso-Plano-Piloto.shtml>. Acesso em: 7 set. 21.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Índice de percepção da corrupção. Disponível em: <https://ipc.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

1.1 Fontes na Imprensa

ADAUTO aponta nos críticos do governo os homens que viviam do dinheiro do povo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, matutino, p. 12, 27 nov. 1964.

APLAUSOS contra o jogo em São Paulo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 2º caderno, p. 4, 11 fev. 1951. Acervo Biblioteca Nacional.

ARAÚJO, Pedro Zambarda. “A corrupção nos EUA é pior do que no Brasil e vocês são pessimistas”, DCM entrevista Henry Mintzberg. **DCM**, 1 mar. 2016. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-corrupcao-nos-estados-unidos-e-pior-do-que-no-brasil-e-voce-sao-pessimistas-dcm-entrevista-henry-mintzberg-guru-dos-negocios-do-canada-por-pedro-zambarda/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

ARAÚJO, André Motta. Há corrupção nos EUA? Sim, tem muita e é legal. **CGN**, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/eua-canada/ha-corrupcao-nos-eua-sim-tem-muita-e-e-legal/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

A VITÓRIA da legalidade. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 12 nov. 1955. Acervo Biblioteca Nacional.

BENJAMIN, Cid. Doze pitacos sobre a questão da corrupção. **Esquerda Online**, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/07/04/cid-benjamin-doze-pitacos-sobre-a-questao-da-corrupcao/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BRASÍLIA, ANO 1 — A REPORTAGEM DO SÉCULO. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, n. 420, p. 1, 7 maio 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASIL, CAPITAL BRASÍLIA. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, n. 419, p. 1, 30 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA CONSAGRADA capital do Brasil à zero hora de hoje. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 21 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA DESDE hoje capital da união. **Correio da Manhã**, p. 1, Rio de Janeiro, 21 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA É feita capital, Guanabara nasce com festa. **Jornal do Brasil**, p. 1, 21 de abril de 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA HÁ de constituir um marco miliário na história já gloriosa da terra de santa cruz. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 420, p. 9, 7 maio 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA — O DESPERTAR DE UMA NAÇÃO. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 416, p. 1, 9 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

BRASÍLIA, primeiro aniversário. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, n. 470, p. 1, 22 abr. 1961. Acervo Biblioteca Nacional.

COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 10, 21 nov. 1951. Acervo Biblioteca Nacional.

CORRUPÇÃO e os impactos na saúde pública. **Canal Saúde Fiocruz**, 9 nov. 2015. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/corruptao-e-os-impactos-na-saude-publica-BPS-0611>. Acesso em: 11 maio 2020.

CREIO em Brasília. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 470, p. 10, 22 abr. 1961. Acervo Biblioteca Nacional.

CSN apura atos de Kubitschek. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 28 maio 1964.

DESEMPREGO, corrupção e saúde são os principais problemas do Brasil, dizem os brasileiros. **Agência de Notícias da Indústria**, 6 fev. 2018. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/desemprego-corrupcao-e-saude-sao-os-principais-problemas-do-pais-dizem-os-brasileiros/>. Acesso em: 29 jan. 2020.

DISCUTEM os udenistas a propósito da comissão parlamentar de inquérito para Brasília. **Correio Paulistano**, São Paulo, 23 maio 1959. Acervo Biblioteca Nacional.

DOCUMENTOS revelam que o empreguismo e a corrupção dominavam o governo deposto. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, matutino, p. 12, 30 jun. 1964.

ESCÂNDALO no Banco do Brasil: favorecia uma firma amiga na concorrência para a sede de São Paulo. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 1, 12 mar. 1951. Acervo Biblioteca Nacional.

FALCÃO articula o fim da comissão. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 3, 24 set. 1959. Acervo Biblioteca Nacional.

FECHADO O IBAD: vitória do povo. **O semanário**, Rio de Janeiro, n. 349, p. 7, 5 a 11 set. 1963. Acervo Biblioteca Nacional.

HORAS antes da mudança Brasília ainda é uma poeira. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 2, 20 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

INAUGURAÇÃO: 150 mil testemunhas. **Revista Manchete**, n. 420, p. 10, 7 maio 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

INDUSTRIAIS criam órgão para estudar e equacionar os problemas brasileiros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 2 fev. 1962.

INQUÉRITO DE BRASÍLIA: manobra da oposição. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 23 set. 1959. Acervo Biblioteca Nacional.

JÁ TEM QUÓRUM a CPI para apurar Brasília. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 23 set. 1959. Acervo Biblioteca Nacional.

KELMAN, Jerson. Corrupção. **Jornal O Globo**, 18 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/corruptao-22760094>. Acesso em: 11 maio 2020.

LASSANCE, Antonio. O maior escândalo de corrupção da História do Brasil foi a privatária tucana. **Carta Maior**, 13 set. 2014. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Maior-escandalo-de-corrupcao-da-Historia-do-Brasil-foi-a-privataria-tucana/4/31796>. Acesso em: 11 maio 2020.

LOPES, Nathan. PF prende juiz ligado a esquema de sentenças e que tinha vida de luxo. **Notícias Uol**, 23 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/23/pf-prende-juiz-que-tinha-vida-de-luxo-e-ligado-a-esquema-de-sentencas.htm>. Acesso em: 11 maio 2020.

MENSALÃO ABALA GOVERNO e cúpula do PT. **Isto é**, 6 jun. 2005. Disponível em: https://istoe.com.br/161884_MENSALAO+ABALA+GOVERNO+E+CUPULA+DO+PT/. Acesso em: 11 maio 2020.

NEGOCIATA escandalosa no estado de Minas. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 1 e 6, 30 jun. 1951. Acervo Biblioteca Nacional.

OPOSIÇÃO CONSEGUIU NÚMERO PARA INSTAURAR INQUÉRITO EM BRASÍLIA. **Jornal do Brasil**, p. 4, Rio de Janeiro, 23 set. 1959. Acervo Biblioteca Nacional.

PARTICIPAÇÃO MUNDIAL NA FESTA DE BRASÍLIA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 1, 22 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

PELO MENOS 11 escândalos de corrupção sacudiram o país desde o Mensalão: relembre. **Notícias Uol**, 5 jun. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/06/05/pelo-menos-11-escandalos-de-corrupcao-sacudiram-pais-desde-mensalao-relembre.htm>. Acesso em: 11 maio 2020.

PENITENCIÁRIA. **Correio da Manhã**, p. 4, Rio de Janeiro, 28 fev. 1950. Acervo Biblioteca Nacional.

PF INVESTIGA desvio de R\$ 1,6 bi na verba para educação. **Folha—PE**, 9 maio 2018. Disponível em: <https://folhape.com.br/noticias/noticias/brasil/2018/05/09/NWS,67770,70,450,NOTICI>

AS,2190-PF-INVESTIGA-DESVIO-VERBA-PARA-EDUCACAO.aspx Acesso em: 11 maio 2020.

POLÍCIA REALIZA operação em seis estados e expõe superfaturamento de compras na Saúde. **G1**, 10 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/quadros/cade-o-dinheiro-que-tava-aqui/noticia/2020/05/10/policia-realiza-operacao-em-seis-estados-e-exposuperfaturamento-de-compras-na-saude.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2020.

PSD E PSP ELEGEM AGENTES DO IBAD para comandar Inquérito. **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 31 maio 1963.

RODRIGUES, Gizella. Uma cidade sonhada por dois séculos. **Agência Brasília**, Brasília, 18 abr. 2019, não paginado. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/04/18/uma-cidade-sonhada-por-dois-seculos/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SAIBA COMO FUNCIONAVA o esquema de corrupção no setor de transportes do RJ, segundo o MPF. **G1**, 3 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/saiba-como-funcionava-o-esquema-de-corrupcao-no-setor-de-transportes-do-rj-segundo-o-mpf.ghtml> Acesso em: 11 maio 2020.

SHALDERS, André. Corrupção policial viabiliza tráfico de armas e é central na crise, diz procurador que investiga escalada da violência no Rio. **BBC News Brasil**, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43163790> Acesso em: 11 maio 2020.

SCHIVARTCHE, Fabio. Merenda vira prato cheio para corrupção. **Folha de São Paulo**, 9 fev. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0902200408.htm>. Acesso em: 11 maio 2020.

SENADORES pedirão a volta do congresso: Brasília é o caos. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, p. 1, 20 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

SOB A PROTEÇÃO de Deus, dou por inaugurada, Brasília, capital do brasil. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, p. 10, 7 maio 1960. Acervo Biblioteca Nacional.
 TODOS os caminhos levam a Brasília. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, n. 417, p. 1, 16 abr. 1960. Acervo Biblioteca Nacional.

TRIBUNA MILITAR para os corruptos e subversivos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, vespertino, p. 22, 29 jun. 1964.

UDN: inquérito nos negócios da Novacap. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, p. 3, 31 out. 1958. Acervo Biblioteca Nacional.

VIANNA, José; HISING, Ederson. Lava Jato: Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras, é condenado por corrupção. **G1 — Paraná**, 11 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/05/11/lava-jato-aldemir-bendine-ex-presidente-da-petrobras-e-condenado-por-corrupcao.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2020.

1.2 Fontes audiovisuais

CHATÔ, o rei do Brasil. Direção de Guilherme Fontes. Zoebra Filmes, 2015.

A HISTÓRIA de um maquinista. Direção de Jean. IPES, 1962 (Arquivo Nacional). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dSPCtgnESmk>. Acesso em: 12 set. 2021.

JANGO. Direção de Silvio Tendler. Caliban Produções Cinematográficas/Rob Filmes. São Paulo, 1984.

OS ANOS JK — uma trajetória política. Direção de Silvio Tendler. Terra Filmes Ltda. Rio de Janeiro, 1980.

2 OBRAS GERAIS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **O Processo Legislativo: Conflito e Conciliação na Política Brasileira**. 1973. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, 1973.

ABREU, Alzira. **O Brasil de JK**: Imprensa. CPDOC/FGV, Verbete, 2020c. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Imprensa>. Acesso em: 3 out. 2020.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961–1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (org.). **Encyclopedia of Social and Cultural of Anthropology**. London and New York: Routledge, 2002.

BARREIRA, César. **Fraudes e corrupções eleitorais — entre dádivas e contravenções**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). 25. **Anais**. Caxambu, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do Liberalismo brasileiro (1945–1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitshek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BEZERRA, Marcos Otavio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

BEZERRA, Marcos Otavio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

BIANCHI, Álvaro. Gramsci além de Maquiavel e Croce: Estado e Sociedade Civil no “Quaderni del Carcere”. **Utopia e Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 12, n. 36, mar. 2007.

BIASON, Rita. Novos desafios de combate à corrupção. **Revista Intellector**, Cenecri, ano 6, n. 11, 2009a.

BIASON, Rita. A corrupção como fator de desigualdade na política brasileira. **Revista Ciências Sociais em Perspectivas**, v. 8, n. 15, 2009b.

BIASON, Rita. A percepção da corrupção entre os universitários. **Revista CGU**, Brasília, ano 3, n. 5, 2008.

BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Volume I. 13. ed. Brasília: UnB, 2007.

BOITO JR., Armando. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 44, p. 9–19, 2017.

BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A opinião pública não existe: questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Curso de 1º de fevereiro de 1990. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do Campo Burocrático. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papirus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Suely. **Vice-presidente pela primeira vez**. CPDOC/FGV, Dossiê A trajetória política de João Goulart, c2020. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/Vice_presidente_pela_primeira_vez. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRATSKIS, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. **Crítica Marxista**, n. 44, p. 21–42, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro**

(1964–1985). 2012. Tese (Doutorado em História Social) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255–286, jan./abr. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e Imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1988). **Revista História**, São Paulo, n. 177, 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. O Estado Ditatorial e as políticas públicas para o setor da construção. *In*: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964–1988)**. Niterói: Eduff, 2014.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. 2010. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, José Murilo. Passado, Presente e Futuro da Corrupção Brasileira. *In*: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTO, Newton (org.). **Corrupção: Ensaios e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: 2012.

CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956–1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Indicadores CNI. **Retratos da Sociedade Brasileira**, ano 7, n. 41, jan. 2018. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/d8/80/d8809d69-ae2c-47f2-8a4b-30cde9d92b11/retratosdasociedadebrasileira_41_problemasprioridadespara2018_v1.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

COSTA, Célia Maria Leite. **O Brasil de JK: Revolta de Aragarças**. CPDOC/FGV, Dossiê, c2020b. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Aragarcas>. Acesso em: 25 mar. 2020.

COSTA, Célia Maria Leite. **O Brasil de JK: Revolta de Jacareacanga**. CPDOC/FGV, Dossiê, c2020a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/Jacareacanga>. Acesso em: 25 mar. 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Por uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DEMIER, Felipe Abranches. O jacobinismo às avessas: anticorrupção e neoliberalismo na política atual brasileira. *In*: **Crônicas do Caminho do Caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 47–56.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. **Agamenon Magalhães**. CPDOC/FGV, Dossiê A Era Vargas, c2020a. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes. Acesso em: 24 set. 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. **Israel Pinheiro**. CPDOC/FGV, Dossiê O Governo de Juscelino Kubitschek, c2020b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/israel_pinheiro. Acessado em: 28 abr. 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. **Castilho Cabral**. CPDOC/FGV, Dossiê A Era Vargas, c2020c. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/castilho_cabral. Acesso em: 16 fev. 2021.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. **Ernesto Silva**. CPDOC/FGV, Dossiê O Governo de Juscelino Kubitschek, c2020a. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/ernesto_silva. Acesso em: 28 abr. 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. **Íris Meinberg**. CPDOC/FGV, Verbete, c2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meinberg-iris>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. **Partidos Políticos Nacionais**. CPDOC/FGV, Dossiê A Era Vargas, c2020b. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticos>. Acesso em: 24 set. 2020.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado — ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eloy. **IBAD — sigla da Corrupção**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**. 1947.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Volume 1. 9. ed. São Paulo: Globo, 1957–1991.

FATORELLI, Maria Lucia. "A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado". **Entrevista à Carta Capital**, 10 jul. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>. Acesso em: 11 jan. 2020.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge (org.). **Populismo e sua História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Partido Trabalhista Brasileiro (1945–1965)**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbete, c2009. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB>. Acesso em: 24 set. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FLAKSMAN, Dora. **Partido Democrata Cristão**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbete, c2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>. Acesso em: 5 fev. 2021.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **O Grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961–1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A Corrupção no Brasil Colônia. *In*: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTO, Newton (org.). **Corrupção: Ensaio e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. **A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas**. Cadernos Cedes, n. 5. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e práticas sociais. **Revista Opinião Pública**, v. 15, n. 2, 2009.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; BARBOSA, Leandro. Mídia e efeitos de sentido do escândalo de corrupção: o caso da máfia dos sanguessugas. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (UESB). 7. **Anais**. Vitória da Conquista (BA), 2012.

GIBBONS, K. Toward an attitudinal definition of corruption. *In*: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M.; LEVINE, V. T. **Political Corruption: A Handbook**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalhismo e democracia: O PTB sem Vargas. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas — a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932–1934): breves notas sobre a Política de Maquiavel. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Jornalismo. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUPTA, Akhil. **Corruption, politics and the imagined state**. Red Tape. Bureaucracy, structural violence, and Poverty in India. London: Duke University Press, 2012.

HALLER, Dieter; SHORE, Cris. Introduction — Sharpe Practice: Anthropology and the study of corruption. **Corruption Anthropological Perspectives**, London, Pluto Pressa, p. 1–29, 2005.

HEIDENHEIMER, A. (cd.) **A political corruption: Readings in comparative analysis**. New York, Hold, Rinehartand Winstow, inc., 1970.

HEIDENHEIMER, A. Perspectives on the Perception of corruption. *In*: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M.; LEVINE, V. T. **Political Corruption: A Handbook**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1990.

HIPÓLITO, Lúcia. **Partido Social Democrático (PSD 1945–1965)**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbetes, c2009. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-socialdemocratico-psd-1945-1965>. Acesso em: 24 set. 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O homem cordial**. In: Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1936–1995.

HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Forense Universitária/EDUSP, 1975.

INGOLD, Tim. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London and New York: Routledge, 2003.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O Brasil na mira do tio Sam: o projeto Pontes e a participação dos EUA no golpe de 2016. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH — RIO. 17. **Anais**. Niterói: UFF, 2018.

KEY, Valdimer Orlando. **The techniques of political graft in the United States**. 1936. Tese (Doutorado em Ciência Política) — University of Chicago, Chicago, 1936.

KORNIS, Mônica. **Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap)**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbetes, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-urbanizadora-da-nova-capital-novacap>. Acesso em: 13 mar. 2020.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956–1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMARÃO, Sérgio. **Ação Democrática Popular (ADEP)**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbetes, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-popular-adep>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LAMARÃO, Sérgio. **O movimento de 11 de novembro e a posse de JK**. CPDOC/FGV, Dossiê Fatos e Imagens, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Movimento11Novembro>. Acesso em: 3 nov. 2020.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário do Pensamento Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Venício Arthur. A mídia e sua abordagem sobre a corrupção. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, 2013.

LINZ, Wolney. Corrupção. In: LINZ, Wolney. **Dicionário Brasileiro da Corrupção**. São Paulo: Cia Mundial de Publicações/Selo Novo Entendimento, 2012.

LOPES, Luís Carlos. **Brasília**: o enigma da esfinge — a construção e os bastidores do poder. Porto Alegre/São Leopoldo: UFRGS/Unisinos, 1996.

MACAMO, Elísio. Corrupção. *In*: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio (org.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA/ABA Publicações, 2014.

MAGALHÃES, Felipe. Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947–1951). **Revista Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 271–290, dez. 2007.

MARANI, Silvio; BRITO, Mozar; SOUZA, Gustavo; BRITO, Valéria. Os sentidos da pesquisa sobre corrupção. **Revista de Administração Pública FGV/EBAPE**, Rio de Janeiro, p. 712–730, jul./ago., 2018.

MAYER, Jorge Miguel; XAVIER, Libânia. **Jânio Quadros**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbete, c2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>. Acesso em: 15 fev. 2021.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MIRANDA, Luiz Fernando **Definindo e medindo a corrupção**: métodos. Belo Horizonte: ABCP, 2009.

MIRANDA, Luiz Fernando. Corrupção e percepção da corrupção. **Revista em Debate**, v. 2, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. **Brasília**: a construção da nacionalidade — um meio para muitos fins. Vitória: Edufes, 1998

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Corrupção no Brasil Republicano: 1954–1964. *In*: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTO, Newton (org.). **Corrupção**: Ensaios e críticas. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917–1964). Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUSEU VIRTUAL BRASÍLIA. **Bernardo Sayão**. Artigo, [2020?]. Disponível em: http://www.museuvirtualbrasil.com.br/museu_brasilia/modules/news3/article.php?storyid=13. Acesso em: 28 abr. 2020.

NORONHA, Ibsen. Brasília: Panorama jurídico-histórico em torno da legislação fundadora de Brasília. **Brasília: Revista de Informação Legislativa**, n. 188, out./dez., 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil de JK — A Construção de Brasília**. CPDOC/FGV, Dossiê O Governo de Juscelino Kubitschek, c2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>. Acesso em: 18 maio 2020.

PASQUINO, Gianfranco. Corrupção. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Volume I. 13. ed. Brasília: UnB, 2007.

PAULA, Christiane Jalles de. **Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbete, c2020. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O Instituto Brasileiro de Acao Democratica](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica). Acesso em: 20 nov. 2021.

PINTO, Céli Regina. **A banalidade da corrupção**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PINTO, Eduardo Costa *et al.* **A guerra de todos contra todos: a crise brasileira**. Texto para discussão 006/2017, do Instituto de Economia da UFRJ, p. 1–41. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

PONTUAL, Helena Daltro. Do quadrilátero Cruls ao Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Senado Federal — 50 anos de Brasília. Brasília: **Agência Senado**, [2021?]. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasilia50anos/not02.asp>. Acesso em: 11 out. 2020.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Golbery do Couto e Silva**. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro CPDOC/FGV, Verbete, c2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Acesso em: 31 mar. 2021.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In*: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Corrupção e reforma política. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, 2013.

ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna — conceitos e desafios metodológicos. **Revista Tempo**, v. 21, n. 38, 2015.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder: uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira (1961–1964). **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 4, out./dez. 1973a.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira (1959–1966). **Revista de Administração de Empresas**, v. 13, n. 2, abr./jun. 1973b.

SCHILLING, Flávia. **Corrupção intolerável? As comissões parlamentares de inquérito e a luta contra a corrupção no Brasil (1980–1992)**. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Corrupção no Império**. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTO, Newton (org.). **Corrupção: Ensaio e críticas**. 2. ed. Belo Horizonte: 2012.

SCOTT, John (org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SHORE, Cris. Culture and Corruption in the EU: Reflections on Fraud, Nepotism and Cronyism in the European Commission. In: HALLER, Dieter; SHORE, Cris. **Corruption Anthropological Perspectives**, London/MI: Pluto Press/Ann Arbor, 2005.

SILVA, Giuliana Monteiro da. **Corrupção, narrativas de imprensa e moralidade pública nos anos 50: a conversão da corrupção em problema público no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SOARES, Aline Bruno. **Democratização, Ativismo Internacional e luta contra a Corrupção: estudo de Caso sobre a Transparência Brasil e a Transparency Internacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Programa de Pós-graduação Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Jessé. **A Elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya/Casa da Palavra, 2016.

SPECK, Bruno Wihelm. **A corrupção no pensamento político-social dos anos 50**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). 20. **Anais**. Caxambu, 1996.

SPECK, Bruno Wihelm. **Os custos da corrupção**. Cadernos Adenauer, v. 10, 2000.

SPECK, Bruno Wihelm; MANCUSO, Wagner Pralon. Financiamento, capital político e gênero: Um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas

brasileiras de 2010. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). 36. **Anais**. Águas de Lindóia, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

THOMPSON, John Brookshire. **O escândalo político**: Poder e Visibilidade na Era da Mídia. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática — da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WARDE, Walfrido. **Espetáculo da Corrupção**: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. São Paulo: Leya, 2018.

WAYNER, Samuel. **Minha Razão de Viver**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WEBER, Max. **Sociologia da Dominação**. *In*: WEBER, Max. Economia e Sociedade — Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Volume 2. São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2004.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

ANEXOS

Anexo A — Revista Ação Democrática

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESIGNADA A APURAR FATOS RELACIONADOS COM O "IBAD" E O "IPES"

DOCUMENTO EMERECUE PELO SENHOR DEPUTADO PAULO DE MARSO DURANTE O SEU DEPOIMENTO PRESTADO PERANTE ESTA COMISSÃO, EM REUNIÃO REALIZADA EM 18.6.63-

AÇÃO DEMOCRÁTICA

Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ANO IV N.º 45
RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO DE 1963

O IBAD no nordeste faz ação democrática



Neste número:

O CRIME DE FAZER AÇÃO DEMOCRÁTICA — ELOQUÊNCIA POLÍTICA: EXPRESSÃO DE UMA RAÇA — OS ALMIRANTES TINHAM RAZÃO — SUBVERSÃO COMUNISTA NO PERU FEZ FUNCIONAR A MÁQUINA DO SILÊNCIO — GENERAL OSVINO MAIS UMA VEZ ENTRE "TRABALHADORES" — DOCUMENTOS PROVAM: ARMAS E DINHEIRO DE FIDEL CASTRO PARA A REVOLUÇÃO COMUNISTA NO BRASIL — SALÁRIOS E CUSTO DA VIDA NO PARAÍSO COMUNISTA — O IBAD NO NORDESTE — AS CLASSES PRODUTORAS DIANTE DO COMUNISMO — FORÇA DA VERDADE E "EFICIÊNCIA" DA MENTIRA — SENADOR PADRE CALAZANS PRESOU NO DESERTO — A FAMÍLIA NA RÚSSIA — NAZISMO E COMUNISMO — REFRESCANDO A MEMÓRIA — ARTE E CIÊNCIA — PLANO: REALIDADE E FANTASIAS

e outras matérias de interesse geral

Anexo B — Programas Radiofônicos Patrocinados pelo IBAD

Ouça "A SEMANA EM REVISTA"

Um programa radiofônico de comentários e análise sobre o que acontece no BRASIL e no MUNDO

- NORTE**
- TERRITÓRIO DE RONDONIA**
PORTO VELHO — Rádio Difusora de Guaporé ZYV-20 em 4.785 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
ACRÉ
RIO BRANCO — Rádio Difusora ZYD-9 em 4.885 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
AMAZONAS
MANAUS — Rádio Rio Mar — ZYB-20 em 1.480 Kcs. — Sábados às 21,30 horas
TERRITÓRIO DO RIO BRANCO
BOA VISTA — Rádio Difusora Roraima — ZYA em 4.835 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
PARÁ
BELEM — Rádio Difusora — ZYE-25 em 1.530 Kcs. — Sextas-feiras às 20,35 horas
BRAGANÇA — Rádio Educadora — ZYE-22 em 1.480 Kcs. — Domingo às 21,00 horas
OBIDOS — Serviço de Alto-Falantes «A Voz de O Liberal»
TERRITÓRIO DO AMAPÁ
MACAPÁ — Rádio Difusora — ZYE-2 em 1.460 Kcs. — Sextas-feiras às 21,00 horas
- NORDESTE**
- MARANHAO**
SÃO LUIS — Rádio Difusora — ZYS-23 em 680 Kcs. — Sextas-feiras às 21,30 horas
PIAUI
TERESINA — Rádio Clube — ZYG em 1.260 Kcs. — Sextas-feiras às 21,00 horas
PARNABA — Rádio Educadora — PRJ-4 em 1.470 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
CEARÁ
FORTALEZA — Rádio Iracema — ZYR-7 1.300 Kcs. — Sextas-feiras às 20,35 horas
JUAZEIRO DO NORTE — Rádio Iracema — ZYH 21 em 970 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
MARANGAPÉ — Rádio Iracema — ZYH 33 em 1.580 Kcs. — Sextas-feiras às 19,00 horas
SORBAI — Rádio Iracema — ZYH em 1.460 Kcs. — Sábados às 20,10 e segundas-feiras às 10,10 horas
RIO GRANDE DO NORTE
NATAL — Rádio Nordeste ZYI-23 em 900 Kcs. — Sextas-feiras às 20,05 horas
MOSSORO — Rádio Difusora ZYI-20 em 1.170 Kcs. — Segundas-feiras às 20,35 horas
PARAIBA
CAMPINA GRANDE — Rádio Caturité ZYI-29 em 1.450 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
PERNAMBUCO
RECIFE — Rádio Jornal do Comércio PRL-6 em 780 Kcs. — Sextas-feiras às 21,35 horas
ALAGOAS
MACEIO — Rádio Difusora ZYC-4 em 960 Kcs. — Sextas-feiras às 21,35 horas
- LESTE**
- SERGIPE**
ARACAJU — Rádio Liberdade ZYM-20 em 930 Kcs. — Sextas-feiras às 21 horas
Rádio Cultura ZYM-22 em 670 Kcs. Sábados às 20,15 horas
BAHIA
SALVADOR — Rádio Cultura ZYN-20 em 1.120 Kcs. — Sextas-feiras às 20,05 horas
Rádio Sociedade PRA-4 em 740 Kcs. Sábados às 21,00 horas
FEIRA DE SANTANA — Rádio Cultura ZYH-24 em 1.080 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
ILHEUS — Rádio Jornal ZYN-34 em 1.590 Kcs. — Sextas-feiras às 21,05 horas
- ITABUNA** — Rádio Difusora Sul da Bahia ZY-35 em 1.350 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
JEQUIÊ — Rádio Baiana e Jequiê Ltda. ZYN-27 em 1.250 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
JUAZEIRO — Rádio Sociedade Juazeiro Ltda. ZYN-21 em 1.250 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE — Rádio Itatiaia ZYV-29 em 630 Kcs. — Sextas-feiras às 21,05 horas
GOVERNADOR VALADARES — Rádio Educadora Rio Doce ZYV-21 em 1.460 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
PATOS DE MINAS — Rádio Clube Patos S.A. ZYB-4 em 1.080 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
PATROCÍNIO — Rádio Difusora ZYW-8 em 580 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
SÃO JOAO DEL REI — Serviço de Alto-Falantes do Centro Cívico Getúlio Vargas
TEÓFILO OTONI — Rádio Teófilo Ottoni ZYX-7 em 1.080 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
UBA — Rádio Educadora Trabalhista ZYV-45 em 1.420 Kcs. — Segundas-feiras às 14,00 horas
VARGINHA — Rádio Clube de Varginha ZYB-2 em 1.210 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
- ESPIRITO SANTO**
VITORIA — Rádio Espírito Santo PRJ-9 em 1.160 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
RIO DE JANEIRO
BARAUNSA — Rádio Sul-Fluminense ZYI-2 em 1.390 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
CAMPOS — Rádio Campos Difusora ZYP-36 em 1.450 Kcs. — Sextas-feiras às 21,05 horas
PETROPOLIS — Rádio Difusora PRD-3 em 1.480 Kcs. — Sextas-feiras às 21,00 horas
GUANABARA
RIO DE JANEIRO — Rádio Globo PRE-3 em 1.180 Kcs. — Sextas-feiras às 20,05 horas
Rádio Vera Cruz PRE-2 em 1.430 Kcs. — Sextas-feiras às 21,35 horas
- SUL**
- SÃO PAULO**
SÃO PAULO — Rádio Record PRB-9 em 1.000 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
APARECIDA — Rádio Aparecida ZYR-44 em 1.600 Kcs. — Sábados às 20,00 horas
ARAQUARA — Rádio Cultura PRD-4 1.370 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
CAMPINAS — Rádio Brasil ZYR-39 em 1.270 Kcs. — Sábados às 20,30 horas
PRESIDENTE PRUDENTE — Rádio Presidente Prudente ZYR-84 em 1.240 Kcs. — Quintas-feiras às 20,30 horas
PRESIDENTE VENCESLAU — Rádio Presidente Venceslau ZYH-7 em 1.160 Kcs. — Segundas-feiras às 21,00 horas
SÃO VICENTE — Rádio Cultura ZYH-3 em 1.480 Kcs. — Sextas-feiras às 21,00 horas
- PARANÁ**
CURITIBA — Rádio Clube Paranaense PRB-2 em 1.440 Kcs. — Sextas-feiras às 21,35 horas
APUCARANA — Rádio Cultura ZYS-64 em 1.530 Kcs. — Quintas-feiras às 20,30 horas
ARAPONGAS — Rádio Cultura ZYS-23 em 1.270 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
CRUZEIRO DO OESTE — Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste Ltda. ZYH-55 em 1.510 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
FOZ DE IGUAÇU — Rádio Cultura ZYS-54 em 1.510 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
- LAPA** — Rádio Legendária ZYS-20 em 1.540 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
LONDRINA — Rádio Paiquerê ZYS-57 em 1.110 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
MALLET — Rádio Malletense ZYO-6 em 1.600 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
MARINGÁ — Rádio Cultura ZYS-23 em 1.270 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
NOVA ESPERANÇA — Rádio Sociedade Nova Esperança ZYS-41 em 1.370 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
PARANAGUA — Rádio Difusora ZYC-5 em 1.460 Kcs. — Sábados às 21,30 horas
PARANAVAI — Rádio Cultura ZYS-59 em 1.490 Kcs. — Segundas-feiras às 22,05 horas e domingos às 11,30 horas
PONTA GROSSA — Rádio Difusora ZYS-37 em 1.520 Kcs. — Domingos às 11,00 horas
PONTA GROSSA — Rádio Difusora ZYS-65 em 680 Kcs. — Sábados às 22,05 horas
SANTO ANTONIO DA PLATINA — Rádio Clube ZYS-29 em 780 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
SANTA CATARINA
FLORIANOPOLIS — Rádio Diário da Manhã ZYT-29 em 1.010 Kcs. — Domingos às 18,05 horas
BLUMENAU — Rádio Nereu Ramos ZYT-42 em 820 Kcs. — Segundas-feiras às 20,00 horas
CAÇADOR — Rádio Cacajurê ZYZ-7 em 1.550 Kcs. — Domingos às 12,00 horas
CHAPECO — Rádio Soc. Oeste Catarinense ZYX-5 em 1.340 Kcs. — Domingos às 12,00 horas
CRICÍUMA — Rádio Eldorado Catarinense — ZYR-6 em 580 Kcs. — Terças, Quintas e Sábados
ITAJAI — Rádio Difusora ZYK-9 em 1.530 Kcs. — Sextas-feiras às 21,05 horas
JOACABA — Rádio Soc. Catarinense ZYC-7 em 1.460 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
LAGES — Rádio Diário da Manhã ZYT-30 em 1.390 Kcs. — Domingos às 13,00 horas
XAXIM — Rádio Cultura de Xaxim s/ prefixo em 1.390 Kcs. — Domingo às 12,00 horas
RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE — Rádio Soc. Gaúcha PRC-6 em 680 Kcs. — Sextas-feiras às 20,35 horas
CANOAS — Rádio Clube s/ prefixo em 1.300 Kcs. — Domingos às 10,00 horas
Lajeado — Rádio Independente ZYU-25 em 1.330 Kcs. — Domingos às 20,00 horas
MARAU — Rádio Alvorada ZYU-82 em 1.360 Kcs. — Domingos às 20,00 horas
PELOTAS — Rádio Tupancí ZYU-76 em 1.240 Kcs. — Sábados às 20,00 horas
SANTA MARIA — Rádio Santa Mariense ZYU-37 em 630 Kcs. — Sextas-feiras às 22,00 horas
VACARIA — Rádio Difusora ZYU-24 em 1.520 Kcs. — Domingos às 19,00 horas
- CENTRO OESTE**
GUIABA — Rádio A Voz do Oeste PRH-3 em 1.180 Kcs. — Sextas-feiras às 20,30 horas
CAMPO GRANDE — Rádio Educação Iturá s/ prefixo em 1.260 Kcs.
GOIAS
ANAPOLIS — Rádio Cacajá ZYI-3 em 1.480 Kcs. — Sábados às 21,00 horas
GOIANIA — Rádio Difusora ZYV-27 em 580 Kcs. — Sextas-feiras às 21,05 horas

SOB O PATROCÍNIO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA

AÇÃO DEMOCRÁTICA
 PUBLICAÇÃO MENSAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA

Diretor-Superintendente
 IVAN HASSLOCHER

Diretor-Geral
 FRUTUOSO OSÓRIO FILHO

Redação
 Av. Marechal Câmara, 271
 Grupo 804
 Rio de Janeiro

Chefe da Redação
 GABRIEL CHAVES DE MELO

Redator Trabalhista
 FLORIANO DA SILVEIRA MACIEL

Consultores da Redação
 EDGAR TEIXEIRA LEITE
 EUGÊNIO GUDIN

Diretor-Responsável
 IVAN HASSLOCHER

Número Avulso: CR\$ 30,00
 TIRAGEM 237.000 EXEMPLARES

Anexo C — Ação Democrática Popular — Carta de Princípios

CÓPIA AUTENTICADAv3
dy

AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR

CARTA DE PRINCÍPIOS

A AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR congrega patriotas que tem como lema: anticomunistas sempre, reacionários nunca; e que pertencem a todos os partidos políticos, professam religiões diversas e vêm de diferentes camadas sociais, mas estão unidos pela profunda fé em Deus na justiça e no futuro do Brasil em torno dos seguintes princípios:

1 - LUTAR contra toda forma de ditadura, seja de direita ou da esquerda, com a manutenção de democracia e seus TRÊS poderes harmônicos, estabelecida na nossa Constituição.

2 - LUTAR pela garantia, a qualquer custo das liberdades individuais, de respeito a dignidade humana e do direito de igualdade entre os homens sem distinção de raça, credo político, religião ou origem social.

3 - LUTAR contra a infiltração comunista em nossa pátria, que se esforça com palavras, para seduzir o povo, pregando reformas sociais a cuja execução os próprios comunistas constituem o maior entrave por saberem que jamais conseguiram o poder onde existia a justiça social e econômica.

4 - LUTAR pela liberdade devidamente ordenada dentro da lei, da iniciativa particular, atacada por uma demagógica estatização da economia, que resulta na criação de entidades governamentais deficitárias pelas quais paga todo o povo e que servem para alimentar um empreguismo desenfreado.

5 - LUTAR contra a corrupção administrativa em todos os níveis do Governo - talvez o maior empecilho ao progresso da Nação.

6 - LUTAR pela estabilidade monetária e por um orçamento sem deficit, para acabar com a inflação e com o constante aumento no custo de vida, que desgraçam o País e se fazem sentir por todos os brasileiros.

7 - LUTAR contra os reacionários que combatem as evoluções sociais e econômicas, tentando consciente ou inconscientemente perpetuar a miséria, a fome, o analfabetismo e as outras injustiças sociais e econômicas e preparando assim o terreno em que plantam os co

LEIDO EM ATA DA 4.ª REUNIÃO
REALIZADA EM 18/6/63

44
JW

comunistas as suas sementes de agitação e subversão.

8 - LUTAR pela elevação do nível de vida de todos os brasileiros, com urgente prioridade para os mais esquecidos e necessitados: aquêles que não dispõem de alimentação ou habitação adequada de assistência médica ou de escolas para seus filhos.

9 - LUTAR contra modificações à nossa Constituição que impliquem na supressão de qualquer das nossas liberdades ou direitos fundamentais.

10 - LUTAR por salários que permitam ao povo viver condignamente e progredir em seu padrão de vida - uma remuneração justa ao trabalho que se traduza em poder aquisitivo e não em cédulas de um dinheiro desvalorizado.

11 - LUTAR contra o falso nacionalismo que prega o ódio sistemático a grupos de nações tradicionalmente nossas amigas, enquanto exhibe a mais completa tolerância para com outros grupos de nações que mal disfarçam o seu propósito de conquistar-nos.

12 - LUTAR por uma distribuição mais justa de tributação, especialmente dos impostos diretos em que os ricos paguem mais e os pobres menos.

13 - LUTAR contra a demagogia que se empenha em impedir que o engrandecimento do Brasil seja auxiliado pela vinda de capital estrangeiro, sem abrir mão do direito de regulamentar a aplicação desse capital e seus lucros de forma que seja igualmente justa para o investidor de fora e para os interesses da Nação.

14 - LUTAR por uma reforma agrária justa e eficaz que não consista somente, como propõem os demagogos na distribuição de terras mas que incorpore também as medidas suplementares indispensáveis ao seu sucesso: construção de habitações rurais, abertura de estradas, construção de escolas nas zonas agrícolas, assistência técnica ao agricultor, concessão de crédito à lavoura, assistência sanitária, silos, sementes, adubos e assim por diante.

15 - LUTAR pela aplicação rigorosamente honesta e nas áreas prioritárias estabelecidas pelas necessidades do povo brasileiro de todos os dinheiros públicos nacionais e daqueles que nos sejam concedidos pela Aliança para o Progresso.

LIDO EM ATA DA 4ª REUNIÃO
REALIZADA EM 18 / 6 / 63

- 3 -

45
/m

16 - APOIAR no Congresso os deputados patriotas que compõem a AÇÃO DEMOCRÁTICA PARLAMENTAR e que lutam conosco, pelos princípios aqui enunciados.

CONFERE:

Y. Belmont

Aux. de Gabinete

CONFORME:

Adail de S. Rocha

Aux. de Gabinete

VISTO:

Lucia
pela Chefe da SGMLIDO EM ATA DA 4. REUNIÃO
REALIZADA EM 18/6/63

Anexo D — Informes sobre a Ação Democrática Popular

CÓPIA AUTENTICADA41
JW

K

INFORMES SÔBRE A AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR

A entidade denominada Ação Democrática Popular, vem a ser uma sub-divisão do Instituto Brasileiro da Ação Democrática. Visa infiltrar-se na área popular para beneficiar a Ação Democrática Parlamentar.

Procura confundir-se com um conteúdo ideológico de centro-progressista.

Envolvido no mesmo campo, encontramos o movimento Anti-comunista (MAC).

Organização poderosa economicamente, habilmente dirigida, poderá fazer sentir, de maneira real, sua presença na vida política do país.

Tem como finalidade a A.D.P., a tomada do poder, em curto prazo. Em escala crescente, apresenta um planejamento inicial de eleger uma poderosa bancada na Câmara dos Deputados, que, de acordo com o Ato Adicional nº 4, controla realmente a direção do país. Simultaneamente pretende a eleição de governadores e vice-governadores nos próximos pleitos.

O coroamento da campanha será apresentar como candidato próprio às eleições presidenciais em 1965, uma figura perfeitamente afinada com a A.D.P.

Tem como Ação Social:

- 1º) A pressão econômica sobre organismos de iniciativa privada que não comunguem com o seu pensamento;
- 2º) A orientação política contrária ao governo nacional, que não se identifica com suas idéias, e a desmoralização de homens públicos.

Em relação ao item 1º, destaca-se a situação criada para a agência de propaganda Denison, por distribuir anúncios no Jornal Última Hora, das casas comerciais Ducal, Decassa e A Exposição.

Esta agência, ainda que dirigida pelo Sr. José Cândido Moreira de Souza, antigo membro do Clube da Lanterna, e figura sabidamente contrária ao atual governo, nem por isso foi poupada, ficando como alvo permanente da A.D.P.

Quanto ao item 2º, desmoralização constante vem sofrendo o Sr. José Hermírio de Moraes, por apoiar a candidatura do

LIDO EM ATA DA 4.ª REUNIÃO
REALIZADA EM 18 / 6 / 63

- 2 -

do Sr. Miguel Arrais, em Pernambuco. Neste mesmo caso, encontramos também o Dr. San Tiago Dantas, apontado como um derrotado na conferência de Punta Del Este, e classificado como traidor da política diplomática brasileira, além de ser tachado de simpatizante do Regime Soviético. Ainda poderemos citar o Sr. Fernando Casparian, que, por apoiar a política governamental, vem sofrendo ataques que relembram a época em que este industrial fazia parte da diretoria da UNE.

A SUDENE, também, através do seu superintendente, vem sofrendo os mais violentos ataques por parte da Ação Democrática.

Tem como Ação Política:

- 1º) Manutenção sob qualquer preço, inicialmente, do parlamentarismo, pois no momento esperam eleger uma grande bancada de deputados. A grande vitória obtida pela ADP, foi a rejeição pela Câmara, do nome do deputado San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro.
- 2º) Eliminação política de candidatos progressistas ou de centro que apoiem o governo.
- 3º) Desmoralização total do Governo Nacional, sabotando na Câmara todas as mensagens do Executivo, forçando sua perda de substância junto a área popular, desgastando suas bases, de tal forma que poderão lançar candidato próprio às eleições presidenciais em 1965.

CONFERE:

Le Belmont

Aux. de Gabinete

CONFORME:

Adalberto de Sales Rocha

Aux. de Gabinete

VISTO:

P. Garcia
pela Chefe da SGM

LIDO EM ATA DA 4. REUNIÃO
REALIZADA EM 18 / 6 / 1963

Anexo E — Carta de Jean Manzon direcionada a João Batista Leopoldo de Figueiredo
(presidente do IPES) — 03/02/1962

São Paulo, 3 de Fevereiro de 1962.-

Ac Dr.
JOÃO BATISTA LEOPOLDO FIGUEIREDO
DD. Presidente do
INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS
SÃO PAULO

Prezados Senhores,

Em resposta à consulta de V.Sas. e como complemento de nossa carta de 18 de dezembro último, vimos apresentar-lhes um plano de produção de filmes documentários a serem distribuídos em todo o Brasil através dos cinemas e das emissoras de televisão.

Deixamos a cargo de V.Sas. que antes de realizarmos os filmes, iremos recorrer a competência do IPES que, através de seus estudos, orientará os rumos de nossos trabalhos.

Tais filmes, destinados ao grande público, deverão transmitir e fazer compreender as idéias que geraram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, consubstanciadas nos princípios da Encíclica Papal "Mater et Magistra" e da ata da "Aliança para o progresso", conhecida como "Declaração de Punta Del Leste".

Cumprindo a sua principal finalidade, é natural que o IPES depois de realizar pesquisas e equacionar os problemas que o preocupam promova ampla divulgação das soluções apontadas.

O IPES é a máquina. A serviço dessa máquina a técnica de nossos filmes documentários constitui o mais rápido veículo capaz de levantar com a máxima eficiência a opinião pública em favor das teses defendidas pelo IPES.

Pela natureza e diversidade dos temas, pelas exigências técnicas e as responsabilidades artísticas que os mesmos envolvem, torna-se impossível para nós calcular o custo exato de

cada filme proposto. Pelo exame realizado chegamos à conclusão de que o preço médio de produção para cada filme será de Cr\$.... \$2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) sendo que alguns exigiram menores e outros maiores despesas.

DISTRIBUIÇÃO:- Garantimos, gratuitamente e com exclusividade a exibição do documentário em todo o Brasil, pela rede "Luiz Severiano Ribeiro Jr., U.C.B. e Atlântida", que atinge em média 15 milhões de espectadores, mediante o fornecimento, por V.Sas. de 19 (dezenove) cópias em 35 mm.

PREÇO DE CÓPIAS:- Cr\$18.000,00 (dezoito mil cruzeiros) em 35 mm.

- SUGESTÕES PARA DOCUMENTÁRIOS -

1) APARECE UMA NOVA IDÉIA NO BRASIL:

- Combate à demagogia, à mentira, à desmoralização das instituições democráticas.
- União dos homens responsáveis para que ajudem a criar em todos os meios (no campo, na indústria, no comércio, nas escolas e nas próprias casas) o respeito às idéias que o IPES defende.

2) FORMAÇÃO CIVICA DA JUVENTUDE:

- a) Não pedir para os filhos facilidades na escola
- b) Proibir a "Cola" que é o mais terrível processo de corrupção social
- c) Ensinar a criança a não mentir
- d) Desde o Jardim da Infância até os cursos Universitários, ministrar aulas de moral civica.

3) O ESTUDANTE:

Indicar ao estudante o caminho certo, mostrando que a sua melhor atividade para servir seu país é a dedicação ao estudo.

Um mau aluno será amanhã um mau profissional, prejudicando criminosamente interesses da coletividade.

Quanto custa para o Estado, para as famílias a formação de um técnico, de um profissional liberal. O aluno deve ter consci-

ência do seu dever de aplicar-se nos estudos, pois do contrário estará sendo desonesto para com o Estado, para com a sua família, enfim com todos aqueles que com sacrifícios sustentam seus cursos.

4) CRISE DE PROFESSORES:

Como pode um professor dedicar-se como um sacerdotio ao ensino,
 x se não tem os meios materiais de vida, essenciais a sua tranquilidade (salário, casa, saúde etc.)

5) ALFABETIZAÇÃO:-

O analfabeto é um mutilado, perdido para si próprio e para a sociedade.

6) PROBLEMA AGRÁRIO:

Lei não planta

Lei não colhe as safras

x O homem sim

x Não adianta lotear as terras x sem primeiro atender às necessidades do homem do campo dando-lhe escola, educação sanitária e assistência técnica.

x Facilitar o crédito ao fazendeiro, a longo prazo e juros razoáveis.

Facilitar o escoamento das safras.

7) CASA PRÓPRIA:

A casa própria para moradia da família não é fator de inflação,
 x simão um dos principais elementos de equilíbrio social.

8) REMESSA DE LUCROS:

Alguem do Brasil colocaria capital em países que não lhe ofereçam garantias?

Normalização das remessas com justiça.

9) TRANSPORTE MARÍTIMO:

O transporte marítimo é o mais econômico em todo o mundo. No Brasil é o mais oneroso porque o custo do frete é sobre-carregado por um rol de equipagem superior ao dobro das demais fretas estrangeiras.

A ampliação da freta permitirá reduzir o número de tripulantes dos navios atuais, sem a diminuição dos salários e com a redução do frete. Além disso, o marítimo levará uma vida mais confortável nos navios modernos, bem aparelhados.

Os produtos nacionais transportados por nossos navios precisam ser vendidos a preços mais elevados do que se fossem levados por navios estrangeiros. Na competição dos mercados o Brasil perde para outras nações.

10) MINÉRIOS:

× Dar ao particular facilidades para explorar as jazidas de minério, de modo a poder concorrer no mercado mundial. Uma severa fiscalização do Estado evitará os exageros.

11) REFORMA TRIBUTÁRIA:

A falta de compreensão, conseqüente da falta de instrução, leva o contribuinte em geral a furtar-se ao pagamento de impostos e taxas ou mesmo reduzir, e quanto possível, tal pagamento. Via de regra o homem considera o imposto uma multa, uma penalidade que lhe é imposta pelo Estado, em vez de uma contribuição indispensável a sobrevivência do Estado para satisfação das necessidades gerais. Eliminando a sonegação, se evita aumento de impostos ajudando o governo a combater a carestia da vida e o desequilíbrio social. Promove-se então a justiça tributária.

12) PROBLEMA ELEITORAL:

O que representa o voto; o seu inestimável valor no regime democrático.

Despertar a consciência do eleitor, mostrando sua responsabilidade na escolha dos candidatos.

13) DIREITO DE GREVE:

Que é direito de greve?

Quando é justa a sua aplicação?

14) IMIGRAÇÃO E CAPITAL ESTRANGEIRO

Para combater o movimento nacionalista de inspiração totalitária que condena a inversão de capital estrangeiro no Brasil: Mostrar a inestimável contribuição do imigrante e do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional num clima de absoluta liberdade de iniciativa.

- × Dar oportunidade ao imigrante de, num prazo determinado, se naturalizar, adquirindo idênticos direitos políticos ao habitante natural de Brasil. Quem não é filho ou decendente de imigrante só pode ser do Indio.

15) SINDICALISMO:

Dar liberdade ao sindicalismo, afastando a ingerência do governo. Fortalecimento dos sindicatos pela arrecadação, por eles do imposto sindical e prestação de contas, de sua aplicação, ao tribunal de contas da União.

16) OS AMIGOS DO TOTALITARISMO:

A miséria, a exploração, a doença, a ignorância são os melhores aliados do totalitarismo. Como combater esses males.

17) ACÇÃO POLITICA:

Explicar o que é o Parlamentarismo e Presidencialismo.

Todos os bons cidadãos devem participar da vida política do país para melhorar a situação dos partidos; Elevar o nível da administração pública. A democracia pede a colaboração permanente do verdadeiro cidadão.

18) DITADURA DA MINORIA:

Explicar como uma minoria subversiva, ativa, dinâmica, consegue impôr a sua vontade a maioria.
Como a maioria deve defender-se.

19) COMBATE AO PERSONALISMO:

O brasileiro, por absoluta falta de orientação, sempre votou em homens; jamais em idéias. Dai o sucesso dos caudilhos, dos líderes messiânicos, homens de formação reconhecidamente antidemocrática. É preciso mostrar que os homens desaparecem; os líderes passam e as idéias continuam. Exemplo típico é o que nos oferece a igreja católica. Muitos Papas passaram por ela sem que isso alterasse a doutrina religiosa ou abalasse a fé popular.

20) REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS:

Preservar a Unidade Nacional mediante a integração das regiões menos desenvolvidas na área de produção. O desenvolvimento econômico e social deve ser acelerado para, no menor espaço de tempo, se obtenha o melhor nível de vida.

21) RELAÇÕES ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES:

Integração dos trabalhadores nas empresas;
Remuneração justa e crescente e acesso aos postos mais altos da direção. Isso significa a prática da democracia social.

22) IGUALDADE DE OPORTUNIDADE

A democracia só é viva e atuante quando, além de proclamar a igualdade de direito e deveres, dá a todos a igualdade de oportunidade.

23) O HOMEM:

O brasileiro representa o potencial humano da nação. Se ele fôr bem formado a sociedade será boa.

A "JEAN MANZON FILMS S/A." que, em síntese, se constitui como que num ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA especializada na defesa de causas ou problemas de toda a natureza através de filmes, pode oferecer, no Brasil, os seguintes serviços, sempre em cooperação direta com V.Sas.

1º) Filmes para orientar a opinião pública e destinados à exibição nos cinemas ou emissoras de televisão;

2º) Produção de filmes para orientar platéias especiais (autoridades civis, militares, políticos, técnicos, estudantes etc.);

3º) Produção de filmes especiais para:

- a) treinamento de operários;
- b) treinamento de técnicos;
- c) relações humanas.

4º) Produção de filmes comerciais e institucionais destinados a serem exibidos no exterior.

Permanecendo à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer informações que se fizerem necessárias, firmamo-nos em,

Cordialmente

P.S. Anexamos relação de
nossos clientes.-